



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Elaboração:
Pró- Reitoria de Planejamento e Infraestrutura com a colaboração das demais unidades administrativas.

Bagé/RS, 2017

REITOR

Marco Antonio Fontoura Hansen

VICE-REITOR

Maurício Aires Vieira

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Evelton Machado Ferreira

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Sandro Burgos Casado Teixeira

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Nádia Fátima dos Santos Bucco

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

César Augustus Techemayer

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Ricardo Howes Carpes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Alessandro Gonçalves Girardi

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior

LISTA DE SIGLAS

AGP – Apoio à Grupo de Pesquisador
AGU – Advogacia Geral da União
APPG – Apoio à Pós-Graduação
ARI - Assessoria de Relações Institucionais
AUDIN - Auditoria Interna
BGE - Biologia e Genômica Embrionária
BICT - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
BPEq – Banco de Professor Equivalente
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS – Comunicação de Acidente em Serviço
CCA- Comitê Central de Avaliação
CEaD - Coordenadoria de Educação a Distância
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais
CGPLS – Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
CGTIC - Conselho Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU - Controladoria-Geral da União
CLA - Comitês Locais de Avaliação
CMP – Coordenadoria de Material, Patrimônio e Logística
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEDUCAR - Metodologias de Ensino e Formação de Professores
CONCUR – Conselho Curador
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONSUNI - Conselho Universitário
COPSPAD - Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPADS - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos
CPPD - Comissão de Permanente de Pessoal Docente
CSE – Comissão Superior de Ensino
CUSCo - Central Unificada de Sistemas de Comunicações
DEaD - Diretoria de Educação a Distância
DTIC – Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação
EAD – Educação à Distância
EGD – Estratégia de Governança Digital
EIRE - Exploração Integrada de Recursos Energéticos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
e-Sic- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FONAI-MEC - Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação

GBToxCe - Grupo de Pesquisa em Bioquímica e Toxicologia em *Caenorhabditis elegans*

GEADER - Gestão em Agronegócio e Desenvolvimento Rural

GEEHN - Grupos de Estudos em Educação, História e Narrativas

GENSQ - Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida

GENUR - Grupo de Estudos em Produção e Nutrição de Ruminantes

GEOCOMAR/GEOPAMPA - Grupo de Geociências da UNIPAMPA

GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações

GESEP - Grupo de Energia e Sistemas Elétricos de Potência

GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GESTOX – Grupo de Estudos em Estresse Oxidativo

GNAP - Grupo de Pesquisa em Neuromecânica Aplicada

GOMNDI - Grupo de Ótica, Micro e Nanofabricação de Dispositivos

GPAFIA - Grupo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde na Infância e Adolescência

GPEC - Grupo de Pesquisa em Energia e Carboquímica

GPEEA - Grupo de Pesquisa em Estatística e Experimentação Agronômica

GPFIN - Grupo de Pesquisa em Fisioterapia Neurofuncional

GPFIs - Grupo de Pesquisa em Fisiologia

GPSEI - Grupo de Pesquisa em Sistemas Eletrônicos

GURI - Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais

HTML - Linguagem de Marcação de Hipertexto

HU – Hospital Universitário

HUVeT – Hospital Universitário Veterinário

IC – Iniciação Científica

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IN – Instrução Normativa

INCLUSIVE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INOVAPAMPA – Apoio à Inovação na UNIPAMPA

LAI – Lei de Acesso à Informação

LEA - Laboratório de Estudos Avançados em Computação

LEFQPN - Laboratório de Estudos Físico-Químicos e Produtos Naturas

LEMA - Laboratório de Eletromagnetismo, Micro-Ondas e Antenas

LESA - Laboratório de Engenharia de Software Aplicada

LIFE - Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores

LNC – Levantamento das Necessidades de Capacitação

MACONFI - Manual de Procedimentos da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

MAEC - Materiais Aplicados à Engenharia Civil

matE² - Educação e Educação Matemática

MEC - Ministério da Educação

MPF – Ministério Público Federal

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS – Ministério da Saúde
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NEPE² - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Enologia
NInA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUBIOTOXIM - Núcleo de Pesquisa em Bioquímica, Toxicologia e Imunologia
NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional
NUDEPE – Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna
PampaTec - Parque Científico e Tecnológico do Pampa
PAPE - Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos
PAPEC - Programa de Apoio à Realização de Eventos e Cursos
PAPG- Programa de Auxílio à Pós-Graduação
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores
PASP - Programa de Apoio Social e Pedagógico
PBDA - Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico
PBI - Programa de Apoio à Instalação Estudantil
PBIP - Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa
PBP - Programa Bolsas de Permanência
PDA – Programa de Desenvolvimento Acadêmico
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC – Plano Diretor da Tecnologia, Informação e Comunicação
PE – Planejamento Estratégico
PET – Programa de Educação Tutorial
PF – Procuradoria Federal
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio
PIBIC/AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- Ações Afirmativas
PIBID – Programa de Bolsistas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBITI-FUNTTEL - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação / Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROFEXT - Programa de Fomento à Extensão
PROGEPE - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura
PCSF – Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos
QRSTA - Quadro de Referências dos Servidores Técnicos Administrativos
RAINT - Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RG – Relatório de Gestão
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a Pagar
RT – Retribuição por titulação
RU – Restaurante Universitário
SA – Solicitação de Auditoria
SEURS - Seminário de Extensão Universitária
SESu – Secretaria de Educação Superior
SFC – Sistema Federal de Controle Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIE – Sistema de Informação para o Ensino
SIEPE-Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPPEE - Sistema de Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNCT - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO/MEC - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SRP – Sistema de Registro de Preços
TAE – Técnico-Administrativos em Educação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TESA - Grupo de Pesquisa Tecnologia Social e Assistiva
TI – Tecnologia da Informação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UPC - Unidade Prestadora de Contas
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
Unipampa - Fundação Universidade Federal do Pampa

Lista de Figuras

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	21
FIGURA 2 - PROCESSO DE MATRÍCULA DE CALOUROS	25
FIGURA 3 - MACROPROCESSO DE PESQUISA	28
FIGURA 4 - MACROPROCESSO DE EXTENSÃO.....	30
FIGURA 5 - OUVIDORIA 2016 - MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS POR MÊS	179
FIGURA 6 - MANIFESTAÇÕES POR CATEGORIAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA EM 2016	180
FIGURA 7 - GRUPOS DE USUÁRIOS DA OUVIDORIA EM 2016	180
FIGURA 8 - MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS PELOS CIDADÃOS PARA CONTATAR A OUVIDORIA EM 2016.....	181
FIGURA 9 - COMPARATIVO DO QUANTITATIVO ANUAL DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA	181
FIGURA 10 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC) 2016 - PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR MÊS	182
FIGURA 11 - COMPARATIVO DO QUANTITATIVO ANUAL DE MANIFESTAÇÃO PELO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC).....	183
FIGURA 12 - QUANTITATIVO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ATENDIMENTO DISPONIBILIZADA PELO SISTEMA GURI.....	184
FIGURA 13 - REFERENTE À QUESTÃO 1 – “A RESPOSTA É OBJETIVA E DE FÁCIL COMPREENSÃO?”	184
FIGURA 14 - REFERENTE À QUESTÃO 2 – “A RESPOSTA ATENDE ÀS MINHAS EXPECTATIVAS?”	185
FIGURA 15 – REFERENTE À QUESTÃO 3 – “O ÓRGÃO FOI PRESTATIVO E CORDIAL NA RESPOSTA?”:	185
FIGURA 16 - REFERENTE À QUESTÃO 4 – “RECOMENDARIA O CONTATO COM A OUVIDORIA PARA UM AMIGO OU CONHECIDO?”	186

Lista de Quadros

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	18
QUADRO 2 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	22
QUADRO 3 - MACROPROCESSO FINALÍSTICO	29
QUADRO 4 - INSUMOS E FORNECEDORES.....	33
QUADRO 5 - MACROPROCESSO FINALÍSTICO	34
QUADRO 6 - PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE	36
QUADRO 7 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS – AÇÃO 20GK.....	57
QUADRO 8 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS – AÇÃO 4002	58
QUADRO 9 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS – 20RK.....	59
QUADRO 10 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS – AÇÃO 8282	61
QUADRO 11 - RESTOS A PAGAR	65
QUADRO 12 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	66
QUADRO 13 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES.	66
QUADRO 14 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	67
QUADRO 15 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	67
QUADRO 16 - RECEITA PREVISTA X REALIZADA	70
QUADRO 17 - DESPESA EMPENHADA COM RECEITA PRÓPRIA	71
QUADRO 18 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	72
QUADRO 19 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	73
QUADRO 20 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	76
QUADRO 21 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	77
QUADRO 22 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	77
QUADRO 23 - PROCESSOS SELETIVOS E INGRESSOS NA UNIPAMPA NO ANO DE 2016	79
QUADRO 24 - RESUMO DE CONCEITOS ATRIBUÍDOS NO PROCESSO DE RECRENCIAMENTO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA	80
QUADRO 25 - EVASÃO DE DISCENTES POR ANO/SEMESTRE/CAUSA	81
QUADRO 26 - INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	85
QUADRO 27 - VAGAS OFERTADAS 2016 – SISU.....	90
QUADRO 28 - OUTRAS FORMAS DE INGRESSO	92
QUADRO 29 - RECURSOS REFERENTES AO EDITAL DE APOIO A GRUPOS DE PESQUISA – EDITAL 02/2015	93
QUADRO 30 - RECURSOS REFERENTES AO EDITAL DE APOIO A PROGRAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO – EDITAL 03/2015	94
QUADRO 31 - DEMONSTRATIVO DO TOTAL DE BOLSAS POR CAMPUS CONTEMPLADO POR EDITAL.....	96
QUADRO 32 - BOLSAS PIBIC.....	97
QUADRO 33 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSAS PELO EDITAL CNPQ – PIBIC	97
QUADRO 34 - PIBIC AF.....	97
QUADRO 35 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA NO EDITAL CNPQ 2016 - PIBIC - AF	98
QUADRO 36 - PIBITI	98
QUADRO 37 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA NO EDITAL CNPQ 2016 - PIBITI.....	98
QUADRO 38 - PIBIC EM.....	98

QUADRO 39 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA NO EDITAL CNPQ 2016 – ENSINO MÉDIO.....	99
QUADRO 40 - PROBIC	99
QUADRO 41 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA NO EDITAL FAPERGS 2016 - PROBIC	99
QUADRO 42- PROBITI	100
QUADRO 43 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA NO EDITAL FAPERGS 2016 - PROBITI	100
QUADRO 44 - PDA PESQUISA	101
QUADRO 45 - PDA PESQUISA - DIVISÃO DOS PROJETOS POR CAMPUS.....	101
QUADRO 46 - PDA PESQUISA - DIVISÃO DOS PROJETOS POR ÁREA DO CONHECIMENTO	101
QUADRO 47 - RELAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSAS DE PESQUISA PELO EDITAL PDA - 2016.....	102
QUADRO 48 - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE GRUPOS DE PESQUISA CONTEMPLADOS COM BOLSA POR EDITAL.....	103
QUADRO 49 - REUNIÕES COM ANÁLISE DE PROTOCOLOS REALIZADAS PELO CEP EM 2016	105
QUADRO 50 - PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	106
QUADRO 51 - PRODUÇÃO TÉCNICA.....	106
QUADRO 52 - EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	107
QUADRO 53 - CURSOS STRICTO SENSU RECOMENDADOS PELA CAPES – EM ANDAMENTO.....	107
QUADRO 54 - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E RESPECTIVAS NOTAS DA AVALIAÇÃO CAPES	108
QUADRO 55 - EVOLUÇÃO DOS AUXÍLIOS E BOLSAS DESTINADOS AOS DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO	109
QUADRO 56 - VALORES DOS RECURSOS CAPES RECEBIDOS PARA MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	109
QUADRO 57 - NÚMERO DE DOCENTES POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	109
QUADRO 58 - CURSOS <i>LATO SENSU</i> POR <i>CAMPUS</i> E NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2016.....	110
QUADRO 59 - INDICADORES PRIMÁRIOS	113
QUADRO 60 - INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002 - P	113
QUADRO 61 - AÇÕES PREVISTAS NO PAINT 2016 E EXECUTADAS NO EXERCÍCIO....	122
QUADRO 62 - AÇÕES PREVISTAS NO PAINT 2016 E NÃO EXECUTADAS NO EXERCÍCIO	126
QUADRO 63 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	127
QUADRO 64 - ESCOLARIDADE DOS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO E DOS DOCENTES	130
QUADRO 65 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO	133
QUADRO 66 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	134
QUADRO 67 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	134
QUADRO 68 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	134
QUADRO 69 - DESPESA DE PESSOAL.....	137
QUADRO 70 - IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E APLICAÇÃO DO TRATAMENTO	138
QUADRO 71 - INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL	141
QUADRO 72 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	142
QUADRO 73 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	143

QUADRO 74 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	145
QUADRO 75 - Nº DE VEÍCULOS, QUILOMETRAGEM PERCORRIDA, IDADE MÉDIA DA FROTA	147
QUADRO 76 - CUSTOS DA MANUTENÇÃO DA FROTA.....	147
QUADRO 77 - DADOS DOS CONTRATOS COM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERCEIRIZADAS.....	148
QUADRO 78 - AUTOMÓVEIS INSERVÍVEIS	151
QUADRO 79 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	152
QUADRO 80 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	152
QUADRO 81 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 1.....	153
QUADRO 82 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 2.....	154
QUADRO 83 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 3.....	155
QUADRO 84 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 4.....	156
QUADRO 85 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 5.....	156
QUADRO 86 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 6.....	157
QUADRO 87 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 7.....	158
QUADRO 88 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 8.....	158
QUADRO 89 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 9.....	159
QUADRO 90 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 10.....	160
QUADRO 91 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEL 11.....	160
QUADRO 92 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ (CONVÊNIO) – IMÓVEL 1	163
QUADRO 93 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ (CONVÊNIO) – IMÓVEL 2	164
QUADRO 94 - QUANTITATIVO DE IMÓVEIS LOCADOS	165
QUADRO 95 - QUALITATIVO DE IMÓVEIS LOCADOS	165
QUADRO 96 - TREINAMENTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS EM 2016.....	169
QUADRO 97 - QUADRO COM OS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE	173
QUADRO 98 - MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO	195
QUADRO 99 - INFORMAÇÕES SOBRE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	196
QUADRO 100 - ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 5.626/2005.....	197
QUADRO 101 - QUADRO DAS OBRAS.....	201
QUADRO 102 - RELATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS, LINHAS DE PESQUISA E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	224
QUADRO 103 - PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO	230

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	17
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	18
2.1 Finalidade e competências	18
2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	19
2.3 Ambiente de atuação.....	19
2.4 Organograma	21
2.5 Macroprocessos finalísticos	25
2.5.1 Macroprocesso da Graduação	25
2.5.2 Macroprocesso Pesquisa	28
2.5.3 Macroprocesso Extensão	30
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	36
3.1 Planejamento organizacional	36
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	55
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	55
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	56
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos....	56
3.3 Desempenho Orçamentário	57
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	57
3.3.2 Fatores intervenientes do desempenho orçamentário	62
3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	65
3.3.4 Execução descentralizada com transferências de recursos	66
3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	68
3.3.5 Informações sobre a realização das receitas	70
3.3.6 Informação sobre a execução das despesas	72

3.3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	76
3.4 Desempenho operacional	79
3.4.1 Ensino de Graduação.....	79
3.4.1.1 Informações Acadêmicas	85
3.4.2 Pesquisa	92
3.4.3 Pós-Graduação.....	106
3.4.4 Extensão	110
3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	113
3.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho, conforme deliberações do Tribunal de contas da União.....	113
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	115
4.1 Descrição das estruturas de governança	115
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna	119
4.2.1 Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna	119
4.2.2 Elementos que caracterizam a independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna	119
4.2.3 Estrutura, escolha do titular e posicionamento da Unidade de Auditoria Interna	120
4.2.4 Rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações da auditoria interna	120
4.2.5 Sistemática ou sistema para monitoramento dos resultados de trabalhos da auditoria interna.....	120
4.2.6 Conhecimento pela alta gestão das recomendações feitas pela auditoria interna e riscos pela não implementação.....	121
4.2.7 Sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência.....	121
4.2.8 Avaliação da capacidade dos controles internos administrativos	122
4.2.9 Informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.....	122
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	126
4.4 Gestão de riscos e controles internos.....	127

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	130
5.1 Gestão de pessoas	130
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	134
5.1.1.1 Análise Crítica	135
5.1.1.2 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	136
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	137
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	138
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	142
5.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio	142
5.1.4.2 Contratação de estagiários	145
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	146
5.2.1 Gestão da frota de veículos	146
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	150
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	151
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	163
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	165
5.3 Gestão da tecnologia da informação	166
5.3.1 Descrição do Plano Estratégico de TI	166
5.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI	167
5.3.3 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI.....	168
5.3.4 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI.....	170
5.3.5 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade	170
5.3.6 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período	170
5.3.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.....	170
5.3.8 Principais sistemas de informações	171
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	175

6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	179
6.1	Canais de acesso do Cidadão	179
6.2	Carta de serviços ao Cidadão	183
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários	183
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	186
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	187
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	191
7.1	Desempenho financeiro no exercício	191
7.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	191
7.2.1	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	192
7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	193
7.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	194
7.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e notas explicativas	194
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	195
8.1	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	195
8.2	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	195
8.3	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8666/1993	196
8.4	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	196
8.5	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	197
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO	199
9.1	Educação a distância.....	199
9.2	Obras e infraestrutura	199
10.	ANEXOS E APÊNDICES	203
	ANEXO 1 - PORTARIA Nº 1695, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.....	203

ANEXO 2 – Balanço Financeiro	212
ANEXO 3 – Balanço Orçamentário.....	213
ANEXO 4 – Balanço Patrimonial	216
ANEXO 5 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	218
ANEXO 6 – Demonstração do fluxo de caixa.....	221
ANEXO 7 – Relatório dos grupos de pesquisa	224
ANEXO 8 – Projetos de TI desenvolvidos no período	230

1. APRESENTAÇÃO

A UNIPAMPA, instituição de Educação Superior, criada por meio da Lei Federal nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008 sob a forma de fundação pública, vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica própria e autonomia didático-científica, administrativa e financeira com a incumbência de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nos dez campi que a compõem, a saber: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, tendo a sede na cidade de Bagé.

Este relatório tem a intenção de retratar os números e avanços da instituição no que se refere, sobretudo, o comprometimento com o atendimento dos objetivos estabelecidos pela Gestão, resultado das atuações técnicas e acadêmicas, mostrando o importante papel da UNIPAMPA como uma Universidade em desenvolvimento, capaz de sustentar um projeto acadêmico desafiador e contemporâneo. É, portanto, a partir deste contexto que são apresentados os principais resultados do trabalho desenvolvido ao longo de 2016.

O relatório está estruturado em conformidade com as normativas estabelecidas pelo TCU para o Relatório de Gestão do exercício de 2016.

As principais realizações da gestão podem ser observadas na execução das metas nas diferentes áreas do seu planejamento, expresso no capítulo dois; e no crescimento da capacidade instalada (obras e recursos humanos) refletindo na quantidade e na qualidade dos serviços ofertados através das ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Este relatório não se limitou a apresentar apenas os itens obrigatórios, mas também trouxe como relevante o andamento das ações de educação à distância e das obras e edificações ainda em andamento na Universidade.

Como pode ser percebido no Relatório são mencionadas algumas das principais dificuldades durante o exercício proporcionado pela mudança na gestão da Universidade e pelos contingenciamentos realizados pelo Governo Federal no orçamento da Universidade.

O Relatório de Gestão do exercício de 2016 é apresentado de acordo com os termos do art. 70 da Constituição Federal, considerando as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 da DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Pampa			
Denominação Abreviada: Unipampa			
Código SIORG: 94739	Código LOA: 26266		Código SIAFI: 154359
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 09.341.233/0001-22
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(53) 3240-5400	(53) 3240-5404	(53) 3240-5420
Endereço Eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br ; proplan@unipampa.edu.br ;			
Página na Internet: www.unipampa.edu.br			
Endereço Postal: Av. General Osório, 900, CEP 96.400-100, Bagé - RS			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154359	Fundação Universidade Federal Do Pampa		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26266	Fundação Universidade Federal Do Pampa		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154359		26266	

Fonte: PROPLAN

2.1 Finalidade e competências

A Unipampa é uma instituição multicampi cujas responsabilidades institucionais estão estabelecidas na Lei de sua criação, bem como em seu Estatuto.

De acordo com a Lei nº 11.640/2008:

Art.2º A Unipampa terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Em consonância com a Lei de Criação, o Estatuto estabelece:

Art. 9º A Unipampa, comunidade de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo em educação, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Art. 10º Para a consecução de seus fins, em ações multicampi, a Unipampa realizará:

I - ensino superior, visando à formação de excelência, acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - pesquisa e atividades criadoras, nas ciências, nas letras e nas artes;

- III - estudos da problemática social, econômica e ambiental da região, do país e do planeta;
- IV - extensão universitária, visando o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de sua área de abrangência, bem como do estado e do país, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas, de âmbito regional, nacional e mundial;
- V - educação para o desenvolvimento sustentável, estimulando saberes que promovam condições dignas de vida humana, social e ambiental, no contexto local, regional, nacional e mundial;
- VI - oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias;
- VII - a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.

2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Lei nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008.

Outras normas infralegais

Portaria 373/2009 - Estatuto da Universidade Federal do Pampa

Resolução 05/2010 – Regimento Geral

Portaria nº 1.695/16 – Institui a estrutura organizacional da Unipampa

Portaria nº 1.696/16 – Institui o organograma da instituição

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Resolução nº 29/2011 – Normas da Graduação

Resolução nº 62/2013 – Normas da Pós-Graduação Lato Sensu

Resolução nº 115/2015 – Normas da Pós-Graduação Stricto Sensu

Resolução nº 104/2015 – Normas de Extensão e Cultura

2.3 Ambiente de atuação

A Unipampa foi criada pelo governo federal para minimizar o processo de estagnação econômica onde ela está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A instituição possui a responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à Educação Básica e à Educação Superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Ainda, busca contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina (PDI 2014-2018, pág. 14). É uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (PDI 2014-2018, pág. 02). Compõem as Unidades Universitárias da Unipampa os seguintes *campi*: *Campus* Alegrete, *Campus* Bagé, *Campus* Caçapava do Sul, *Campus* Dom Pedrito, *Campus* Itaqui, *Campus* Jaguarão, *Campus* Santana do Livramento, *Campus* São Borja, *Campus* São Gabriel e *Campus* Uruguaiana.

Quanto ao ambiente de atuação, este pode ser definido como nacional no que se refere ao seu processo seletivo (por adotar o Sisu como principal forma de ingresso). Porém, sua influência direta

se expande em âmbito mais restrito, abrangendo as dez cidades onde estão instalados os *campi*. Essa ação busca ampliar o contato com a realidade da comunidade onde a universidade está inserida, com vistas a desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, a Unipampa, de acordo com o seu PDI (2014-2018), tem por missão “promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” e busca “[...] constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo”.

A concepção de pesquisa na Universidade está orientada pelos princípios definidos no PDI e tem dois objetivos principais: ampliação e consolidação das atividades de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional, em diferentes áreas do saber, visando à produção, aplicação e disseminação do conhecimento de maneira ética e sustentável; e geração de conhecimento científico básico e aplicado de reconhecido mérito.

A política de Extensão Universitária, definida no Plano Nacional de Extensão, define como diretrizes uma atuação transformadora e de impacto sobre as questões nacionais e regionais prioritárias, de caráter bidirecional da relação da Universidade com outros setores da sociedade.

A Extensão Universitária é realizada, preferencialmente, sob a forma de programas, que abrangem projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviços, elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos. Desse modo, a extensão assume o papel de promover a articulação entre universidade e sociedade, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e constitui-se em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Além disso, há de se estabelecer que a Extensão Universitária deva conjugar-se às políticas públicas nacionais, profundamente articuladas com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Nessa concepção, a Extensão assume o papel de promover essa articulação, bem como o de levar o conhecimento até a sociedade, realimentando suas práticas acadêmicas a partir desta relação dialógica. Estabelecemos, ainda, que é papel da Extensão Universitária promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. E ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade.

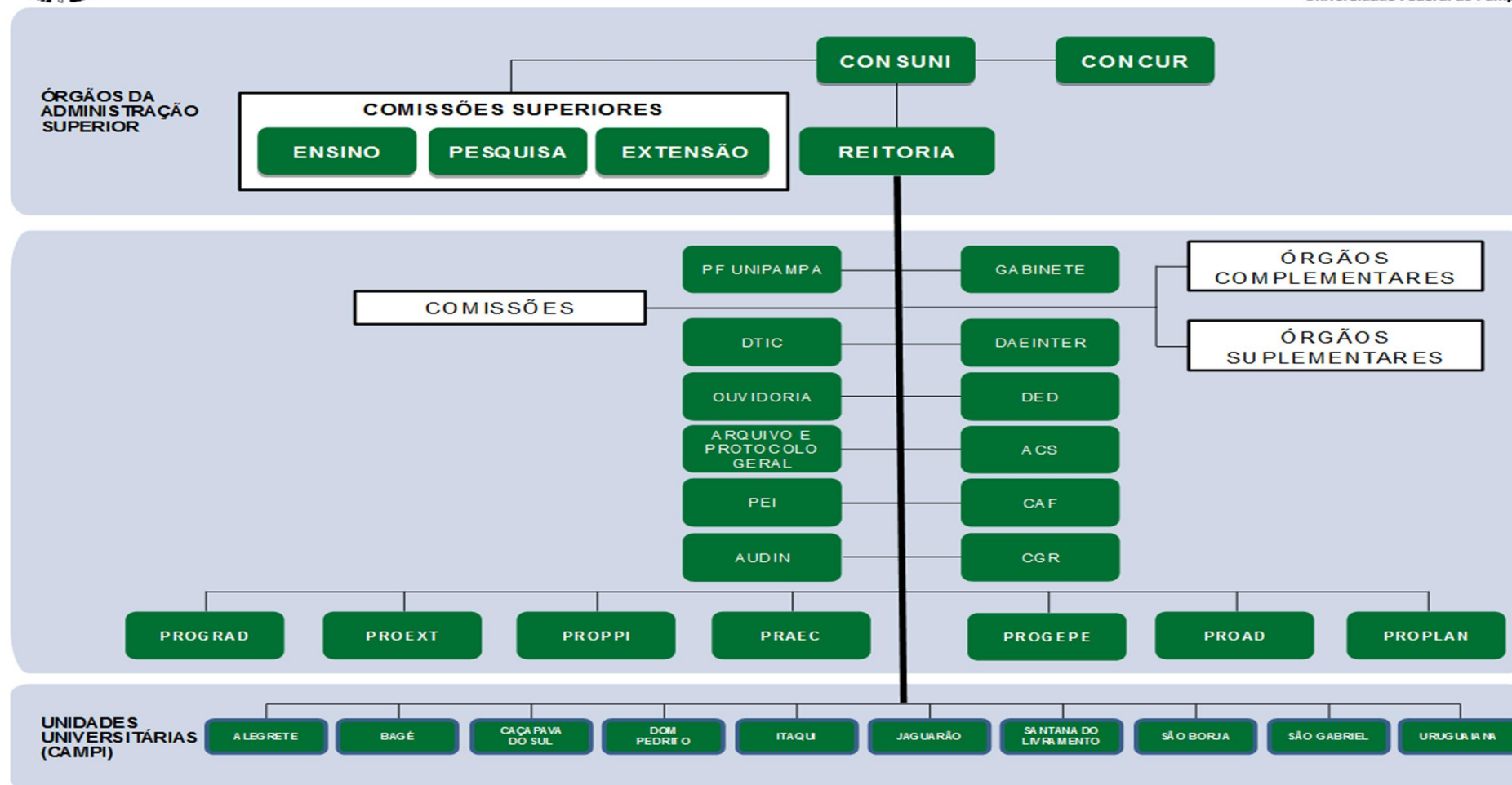
2.4 Organograma

Figura 1 - Organograma Institucional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL 2016



Fonte: Gabinete da Reitoria

A Estrutura Organizacional da Unipampa foi instituída pela Portaria nº 367/2013, de 18 de abril de 2013, publicada no Boletim de Serviço 24/2013, que esteve em vigor até 04 de maio de 2016. Em 05 de maio de 2016, foi publicada a Portaria nº 900 e 901, que instituíram, respectivamente, a estrutura organizacional e o organograma da Universidade Federal do Pampa, sendo este último um grande avanço para o entendimento macro de uma universidade multicampi.

Durante um semestre foram efetuadas reuniões e processos de melhoria tanto no organograma apresentado pela primeira vez à comunidade acadêmica, quanto na nova estrutura organizacional desta gestão. Em 21 de dezembro de 2016, após debate no CONSUNI, essas duas últimas portarias citadas foram revogadas, passando a vigorar as Portarias nº 1.695 e 1696, instituindo a atual estrutura organizacional e o organograma da instituição, respectivamente.

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete da Reitoria	A Reitoria é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias, compreendendo o Gabinete do Reitor e do Vice-Reitor, as Pró-Reitorias, a Procuradoria Federal, os Órgãos Suplementares e as Assessorias Especializadas. Ao Reitor compete administrar, representar, coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias e ao Vice-Reitor compete coordenar e superintender as atividades da Vice-Reitoria, bem como substituir ao Reitor nos afastamentos temporários e impedimentos eventuais.	Marco Antonio Fontoura Hansen Maurício Aires Vieira	Reitor Vice-Reitor	01/02/2016 a 04/02/2016 25/04/2016 a 05/05/2016 01/08/2016 a 14/08/2016 15/09/2016 a 15/09/2016 30/09/2016 a 03/10/2016 23/10/2016 a 29/10/2016 03/11/2016 a 12/11/2016
Pró-Reitoria de Graduação	É responsável pela gestão pedagógica, com vistas a fortalecer a relação teórico-prática, a reflexão-ação, a flexibilização curricular, a pesquisa como princípio educativo. Desenvolve ações de formação continuada dos professores, de estudos permanentes e de desenvolvimento de ações cujo foco principal são as relações professor-aluno, o processo didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, as práticas educativas e o processo de avaliação, com a finalidade	Ricardo Howes Carpes Maristela Cortez Sawitzki	Pró-Reitor Pró-Reitor Adjunto	15/02/2016 a 15/02/2016 28/03/2016 a 10/04/2016 26/09/2016 a 05/10/2016 06/12/2016 a 10/12/2016 11/12/2016 a 25/12/2016

	de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.			
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Promove a articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente, esta articulação da extensão pode gerar novas pesquisas, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Nádia Fatima dos Santos Bucco Rafael Lucyk Maurer	Pró-Reitora Pró-Reitor Adjunto	09/07/2016 a 29/07/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Gestão estratégica do sistema institucional de pós-graduação tem como objetivos incentivar, assessorar e organizar as atividades de pesquisa científica e tecnológica. Ainda, é responsável por ações como a organização da participação da Instituição em Editais de fomento à pesquisa, incentivo à publicação em periódicos recomendados pela CAPES e aquisição de equipamentos para formação de laboratórios Institucionais.	Alessandro Gonçalves Girardi José Pedro Rebes Lima	Pró-Reitor Pró-Reitor Adjunto	04/01/2016 a 12/01/2016 01/08/2016 a 07/08/2016 15/08/2016 a 21/08/2016
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Desenvolvimento de programas, ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária. Ainda, é responsável pela coordenação dos programas de subsídios aos estudantes.	Sandro Burgos Casado Teixeira Cristóvão Domingos de Almeida Marcelo Ferreira	Pró-Reitor Pró-Reitor Adjunto (até 01/08/2016) Pró-Reitor Adjunto (desde 28/11/2016)	25/04/2016 à 03/05/2016
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Coordena assuntos e ações inerentes à gestão de pessoas de forma global, integrando-os aos relacionados com a	César Augustus Techemayer	Pró-Reitor	

	assistência e benefícios aos servidores. Também, contribui para as definições da política e das estratégias que envolvam gestão de pessoas.	Daniel dos Santos Viegas Sandra Mara Silva de Leon	Pró-Reitor Adjunto	01/02/2016 a 27/02/2016 05/03/2016 a 18/03/2016 15/07/2016 a 29/07/2016 12/12/2016 a 16/12/2016
Pró-Reitoria de Administração	Responde pela tramitação da documentação institucional; as execuções financeira e contábil; a aquisição de bens e serviços; a guarda, o registro e o fornecimento do material permanente e de consumo. Ainda, compete à PROAD o controle dos bens móveis e imóveis, a contratação de serviços terceirizados, bem como a organização da frota e logística da Instituição.	Evelton Machado Ferreira Lucas Geraldo Campos Dalenogare	Pró-Reitor Coordenador	08/03/2016 a 10/03/2016 12/09/2016 a 21/09/2016 08/11/2016 a 11/11/2016 28/11/2016 a 28/11/2016 05/12/2016 a 06/12/2016
Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura	É responsável, no âmbito da Universidade, pela coordenação, de forma articulada, dos processos de planejamento e infraestrutura, abrangendo a gestão orçamentária, bem como a coordenação dos serviços de obras e da manutenção da Instituição.	Luís Hamilton Tarragô Pereira Junior José Waldomiro Jimenez Rojas	Pró-Reitor Pró-Reitor Adjunto	11/07/2016 a 28/07/2016 01/08/2016 a 01/08/2016 09/12/2016 a 18/12/2016 20/12/2016 a 23/12/2016
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	É responsável por criar e manter condições para o funcionamento sistêmico das atividades ligadas à tecnologia da informação e comunicação na Universidade, a fim de dar suporte ao desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, gestão e serviços à comunidade.	Pierre Correa Martin Piero Silva Salaberri Charles Rodrigues Bastos	Diretor Coordenador Substituto	11/01/2016 a 20/01/2016 11/06/2016 a 18/06/2016 25/07/2016 a 03/08/2016 13/12/2016 a 27/12/2016 24/08/2016 a 02/09/2016

Fonte: Gabinete da Reitoria

2.5 Macroprocessos finalísticos

2.5.1 Macroprocesso da Graduação

Figura 2 - Processo de matrícula de calouros



Fonte: PROGRAD

Curso de Graduação

Curso de graduação se caracteriza como atividade fim, ensino superior na Unipampa, conferindo 3º (terceiro) grau aos estudantes desta universidade. Na atualizada a universidade é responsável pela gestão e o desenvolvimento de 64 (sessenta e quatro) cursos de graduação, ofertando vagas em 41 (quarenta e um) cursos de bacharelados, 18 cursos de licenciaturas e 5 cursos superiores de tecnologia.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é a origem do curso de graduação na Unipampa e a referência às atividades acadêmicas dispostas no curso. Os trâmites institucionais do PPC seguem desde a concepção do mesmo, à análise e emissão de pareceres pela Comissão Local de Ensino (campus de referência do curso), pelo Conselho de Campus, pela Pró-Reitoria de Graduação, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura e pela Comissão Superior de Ensino (CSE). Os referidos pareceres constituem-se em referências à aprovação do PPC e/ou autorização de funcionamento do Curso pelo Conselho Superior da Universidade (CONSUNI). Conforme legislação do Ministério da Educação (MEC), alguns cursos exigem avaliação externa quanto às condições de oferta do Curso e a autorização de órgãos específicos.

Seleção e ingresso discente

A partir da autorização de funcionamento do curso, efetiva-se o processo de seleção e decorrente desse processo, ocorre o ingresso discente com a matrícula dos candidatos aprovados/selecionados.

A Resolução Consuni/Unipampa nº 29/2011 estabelece que o Processo Seletivo seja realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Outra forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo Específico, autorizado pelo CONSUNI, como no caso, seleção de discentes aos cursos Educação do Campo – Licenciatura; Letras Português na modalidade à distância e 2º Ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT). Também ocorre processo seletivo específico, para o ingresso de candidatos fronteiriços uruguaios e argentinos (este último implementado em 2016) e candidatos indígenas aldeados

No decorrer do semestre, de acordo com vagas disponibilizadas nos cursos, a Unipampa oportuniza, semestralmente, o Processo Seletivo Complementar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso (ex-discente da Unipampa), Transferência Voluntária e Portador de Diploma.

Desenvolvimento acadêmico discente

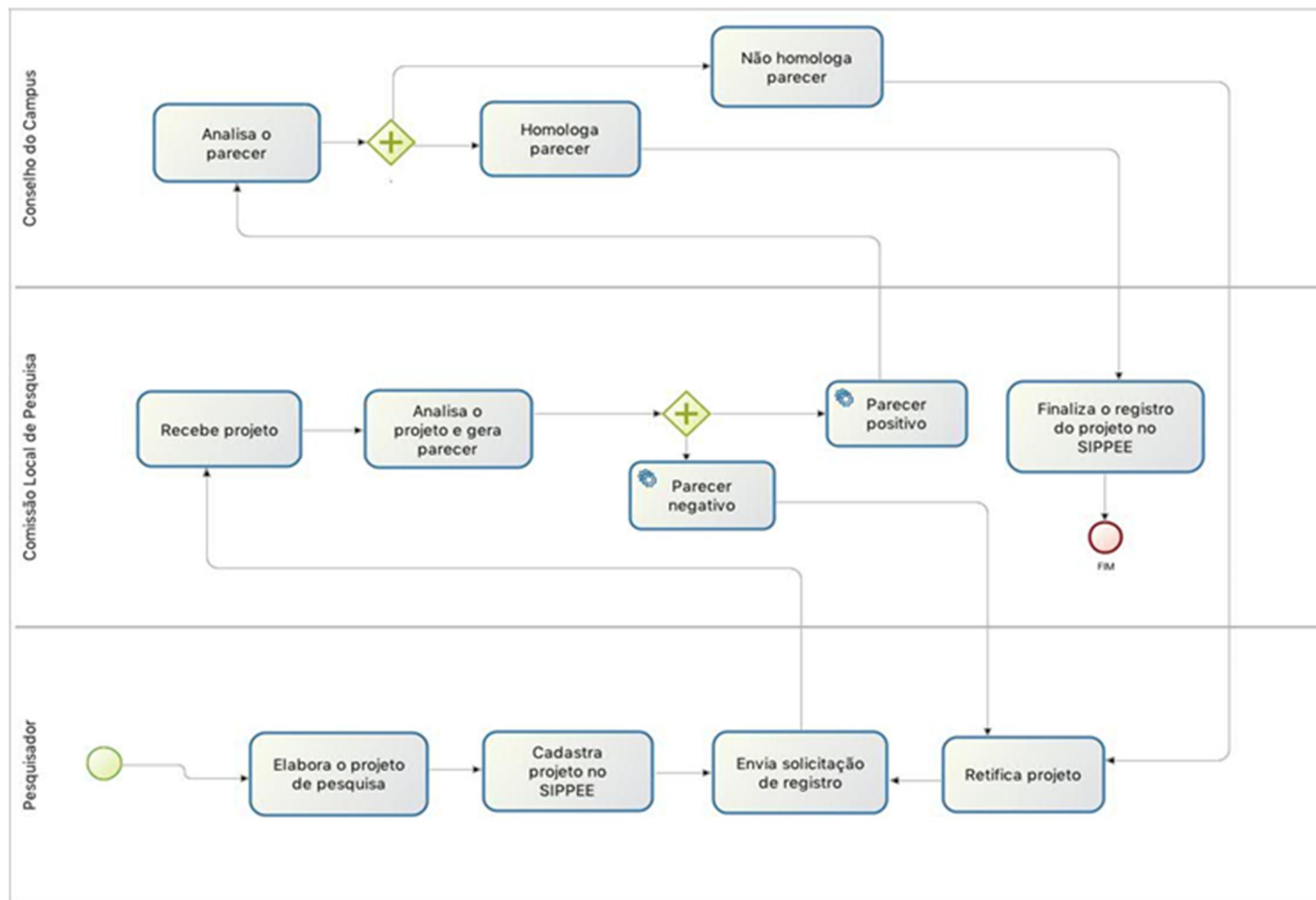
O desenvolvimento acadêmico discente se caracteriza pela matrícula semestral e pelo desenvolvimento de atividades acadêmicas durante o curso até a diplomação. Nesse contexto, destacam-se os processos e registros de atividades curriculares como: frequência e desempenho acadêmico relativo aos componentes curriculares, atividades complementares de graduação, estágios curriculares, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e diplomação. Também faz parte do desenvolvimento acadêmico a participação discente em projetos e programas extracurriculares como, por exemplo, o Programa de Educação Tutorial – PET, o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), o Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) e projetos de extensão, entre outros.

Acompanhamento do Egresso

O acompanhamento do egresso se caracteriza pela manutenção do contato entre a instituição e o egresso do curso, na perspectiva de estabelecer comunicação e diálogo com o ex-discente, com vistas a melhorias contínuas no processo de ensino, considerando diferentes realidades que os egressos vivenciam após a conclusão de seus cursos.

2.5.2 Macroprocesso Pesquisa

Figura 3 - Macroprocesso de pesquisa



Fonte: PROPPI

A Coordenadoria de Pós-graduação desenvolve suas atividades com vistas à manutenção e ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu.

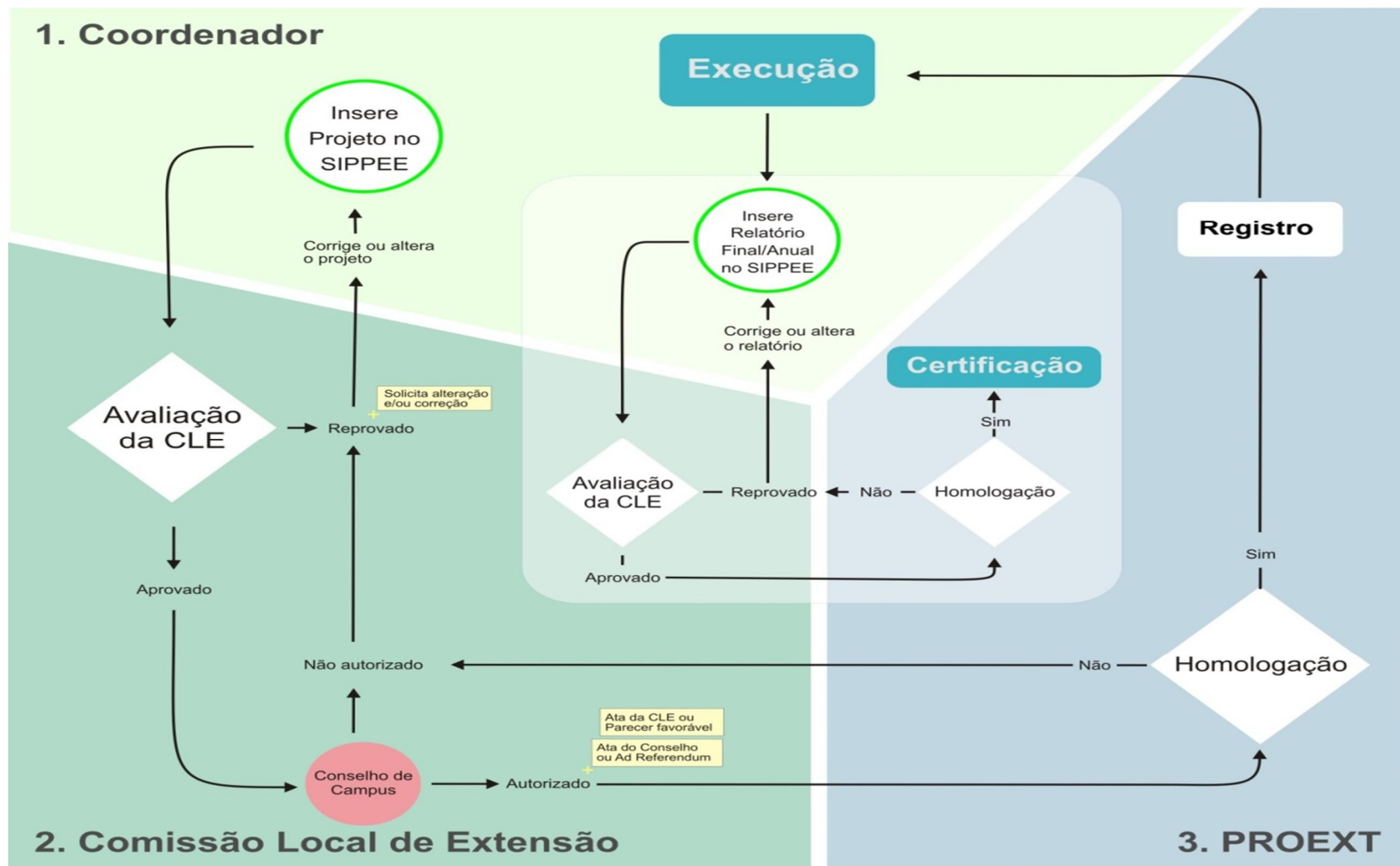
Quadro 3 - Macroprocesso Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Consolidação e desenvolvimento da Pós-Graduação na UNIPAMPA	<p>1. lato sensu - Apoio à criação e execução de cursos que propiciem o desenvolvimento regional e interação com a comunidade.</p> <p>2. stricto sensu - Apoio à criação e desenvolvimento de programas de pós-graduação, visando atender os critérios de excelência do Sistema Nacional de Pós-Graduação, definidos pela CAPES, e qualificando o corpo docente para atender às demandas de ensino de pós-graduação, pesquisa e internacionalização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do número de Cursos de PG; - Qualificação do ensino nos cursos de PG; - Qualificação de servidores; - Desenvolvimento da pesquisa; - Desenvolvimento regional; - Integração com a comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade Acadêmica; - Comunidade em geral; 	PROPPI, juntamente com todos os <i>campi</i> da UNIPAMPA

Fonte: PROPPI

2.5.3 Macroprocesso Extensão

Figura 4 - Macroprocesso de Extensão



Fonte: PROEXT

a) descrição sucinta;

Considera-se como macroprocesso finalístico da unidade o estabelecimento e a manutenção de relação dialógica entre a Universidade e a Comunidade Externa por meio da execução de projetos e programas coordenados por servidores docentes e técnicos administrativos e com a participação de discentes na equipe executora.

A realização do macroprocesso envolve, de maneira ampla, Comunidade Externa e Universidade, sendo esta compreendida pelo Coordenador da atividade de extensão e demais docentes, técnicos administrativos em educação e discentes integrantes da equipe executora; pelo Conselho do *Campus*, Comissão Local de Extensão e pela estrutura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXT). A partir da percepção de necessidades e características da comunidade externa, o coordenador elabora o projeto que deve ser registrado e cadastrado, seguindo trâmites que envolvem Comissão Local de Extensão e PROEXT. A partir da homologação do cadastro da proposta, o Coordenador está autorizado a iniciar a ação junto à Comunidade Externa. Todas as etapas do processo de registro e cadastro da ação são feitos no Sistema de Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE). Por sua vez, o processo de certificação resultante de sua execução é realizado por meio do Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos (SGCE).

A Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, se faz indispensável na formação dos estudantes, além de qualificar os servidores, faz um intercâmbio com a sociedade. Como atividade fim da Universidade, na diretriz indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, reafirma a relação Extensão e Ensino colocando o estudante como protagonista de sua formação técnica. Na relação entre a Extensão e a Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade.

As ações de extensão regulamentadas pela Resolução nº 104/2015, são classificadas como: Projetos – conjunto de ações articuladas em torno de tema e objetivos comuns; Programas – conjunto de projetos articulados, podendo contemplar mais de uma modalidade de ação (projeto, cursos, eventos); Cursos – atividades de formação e Eventos – atividades de caráter artístico ou científico.

O fluxo do registro de propostas envolve as seguintes etapas: o Coordenador insere a proposta no SIPPEE; a Comissão Local de Extensão e Conselho do Campus emitem os pareceres favoráveis ou encaminham para o Coordenador para ajustes; a PROEXT faz a homologação do projeto no SIPPEE, com base na Resolução CONSUNI nº 104/2015, gerando assim um número de registro e institucionalizando a proposta.

Entende-se que o macroprocesso relativo ao fluxo de registro, desenvolvimento e certificação dos projetos de extensão tem sido conduzido de forma satisfatória. Isso porque a articulação entre a PROEXT e as Comissões Locais de Extensão tem sido cada vez mais aprimorada. Isto se deu em decorrência da implementação no ano de 2016, de uma política de maior contato entre estas comissões e a Pró-Reitoria, por meio de reuniões presenciais e a distância. Deste modo, a Comissão Local de Extensão faz a importante articulação entre os proponentes, o Conselho de *Campus* e a PROEXT. Esta articulação se constitui como elemento central para que haja um acompanhamento em tempo real e auditável, das ações de extensão já existentes e um estímulo à proposição de novas ações.

Após o registro, a ação de extensão é desenvolvida pela equipe executora no local descrito no projeto/programa/course ou evento. O Relatório anual, sendo ele parcial ou final é inserido no sistema pelo Coordenador da ação, com prestação de contas quando for o caso. Este relatório será avaliado pela Comissão Local e pela PROEXT, que após análise do cumprimento de todas as etapas, encaminha os procedimentos de certificação para o Coordenador da ação e toda a equipe executora. Caso o Coordenador solicite, a PROEXT poderá certificar todos os participantes da ação.

b) principais atividades relacionadas;

A partir deste macroprocesso, podem ser modelados outros três processos fundamentais e que se referem ao registro de propostas, à execução de recursos financeiros que permitem a

realização das atividades e ao processo de certificação de projetos.

O fluxo de execução de recursos financeiros envolve diversas atividades e áreas da Universidade: a Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura (PROPLAN) disponibiliza a dotação orçamentária solicitada pela PROEXT para os projetos aprovados no edital nacional PROEXT MEC/SESu e nos editais internos, de acordo com cada elemento de despesa; a PROEXT de posse da dotação orçamentária, solicita à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF) o empenho de diárias e passagens, bolsas e auxílios financeiros a estudante e elabora juntamente com os coordenadores de propostas, os pedidos de compras de materiais de consumo, permanente e de prestação de serviços de terceiros, pessoa jurídica e/ou física e envia para a Coordenadoria de Contratos e Licitações (CCL); a CCF emite os empenhos de diárias e passagens e bolsas e auxílios financeiros a estudante e os encaminha para a PROEXT que, por sua vez, envia-os aos campi e coordenadores de projetos; a CCL efetua os processos de compras e envia os empenhos para a PROEXT que os encaminha aos fornecedores, campi e coordenadores de projetos; os campi executam as diárias e passagens, bolsas e auxílios com controle da PROEXT e recebem os equipamentos e materiais de consumo; a CCF executa a liquidação e pagamento de todos os empenhos; a Coordenadoria de Material, Patrimônio e Logística (CMPL) procede com o patrimônio dos bens adquiridos; o Coordenador do projeto, após o recebimento dos recursos e materiais, emite relatórios de atividades e faz a submissão no SIPPEE para fins de prestação de contas.

Por sua vez, o processo de certificação de projetos tramita da seguinte forma: o Coordenador insere o relatório final de atividades no SIPPEE; a Comissão Local de Extensão emite parecer favorável ou devolve para ajustes; o Conselho do Campus homologa parecer da Comissão Local; a PROEXT homologa parecer e emite os certificados digitais - por meio do SGCE - ao e-mail do participante.

No caso de propostas com período de vigência superior a um ano, o Coordenador do projeto deverá submeter no SIPPEE o relatório anual de atividades e também o relatório de atividades dos bolsistas, caso tenha sido contemplado em edital que disponibilizou recursos financeiros para bolsas anuais.

c) principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada;

Ações de extensão.

d) unidades técnicas diretamente responsáveis;

Neste item, discorre-se acerca do macroprocesso - fomentado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - relativo à execução de projetos, programas, cursos e eventos de extensão.

A fim de concretizar este macroprocesso, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade conta com as seguintes unidades técnicas que desempenham papel direto sob a sua execução. A seguir elencam-se cada um delas e descrevem-se suas respectivas funções:

Comissão superior de extensão: responsável por propor e analisar a política de extensão no que diz respeito às suas diretrizes, normas e procedimentos.

Comissão local de extensão: responsável pela avaliação dos projetos cadastrados em cada campus. Após avaliação os projetos são submetidos ao Conselho de Campus.

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC): responsável pela criação e manutenção do SGCE - Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos - através do qual são gerados os certificados para a equipe executora e comunidade externa participante dos projetos de extensão propostos por servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade Federal do Pampa.

e) principais insumos e fornecedores para a execução de cada macroprocesso;

Quadro 4 - Insumos e fornecedores

Insumo	Fornecedor
Recurso orçamentário	PROPLAN
Divulgação / plataforma de publicação	ACS
Frota e logística	Coordenação Administrativa dos campi
Sistema para gerência/emissão de certificados	DTIC

Fonte: PROEXT

f) principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e a forma de implementação das parcerias.

São principais clientes da Unipampa, considerando-se os macroprocessos relacionados à Extensão:

- Comunidade Externa: público-alvo obrigatório para qualquer ação de extensão a ser realizada.
- Corpo discente: é obrigatória a participação discente nas equipes dos projetos de Extensão, além de atuar em todas as etapas do projeto, almeja-se que a experiência em extensão seja impactante para a formação acadêmica e profissional do aluno.
- Região de Fronteira e Metade Sul do Rio Grande do Sul: Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional desta Instituição é um dos objetivos finais, promover, através de suas ações, o desenvolvimento regional nas cidades onde está inserida.

São principais parceiros da Universidade, considerando-se os macroprocessos relacionados à Extensão:

- Ministério da Educação
- MEC: principal financiador dos projetos e ações a serem realizadas;
- Prefeituras; colaboram na divulgação e mobilização de público para as ações, além de oferecer, em diversos casos, parcerias e soluções em termos de estrutura para realização de eventos.
- Secretarias Municipais de Educação: Mobilização de público específico das escolas, especialmente nas ações de Formação Continuada a Profissionais da Educação Básica;
- Secretarias Municipais de Cultura: Mobilização de público e profissionais específicos, atuando também no apoio a divulgação das ações de Extensão;
- Emater: Apoio fundamental na divulgação e mobilização de público, especialmente quando necessidade de atingir regiões rurais;
- Comércio Local; apoio a eventos e ações, através do oferecimento de seus serviços e produtos.

Quadro 5 - Macroprocesso Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Fomento a execução de Projetos e Programas, cursos e eventos de extensão	Gestão da extensão. Responsável pelo fomento à prática de projetos e programas de extensão através da identificação de fontes de recursos externos e da gestão de recursos financeiros concedidos aos extensionistas por meio de editais internos, cujos recursos sejam alocados na matriz orçamentária da Universidade ou editais externos com o repasse de recursos através de Termo de Execução Descentralizada.	Execução financeira de projetos e programas	Coordenadores dos projetos e programas (docentes e técnicos administrativos em educação) e discentes	Divisão de Fomento da Coordenadoria de Fomento às Ações de Extensão
Registro e Certificação das Ações de Extensão	Registro, Certificação e Avaliação da extensão. Responsável pela homologação e registro dos projetos de extensão, com base na Resolução nº 104/2015 e também pelo acompanhamento da execução das ações de extensão junto à comunidade externa para fins de avaliação do cumprimento dos objetivos propostos pelo coordenador ao submeter seu projeto ou programa de alinhamento das ações executadas com a política interna para extensão, expressa no PDI, e com a Política Nacional de Extensão	Projetos registrados e certificados emitidos; acompanhamento e avaliação das atividades previstas pelos projetos registrados	Coordenadores dos projetos e programas (docentes e técnicos administrativos em educação)	Divisão de Formação, Acompanhamento e Avaliação da Coordenadoria de Fomento às Ações de Extensão
Incentivo à Cultura	Realização de atividades artísticas e culturais. Responsável pela proposição de atividades artísticas e culturais e pelo apoio à realização de atividades dessa natureza propostas por servidores da universidade por meio de projetos e programas cadastrados junto à Proext	Ação artística e/ou cultural realizada	Docentes e técnicos administrativos em educação, discentes e comunidade externa	Coordenadoria de Cultura
Execução de ações voltadas à educação e ao desenvolvimento social	Elaboração de ações voltadas à formação continuada dos profissionais da Educação Básica, articulação com os movimentos sociais e elaboração de projetos institucionais	Execução de ações voltadas à formação continuada dos profissionais da Educação Básica, promoção de atividades com os	Comunidade interna e externa	Divisão de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica,

		movimentos sociais e execução de projetos institucionais		Divisão de Movimentos Sociais e Divisão de Programas Institucionais
--	--	--	--	--

Fonte: PROEXT

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

Quadro 6 - Planejamento da Universidade

Iniciativa	Indicador	Planejado	Realizado	SM	NA	PA	A	CA
EXCELÊNCIA ACADÊMICA								
OBJ. 01 - APERFEIÇOAR O ENSINO DE GRADUAÇÃO								
Busca pela excelência nas Unidades Acadêmicas, pela qualidade dos cursos de graduação e pela melhoria dos índices de avaliação externa e autoavaliação.	% de crescimento por ano dos indicadores de avaliação dos cursos por dimensão: didático-pedagógica, corpo docente, recursos e infraestrutura, desempenho discente.	10	7			X		
Ampliação da oferta de vagas através da criação de novos cursos.	N.º de cursos criados.	1	1				X	
	Nº de vagas criadas.	150	400				X	
Criação de mecanismos que permitam ou favoreçam a mobilidade discente entre as Unidades Acadêmicas.	Resolução Interna elaborada.	-	-	X				
	% de cursos com mobilidade <i>intercampi</i> .	12	90				X	
Inclusão, nos PPCs, de conteúdos temáticos referentes à acessibilidade e ao desenho universal.	% de cursos que contemplem a temática.	40	31,25			X		
Estímulo à oferta de componentes curriculares relativos ao desenvolvimento sustentável nos cursos.	% de cursos que ofertam o componente.	60	93,75				X	
Oferta do componente curricular complementar	% de cursos com oferta do componente curricular	70	93,47				X	

LIBRAS, nos cursos de bacharelado e tecnólogo.	de LIBRAS.							
Provimento de bibliografia básica, complementar e periódicos em formatos acessíveis.	% de bibliografia acessível para pessoas com deficiência, adquirida em relação à bibliografia solicitada	-	-	X				
Desenvolvimento de ações interdisciplinares entre os diferentes cursos da Instituição.	N.º de PPCs entre campi que proporcionem o contato com diferentes áreas do conhecimento.	50	59				X	
Revisão dos PPCs dos cursos de graduação.	% de PPCs revisados e atualizados.	80	87,50				X	
Estímulo à adoção de tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar.	% de cursos com propostas de uso de tecnologias de ensino inovadoras com caráter interdisciplinar.	50	65,62				X	
Implementação de programas de complementação em conhecimentos básicos e aperfeiçoamento em conhecimentos de áreas específicas para aprendizagem discente.	% de campus com programas implementados.	90	30			X		
Estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino, articulando atividades de pesquisa, extensão e gestão acadêmica.	N.º de projetos de ensino com propostas que articulem ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.	02	01			X		
Definição de políticas de apoio para os cursos interdisciplinares com diversas ênfases na formação.	Política Criada.	-	-	X				
OBJ. 02 - APERFEIÇOAR O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO								
Busca pela excelência (qualidade) nos Programas de Pós-Graduação.	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito 6.	0	0	X				
	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito 5.	0	0	X				
	N.º de cursos avaliados pela CAPES com conceito	3	2			X		

	4.							
Ampliação da Pós-Graduação.	N.º de cursos novos de Mestrado ofertados na Universidade.	1	2				X	
	N.º de cursos novos de Doutorado ofertados na Universidade.	-	-	X				
Ampliação da cooperação com instituições nacionais e internacionais para intercâmbios e projetos de cooperação que fomentem a pesquisa e o ensino de pós-graduação.	N.º de convênios celebrados.	1	11				X	
Ampliação das ações articuladas entre o ensino de pós-graduação e as políticas de pesquisa.	N.º de ações realizadas.	3	4				X	
Ampliação das ações coletivas para formação de núcleos de pesquisa.	N.º de ações realizadas.	-	-	X				
Ampliação do apoio à captação de recursos externos para incremento da infraestrutura e oportunidades de financiamento.	N.º de projetos aprovados em editais externos.	3	1			X		
Definição de ações de apoio aos programas de Pós-graduação <i>multicampi</i> .	N.º de ações definidas.	2	2				X	
Fornecimento de bibliografia básica, complementar e periódicos em formatos acessíveis.	% de bibliografia acessível para pessoas com deficiência, adquirida em relação à bibliografia solicitada.	-	-	X				
OBJ. 03 - APERFEIÇOAR AS AÇÕES DE PESQUISA								
Desenvolvimento de um sistema de gestão de informações sobre linhas de pesquisa, laboratórios existentes e produção intelectual.	Sistema implantado.	3	3				X	

Incentivo à iniciação científica, tecnológica e em inovação.	N.º de grupos apoiados.	50	89				X	
	N.º de bolsas de iniciação científica.	238	242				X	
Criação de um programa institucional de avaliação das atividades de pesquisa que permita a Instituição balizar sua importância na comunidade científica.	Programa criado	1	1				X	
Captação de apoio financeiro em órgãos de fomento nacionais e internacionais.	N.º de projetos de pesquisa aprovados em editais externos.	2	2				X	
Oportunização de mobilidade de docentes pesquisadores para realização de suas pesquisas.	N.º de docentes pesquisadores/Pós-Doutorandos em mobilidade por agência de fomento.	-	-	X				
Criação de políticas de incentivo à formação e consolidação de grupos de pesquisa.	N.º de editais publicados.	4	3			X		
Apoio à divulgação da produção científica e tecnológica em periódicos certificados pela CAPES e à publicação de livros e capítulo de livros.	N.º de editais de apoio à divulgação e publicação.	-	-	X				
Incentivo à participação de pesquisadores em eventos científicos.	N.º de editais.	1	0		X			
Incentivo às atividades de pesquisa relacionadas aos programas de pós-graduação stricto sensu.	N.º de editais.	-	-	X				
Apoio à publicação científica.	N.º de editais.	-	-	X				
OBJ. 04 - APERFEIÇOAR A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA								
Realização de ações permanentes de formação e qualificação de extensionistas.	Nº de ações realizadas.	2	4				X	
Apoio financeiro às ações de extensão por meio do	N.º de editais por ano.	4	4				X	

lançamento de editais para concessão de recursos.								
Proposição de atividades artísticas e culturais, colaborando para concretização do Plano Nacional de Cultura.	N.º de atividades promovidas em parceria com a comunidade externa na região.	3	5					
	N.º de atividades nos <i>campi</i> .	70	80				X	
Participação em instâncias representativas da sociedade organizada (conselhos, comitês, associações, fóruns municipais, estaduais, nacionais ou internacionais) responsáveis pela formulação de políticas públicas em áreas estratégicas para o desenvolvimento social.	N.º de servidores membros das instâncias representativas.	28	34				X	
	N.º de instâncias externas que contam com representantes da Universidade.	28	31					
Realização de seminário anual dedicado à reflexão de alternativas para superação dos problemas sociais da região.	N.º de participantes do seminário.	300	380				X	
Desenvolvimento de ações de formação continuada para profissionais da Educação Básica, colaborando com a concretização do Plano Nacional de Educação.	N.º de ações realizadas.	900	0					X
	N.º de profissionais capacitados.	-	-	X				
Desenvolvimento equânime de todas as áreas temáticas da extensão.	N.º mínimo de propostas cadastradas por área temática.	7	11					
Ampliação do número de ações de extensão ofertadas na Universidade.	N.º de novas ações registradas.	178	61			X		
Qualificação dos processos de acompanhamento da execução das ações de extensão.	N.º de reuniões com coordenadores de ação nos <i>campi</i> .	04	10				X	
Qualificação das ações de extensão executadas na Universidade.	N.º de propostas aprovadas em editais nacionais.	02	00		X			
Ampliação quantitativa das bolsas de extensão.	Nº de novas bolsas.	106	230				X	

OBJ. 05 – APERFEIÇOAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA								
Incentivo à inclusão de EAD na comunidade universitária por meio de cursos de capacitação.	N.º de cursos ofertados.	06	17				X	
	N.º de pessoas capacitadas.	90	492					
Ampliação do uso da EAD como apoio à aula presencial.	N.º de componentes curriculares que utilizem a EAD.	450	861				X	
Fomento à produção de objetos de aprendizagem para o uso em EAD.	N.º de editais.	0	0	X				
Incentivo ao uso de componentes curriculares na modalidade EAD para cursos reconhecidos.	% de cursos com componentes curriculares em sua matriz curricular.	20	12,5				X	
Oferta de cursos de extensão na modalidade EAD.	N.º de ações de extensão na modalidade EAD.	90	49				X	
Credenciamento da Unipampa no Ministério da Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD.	Credenciamento.	1	1				X	
Oferta de vagas no Ensino Superior através de cursos na modalidade EAD.	N.º de vagas ofertadas.	150	150				X	
Criação da infraestrutura necessária para implantar as ações de EAD.	N.º de laboratórios de informática dedicados à modalidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.	2	3				X	
Oferta de cursos de formação continuada envolvendo a temática da Acessibilidade, do Desenho Universal e da Educação Inclusiva na modalidade EAD.	N.º de cursos desenvolvidos.	1	2				X	
	N.º total de participantes nos cursos.	10	35				X	
Credenciamento dos <i>campi</i> da Unipampa como polos de EAD.	N.º de polos credenciados.	3	3				X	

Ofertar cursos de graduação e pós-graduação em cidades próximas aos <i>campi</i> da Unipampa, em polos já constituídos através de convênios.	N.º de polos criados em cidades que não possuem <i>campus</i> da Unipampa.	-	-	X				
OBJ. 06 - IMPLANTAR EDITORA UNIVERSITÁRIA E DISSEMINAR O CONHECIMENTO ATRAVÉS DELA.								
Criação da Política de Editoração Universitária.	Regimento da Editora aprovado.	-	-				X	
Criação da infraestrutura necessária para funcionamento da Editora.	Prédio construído.	-	-	X				
OBJ. 07 - QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM PROJETOS DE INOVAÇÃO.								
Estabelecimento de convênios e acordos para transferência tecnológica.	N.º de convênios firmados.	-	-	X				
Fomento à criação de incubadoras.	N.º de incubadoras criadas.	-	-	X				
Incentivo a ações voltadas às atividades que envolvam inovação tecnológica.	Edital publicado	3	0		X			
Ampliação e consolidação da participação da Universidade em projetos de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.	N.º de projetos.	0	1				X	
Apoio ao núcleo de inovação tecnológica.	Núcleo consolidado.	1	1				X	
Incentivo ao registro de patentes, propriedade intelectual e programas de computador.	N.º de patentes.	5	5				X	
	N.º de propriedade intelectual.	8	6			X		
	N.º de programa de computador.	3	1			X		
Incentivo à cultura empreendedora em servidores e	N.º de ações desenvolvidas.	0	1				X	

discentes.								
Fomento à interação entre grupos de pesquisa da Instituição com o setor produtivo.	N.º de instrumentos firmados.	1	1				X	
OBJ. 8 - PROMOVER E DESENVOLVER ATIVIDADES INTEGRATIVAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.								
Criação de redes de laboratórios interdisciplinares e multiusuário.	N.º de laboratórios implantados.	-	-	X				
	N.º de redes criadas.	-	-	X				
Promoção de Evento Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE).	N.º de participantes.	4000	1875			X		
	N.º de trabalhos apresentados.	1800	1373			X		
Inserção de iniciativas/ações de pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos, como eixos articuladores da relação teoria-prática.	% de PPC's de graduação com previsão de ações de pesquisa e extensão na matriz curricular.	02	100				X	
Fortalecimento dos programas de iniciação científica, ensino e extensão.	N.º de bolsas.	150	431				X	
Fortalecimento da política de valorização e reconhecimento das boas práticas acadêmicas, visando a partilha para a construção de uma comunidade aprendente.	% de crescimento do número de projetos e programas implementados que levem em conta práticas acadêmicas inovadoras.	50	0		X			
Fomento à criação de cursos nas áreas das ciências humanas e artes.	N.º de cursos criados.	-	-	X				
OBJ.9 - APOIAR A INTEGRAÇÃO ENTRE CURSOS E DOS CURSOS COM A COMUNIDADE								
Inserção dos acadêmicos na realidade de atuação profissional, através de projetos de ensino-aprendizagem.	N.º de editais de projetos de ensino-aprendizagem.	1	3				X	

Ampliação das estratégias de integração com as redes de Educação Básica, estabelecendo parcerias com vistas à qualidade da formação dos discentes.	N.º de instrumentos firmados	7	7				X	
Avaliação das necessidades regionais quanto à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e/ou a distância.	N.º de ações realizadas com essa finalidade.	02	02				X	
OBJ.10 - GARANTIR O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) TRANSVERSALIZADO NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO								
Garantia dos recursos de acessibilidade.	N.º de recursos adquiridos.	11	09				X	
Organização de espaço físico, nas Unidades Acadêmicas, para guarda e manuseio dos recursos de acessibilidade.	Espaço físico organizado em cada Unidade Acadêmica.	1	0,8				X	
Elaboração e acompanhamento dos planos de AEE.	% de planos elaborados e acompanhados, considerando-se o número de alunos com deficiência matriculados.	10	16,92				X	
OBJ.O 11 - CONSTRUIR A INTERNACIONALIZAÇÃO [...] PARA AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA								
Estímulo à mobilidade internacional estudantil, de docentes e de técnicos, por meio da participação em palestras, minicursos e seminários.	N.º de atividades por ano.	3	5				X	
Adesão a novos grupos e consórcios de cooperação acadêmico-científica.	N.º de novas adesões.	1	1				X	
Promoção da oportunidade de intercâmbios.	N.º de vagas contempladas em editais para mobilidade internacional.	20	18				X	
Captação, implementação e acompanhamento de	N.º de convênios assinados.	2	1				X	

acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais.	N.º de acordos e convênios tramitando.	4	3			X		
Ampla divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto aos discentes e servidores.	N.º de inscritos.	50	600				X	
Assegurar a possibilidade de um período de ajuste ao acadêmico estrangeiro na Unipampa, em que ele possa usufruir da moradia estudantil e da alimentação subsidiada, enquanto organiza os trâmites de aluguel e se apropria das realidades da cidade.	% de estudantes internacionais contemplados.	0,01	1			X		
OBJ. 12 - IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA FAVORECER A INSERÇÃO INTERNACIONAL								
Incentivo à criação de núcleo de idiomas em todos os <i>campi</i> , composto por servidores com formação profissional para a disseminação do aprendizado para oferta de cursos.	N.º de turmas ofertadas por semestre.	8	17				X	
	N.º de alunos matriculados por semestre.	960	349			X		
	N.º de concluintes por semestre.	800	200		X			
	N.º de línguas diferentes ofertadas.	3	3				X	
Mapeamento do número de professores que estejam já capacitados a oferecer disciplinas em língua estrangeira e incentivar a oferta de disciplinas em língua estrangeira junto ao corpo docente da Unipampa.	N.º de disciplinas ofertadas.	4	0		X			
Incentivo aos servidores e acadêmicos com habilitação para o ensino da Língua Portuguesa a montarem e ministrarem cursos de português básico para alunos estrangeiros em mobilidade na Unipampa.	N.º de profissionais inscritos à participação.	4	1		X			
	% de inscritos.	15	0		X			
COMPROMISSO SOCIAL								

OBJ. 1 - ACOMPANHAR O DISCENTE								
Criação de política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes ingressantes por meio das ações afirmativas, demandantes de acessibilidade, e daqueles com vulnerabilidade socioeconômica.	Política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico definida.	1	1				X	
Normatização interna que expresse os critérios exigidos ao candidato e a forma de avaliação dos referidos critérios para alunos com deficiência.	Normativa sobre os critérios para o ingresso de alunos pela cota de deficiência.	-	-	X				
Construção de diretrizes para acompanhamento dos egressos.	Diretrizes criadas.	-	-	X				
OBJ. 2 - PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES NA UNIVERSIDADE.								
Acesso aos discentes a recursos para a participação em eventos externos.	% de discentes contemplados pelo Programa de Apoio à Participação discente em eventos.	0,3	0,0025		X			
Fornecimento de condições econômicas de permanência ao discente.	% de discentes contemplados com bolsa permanência em relação ao total de alunos em vulnerabilidade socioeconômica.	61,15	61,15				X	
Subsídio para a alimentação aos discentes.	% de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo restaurante universitário com subsídio integral.	61,15	61,15				X	
	% de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo restaurante universitário com subsídio parcial.	38,85	38,85				X	
Subsídio do transporte urbano aos discentes em vulnerabilidade econômica.	% de discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo auxílio transporte.	46,68	46,68				X	
Implantação da moradia estudantil.	Nº de moradias estudantis implantadas.	-	-	X				

Implantação de uma política de ocupação das moradias estudantis com ampla discussão com a comunidade estudantil, considerando-se aspectos socioeconômicos.	Política implantada.	-	-	X				
Implantação dos restaurantes e cantinas universitários.	N.º de restaurantes e cantinas implantadas.	2	0		X			
Acompanhamento social e pedagógico do discente.	% de discentes atendidos.	10,66	10,66				X	
Adequação da matriz curricular para discentes com necessidades educacionais especiais garantindo a qualidade de formação.	N.º de iniciativas para atender os discentes com necessidades educacionais especiais apresentadas nos currículos dos cursos.	2	15				X	
Aperfeiçoamento do programa permanente de acompanhamento discente, visando à redução da retenção e evasão da Universidade.	Levantamento das boas práticas realizadas nos <i>campi</i> que possam ser replicadas.	-	-		X			
	N.º de alunos atendidos com nivelamento.	100	100				X	
Criação do Programa de auxílio financeiro ao discente em viagens técnicas previstas nos componentes curriculares	Programa criado.	-	-					X
OBJ. 3 - OFERECER CONDIÇÕES CULTURAIS, ESPORTIVAS E DE LAZER								
Criação e implementação da Política Cultural, de Esporte e de Lazer.	Documento com a proposta de uma Política cultural, de esporte e lazer.	-	-	X				
	N.º eventos e atividades culturais, esportivas e de lazer promovidos.	1	1				X	
Oferta de espaços equalizados entre as unidades, na infraestrutura da instituição, que permita a prática de lazer e esporte.	N.º de espaços construídos.	-	-	x				
OBJ.4 - DESENVOLVER AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ACESSIBILIDADE								

Aperfeiçoamento da atuação de trabalho do NuDE nas Unidades Acadêmicas.	Planejamento de aperfeiçoamento dos NuDEs elaborado.	-	-	X				
	N.º de cursos oferecidos aos profissionais dos NuDEs.	01	01				X	
Formação de Profissionais Tradutores e Intérpretes da LIBRAS, para atender à comunidade acadêmica.	Criação de bacharelado na área.	-	-	X				
	N.º de cursos de aperfeiçoamento na área de LIBRAS.	1	1				X	
APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL								
OBJ. 1 - ADAPTAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS E A ESTRUTURA MULTICAMPI								
Revisão do Estatuto e Regimento para adaptar a estrutura organizacional unificando as comissões superiores e englobando a Reitoria e as Unidades Acadêmicas.	Regimento apresentado.	-	-	X				
	Estatuto apresentado.	-	-	X				
Fortalecimento das secretarias acadêmicas.	Revisão da estrutura da secretaria acadêmica.	-	-	X				
Criação da estrutura de Gabinete de Projetos.	N.º de gabinetes criados.	-	-	X				
OBJ. 2 - APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA								
Adequação dos fluxos de comunicação.	% de processos mapeados.	100	90			X		
Definição de processos de Comunicação Social de acordo com o e-MAG e a ABNT NBR 15290.	% de notícias no portal da Unipampa e nas portais dos <i>campi</i> que observem o e-MAG.	100	100				X	
	% de vídeos institucionais legendados ou com janela de intérprete de LIBRAS.	100	82			X		

	% de <i>podcasts</i> institucionais com transcrição em texto.	100	-			X			
OBJ. 3 - GARANTIR ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE									
Organização do atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	N.º de intérprete de LIBRAS por Unidade Universitária.	1	0,8			X			
	N.º de bibliotecas com atendimento prioritário, imediato e diferenciado organizado.	10	7			X			
	N.º de secretarias acadêmicas com atendimento prioritário, imediato e diferenciado organizado.	10	7			X			
	% de veículos adaptados para o transporte de pessoas com deficiência.	1	11,43					X	
Acervo pedagógico e cultural voltado para questões que visem garantir condições de igualdade às pessoas com deficiência.	Recursos disponibilizados.	21	141					X	
	Planejamento de ações para adequação do acervo pedagógico e cultural apresentado.	2	2					X	
Destinação de recursos específicos para aquisição de materiais ou serviços com vistas ao atendimento das pessoas com deficiência.	% de recursos disponibilizados.	0,42	0,99					X	
OBJ. 4 - DESENVOLVER MECANISMOS QUE APERFEIÇOEM A GESTÃO.									
Avaliação e revisão periódica da distribuição dos recursos orçamentários levando em consideração as diferentes potencialidades e peculiaridades das Unidades Orçamentárias.	Revisão anual da metodologia de elaboração da distribuição orçamentária.	1	2					X	
	Promoção de ações que visem à qualificação do gasto público.	Diagnóstico dos gastos.	1	2				X	
	Política criada.	0	1					X	

Implantação de acompanhamento e avaliação contínua do PDI.	Publicação da avaliação anual.	1	1				X	
	Relatório anual apresentado ao CONSUNI.	1	0		X			
Apoio ao mapeamento de processos.	N.º de macroprocessos finalísticos mapeados.	1	0		X			
	N.º de macroprocessos de apoio mapeados.	6	2			X		
Implantação de Política Institucional de Segurança Pessoal e Patrimonial.	Política Implantada.	1	0		X			
Implantação de uma política para promover a renovação da frota de veículos.	Política implantada.	-	-	X				
	N.º de veículos renovados no período.	-	-	X				
Padronização do sistema de protocolo para uso externo e interno em todas Unidades Universitárias.	N.º de Unidades Universitárias com sistema implantado em nível externo e interno.	1	0		X			
OBJ. 5 - IMPLANTAR A INFRAESTRUTURA DE EDIFICAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS								
Construção de salas de trabalho para o corpo docente.	N.º de salas.	14	14				X	
Promoção, em novas edificações, do uso de recursos e materiais sustentáveis.	N.º de edificações entregues	7	7				X	
Construção da infraestrutura própria para a Reitoria.	Projeto de edificação concluído.	1	0		X			
	Início das obras.	-	-	X				
Diagnóstico de acessibilidade, segundo ABNT dos prédios próprios da Universidade.	Diagnóstico concluído.	4	4				X	

Promoção de políticas de manutenção predial e de equipamentos elétrico/eletrônicos.	Políticas implantadas.	-	-	X				
Revisão da política de fiscalização de obras.	Política revisada.	1	0		X			
Construção de salas de atendimento ao corpo discente.	N.º de salas criadas.	2	2				X	
OBJ. 6 - OFERTAR SERVIÇOS E SOLUÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA								
Implantação de sistemas de informação nas unidades	Calendário de implantação apresentado.	1	1				X	
	N.º de sistemas entregues.	4	15					
Adequação de serviços de TIC com foco na Educação a Distância.	N.º de serviços disponibilizados.	2	2				X	
Promoção do uso das reuniões virtuais no âmbito da Unipampa.	N.º de salas de videoconferência implantadas.	0	0				X	
	N.º de reuniões virtuais realizadas.	4000	4000				X	
Adequação do portal, portais e sistemas de informação ao e-MAG.	Portal, portais e sistemas de informação adequados ao e-MAG.	80%	80%				X	
Inclusão de acessibilidade como requisito para o desenvolvimento de novos sistemas.	% de sistemas desenvolvidos considerando a acessibilidade.	70	70				X	
Inclusão de acessibilidade como requisito para a contratação de novos sistemas.	% de sistemas contratados com acessibilidade.	0	0	X				
Ampliação da banda larga na Uas	Nº de Uas com banda larga ampliada	10	0		X			
Criação de sistema de informação para avaliação institucional.	Sistema criado.	0	0	X				
OBJ. 7 - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.								

Implantação do Plano de Logística Sustentável.	Plano implantado.	1	1				X	
Promoção do descarte adequado dos Resíduos de Laboratórios.	N.º de ações realizadas.	3	1		X			
Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental.	N.º de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais que promovam a sustentabilidade ambiental.	1	1				X	
Criação de um Comitê de Sustentabilidade ou Educação Ambiental.	Comitê criado.	1	1				X	
DESENVOLVIMENTO HUMANO								
OBJ. 1 - ACOMPANHAR E APOIAR O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES								
Avaliação do desempenho qualitativo dos servidores.	Norma de Programa de Avaliação de Desempenho elaborada.	-	-	X				
	Metodologia implantada através de instrumentos e sistema informatizado.	-	-	X				
	Relatório de Avaliação de Desempenho com dados qualitativos publicados.	1	1			X		
Construção da Política de acompanhamento do servidor em estágio probatório.	Política de acompanhamento do estágio probatório implantada.	1	0		X			
OBJ. 2 - DIMENSIONAR AS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DE PESSOAL								
Revisão do estudo sobre divisão das vagas de técnico- administrativos.	Revisão realizada.	1	0		X			
Dimensionamento das necessidades institucionais de técnico- administrativos.	Diagnóstico das necessidades quantitativas e qualitativas de pessoal.	1	1			X		

	Estudo de dimensionamento da força de trabalho qualitativo nas Unidades Administrativas e Acadêmicas realizado.	1	0		X			
Revisão constante da matriz de distribuição do corpo docente entre as Unidades Acadêmicas.	Matriz revisada.	1	1				X	
Definição de uma política de Encargos Didáticos e Acadêmicos do corpo docente.	Política de encargos didáticos e acadêmicos elaborada.	-	-	X				
OBJ. 3 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES								
Formação pedagógica do corpo docente.	N.º de eventos realizados.	01	01				X	
	% de servidores docentes capacitados.	100	175				X	
Formação de servidores para atender às diferentes demandas da Inclusão e da Acessibilidade.	N.º de vagas oferecidas.	10	35				X	
	N.º de capacitações oferecidas.	02	02				X	
Promoção de cursos de formação de gestores.	N.º de capacitações oferecidas.	1	0		X			
Promoção de ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores utilizando a EAD.	% de ações proporcionadas utilizando a modalidade a distância.	50	65,22				X	
Aperfeiçoamento das políticas de formação continuada que tenham como foco o aperfeiçoamento docente.	Plano para formação continuada docente.	-	-	X				
Oferta de cursos de formação inicial docente por meio do Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR).	N.º de cursos de licenciatura ofertado pelo PARFOR ao ano.	-	-					X
Oferta de cursos de formação inicial docente, com viés interdisciplinar ou integrado.	N.º de cursos com viés interdisciplinar ou integrado.	01	05				X	
Capacitação de servidores para o Atendimento	N.º de servidores capacitados.	50	35			X		

Educacional Especializado.								
Revisão do programa de capacitação dos servidores.	Programa de capacitação revisado.	1	1				X	
Criação de um plano de qualificação formal do quadro de servidores.	Plano criado.	1	1				X	
	N.º de servidores beneficiados.	0	34					
Reserva de 10% das vagas para qualificação de servidores técnico-administrativos em programas de pós-graduação ofertados pela Unipampa.	N.º de servidores qualificados.	-	-	X				
OBJ.4 - APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS BUSCANDO A QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO SERVIDOR								
Levantamento dos motivos da rotatividade do quadro de servidores e implementação de políticas para reduzi-la.	Pesquisa realizada sobre os motivos da rotatividade.	1	1				X	
	% redução da intenção de rotatividade.	100	50			X		
Implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.	N.º de ações realizadas.	1	1				X	
Realização de Exames periódicos de saúde.	% de servidores atendidos em relação ao n.º de servidores que tem direito a sua realização no ano.	100	0		X			

Fonte: PROPLAN

Legenda: (NA)Não Alcançado;(PA)Parcialmente Alcançado;(A)Alcançado e (CA)Cancelado; (SM) Sem meta no exercício

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No ano de 2016, das 156 iniciativas estabelecidas estrategicamente 44 não tinham metas estabelecidas para o exercício. Das iniciativas planejadas para o exercício, 56 foram consideradas alcançadas e 31 parcialmente alcançadas, conforme demonstrado no quadro Planejamento da Unidade (Quadro 6), demonstrando o alinhamento da atuação da universidade em torno do planejamento realizado.

Estamos no período intermediário do Plano de Desenvolvimento Institucional, período entre 2014 e 2018, sendo que algumas iniciativas já demonstram concluídas, evidenciadas em sua maioria por meio da expressão "Sem meta para o exercício", enquanto outras, pelos ajustes orçamentários impostos pelo cenário nacional, não puderam ser realizadas parcial ou integralmente.

Dessas iniciativas, destacaram-se positivamente:

- Oferta de vagas por meio da EAD;
- Ampliação do uso da EAD como apoio à aula presencial;
- Acervo pedagógico e cultural voltado para questões que visem garantir condições de igualdade às pessoas com deficiência;
- Oferta de cursos de formação inicial docente, com viés interdisciplinar ou integrado;
- Fortalecimento dos programas de iniciação científica, ensino e extensão;
- Ampliação da cooperação com instituições nacionais e internacionais para intercâmbios e projetos de cooperação que fomentem a pesquisa e o ensino de pós-graduação.

Já as seguintes iniciativas destacaram-se pelos desafios ainda não concretizados:

- Ampliação da banda larga das Unidades Acadêmicas;
- Realização de Exames periódicos de saúde;
- Fortalecimento da política de valorização e reconhecimento das boas práticas acadêmicas, visando à partilha para a construção de uma comunidade aprendente;
- Construção da Infraestrutura da Reitoria;
- Conclusão das obras iniciadas nas unidades acadêmicas;
- Incentivo à participação de pesquisadores em eventos científicos.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A Universidade tem seu planejamento estratégico para o período 2014-2018, estabelecido por meio da Resolução 71, de 27 de Fevereiro de 2014. No ano de 2016, com a mudança de gestão, a implantação dos planos avançou no sentido de definir os gestores das iniciativas, com base nas mudanças e concepções de uma nova estrutura organizacional.

A nova gestão trouxe um planejamento advindo da comunidade acadêmica, que aos poucos passa a ser implementado, para o período 2016-2019, a fim de responder aos anseios desta comunidade. Estruturas foram redimensionadas, assim como recursos humanos. O Planejamento Estratégico se fez a partir de reuniões gerenciais e setoriais para que se alinhassem à nova estrutura organizacional apresentada, assim como o primeiro organograma apresentado à comunidade.

A função dos novos gestores também ficou estabelecida dentro da Universidade. A função de cada um dos líderes das iniciativas é organizar, gerenciar e monitorar as iniciativas sobre sua responsabilidade.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Universidade Federal do Pampa tem em seu planejamento maior o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para os anos de 2014 a 2018, elaborado com o intuito de servir como base para o desenvolvimento de uma Universidade mais robusta, inteligente e inovadora, priorizando a excelência e a qualidade em todas as suas perspectivas.

A Universidade Pública é um dispositivo da sociedade cuja missão é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada. Sua missão é promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social do país. Como resultados institucionais, a universidade visa a ampliar áreas de excelência e o impacto social da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e cultural, bem como, aumentar o padrão de qualidade e a quantidade de cidadãos formados, ética e tecnicamente preparados para os desafios da sociedade. O PDI é um importante instrumento de gestão, pois compõe um conjunto de ferramentas de gestão e governança, viabilizando a evolução e desenvolvimento institucional de forma coesa, objetiva e clara, devendo ser considerado na operação diária da Universidade. Seu papel é tornar claros os objetivos organizacionais por meio da definição de seus objetivos estratégicos. Esse documento, portanto, demonstra a necessidade de melhoria contínua e de inovação da administração pública, constituindo um ferramental decisivo e crucial para a geração de valor e maximização da qualidade percebida pela sociedade. Ao mesmo tempo o planejamento estratégico é uma ferramenta administrativa que possibilita a percepção da realidade, avaliação dos caminhos e construção de um referencial de futuro para uma organização que tem como objetivo alcançar sua visão e missão. Esse plano se desdobra em objetivos estratégicos, indicadores e metas, sendo crucial para garantir o alinhamento e direcionamento entre os níveis estratégico, tático e operacional. O PDI 2014-2018 tem essa função e foi elaborado priorizando a excelência e qualidade em todas as suas perspectivas.

Em 2016, foram realizadas ações que instituíram o rol de setores responsáveis pela efetividade das metas estabelecidas no PDI. O contingenciamento orçamentário forçou a adoção de medidas administrativas de contenção nos projetos que contemplam iniciativas inclusas no plano institucional. A gestão da Universidade optou por priorizar a manutenção de atividades essenciais ao funcionamento das unidades acadêmicas e apoio aos estudantes no cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos. Assim, todas as ações realizadas pela Unipampa em 2016 estiveram voltadas para o atendimento dessas prioridades, comprometendo o atingimento de algumas iniciativas não sendo possível obter medições dos indicadores necessários à avaliação de desempenho das áreas e, conseqüentemente, à mensuração do alcance das metas.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O planejamento institucional é monitorado por meio de “fichas de acompanhamento do PDI” anualmente. No documento, todas as iniciativas estabelecidas estrategicamente são elencadas e a partir delas os gestores trazem as informações a respeito do andamento da iniciativa e conseqüentemente, a partir do indicador estabelecido, fazem as medições quantitativas sobre a execução da iniciativa.

Existe, de parte do próprio planejamento estratégico estabelecido, iniciativa que prevê a divulgação desse monitoramento – por meio de um relatório próprio – programado para maio/2017 (dos resultados das iniciativas referentes a 2016) que ainda não puderam ser consolidadas pelo término do calendário acadêmico da Universidade.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 7 - Ação/Subtítulos – OFSS – Ação 20GK

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2032.20GK.26266.0043 Tipo: Atividade				
Título		Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa		0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero				
Objetivo		0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Programa		Código: 2032 Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR				
Unidade Orçamentária		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira em R\$						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.666.440,00	1.381.536,00	1.188.041,52	966.092,51	965.567,05	525,46	221.949,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		1 unidade	186	149	100	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro em R\$	Valor Liquidado em R\$	Valor Cancelado em R\$	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.149.904,57	713.740,91	104.844,53	Iniciativa apoiada		1 unidade	86

Fonte: PROPLAN

Análise situacional:

As ações foram prejudicadas em função do contingenciamento de recursos orçamentários, realizados pelo Governo Federal ao longo do exercício. Além da limitação orçamentária, o cenário político administrativo no ano de 2016, contribuiu massivamente para instabilizar a adoção de medidas pelos gestores, objetivando o pleno atendimento da ação.

Quadro 8 - Ação/Subtítulos – OFSS – Ação 4002

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2032.4002.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título		Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
Iniciativa		03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.				
Objetivo		0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		Código: 2032		Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR		
Unidade Orçamentária		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira em R\$						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.634.320,00	10.113.456,00	10.108.015,45	7.143.269,65	7.008.125,35	135.144,30	2.964.745,80
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		1 unidade	10.074	-	12.055	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro em R\$	Valor Liquidado em R\$	Valor Cancelado em R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.592.307,55	1.260.818,96	300.345,02	Benefício concedido	1 unidade	1.809	

Fonte: PROPLAN

Análise situacional:

O edital inicial para os auxílios do Programa de Permanência possui valores com base em estimativas dos totais de concessões a serem feitos no ano, incluindo os desligamentos por formatura, reavaliação acadêmica e reavaliação socioeconômica. Esses números não são

previamente definíveis. Em 2016, uma quantidade maior de desligamentos (liberação de recursos de alunos que deixaram de receber os auxílios) acabou ocorrendo, liberando mais recursos do PNAES ao longo do ano, relativamente ao esperado. Como é realizado apenas um edital ao ano, os valores liquidados foram inferiores à dotação no auxílio financeiro de assistência estudantil; como consequência, houve o redimensionamento de recursos não previstos, possibilitando a expansão da meta anual, efetivando-a com montante inferior de recursos àquele estimado. Os demais valores da ação 4002.0043, que se referem ao subsídio parcial e integral nos Restaurantes Universitários, também tiveram liquidação menor que a dotação inicial, pois vários contratos antigos possuíam saldos de restos a pagar de 2013 a 2015, que foram utilizados para liquidação, conforme informado no relatório parcial do primeiro semestre. Outro motivo foram as ocupações dos *campi* universitários por estudantes, paralisando as aulas e diminuindo a quantidade de refeições realizadas nos Restaurantes Universitários. Para o ano de 2017, está prevista a abertura de dois editais do programa de permanência e/ou a criação de um auxílio de caráter emergencial para estudantes em condição de vulnerabilidade, para efetivação desde o início do semestre letivo. Assim, havendo mais desligamentos do que o planejado, os recursos consequentemente liberados poderão ser realocados para novos beneficiários do PP e, também, para custear a previsão de reajuste do valor de alguns auxílios, o que não ocorre desde o ano de 2012, como é o caso do auxílio- alimentação e daquele destinado ao subsídio de moradias, esse último reajustado em 2014.

Quadro 9 - Ação/Subtítulos – OFSS – 20RK

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2032.20RK.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título		FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade				
Objetivo		0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		Código: 2032		Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR		
Unidade Orçamentária		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira em R\$						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.823.682,00	35.625.624,00	35.373.014,58	27.464.785,00	27.404.696,76	60.088,24	7.908.229,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de		Meta		

			medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado			1 unidade	10.893	-	9.901
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro em R\$	Valor Liquidado em R\$	Valor Cancelado em R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.583.596,51	7.313.490,75	1.517.286,78	Estudante matriculado	1 unidade	2.297	

Fonte: PROPLAN

Análise situacional:

Durante a Programação da Lei Orçamentária Anual - PLOA 2016, havia a previsão de custo médio por aluno de R\$ 3.029,89, contudo, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2016 apresentou uma redução nos recursos destinados à ação 20RK de R\$ 33.004.553,00 para R\$ 32.823.682,00, diante disso, o valor do custo médio previsto passou para R\$ 3.013,28. Comparando-se os valores efetivamente liquidados e a meta física realizada no exercício 2016, chegou-se ao custo médio efetivo por aluno de R\$ 2.773,94, portanto, um custo médio 8,45% inferior ao previsto.

Em relação aos recursos inscritos em Restos a Pagar, o montante inscrito corresponde a 22,19% da dotação recebida, portanto, trata-se de um montante significativo, contudo, isto foi ocasionado, em parte, pelo atraso no repasse dos recursos financeiros no exercício 2016, além dos saldos de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores a 2016 que também contribuíram para este cenário.

Além disso, pode-se verificar também no quadro acima que a meta física prevista inicialmente (10.893 alunos) não foi integralmente realizada, pois haviam 9.901 estudantes matriculados na UNIPAMPA no encerramento do exercício 2016.

Entende-se que os fatores que dificultaram a execução da meta física são a evasão, a retenção, assim como as condições de infraestrutura física e planejamento institucional. Outro fator que prejudicou a execução desta ação foi a política de contingenciamento orçamentário por parte do governo federal, que conduziu a ajustes de processos administrativos de forma que a Unipampa teve que replanejar suas estratégias de gestão, portanto, prejudicando a continuidade do trabalho realizado.

A partir destas constatações, verifica-se também a necessidade urgente de ampliar o acompanhamento acadêmico do discente e a formação contínua dos servidores docentes e técnico-administrativos. Enquanto estratégias para o enfrentamento e superação dessas ameaças e potenciais riscos, destacamos os projetos como os do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) referente à Iniciação ao Ensino (Projetos de Ensino e Propostas de Monitoria), o qual potencializa pesquisas e propostas pedagógicas que minimizem os índices de retenção e evasão nos cursos de graduação da UNIPAMPA. As ações que focalizam a permanência dos estudantes, especificamente, na melhora das condições tem sido desempenhadas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), órgão constituído de forma multidisciplinar, responsável pelo atendimento de docentes e discentes das Unidades Universitárias na área do desenvolvimento educacional. O NuDE visa qualificar o trabalho pedagógico e estudantil, a partir das demandas apresentadas, como o caso da evasão, na busca por alternativas que favoreçam a qualificação dos processos educacionais, expressos no ensino, pesquisa e extensão. A Unipampa, por meio das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis e Comunitários, segue proporcionando espaços de diálogo e formação com os NuDE para o fortalecimento também das ações que visam contribuir

para a permanência dos estudantes na instituição, desenvolve programas, benefícios e ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária, realizando ações em duas frentes: a) apoio à aprendizagem, desenvolvida por professores de diferentes cursos, além da instituição do Programa de Desenvolvimento Acadêmico e; b) Bolsa de Permanência, para auxiliar os estudantes na sua fixação e manutenção com relação à moradia, alimentação e transporte. Merecem destaque, ainda, os processos conjuntos relacionados à acessibilidade e inclusão na Educação Superior, coordenado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da Unipampa.

Quadro 10 - Ação/Subtítulos – OFSS – Ação 8282

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		2032.8282.26266.0043		Tipo:Atividade		
Título		Reestruturação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando à qualidade e garantindo condições de acessibilidade				
Objetivo		0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		Código: 2032		Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR		
Unidade Orçamentária		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA				
Ação Prioritária		(<input type="checkbox"/>)Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira em R\$						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.026.978,00	24.188.616,00	18.778.826,00	4.261.760,96	4.234.284,77	27.476,19	14.517.065,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		1 unidade	33	18	23	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro em R\$	Valor Liquidado em R\$	Valor Cancelado em R\$	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
10.747.577,86	2.760.352,97	2.394.006,68	Projeto apoiado		1 unidade	7

Fonte: PROPLAN

Análise situacional:

A capacidade técnica da equipe, a competência dos gestores e a qualificação dos projetos contribuíram para o bom andamento dos serviços executados. As paralisações de diversos contratos de obras, devido a atrasos e dificuldades em liquidações de serviços prestados, devido à falta de recurso financeiros e orçamentários, e rescisões contratuais, motivadas por empresas contratadas geraram as principais dificuldades para o andamento das atividades de obras. É inegável o efeito do contingenciamento do limite de empenho sobre a execução física dessa ação orçamentária. Contudo, apesar disso, foram executados serviços em 23 contratos de obras e o recebimento de 7 obras referentes a esses contratos. No Plano Orçamentário (P.O), com o valor empenhado, 1 projeto foi apoiado.

As obras entregues no ano de 2016 foram:

- Prédio Administrativo – Campus São Borja
- Prédio Laboratório de Práticas Pedagógicas - Campus Dom Pedrito
- Prédio Laboratório de Carboquímica – Campus Bagé
- Prédio do Restaurante Universitário – Campus Caçapava do Sul
- Prédio do Restaurante Universitário – Campus Itaqui
- Subestações III e IV, e Rede Elétrica – Campus Itaqui
- Medição, Subestações I e II – Campus II São Borja.

3.3.2 Fatores intervenientes do desempenho orçamentário

Ação 20GK

No exercício 2016, o fator preponderante que dificultou a implantação das iniciativas foi o contingenciamento de recursos efetuado pelo Governo Federal. Todavia, analisando a execução da Ação 20 GK é possível identificar que a Universidade vem aperfeiçoando sua estrutura, seus procedimentos e métodos de trabalho e que - de uma maneira geral - conseguiu atender satisfatoriamente ao seu planejamento para o ano de 2016. Há de se observar que a destinação de recursos orçamentários para atender à ação se mostra insuficiente frente ao crescimento das responsabilidades e atividades institucionais. Podemos destacar que entre os fatores que contribuíram para atingir o planejamento inicial proposto, está o engajamento dos servidores nas proposições de projetos e a proximidade com a comunidade.

Ação - 4002

A ação 4002 foi realizada a partir da execução do Programa de Permanência (PP), do Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) e do Programa de Alimentação subsidiada Talheres do Pampa. O Programa PP consiste na concessão de auxílios financeiros mensais nas modalidades alimentação, moradia e transporte aos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2016, foram concedidos 12.055 auxílios. O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa está materializado nos restaurantes universitários, hoje em funcionamento nos campi de Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Jaguarão, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Essa política de alimentação consiste na concessão de subsídios, sendo integral aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica e parcial aos demais estudantes. No ano de 2017, deveremos ter um aumento substancial nos auxílios concedidos via alimentação subsidiada, uma vez que entrarão em funcionamento os Restaurantes Universitários do Campus Caçapava do Sul e Itaqui.

Importante ainda ressaltar que, no ano de 2016, fomos atingidos pelo contingenciamento de recursos orçamentários, e mesmo assim houve significativo aumento nos auxílios destinados aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica, sendo que alguns aspectos contribuíram para o aumento dos benefícios concedidos, ao qual podemos destacar a utilização de recursos orçamentários lançados em restos a pagar.

Ação – 20RK

Essa ação sofre impactos diretos atribuídos aos indicadores acadêmicos, fatores que dificultaram a execução da ação são a evasão, a retenção e o número de concluintes, assim como as condições de infraestrutura física. Também as ações qualitativas, como pesquisa e extensão, constituem-se na base regimental para a destinação de recursos dentro da matriz de outros custeios e capital. Mas, um fator que preponderou sobremaneira para dificultar a execução dessa ação foi a política de insuficiência orçamentária, causadas pelos cortes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (2016) e no contingenciamento de recursos no decorrer do exercício, realizados pela união. Essas ações externas conduziram a gestão a realizar ajustes em seu planejamento institucional e de processos administrativos, de forma que a Unipampa foi obrigada a replanejar suas estratégias de gestão. A instituição tem seu financiamento, essencialmente, por meio de repasses de recursos públicos, oriundos e dependentes da arrecadação de impostos realizados pela sociedade. Diante disso, e pela fragilidade cíclica das políticas construídas, são necessárias ações estratégicas que minimizem os impactos na universidade, decorrentes da falta de planejamento dos gestores máximos de políticas públicas neste país. Nesse contexto, a adoção de medidas para melhorar a participação da instituição na distribuição de recursos na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital impõem a necessidade urgente de melhorar os indicadores que contribuem para isso. Ações como mapear, identificar e enfrentar problemas de evasão, retenção e taxa de sucesso na graduação são determinantes e impositivos para a melhoria do orçamento institucional. Outras ações devem ser empreendidas, como a busca pela eficiência e eficácia do gasto público, a modernização da gestão, a inovação e a dedicação da instituição no atingimento das métricas estabelecidas. Ampliar e qualificar o acompanhamento acadêmico do discente e a formação contínua dos servidores docentes e técnico-administrativos são extremamente necessárias. No exercício 2016, foi necessária a reprogramação da meta física devido à revisão do planejamento físico para aquele ano. Chegou-se à conclusão de que isso seria necessário, após a constatação de que a meta estava superestimada. Quando se comparou o produto obtido em 2015: 9.357 estudantes matriculados com a meta prevista para 2016: 13.191, verificou-se que, dessa forma, seria preciso obter um acréscimo na meta anual de aproximadamente 41% do resultado obtido no exercício anterior. Esse aumento seria muito elevado. Destaca-se que, em 2016, foram ofertadas 3.180 vagas para ingresso via SiSU, sendo preenchidas 3.135 vagas, correspondendo à 98,58% das vagas disponíveis, números estes atingidos após a realização de chamadas regulares, de lista de espera e por nota do ENEM, e que resultaram no aumento do número de matrículas efetivas em relação ao ano anterior, ou seja, aumento de 12%, portanto, apenas 45 vagas ociosas. Assim, em relação à meta estimada, entende-se que, caso não fosse contabilizada a evasão, ela teria sido alcançada. Somente no ano de 2016, foram 2.356 acadêmicos evadidos, um aumento de 9,21% em relação ao ano anterior. Considerado o exposto e dados relativos ao número de alunos evadidos, observa-se que na Unipampa, assim como em outras instituições de ensino superior, a evasão é um desafio, que pode ser considerado uma ameaça para a função social da Instituição. Portanto, há extrema necessidade de se instituir políticas de

identificação dos fatores que estão contribuindo para essa realidade e desenvolver ações de enfrentamento. É imperioso estabelecer um cronograma de trabalho, que está incipiente, mas já em andamento, em parceria com os Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs) presentes em cada Campus, com os gestores dos Cursos, gestores das unidades acadêmicas e com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC). Ainda é válido mencionar que, apenas no ano de 2015, a Unipampa conseguiu normalizar seu calendário acadêmico, o qual estava sofrendo adequações em função da greve dos docentes e dos técnico- administrativos em educação, fato ocorrido no ano de 2012. É importante frisar que os recursos disponíveis para operacionalizar a manutenção institucional são insuficientes, e que merecem um debate singular com a mantenedora, pois não só o fato da *multicampia* deve ser considerado, mas também as peculiaridades que envolvem uma instituição que está localizada na periferia dos grandes centros de desenvolvimento social, que sobrelevam a expectativa da sociedade quanto ao fornecimento de ações inclusivas.

A instituição possui inúmeras obras em andamento que demandarão recursos de custeio, sejam para o fornecimento de energia elétrica, água, limpeza, manutenção, enfim, visando o atendimento das necessidades básicas de prestação de serviços à comunidade acadêmica e de espaços mínimos para a prática acadêmica.

Ação – 8282

Em 2016, o montante da dotação inicial não foi integralmente empenhado devido ao contingenciamento de recursos estabelecido pelo Ministério de Educação. Esse contingenciamento atingiu ao final do exercício 23,97% dos recursos disponíveis. Outro fator que deve ser considerado é a intempestividade na liberação dos limites, pois não havia regularidade e nem periodicidade ao longo do exercício. Diante disso, houve o comprometimento de muitas obras, inclusive algumas, em estágio de conclusão. É impossível negar os efeitos que os cortes e o contingenciamento de recursos promoveram sobre o andamento de cada uma dessas obras. Tivemos que em determinado momento do ano suspender os contratos pela falta de limite orçamentário para reforço de empenhos. Outro fator que contribuiu energicamente para a problematização da estrutura institucional foi a irregularidade na periodicidade dos repasses financeiros pelo governo federal, e que assim como os recursos de custeio, atingiu muitas construtoras, que acabaram diminuindo o ritmo de execução para o mínimo aceitável, outras até mesmo abandonaram os canteiros de obras, já que consideraram o inadimplemento do Poder Executivo como uma ameaça real.

Com a indisponibilidade de limite orçamentário e a irregularidade no repasse financeiro, causado pelo Ministério da Educação, o planejamento foi prejudicado, causando prejuízos imensuráveis ao desenvolvimento institucional. É indispensável destacar que a Instituição encontra-se em fase de expansão e consolidação; e por ser uma instituição *multicampi*, faz com que seja necessária uma grande infraestrutura e uma multiplicidade de prédios em todos os *campi*.

É necessário uma atuação institucional no sentido de sensibilizar o MEC quanto aos aspectos específicos que envolvem a complexidade da manutenção de uma instituição *multicampi* localizada na periferia dos grandes centros de desenvolvimento social. Esse debate foi iniciado no ano de 2016 junto ao MEC, tendo como ação proposta e requerida pela gestão superior da Instituição.

Se o ano de 2015 já foi marcado por grandes limitações orçamentárias impostas às universidades federais de ensino superior pela União, o de 2016 testemunhou um dos piores cenários tanto do ponto de vista orçamentário quanto do financeiro, em que a Instituição sofreu

cortes orçamentários na ordem de 23,97% para investimento, e o custeio recebeu destinação insuficiente de recursos orçamentários, além de não ter considerado na definição de seus limites de custeio o devido reajuste das despesas operacionais, aplicados diretamente na aprovação da Lei Orçamentária Anual do ano. O cenário que já se mostrava precário, frente aos desafios institucionais e a fragilidade orçamentária para a manutenção dos serviços, sofreu maior prejuízo pela instabilidade política e o contingenciamento do já combalido orçamento institucional. Esse panorama forçou a Universidade que reelaborar seu planejamento, que incluiu, principalmente, diminuições em contratos de serviços terceirizados, limitações para viagens e diárias, cursos de capacitação e a impossibilidade de iniciar as novas obras e instalações, o que causou sérios e imensuráveis prejuízos acadêmicos. No que se refere ao panorama financeiro, a Universidade sofreu exacerbadamente, por um lado pelo contingenciamento dos totais liberados (sempre inferiores aos valores apropriados) e por outro pela imprevisibilidade na sua liberação, o que dificultou ainda mais a situação da Instituição frente aos mais diversos prestadores de serviço, fornecedores, bolsistas, concessionárias de serviço público, entre outros. Tal panorama é totalmente adverso, inclusive impede e prejudica o fiel cumprimento às exigências dos órgãos de controle, e que impõe e contribui para fragilizar o atingimento das metas propostas e estabelecidas institucionalmente.

De maneira geral, o exercício de 2016 exigiu esforços gerenciais atenciosos, sobremaneira considerando as dificuldades orçamentárias enfrentadas no período. Decisões de cortes e restrições na oferta de alguns serviços tiveram que ser adotadas – a fim de garantir o alcance dos objetivos institucionais, bem como preservar a responsabilidade fiscal da Instituição. Assim, uma considerável diminuição do número de postos de terceirizados, diárias e passagens, limitação das linhas telefônicas e suas possibilidades de chamadas, dentre outras ações foram executadas, preservando, como já mencionado, um serviço de qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11 - Restos a pagar

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos		Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)	
2015	3.090.154,66	3.089.716,61	411,65	26,40	
2014	540.570,73	540.570,73	-	-	
2013	24.616,14	24.616,14	-	-	
2012	-	-	-	-	
2011	5.594,40	5.594,40	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)

2015	11.705.840,55	9.962.259,68	9.933.279,97	581.053,52	1.191.507,06
2014	10.893.018,93	2.496.551,70	2.471.600,17	2.787.779,87	5.633.638,89
2013	1.386.639,17	256.150,30	255.355,80	1.106.955,89	24.327,48
2012	349.389,37	52.988,48	52.988,48	296.400,89	-
2011	58.895,81	-	-	-	58.895,81

Fonte: PROAD

Análise Crítica:

Do montante em 01/01/2016 de R\$ 11.705.840,55 de restos a pagar processados e não processados durante o exercício da UPC, 84,86% foram pagos e 4,96% cancelados, restando 10,18% de saldo a ser pago em exercícios posteriores. As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro devem-se, em grande parte, as despesas com obras em andamento que permaneceram por mais de um exercício financeiro em execução.

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UPC está relacionada diretamente com a execução de contratos, principalmente de obras e instalações, contratos continuados e pagamentos de equipamentos e material permanente.

Quanto à existência de registro no SIAFI, como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada, no ano de 2016, a gestão teve o devido cuidado de proceder com o cancelamento dos restos a pagar. Dessa forma, os valores inscritos em Restos a Pagar demonstram a realidade e a necessidade da instituição, no que se refere à utilização destes recursos

3.3.4 Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 12 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal do Pampa					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada		2			R\$ 48.877,51	
Totais		2			R\$ 48.877,51	

Fonte: PROPLAN

Quadro 13 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente
Nome: Fundação Universidade Federal do Pampa

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			2
		Montante Repassado			R\$ 48.877,51
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			-
		Montante Repassado			-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas**	Quantidade	*	*	*
		Montante Repassado	*	*	*

Fonte: PROPLAN

Quadro 14 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Universidade Federal do Pampa				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada			2
	Quantidade reprovada			-
	Quantidade de TCE instauradas			-
	Montante repassado (R\$)			R\$ 48.877,51
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: PROPLAN

Quadro 15 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Universidade Federal do Pampa					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termos de Execução Descentralizada					X

Fonte: PROPLAN

Análise crítica

No exercício 2015, foram firmados dois Termos de Execução Descentralizada (TED) com a ESAF – Escola Superior de Administração Financeira - órgão pertencente ao Ministério da Fazenda. Ambos destinavam-se a descentralizar parte da execução dos recursos previstos para a capacitação dos servidores da Unipampa. Sendo que um dos TEDs tinha por objeto a prestação de serviços presenciais de capacitação (TED nº 02/2015) e o outro, visava a capacitação a distância (TED nº 01/2015).

Em 2016, a contratada realizou as Prestações de Contas desses TEDs dentro dos prazos previstos, sendo aprovadas pelos responsáveis pela análise orçamentária e financeira da Instituição à época. Passados alguns meses, verificou-se que a Unipampa não havia registrado no sistema SIAFI Operacional a prestação de contas já realizada pela unidade contratada.

Diante do exposto, buscou-se reparar esse equívoco com a maior celeridade possível, entretanto, ao tentar realizar este procedimento, constatou-se que o sistema não permitia que esses procedimentos fossem concluídos, pois:

Quanto ao TED nº 02/2015, a contratada havia devolvido recursos financeiros em montante superior ao devido, especificamente, R\$ 2.544,00 a maior;

Em relação ao TED nº 01/2015, houve a devolução correta dos recursos financeiros, porém, não houve a devolução integral dos recursos orçamentários não utilizados. Questionada, em relação a esse recurso devolvido a menor, R\$ 575,36, a contratada informou que havia inscrito parte dos recursos recebidos em Restos a Pagar, contudo, posteriormente, verificou que não haveria a necessidade de utilização integral desses recursos, mas que não teria como realizar esta devolução do valor não utilizado, pois, segundo a mesma, não é possível realizar a devolução de saldo orçamentário de anos anteriores, só é possível realizar movimentações com o orçamento no ano de vigência.

Diante do exposto, a Unipampa busca uma solução para essas pendências junto à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

Observando-se esse processo de análise das prestações de contas, verifica-se o quanto ele exige uma atenção diferenciada, seja por sua característica de repasse de recursos públicos a terceiros ou pelo fato de ser um procedimento novo para a Universidade, já que não havia sido realizado até o exercício de 2016.

3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Universidade possui, dentro de sua nova estrutura organizacional, a Divisão de Gestão de Convênios que tem a função de implementar a política de parcerias com diversos setores da sociedade. Os convênios são orientados, registrados e acompanhados em sua execução pela referida Divisão, que também recebe os relatórios de prestações de contas e os encaminha para análise do setor competente.

A Divisão de Gestão de Convênios conta com duas assistentes em administração e uma administradora para atuarem na tramitação dos instrumentos. A gestão dos convênios, atualmente, é de responsabilidade da Coordenadoria de Gestão de Convênios e Projetos, ligada à Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura.

Para colaborar com o controle de tramitações e ações necessárias para execução e finalização dos processos relativos a convênios, foi desenvolvido dentro do Sistema GURI um portal para gerenciamento dos convênios e prestações de contas. Por meio dele, é possível visualizar toda a lista de convênios com identificação das partes, dos contratos, prazos e documentos que

compõem o processo. A inserção dos dados nesse sistema está a cargo da equipe da Divisão de Gestão de Convênios. A meta é inserir todos os processos até o final do ano 2017.

No ano de 2016 a Divisão de Gestão de Convênios dedicou-se, prioritariamente, a equacionar as diversas pendências junto aos órgãos concedentes, uma vez que isto estava inviabilizando a instituição de obter novas parcerias institucionais. Desde fevereiro de 2015 a Universidade se encontrava pendente no CADIN/RS, em função da falta de prestação de contas em diversos convênios e termos de cooperação junto ao Estado do Rio Grande do Sul.

Ao final do ano de 2016 a Universidade, através da Divisão de Gestão de Convênios, conseguiu solucionar todas as pendências junto ao CADIN/RS, e enfim participar de novos editais deflagrados pelo governo estadual. Em decorrência da regularização cadastral, a instituição conseguiu, através do PAMPATEC, ainda em 2016, lograr êxito na aprovação de projeto junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do RS.

3.3.5 Informações sobre a realização das receitas

As receitas orçamentárias da Unipampa estão destacadas no quadro a seguir de acordo com a fonte dos recursos e a natureza da receita.

Quadro 16 - RECEITA PREVISTA X REALIZADA

Fonte Recursos	Item Informação		Previsão Inicial Da Receita	Receita Orcamentária (Bruta)	Deduções da Receita	Receita Orcamentária (Líquida)	% Participação	
			Movimento Líquido - R\$	Movimento Líquido - R\$	Movimento Líquido - R\$	Movimento Líquido - R\$		
	Natureza Receita							
50	Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	13100111	Aluguéis E Arrendamentos-Principal	146.722,00	156.900,07	(6.492,00)	150.408,07	11%
		13100112	Aluguéis E Arrendamentos-Multas E Juros		176,94		176,94	0%
		16100111	Serv.Administrat.E Comerciais Gerais-Princ.	230.217,00	539.787,85	(17.920,00)	521.867,85	38%
		16100112	Serv.Administrat.E Comerciais Gerais-Mul.Jur.		14,89		14,89	0%
		16100211	Inscr. Em Concursos E Proc.Seletivos-Principal	555.875,00	492.580,00		492.580,00	36%
		19100111	Multas Previstas Em Legisl.Específica-Princ.		13.647,39	(86,00)	13.561,39	1%
		19100112	Multas Previstas Em Legisl.Específica-Mul.Jur		10,32		10,32	0%
		19229911	Outras Restituições-Principal		111,43		111,43	0%

80	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	13210011	Remuneração De Depósitos Bancários-Principal	112.983,00	173.310,73		173.310,73	13%
			Total - R\$	1.045.797,00	1.376.539,62	(24.498,00)	1.352.041,62	100%

Fonte: PROPLAN

Para o exercício 2016, a estimativa de receita própria da Unipampa, constante na Lei Orçamentária Anual, era de R\$ 1.045.797,00, entretanto, houve a arrecadação de R\$ 1.352.041,62, ou seja, ocorreu uma realização de receitas 29% superior à prevista.

Apesar desse incremento na arrecadação, houve o empenho somente do valor inicialmente previsto, conforme quadro a seguir:

Quadro 17 - Despesa empenhada com receita própria

Unidade Orçamentária: 26266: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA				
Ano Lançamento: 2016				
Fonte Recursos		Item Informação		23
				DESPESAS EMPENHADAS
		Natureza Despesa		Movimento Líquido - R\$
50	Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	339030	Material de Consumo	87.518,40
		339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.053,70
		339037	Locação de Mão de Obra	315.851,53
		339039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	510.284,56
		339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	67,68
		339093	Indenizações e Restituições	17.852,13

80	Recursos financeiros diretamente arrecadados	339037	Locação de Mao de Obra	112.983,00
			Total - R\$	1.045.611,00

Fonte: PROPLAN

Faz-se necessário ressaltar que o valor financeiro arrecadado a maior, no caso, R\$ 306.244,62, só poderia ser utilizado a partir do recebimento de crédito adicional. Por essa razão, durante o último período para solicitação de créditos suplementares ao Ministério da Educação, que ocorreu de 26 a 31/10/2016, a Unipampa solicitou essa liberação baseando-se nos últimos 9 meses da arrecadação, por meio do pedido 67.301 do SIOP. Contudo, esse pleito não foi atendido, já que o último momento de crédito não se destina a créditos que dependam de autorização legislativa, conforme Ofício Circular nº 02/2016/GAB-SPO-MEC.

Diante do exposto, no exercício 2017, esses recursos serão solicitados ao MEC à conta de Superávit financeiro.

3.3.6 Informação sobre a execução das despesas

Quadro 18 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016 em R\$	%	2015 em R\$	%	2016 em R\$	%	2015 em R\$	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	47.438.831,22	16,84	36.893.048,95	14,80	24.584.145,94	9,66	24.730.377,14	10,54
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1.336.647,52	0,47	2.087.764,49	0,84	820.179,01	0,32	1.834.682,56	0,78
c) Concorrência	16.634.365,17	5,90	11.005.497,81	4,41	5.233.260,40	2,06	8.303.407,44	3,54
d) Pregão	29.467.818,53	10,46	23.799.786,65	9,55	18.530.706,53	7,28	14.592.287,14	6,22
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	8.798.941,76	3,12	11.332.868,78	4,55	5.543.024,10	2,18	9.219.249,10	3,93

h) Dispensa	7.382.650,65	2,62	10.340.401,10	4,15	4.829.625,79	1,90	8.412.981,93	3,59
i) Inexigibilidade	1.416.291,11	0,50	992.467,68	0,40	713.398,31	0,28	806.267,17	0,34
3. Regime de Execução Especial	44.067,00	0,02	41.084,10	0,02	44.067,00	0,02	41.084,10	0,02
j) Suprimento de Fundos	44.067,00	0,02	41.084,10	0,02	44.067,00	0,02	41.084,10	0,02
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	217.154.889,02	77,08	193.083.329,30	77,44	217.154.889,02	85,30	193.082.532,80	82,32
k) Pagamento em Folha	216.241.267,60	76,76	191.635.622,06	76,86	216.241.267,60	84,94	191.635.622,06	81,71
l) Diárias	913.621,42	0,32	1.447.707,24	0,58	913.621,42	0,36	1.446.910,74	0,62
5. Outros (m+n)	8.290.503,51	2,94	7.990.348,58	3,20	7.252.639,60	2,85	7.471.441,36	3,19
m) Auxílio Financeiro a Estudantes	7.046.410,02	2,50	7.183.734,82	2,88	6.203.667,02	2,44	6.750.889,82	2,88
n) Outros (Não aplicável)	1.244.093,49	0,44	806.613,76	0,32	1.048.972,58	0,41	720.551,54	0,31
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	281.727.232,51	100	249.340.679,71	100	254.578.765,66	100	234.544.684,50	100
7. Total das Despesas da UPC	281.727.232,51	100	249.340.679,71	100	254.578.765,66	100	234.544.684,50	100

Fonte: PROAD

Quadro 19 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal		2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$
Nome do elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais		198.856.954,38	179.584.787,76	198.856.954,38	179.584.807,76	-	-	198.856.954,38	179.584.787,76
1	Aposentadoria, reserva remunerada e reformas	141.966,33	73.808,28	141.966,33	73.808,28	-	-	141.966,33	73.808,28
3	Pensões	210.335,36	129.061,01	210.335,36	129.061,01	-	-	210.335,36	129.061,01
4	Contratação por tempo determinado	3.125.885,93	2.413.375,82	3.125.885,93	2.413.375,82	-	-	3.125.885,93	2.413.375,82
7	Contribuição a entidades fechadas de previdência	534.671,93	294.654,43	534.671,93	294.654,43	-	-	534.671,93	294.654,43

11	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	162.863.475,43	148.216.505,90	162.863.475,43	148.216.505,90	-	-	162.863.475,43	148.216.505,90
13	Obrigações patronais	31.422.109,40	28.152.232,41	31.422.109,40	28.152.232,41	-	-	31.422.109,40	28.152.232,41
16	Outras despesas variáveis – pessoal civil	274.210,76	252.549,72	274.210,76	252.549,72	-	-	274.210,76	252.549,72
91	Sentenças judiciais	10.424,12	2.844,31	10.424,12	2.844,31	-	-	10.424,12	2.844,31
92	Despesas de exercícios anteriores	273.875,12	49.775,88	273.875,12	49.775,88	-	-	273.875,12	49.775,88
	Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
	3. Outras Despesas Correntes	62.990.097,51	54.995.716,28	51.499.082,32	44.915.201,26	11.491.015,19	10.080.515,02	51.286.889,42	44.038.988,46
	Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Contratação por tempo determinado	336.314,17	218.821,97	336.314,17	218.821,97	-	-	336.314,17	218.821,97
8	Outros benefícios assistenciais	1.305.669,16	313.462,11	1.305.669,16	313.462,11	-	-	1.305.669,16	313.462,11
14	Diárias - pessoal civil	872.350,87	1.362.502,79	872.350,87	1.362.502,79	-	-	872.350,87	1.362.502,79
15	Diárias - pessoal militar		2.277,00		1.480,50	-	796,50		1.480,50
18	Auxílio financeiro a estudantes	7.045.627,02	7.183.494,82	6.217.193,02	6.750.649,82	828.434,00	432.845,00	6.202.884,02	6.750.649,82
30	Material de consumo	2.109.652,59	3.407.883,21	1.147.060,67	1.926.500,13	962.591,92	1.481.383,08	1.095.639,94	1.774.512,36
31	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	-	62.240,00	-	62.240,00	-	-	-	62.240,00
33	Passagens e despesas com locomoção	604.524,32	936.095,47	337.398,72	538.638,55	267.125,60	397.456,92	334.231,03	493.085,91
36	Outros serviços de terceiros- pessoa física	762.334,64	858.940,37	646.946,39	798.963,61	115.388,25	59.976,76	646.946,39	798.963,61
37	Locação de mão de obra	16.305.492,51	16.182.757,31	13.062.945,18	11.857.831,04	3.242.547,33	4.324.926,27	13.062.945,18	11.670.804,01
39	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	17.329.315,35	12.919.824,69	11.255.921,90	9.560.756,34	6.073.393,45	3.359.068,35	11.114.295,92	9.069.592,73
41	Contribuições	51.529,87	48.842,58	51.529,87	48.589,30	-	253,28	51.529,87	48.589,30
46	Auxílio-alimentação	9.248.634,25	7.102.647,75	9.248.634,25	7.102.647,75	-	-	9.248.634,25	7.102.647,75
47	Obrigações tributárias e contributivas	2.020.684,11	1.692.080,06	2.019.149,47	1.691.920,06	1.534,64	160,00	2.019.149,47	1.691.920,06

48	Outros auxílios financeiros a pessoa física	1.681.664,55	645.253,20	1.681.664,55	645.253,20	-	-	1.681.664,55	645.253,20
49	Auxílio-transporte	146.215,69	101.763,80	146.215,69	101.763,80	-	-	146.215,69	101.763,80
92	Despesas de exercícios anteriores	133.381,50	76.248,42	133.381,50	76.248,42	-	-	133.381,50	76.248,42
93	Indenizações e restituições	3.036.706,91	1.880.580,73	3.036.706,91	1.856.931,87	-	23.648,86	3.035.037,41	1.856.450,12
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos		2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$	2016 em R\$	2015 em R\$
		19.880.180,62	14.760.175,67	4.641.926,08	13.134.850,14	15.238.254,54	1.625.325,53	4.434.921,86	10.920.908,28
Nome do elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-	-
39	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.600,00	43.678,64	-	43.678,64	20.600,00	-	-	43.678,64
51	Obras e instalações - op.int.orc.	15.853.676,20	11.085.075,97	4.054.290,08	10.491.425,76	11.799.386,12	593.650,21	4.054.290,08	8.863.520,05
52	Equip. e material permanente - op.intra-orc	3.972.797,86	3.631.421,06	554.529,44	2.599.745,74	3.418.268,42	1.031.675,32	347.525,22	2.013.709,59
61	Aquisição de imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
92	Despesas de exercícios anteriores	33.106,56	-	33.106,56	-	-	-	33.106,56	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL		281.727.232,51	249.340.679,71	254.997.962,78	237.634.839,16	26.729.269,73	11.705.840,55	254.578.765,66	234.544.684,50

Fonte: PROAD

Análise crítica

A despesa empenhada no exercício de 2016, proveniente dos créditos originários e de movimentação da Universidade, teve um acréscimo de 12,99% em relação ao exercício anterior. A despesa empenhada por modalidade de contratação, no exercício de 2016, está distribuída em percentuais da seguinte forma:

A Universidade teve 16,84% de sua despesa empenhada em três modalidades de licitação, destacando a tomada de preço, concorrência e pregão.

As contratações diretas representaram 3,12%, em dispensas e inexigibilidades. As dispensas de licitação representaram 2,62% das despesas.

Os efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício de 2016 foram tratados de maneira adequada, visando o andamento da Universidade.

Os repasses financeiros não atendiam às necessidades da Universidade, no que tange a sua totalidade, isso ocorreu na maior parte do ano. No mês de dezembro, o repasse de recursos financeiros foi significativo, desta forma a Universidade pôde pagar os fornecedores.

O contingenciamento orçamentário e os cortes efetuados no Ministério da Educação prejudicaram e dificultaram a realização de empenhos na sua totalidade, principalmente nos contratos firmados, necessitando o remanejamento constante de recursos para viabilizar a sua boa execução.

3.3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 20 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
Financeiro	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	154359	Unipampa			37	R\$ 63.342,00	R\$ 3.200,00
2015	154359	Unipampa			37	R\$ 53.000,00	R\$ 3.200,00
2014	154359	Unipampa			38	R\$ 65.412,00	R\$ 4.000,00
2013	154359	Unipampa			33	R\$ 48.355,20	R\$ 3.200,00
2012	154359	Unipampa			32	R\$ 31.900,00	R\$ 3.200,00

Fonte: PROAD

O valor total informado refere-se ao somatório das 37 concessões realizadas de PCSF (Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos) durante o exercício de 2016. Por oportuno, cabe salientar que os valores concedidos aos supridos, em alguns casos, não são executados em sua totalidade, tal fato dá-se em virtude das necessidades e dos prazos.

A utilização de suprimento de fundos na Universidade está restrita para efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto

é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

A restrição da utilização do suprimento de fundos fica bem evidenciada na despesa empenhada por modalidade de contratação, representando apenas 0,02% do total dos créditos originários da Universidade.

Quadro 21 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b) em R\$	(a+b) em R\$
2016	154359	Unipampa		-	280	-	44.067,00	44.067,00
2015	154360	Unipampa		-	219	-	41.084,10	41.084,10

Fonte: PROAD

O valor das faturas pagas durante o exercício de 2016 foi de R\$ 44.067,00. O montante pago em faturas foi 7,26% superior ao ano anterior.

Quadro 22 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	descrição	Total
154359	Unipampa	339030	33903003	COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	334,80
			33903004	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	1.916,00
			33903006	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	40,00
			33903007	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	37,00
			33903011	MATERIAL QUÍMICO	834,50
			33903012	MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO	72,90
			33903014	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	140,00
			33903015	MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS	654,50
			33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	52,80

			33903019	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	117,84
			33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	256,00
			33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	214,19
			33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	805,00
			33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	15.747,35
			33903025	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	547,93
			33903026	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	16.398,03
			33903028	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANCA	295,00
			33903029	MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	55,00
			33903035	MATERIAL LABORATORIAL	172,80
			33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	873,03
			33903042	FERRAMENTAS	1.304,33
			33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	(0,00)
		339039	33903916	MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	1.592,55
			33903917	MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	458,45
			33903963	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	1.147,00
			33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	0,00
Total					R\$ 44.067,00

Fonte: PROAD

O valor total informado refere-se ao somatório das 37 concessões realizadas de PCSF (Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos) durante o exercício de 2016. Por oportuno,

cabe salientar que os valores concedidos aos supridos, em alguns casos, não são executados em sua totalidade, tal fato dá-se em virtude das necessidades e dos prazos.

A utilização de suprimento de fundos na Universidade está restrita para efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

A restrição da utilização do suprimento de fundos fica bem evidenciada na despesa empenhada por modalidade de contratação apresentada no quadro Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa, representando apenas 0,08% do total dos créditos originários da Universidade.

As despesas realizadas com suprimento de fundos neste ano teve um aumento de 7,26% em relação ao ano anterior, demonstrando o uso de forma racional e dentro do estabelecido na legislação, continuando pouco representativas suas despesas tendo em vista um total de execução de R\$ 44.067,00, distribuídos em material de consumo e serviços de terceiros - pessoa jurídica entre os 12 supridos que utilizaram no exercício de 2016.

A única modalidade utilizada e autorizada nas concessões de suprimento de fundos nesta Universidade é a de fatura, não sendo utilizada a modalidade de saque. Os supridos realizaram, até o final do exercício de 2016, a utilização de suprimento de fundos observando as orientações contidas no Volume V do MACONFI, que dispõe sobre a norma interna para a utilização de Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal no âmbito desta Universidade.

Foi autorizado, no exercício de 2016, um total de 37 propostas de concessão de suprimento de fundos nas quais as prestações de contas foram todas concluídas e aprovadas pelo ordenador de despesas.

3.4 Desempenho operacional

3.4.1 Ensino de Graduação

Cursos de Graduação

A Unipampa ofereceu 64 (sessenta e quatro) cursos de graduação, disponibilizando vagas em 41 (quarenta e um) cursos de bacharelados, 18 cursos de licenciaturas e 5 cursos superiores de tecnologia. Nesse contexto, em dezembro de 2016, a Unipampa contou com 912 (novecentos e doze) docentes, 855 (oitocentos e cinquenta e cinco) técnico-administrativos, 9.901 (nove mil, novecentos e um) discentes de graduação e 777 (setecentos e setenta e sete) discentes de pós-graduação, totalizando 10.678 (dez mil seiscentos e setenta e oito) discentes com matrícula regular.

No que se refere ao ingresso nos diferentes cursos de graduação, em relação ao ano de 2016, o quadro a seguir apresenta os respectivos editais e número de vagas e discentes matriculados.

Quadro 23 - Processos seletivos e ingressos na Unipampa no ano de 2016

Processo Seletivo	Edital / semestre de ingresso	Vagas	Matriculados
SiSU	Edital Nº 02/2016 (2016/01) Edital Nº 11/2016 (2016/02)	3.180	3.135
Processos Seletivos	Edital 130/2016 - Processo Seletivo Específico	20	3

Específicos	para ingresso nos cursos do segundo ciclo após conclusão do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BICT 2º Ciclo (2016/2)		
	Edital 275/2015 - Processo Seletivo Específico para ingresso nos cursos do segundo ciclo após conclusão do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BICT 2º Ciclo (2016/1)	18	2
	Edital Nº 250/2016 - Processo Seletivo Específico para ingresso no curso de Educação do campo – Licenciatura (2016/01)	60	53
	Edital Nº 24/2016 - Edital Processo Seletivo Específico para ingresso de fronteiriços 2016 (2016/01)	70	8
Processo Seletivo Complementar	Edital 077/2016 - Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma (2016/2)	287	105
	Edital 274/2015 - Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma (2016/1)	529	82
Total		4.164	3.388

Fonte: PROGRAD

Em conformidade com a Lei nº 12.711/2012, 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da Unipampa, são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas, 03% (três por cento) destinadas a candidatos com deficiência e 47% (quarenta por cento) para candidatos em ampla concorrência.

Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio.

Conforme relatórios de avaliação institucional e de cursos, observações do cotidiano e relatório da auditoria interna da Unipampa, os principais desafios relativos ao ensino de graduação são a infraestrutura física, o planejamento e a avaliação institucional, a evasão e a retenção dos discentes e o controle dos registros acadêmicos.

No que se refere à Avaliação Institucional, a Unipampa foi avaliada com vistas ao recredenciamento, sendo avaliados *in loco* pelo INEP, o *campus* Bagé em dezembro de 2015, e os *campi* Uruguaiana e Alegrete, em março de 2016. O resumo dos resultados da avaliação e respectivos conceitos atribuídos seguem conforme abaixo.

Quadro 24 - Resumo de conceitos atribuídos no processo de recredenciamento institucional da Unipampa

Indicador	Unidade Universitária		
	Alegrete	Bagé	Uruguaiana
Planejamento e avaliação institucional	4,2	3,2	2,6
Desenvolvimento institucional	3,6	3,2	3,4
Políticas acadêmicas	3,1	3,0	3,1
Políticas de gestão	4,4	3,6	3,5
Infraestrutura física	3,9	3,5	2,8

Fonte: PROGRAD

Considerando que, o valor 1 é atribuído quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS; 2 quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE, 3 quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE, 4 quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM e 5 quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE, entende-se que exige atenção, principalmente o planejamento e a avaliação institucional, assim como a infraestrutura física.

De igual modo, tal realidade se reflete na avaliação de reconhecimento dos 10 (dez) cursos de graduação da Unipampa, que obtiveram conceito 3. Isto é, a análise dos dados nos indica que a infraestrutura física e organização didático- pedagógica são itens que merecem atenção e políticas de superação às insuficiências a esses cursos.

No entanto, vale ressaltar que, dos 64 cursos de graduação, 55 cursos estão reconhecidos por meio de avaliação *in loco* pelo INEP, sendo que dois cursos apresentam conceito 5 (cinco), 43 cursos com conceito 4 (quatro) e 10 cursos com conceito 3 (três). Na avaliação, os conceitos de curso consideraram três dimensões: Organização didático- pedagógica (dimensão 1); Corpo docente (dimensão 3) e instalações físicas (dimensão 3).

No que se refere à evasão discente, o quadro a seguir apresenta os dados relativos à matrícula e evasão de discentes relativo aos anos 2014, 2015 e 2016.

Quadro 25 - Evasão de discentes por ano/semestre/causa

CAUSA	Nº de Alunos			
	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2
Abandono	531	864	621	1040
Cancelamento	362	66	542	56
Falecimento	0	0	1	1
Desligamento	110	110	44	130
Mobilidade Concluída	0	0	1	0
Reingresso Transf. Interna	8	0	0	0
Transferência	12	5	26	5
Transferência Interna	39	13	155	32
Transferido	11	8	15	3
Subtotal				
Total Evasão	2139		2672	
Total Matriculados	8202		9901	
Percentual de Evasão	26,08 %		26,99 %	

Fonte: PROGRAD

Os referidos dados indicam a evasão como ameaça, considerando a viabilidade e sustentabilidade da Instituição. Nesse sentido, entende-se que urge o planejamento de atenção à superação de tais ameaças, desenvolvendo acompanhamento acadêmico do discente e a formação contínua de servidores docentes e técnico-administrativos.

Na perspectiva de ações referentes à evasão dos discentes, a Universidade planejou o Fórum da Graduação da Unipampa, que aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2016, no auditório do campus Bagé. O evento, com o tema evasão e retenção discente, contou com a presença de 154 (cento e cinquenta e quatro) docentes, 7 (sete) representantes dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), 6 chefes de Secretarias Acadêmicas e 8 (oito) representantes da Comissão de Avaliação de Renda SISU, totalizando 175 (cento e setenta e cinco participantes).

Ainda, durante o primeiro semestre de 2016, foram realizadas 10 (dez) reuniões de planejamento e consulta à comunidade acadêmica sobre a realização dos Fóruns Temáticos, enquanto espaços coletivos de debate e proposição de ações entre coordenadores e professores de cursos, agrupados por áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Engenharias, Licenciaturas, Saúde e Ciências Biológicas, Tecnológicas e Educação a Distância – EaD) visando atualizar, articular e qualificar os cursos de graduação com base na legislação educacional. Os temas dos encontros se referiam a questões inerentes à Educação Ambiental, aos Direitos Humanos e à História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Os encontros se efetivaram por videoconferência, estratégia adotada diante da impossibilidade, por questões orçamentárias, da realização de visitas presenciais.

Também fez parte dos eventos realizados o seminário de Formação dos NuDEs o qual foi realizado nos dias 19 e 20 de dezembro de 2016 e teve a participação de vinte e quatro servidores integrantes dos Núcleos e cinco servidores das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis e Comunitários. O principal objetivo desse evento foi discutir uma proposta de minuta de regimento desse núcleo e, dessa forma, iniciar um trabalho de acompanhamento acadêmico dos discentes.

Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.

No que se refere ao relacionamento da Unidade Jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços, a Unipampa relaciona-se por meio de programas institucionais, como:

- Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência – PIBID: fomentado pela CAPES, o PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica. Os projetos promovem a inserção dos estudantes da Unipampa no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor/supervisor da escola.

Em 2016, o projeto envolveu quatorze cursos de licenciatura da Instituição, esteve presente em quarenta e duas escolas e concedeu quatrocentos e dezoito cotas de bolsas à acadêmicos, oitenta e cinco cotas aos supervisores e vinte e cinco cotas à coordenadores de área, além de uma cota a coordenador institucional e três cotas aos coordenadores de gestão;

- Programa de Educação Tutorial (PET): O PET é um programa que se compromete com o aprimoramento dos cursos de graduação e trabalha com quatro vertentes principais que são Ensino, Cultura, Pesquisa e Extensão. Cada grupo PET conta com um conjunto de alunos bolsistas, um professor-tutor, vários professores colaboradores e, muitas vezes, conta ainda com alunos voluntários que ajudam nas atividades do grupo. Em 2016, a Unipampa contou com treze

grupos, em cada grupo, contou com doze bolsistas e até seis voluntários, sendo que, ao todo, participaram do Programa cento e oitenta e quatro estudantes.

- **Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE):** é um projeto financiado pela CAPES e desenvolvido em cinco Unidades Universitárias da Unipampa: São Gabriel, Caçapava do Sul, Uruguaiana, Dom Pedrito e Bagé. Os laboratórios constituem espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituição, destinados a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; a elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a articulação entre os programas da Capes relacionados à Educação Básica. Muitos dos estudantes que utilizam dos laboratórios fazem parte de projetos como PIBID e/ou produzem materiais para aplicação em suas práticas/estágios, o que é aplicado nas escolas de Educação Básica, incentivando os estudantes.

- Programa Novos Talentos: financiado pela CAPES, esse Programa objetiva apoiar projetos extracurriculares, investir em novos talentos da rede pública para inclusão social, além de desenvolver a cultura científica, fomentando experiências e programas inovadores que contribuam para a melhoria da Educação Básica. Na Unipampa, existem quatro projetos que iniciaram em 2014: (a) Projeto “Ações para Formação de Professores e Alunos das Escolas Públicas de Educação Básica de Uruguaiana/RS”, Campus Uruguaiana, desenvolvido em quatro subprojetos; (b) Projeto “Novos Talentos em Ciências Exatas e da Terra”, Campus Caçapava do Sul; (c) Projeto do Campus Dom Pedrito possui três subprojetos: “Universidade e Escola Básica – Expandindo Oportunidades: um novo elo na construção de saberes”, “Info.edu: Novos Talentos nos Pampas” e “Lições de Cidadania na Unipampa”; (d) Projeto do Campus Alegrete, denominado “Novos Talentos do Pampa”; todos os projetos envolvem estudantes da Educação Básica, acadêmicos e professores universitários.

Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los.

Entende-se que os principais riscos de mercado, para a Unipampa e seus cursos de graduação, são as ameaças da evasão, da retenção, assim como as condições de infraestrutura física e a fragilidade do planejamento institucional.

Enquanto estratégias para o enfrentamento e superação das ameaças e potenciais riscos, destacam-se os projetos como os do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) referente à Iniciação ao Ensino (Projetos de Ensino e Propostas de Monitoria), o qual potencializam pesquisas e propostas pedagógicas que minimizem os índices de retenção e evasão nos cursos de graduação da Unipampa.

As ações que focalizam a permanência dos estudantes, especificamente, na melhora das condições, têm sido desempenhadas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), órgão constituído de forma multidisciplinar, responsável pelo atendimento de docentes e discentes das Unidades Universitárias na área do desenvolvimento educacional. O NuDE visa qualificar o trabalho pedagógico e estudantil, a partir das demandas apresentadas, como o caso da evasão, na busca por alternativas que favoreçam a qualificação dos processos educacionais, expressos no ensino, pesquisa e extensão.

A Unipampa por meio das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis e Comunitários segue proporcionando espaços de diálogo e formação com os NuDEs para o

fortalecimento também das ações que visam contribuir para a permanência dos estudantes na Instituição desenvolve programas, benefícios e ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária, realizando ações em duas frentes: a) apoio à aprendizagem, desenvolvida por professores de diferentes cursos, além da instituição do Programa de Desenvolvimento Acadêmico; e b) Bolsa de Permanência, para auxiliar os estudantes na sua fixação e manutenção com relação à moradia, alimentação e transporte. Merecem destaque, ainda, os processos conjuntos relacionados à acessibilidade e inclusão na Educação Superior, coordenado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

Políticas de contingenciamento orçamentário por parte do Governo Federal, conduziram a ajustes de processos administrativos de forma que a Universidade teve que planejar novas estratégias de gestão.

3.4.1.1 Informações Acadêmicas

Quadro 26 - Informações Acadêmicas

Curso	Campus	Duração	Turno	N.º ingressantes em 2015		N.º ingressantes em 2016		N.º concluintes em 2015		N.º concluintes em 2016	
				1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Ciência da Computação	Alegrete	4	Noturno	57	5	51	3	2	9	4	7
Engenharia Agrícola	Alegrete	5	Integral	57	8	55	3	2	5	7	4
Engenharia Civil	Alegrete	5	Integral	55	0	50	0	15	15	12	8
Engenharia de Software	Alegrete	4	Noturno	52	1	63	0	1	10	3	7
Engenharia de Telecomunicações	Alegrete	5	Integral	55	2	56	2	0	0	0	4
Engenharia Elétrica	Alegrete	5	Integral	55	3	57	4	5	11	3	10
Engenharia Mecânica	Alegrete	4	Integral	55	0	54	0	4	6	5	6
Engenharia de Alimentos	Bagé	5	Integral	55	1	55	2		4	1	-
Engenharia de Computação	Bagé	5	Noturno	56	16	61	3	6	5	3	7
Engenharia de Energia	Bagé	5	Integral	52	11	156	10	2	4	2	5
Engenharia de Produção	Bagé	5	Noturno	52		58	4	3	9	11	11
Engenharia Química	Bagé	5	Integral	57	1	56	7	6	9	5	13
Licenciatura em Física	Bagé	4	Integral	37	5	55	0	2	2	1	2
Licenciatura em Letras - Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa	Bagé	4	Noturno	0	0	0	0	9	12	7	6
Licenciatura em Letras - Habilitação Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Bagé	4	Noturno	0	0	0	0	2	6	0	4
Licenciatura em Letras - Habilitação Português/Inglês e Respectivas Literaturas	Bagé	4	Noturno	0	0	0	0	3	10	3	4

Licenciatura em Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas	Bagé	4	Integral	44	0	54	2	0	0	0	4
Licenciatura em Letras - Português e Literaturas da Língua Portuguesa	Bagé	4	Noturno	64	8	60	5	0	0	1	7
Licenciatura em Matemática	Bagé	4	Noturno	61	19	56	2	3	13	3	7
Licenciatura em Música	Bagé	4	Integral	26	1	20	2	0	5	0	9
Licenciatura em Química	Bagé	4	Integral	36	3	55	0	6	3	1	6
Bacharelado em Geofísica	Caçapava do Sul	4	Integral	25	1	31	0	1	10	0	16
Bacharelado em Geologia	Caçapava do Sul	4	Integral	56	2	54	5	0	11	5	15
Curso Superior de Tecnologia em Mineração	Caçapava do Sul	3,5	Noturno	43	3	41	2	4	0	3	3
Engenharia Sanitária e Ambiental	Caçapava do Sul	5	Integral	51	0	49	0	0	0	0	13
Licenciatura em Ciências Exatas	Caçapava do Sul	4	Noturno	38	10	45	2	2	3	4	5
Bacharelado em Enologia	Dom Pedrito	4,5	Integral	31	1	50	3	11	0	13	-
Bacharelado em Zootecnia	Dom Pedrito	5	Integral	55	13	53	2	5	15	4	21
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio	Dom Pedrito	3,5	Noturno	54	4	56	2	7	2	20	1
Licenciatura em Ciências da Natureza	Dom Pedrito	4,5	Noturno	52	4	58	1	0	0	10	5
Educação do Campo	Dom Pedrito	4	Tempo Comunidade/ Universidade	43	46	34	0	0	0	0	-
Bacharelado em Agronomia	Itaqui	5	Integral	55	0	57	1	4	13	6	16

Bacharelado em Nutrição	Itaqui	4	Integral	58	4	54			18	2	29
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Itaqui	3	Integral	38	6	67	3	5	0	1	1
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Itaqui	4	Noturno	83	4	78	2	4	0	3	4
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Itaqui	4	Integral	0	0	0	0	1	0	0	-
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Itaqui	3,5	Integral	27	9	48	5	6	3	2	4
Engenharia em Agrimensura	Itaqui	5	Integral	40	17	51	2	0	0	0	4
Licenciatura em Matemática	Itaqui	4,5	Noturno	56	5	51	1	0	0	1	2
Bacharelado em Produção e Política Cultural	Jaguarão	4	Integral	20	1	37	0	0	22	1	-
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	Jaguarão	2,5	Noturno	54	0	53	3	19	5	17	-
Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Jaguarão	4,5	Integral	16	1	0	0	1	9	4	-
Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Jaguarão	4,5	Noturno	41	3	52	0	4	14	4	-
Licenciatura em História	Jaguarão	4	Noturno	46	4	51	2	1	6	1	-
Licenciatura em Pedagogia	Jaguarão	4	Integral	0	0	0	0	0	0	0	-
Licenciatura em Pedagogia	Jaguarão	4	Noturno	52	13	51	3	14	15	14	-
Bacharelado em Administração	Santana do Livramento	4,5	Matutino	67	0	59	1	10	9	7	16
Bacharelado em Administração	Santana do Livramento	4,5	Noturno	2	52	2	56	12	3	26	10
Bacharelado em Ciências	Santana do	4	Noturno	64	0	60	0	0	8	1	12

Econômicas	Livramento										
Bacharelado em Direito	Santana do Livramento	5	Integral	0	53	56	0	0	0	0	-
Bacharelado em Relações Internacionais	Santana do Livramento	4	Integral	59	0	57	0	8	18	2	26
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Santana do Livramento	3	Noturno	67	0	56	1	5	11	5	16
Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política	São Borja	4	Noturno	52	1	54	2	2	9	5	11
Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo	São Borja	4	Integral	45	0	59	1	3	7	3	13
Bacharelado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	São Borja	4	Integral	52	2	55	2	10	22	1	7
Bacharelado em Comunicação Social - Relações Públicas ênfase em Produção Cultural	São Borja	4	Integral	52	4	55	7	3	8	3	11
Bacharelado em Serviço Social	São Borja	4	Integral	51	1	54	1	7	9	6	18
Licenciatura em Ciências Humanas	São Borja	4	Noturno	60	2	61	8	0	0	24	3
Bacharelado em Biotecnologia	São Gabriel	4	Integral	31	1	42	1	3	9	7	9
Bacharelado em Ciências Biológicas	São Gabriel	4	Integral	33	3	37	6	2	6	4	15
Bacharelado em Gestão Ambiental	São Gabriel	4,5	Noturno	59	3	57	3	6	5	6	10
Engenharia Florestal	São Gabriel	5	Integral	36	0	53	1	10	9	4	17
Licenciatura em Ciências Biológicas	São Gabriel	4	Integral	24	2	38	3	4	9	4	5
Bacharelado em Enfermagem	Uruguaiana	5	Integral	33	25	29	31	29	19	9	19

Bacharelado em Farmácia	Uruguaiana	5	Integral	53	5	51	2	4	10	7	21
Bacharelado em Fisioterapia	Uruguaiana	5	Integral	28	25	28	28	20	15	11	20
Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura	Uruguaiana	3	Vespertino	53	1	51	2	0	9	4	8
Licenciatura em Ciências da Natureza	Uruguaiana	4,5	Noturno	54	7	54	1	10	1	11	2
Licenciatura em Educação Física	Uruguaiana	4	Noturno	60	10	59	5	0	17	2	19
Medicina Veterinária	Uruguaiana	5	Integral	49	39	42	45	23	39	28	28
Medicina	Uruguaiana	5	Integral	0	0	23	28	0	0	0	-
TOTAL:				3044	471	3382	327	331	536	367	

Fonte: PROGRAD

* Curso de Letras Licenciatura em Letras - Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa está em processo de extinção, por esse motivo não apresentou ingressantes de 2015 a 2016;

** O Curso Licenciatura em Letras - Português e Literaturas da Língua Portuguesa é novo, por isso ainda não apresenta concluintes;

*** As colações de grau referentes a 2016/2 acontecerão em fevereiro e março de 2017, conforme Portaria Unipampa nº 1119/2016.

**** O curso de Engenharia de Energia teve alteração do nome do curso, com respectiva migração curricular dos alunos do Curso anterior, caracterizando o número de ingressantes no primeiro semestre de 2016.

Cabe esclarecer, em relação às vagas e ingressantes em cada período, que o fato corresponde a editais de Ingresso via SiSU, Reopção, Processo Seletivo Complementar, e Fronteiriço com vistas o preenchimento de vagas totais dos cursos.

Quadro 27 - Vagas ofertadas 2016 – SiSU

CURSO	MODALIDADE	TURNO	CAMPUS	VAGAS
Ciência da Computação	Bacharelado	Noturno	Alegrete	50
Engenharia Agrícola	Bacharelado	Integral	Alegrete	25
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	Alegrete	50
Engenharia de Software	Bacharelado	Noturno	Alegrete	50
Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	Integral	Alegrete	50
Engenharia Elétrica	Bacharelado	Integral	Alegrete	50
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral	Alegrete	50
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral	Bagé	50
Engenharia de Computação	Bacharelado	Noturno	Bagé	50
Engenharia de Energias	Bacharelado	Integral	Bagé	50
Engenharia de Produção	Bacharelado	Noturno	Bagé	50
Engenharia Química	Bacharelado	Integral	Bagé	50
Física	Licenciatura	Integral	Bagé	50
Português e Literaturas da Língua Portuguesa	Licenciatura	Noturno	Bagé	50
Letras, Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura	Integral	Bagé	50
Matemática	Licenciatura	Noturno	Bagé	50
Música	Licenciatura	Integral	Bagé	25
Química	Licenciatura	Integral	Bagé	50
Bacharelado em Geofísica	Bacharelado	Integral	Caçapava do Sul	40
Geologia	Bacharelado	Integral	Caçapava do Sul	50
Mineração	Tecnólogo	Noturno	Caçapava do Sul	40
Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Integral	Caçapava do Sul	50
Ciências Exatas	Licenciatura	Noturno	Caçapava do Sul	50
Enologia	Bacharelado	Integral	Dom Pedrito	50
Zootecnia	Bacharelado	Integral	Dom Pedrito	50
Agronegócio	Tecnólogo	Noturno	Dom Pedrito	50
Ciências da Natureza	Licenciatura	Noturno	Dom Pedrito	50
Agronomia	Bacharelado	Integral	Itaqui	50
Nutrição	Bacharelado	Integral	Itaqui	50
Ciência e Tecnologia	Bacharelado Interdisciplinar	Integral	Itaqui	75
Ciência e Tecnologia	Bacharelado Interdisciplinar	Noturno	Itaqui	75
Ciência e Tecnologia dos Alimentos	Bacharelado	Integral	Itaqui	50
Engenharia em Agrimensura	Bacharelado	Integral	Itaqui	50

Matemática	Licenciatura	Noturno	Itaqui	50
Produção e Política Cultural	Bacharelado	Integral	Jaguarão	50
Gestão de Turismo	Tecnólogo	Noturno	Jaguarão	50
Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas	Licenciatura	Noturno	Jaguarão	50
História	Licenciatura	Noturno	Jaguarão	50
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	Jaguarão	50
Administração	Bacharelado	Matutino	Santana do Livramento	50
Administração	Bacharelado	Noturno	Santana do Livramento	50
Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	Santana do Livramento	50
Direito	Bacharelado	Integral	Santana do Livramento	50
Relações Internacionais	Bacharelado	Integral	Santana do Livramento	50
Gestão Pública	Tecnólogo	Noturno	Santana do Livramento	50
Ciências Sociais - Ciência Política	Bacharelado	Noturno	São Borja	50
Jornalismo	Bacharelado	Integral	São Borja	50
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Integral	São Borja	50
Relações Públicas	Bacharelado	Noturno	São Borja	50
Serviço Social	Bacharelado	Integral	São Borja	50
Ciências Humanas	Licenciatura	Noturno	São Borja	50
Biotecnologia	Bacharelado	Integral	São Gabriel	50
Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	São Gabriel	30
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	São Gabriel	30
Gestão Ambiental	Bacharelado	Noturno	São Gabriel	50
Engenharia Florestal	Bacharelado	Integral	São Gabriel	50
Enfermagem	Bacharelado	Integral	Uruguaiiana	50
Farmácia	Bacharelado	Integral	Uruguaiiana	50
Fisioterapia	Bacharelado	Integral	Uruguaiiana	50
Medicina	Bacharelado	Integral	Uruguaiiana	60
Aquicultura	Tecnólogo	Vespertino	Uruguaiiana	50
Ciências da Natureza	Licenciatura	Noturno	Uruguaiiana	50
Educação Física	Licenciatura	Noturno	Uruguaiiana	50
Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	Uruguaiiana	80
Total:				3180

Fonte: PROGRAD

Quadro 28 - Outras formas de ingresso

FORMA INGRESSO	N.º MATRICULADOS			
	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2
Convênio – Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete – Curso Engenharia Agrícola	24	0	25	0
Liminar	2	0	7	0
Outros	0	0	2	1
Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	0	0	2	0
Mobilidade Acadêmica Internacional	5	2	0	2
Mobilidade Interinstitucional	1	0	0	0
Portador de Diploma	55	55	40	50
Processo Seletivo - Uruguaios Fronteiriços	12	0	7	0
Regime Especial de Graduação	39	15	37	38
Regime Especial de Pós-Graduação	1	0	0	0
Reingresso	34	33	11	23
Reopção - Mobilidade Interna (para curso/habilitação área relacionada)	75	34	56	50
Reopção - Transferência interna (de um curso não relacionado ao atual)	0	2	0	0
Segundo Ciclo de Formação - BICT	08	6	2	3
Transferência Interna por Reopção de Curso	0	2	0	0
Transferência EX-OFFICIO (amparada em lei)	7	3	5	1
Transferência Interna	0	0	103	7
Transferência Voluntária ou Externa (oriundo de outra instituição)	14	12	18	14
Total	277	164	315	189

Fonte: PROGRAD

3.4.2 Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) tem como objetivos incentivar, assessorar e organizar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, como também a formação acadêmica em nível de pós-graduação, buscando a inserção da Unipampa no cenário nacional e internacional. As principais ações da Pesquisa e da Pós-Graduação na Universidade têm sido: organização da participação da Instituição em editais de fomento à pesquisa e bolsas de iniciação científica e tecnológica; organização de editais internos para consolidação dos Grupos de Pesquisa, Programas de Pós-Graduação e apoio à Inovação; incentivo à publicação em periódicos recomendados pela CAPES; e aquisição de equipamentos para formação de laboratórios institucionais.

Durante o ano de 2016, foram lançados editais, e realizadas ações com objetivo de fomentar o desenvolvimento da pesquisa, seja por meio da aquisição de equipamentos e materiais, incentivo à qualificação, pela participação em eventos e congressos. Esses editais

também contemplaram a concessão de bolsas de iniciação científica, visando estimular os discentes de graduação a participarem dos projetos de pesquisa.

No âmbito da consecução das metas relacionadas à produção científica em 2016, além da implementação dos laboratórios, a Universidade ampliou a inserção da Instituição nos programas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC, PIBIC nas ações afirmativa, PIBITI e PIBIC-EM) e FAPERGS (PROBIC e PROBITI), além de disponibilizar aos docentes a modalidade de bolsa de pesquisa dentro do Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico (PDA) de forma a incentivar a pesquisa na instituição na sua totalidade. Aliado às estratégias supracitadas, foram aprimoradas políticas de incentivo à formação e à consolidação de grupos de pesquisa, bem como de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação.

As atividades de pesquisa estão voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico- administrativos. O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, visa desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e aplicação de modelos, e a redação e difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico.

Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa – AGP

O Edital de Apoio aos Grupos de Pesquisa tem por objetivo fomentar as atividades de pesquisa desenvolvidas pelos Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificados pela Universidade. Além disso, a distribuição dos recursos visa estimular a realização dos projetos de pesquisa vinculados a esses Grupos, estimulando a produção de conhecimento científico básico e aplicado de reconhecido mérito e com relevante aplicação no contexto social, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação.

No ano de 2016, não foi lançado esse edital por não haver recurso financeiro disponível. Entretanto, foram adquiridos alguns equipamentos, oriundos de processos, instaurados no exercício anterior, os quais já estavam em fase final de tramitação e que estavam pendentes, apenas, de recurso. Para concluir tais aquisições, utilizou-se o orçamento que fora disponibilizado neste ano.

Resultados e investimentos

A seguir, quadro com os equipamentos que foram adquiridos no ano de 2016, que foram contemplados no edital de 2015:

Quadro 29 - Recursos referentes ao Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa – Edital 02/2015

Equipamento adquirido	Total Aprovado em R\$
Acessórios para sistema de espectroscopia	35.210,26
Transdutor de força de pressão	15.637,54
Labirinto de morris para ratos, monitor de atividades, heat pad para estereotáxico, agitador vortex, agitador magnético com aquecimento, programa monitor de campo, balança eletrônica, guilhotina para roedores.	48.187,20

Fonte: PROPI

Edital de Apoio à Pós-Graduação – APPG

O Edital de Apoio à Pós-Graduação objetiva estimular a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica vinculados aos programas de pós-graduação da Unipampa, nas diversas áreas do conhecimento. O Edital se propõe à aquisição de equipamentos de caráter multiusuário, de origem nacional ou que necessitem de processo de importação.

No ano de 2016, não foi lançado esse edital por não haver recurso financeiro disponível. Entretanto, foram adquiridos alguns equipamentos, oriundos de processos, instaurados no exercício anterior, os quais já estavam em fase final de tramitação e que estavam pendentes, apenas, de recurso. Para concluir tais aquisições, utilizou-se o orçamento que fora disponibilizado neste ano.

Resultados e investimentos

A seguir, estão os equipamentos que foram adquiridos no ano de 2016, com recurso disponibilizado neste período, que foram contemplados no edital de 2015:

Quadro 30 - Recursos referentes ao edital de apoio a programas de pós-graduação – Edital 03/2015

Equipamento	Total Aprovado em R\$
Mesa Óptica	23.500,00
Tensiômetro óptico - Goniômetro	27.169,00
Domo insuflável Fulldome Modelo Tunel Flash	12.296,00

Fonte: PROPMI

Editais de apoio à inovação – INOVAPAMPA

Dentro da concepção de Política de Pesquisa estabelecida no PDI da Universidade e buscando a sua consolidação, foi lançado o edital de “Apoio à Inovação – INOVAPAMPA 2015” convidando os pesquisadores da Universidade a apresentarem propostas que tivessem potencial para patenteamento.

Por não haver recurso financeiro disponível, não foi lançado um novo edital INOVAPAMPA; entretanto, foi adquirido um equipamento, aprovado no edital anterior, com recurso correspondente ao exercício de 2016.

Objetivos dos Editais INOVAPAMPA

Estimular que pesquisadores da Universidade redirecionem seus esforços em realizar pedidos de patente; permitir que pesquisas da Universidade, com potencial para patenteamento, possam contar com recursos mínimos para sua efetiva execução; contribuir para o aumento do número de patentes depositadas na Instituição.

Resultados e Investimentos

O equipamento voltímetro, no valor de R\$ 18.000,00, foi adquirido no ano de 2016, com recurso disponibilizado neste período, sendo que o mesmo fora contemplado no edital Inovapampa de 2015.

Auxílios discentes

A universidade busca, em editais de órgãos de fomento externos, ações relacionadas ao incentivo à iniciação científica e tecnológica, destacando-se CNP q e FAPERGS.

No ano de 2016, foram concedidas pelo CNPq 48 bolsas, sendo PIBIC 28 cotas, PIBITI 08 cotas, PIBIC/AF 06 cotas e PBIC/em 06 cotas. Neste mesmo ano, a FAPERGS concedeu 54 bolsas, sendo PROBIC 43 cotas e PROBITI 11 cotas. No PDA, foram concedidas 140 bolsas. Perfazendo um total de 242 bolsas.

Quadro 31 - Demonstrativo do total de bolsas por campus contemplado por edital

Edital	Total	Alegrete	Bagé	Caçapava do Sul	Dom Pedrito	Itaqui	Jaguarão	Livramento	São Borja	São Gabriel	Uruguaiana
Edital CNPq 2016 - ENSINO MÉDIO	6	-	1	-	-	1	-	-	-	2	2
Edital CNPq 2016 - PIBIC	28	1	4	1	5	4	2	-	1	2	8
Edital CNPq 2016 - PIBIC - AF	6	-	1	-	-	-	-	-	1	2	2
Edital CNPq 2016 - PIBITI	8	4	1	-	-	2	-	-	-	1	-
Edital FAPERGS 2016 - PROBIC	43	6	8	1	1	4	-	1	3	5	14
Edital FAPERGS 2016 - PROBITI	11	4	2	-	1	1	-	-	-	1	2
PDA 2016 - Pesquisa	140	18	18	8	6	14	4	5	18	10	39
Total de Bolsas	242	33	35	10	13	26	6	6	23	23	67

Fonte: PROPPI

Editais de bolsas de iniciação científica e tecnológicas - CNPq

O CNPq oferece três modalidades de bolsas de IC: PIBIC, PIBIC/AF, as quais tiveram início em 2009-2010; e o PIBITI, desde 2010 - 2011.

No ano de 2016, foram concedidas pelo CNPq 48 bolsas, sendo PIBIC 28 cotas, PIBITI 08 cotas, PIBIC/AF 06 cotas e PBIC/EM 06 cotas.

Quadro 32 - Bolsas PIBIC

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	17	07	07
Ciências Biológicas	10	04	04
Ciências da Saúde	10	04	04
Ciências Exatas e da Terra	10	04	04
Ciências Humanas	08	04	04
Ciências Sociais Aplicadas	04	02	02
Engenharias	05	02	02
Linguística, Letras e Artes	03	01	01
Total	67	28	28

Fonte: PROPI

Quadro 33 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsas pelo Edital CNPq – PIBIC

Grupo de Pesquisa	Edital
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	Edital CNPq – PIBIC
GNAP – Grupo de Neuromecânica Aplicada	Edital CNPq – PIBIC
Fisiologia Humana – GPFis Unipampa	Edital CNPq – PIBIC
GESTOX- Grupo de Estudos em Estresse Oxidativo	Edital CNPq - PIBIC
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	Edital CNPq - PIBIC
Nanoestruturados	Edital CNPq - PIBIC
Qualidade Ambiental	Edital CNPq - PIBIC
Gestão em Agronegócio e Desenvolvimento Rural - GEADER	Edital CNPq - PIBIC
Dinâmica Ecológica e Diversidade em Ecossistemas Florestais	Edital CNPq - PIBIC
Sistemas Inteligentes e Modelagem	Edital CNPq - PIBIC
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	Edital CNPq - PIBIC
Estatística e Experimentação Agronômica – GPEEA	Edital CNPq - PIBIC
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	Edital CNPq - PIBIC
Engenharia de Processos em Sistemas Particulados	Edital CNPq - PIBIC
Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de Biocompostos	Edital CNPq - PIBIC
Biologia e Genômica Embrionária BGE	Edital CNPq - PIBIC

Fonte: PROPI

Quadro 34 - PIBIC AF

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	03	01	01
Ciências Biológicas	03	02	02
Ciências da Saúde	00	00	00
Ciências Exatas e da Terra	00	00	00

Ciências Humanas	01	01	01
Ciências Sociais Aplicadas	02	01	01
Engenharias	01	01	01
Linguística, Letras e Artes	00	00	00
Total	10	06	06

Fonte: PROPI

Quadro 35 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsa no Edital CNPq 2016 - PIBIC - AF

Grupo de Pesquisa	Edital
Grupo de Modelagem e Simulação Computacional	Edital CNPq - PIBIC - AF
Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade	Edital CNPq - PIBIC - AF

Fonte: PROPI

Quadro 36 - PIBITI

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	06	03	03
Ciências Biológicas	01	00	00
Ciências da Saúde	01	00	00
Ciências Exatas e da Terra	05	02	02
Ciências Humanas	00	00	00
Ciências Sociais Aplicadas	00	00	00
Engenharias	06	03	03
Linguística, Letras e Artes	00	00	00
Total	19	08	08

Fonte: PROPI

Quadro 37 - Relação de Grupos de Pesquisa contemplados com bolsa no Edital CNPq 2016 - PIBITI

Grupo de Pesquisa	Edital
SR - Soil Research	Edital CNPq - PIBITI
Materiais Aplicados à Engenharia Civil - MAEC	Edital CNPq - PIBITI
LESA - Laboratório de Engenharia de Software Aplicada	Edital CNPq - PIBITI
Núcleo de Estudos da Vegetação Antártica	Edital CNPq - PIBITI
Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	Edital CNPq - PIBITI
Mecânica Aplicada	Edital CNPq - PIBITI
GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações	Edital CNPq - PIBITI

Fonte: PROPI

Quadro 38 - PIBIC EM

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	02	01	01
Ciências Biológicas	01	00	00
Ciências da Saúde	02	02	02
Ciências Exatas e da Terra	01	01	01
Ciências Humanas	01	01	01
Ciências Sociais Aplicadas	01	00	00
Engenharias	01	01	01

Linguística, Letras e Artes	00	00	00
Total	09	06	06

Fonte: PROPPI

Quadro 39 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsa no Edital CNPq 2016 – Ensino Médio

Grupo de Pesquisa	Edital
Fisiologia Humana – GPFis Unipampa	Edital CNPq - ENSINO MÉDIO
GNAP – Grupo de Neuromecânica Aplicada	Edital CNPq - ENSINO MÉDIO
Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade	Edital CNPq - ENSINO MÉDIO
Dinâmica Ecológica e Diversidade em Ecossistemas Florestais	Edital CNPq - ENSINO MÉDIO

Fonte: PROPPI

Editais de bolsas de iniciação científica e tecnológicas - FAPERGS

A FAPERGS oferece duas modalidades de bolsas: PROBIC e PROBITI. O PROBIC teve início em 2009-2010 e o PROBITI desde 2011-2012.

No ano de 2016, foram concedidas pela FAPERGS 54 bolsas, sendo PROBIC 43 cotas e PROBITI 11 cotas.

Quadro 40 - PROBIC

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	24	11	11
Ciências Biológicas	17	07	07
Ciências da Saúde	12	05	05
Ciências Exatas e da Terra	12	05	05
Ciências Humanas	12	04	04
Ciências Sociais Aplicadas	09	03	03
Engenharias	13	06	06
Linguística, Letras e Artes	04	02	02
Total	103	43	43

Fonte: PROPPI

Quadro 41 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsa no Edital FAPERGS 2016 - PROBIC

Grupo de Pesquisa	Edital
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida	Edital FAPERGS - PROBIC
Exploração Integrada de Recursos Energéticos – EIRE	Edital FAPERGS - PROBIC
Nanoestruturados	Edital FAPERGS - PROBIC
Núcleo de estudos e pesquisa do envelhecimento	Edital FAPERGS - PROBIC
GNAP – Grupo de Neuromecânica Aplicada	Edital FAPERGS - PROBIC
Educação Direitos Humanos e Fronteira	Edital FAPERGS - PROBIC
Fisiologia Humana – GPFis Unipampa	Edital FAPERGS - PROBIC
Núcleo de estudos e pesquisa do envelhecimento	Edital FAPERGS - PROBIC
Estatística e Experimentação Agronômica – GPEEA	Edital FAPERGS - PROBIC
Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	Edital FAPERGS - PROBIC
Recursos hídricos e sistemas agrícolas	Edital FAPERGS - PROBIC
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	Edital FAPERGS - PROBIC

GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações	Edital FAPERGS - PROBIC
Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade	Edital FAPERGS - PROBIC
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	Edital FAPERGS - PROBIC
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	Edital FAPERGS - PROBIC
Tratamento de Superfície, Eletroquímica e Corrosão	Edital FAPERGS - PROBIC
Biologia e Genômica Embrionária BGE	Edital FAPERGS - PROBIC
Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	Edital FAPERGS - PROBIC
Sanidade Animal e Saúde Pública	Edital FAPERGS - PROBIC
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	Edital FAPERGS - PROBIC
Dinâmica Ecológica e Diversidade em Ecossistemas Florestais	Edital FAPERGS - PROBIC
Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	Edital FAPERGS - PROBIC
Sistemas Eletrônicos (GPSEI)	Edital FAPERGS - PROBIC
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	Edital FAPERGS - PROBIC
Engenharia de Processos em Sistemas Particulados	Edital FAPERGS - PROBIC
LEA: Laboratório de Estudos Avançados em Computação	Edital FAPERGS - PROBIC
Bioquímica e Toxicologia em <i>Caenorhabditis elegans</i> (GBToxCe)	Edital FAPERGS - PROBIC
Manejo e Conservação do Solo	Edital FAPERGS - PROBIC
Estresse Oxidativo e Sinalização Celular	Edital FAPERGS - PROBIC
Tratamento de Superfície, Eletroquímica e Corrosão	Edital FAPERGS - PROBIC
Mecânica Aplicada	Edital FAPERGS - PROBIC

Fonte: PROPPI

Quadro 42- PROBITI

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	04	02	02
Ciências Biológicas	02	01	01
Ciências da Saúde	01	01	01
Ciências Exatas e da Terra	04	03	03
Ciências Humanas	00	00	00
Ciências Sociais Aplicadas	01	00	00
Engenharias	07	04	04
Linguística, Letras e Artes	00	00	00
Total	19	11	11

Fonte: PROPPI

Quadro 43 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsa no Edital FAPERGS 2016 - PROBITI

Grupo de Pesquisa	Edital
Grupo de Arquitetura de Computadores e Microeletrônica	Edital FAPERGS - PROBITI
Computação de Alta Eficiência High Efficiency Computing	Edital FAPERGS - PROBITI
Grupo de Pesquisa em Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	Edital FAPERGS - PROBITI
Mecânica Aplicada	Edital FAPERGS - PROBITI
Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes	Edital FAPERGS - PROBITI
Estresse Oxidativo e Sinalização Celular	Edital FAPERGS - PROBITI
Bioengenharia aplicada à obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	Edital FAPERGS - PROBITI
Mecânica Aplicada	Edital FAPERGS - PROBITI
Laboratório de Estudos Físico-Químicos e Produtos Naturais	Edital FAPERGS - PROBITI
GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações	Edital FAPERGS - PROBITI

Fonte: PROPPI

Programa para desenvolvimento acadêmico - PDA

A Unipampa possui um programa interno de bolsas, o PDA (Programa de Bolsas para Desenvolvimento Acadêmico), o qual teve início em 2008. Em 2016, foram concedidas 140 bolsas.

Quadro 44 - PDA Pesquisa

Área	Número de propostas submetidas	Número de propostas aprovadas	Número de propostas contempladas
Ciências Agrárias	52	30	30
Ciências Biológicas	18	11	11
Ciências da Saúde	37	25	25
Ciências Exatas e da Terra	37	20	20
Ciências Humanas	26	14	14
Ciências Sociais Aplicadas	31	19	19
Engenharias	33	16	16
Linguística, Letras e Artes	09	05	05
Total	243	140	140

Fonte: PROPPI

Quadro 45 - PDA Pesquisa - Divisão dos projetos por campus

Campus	Registrado
Alegrete	118
Bagé	103
Caçapava do Sul	47
Dom Pedrito	75
Itaqui	105
Jaguarão	36
Santana do Livramento	41
São Borja	68
São Gabriel	60
Uruguaiana	372

Fonte: PROPPI

Quadro 46 - PDA Pesquisa - Divisão dos projetos por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Total
Ciências Exatas e da Terra	138
Ciências Biológicas	93
Engenharias	130
Ciências da Saúde	242
Ciências Agrárias	179
Ciências Sociais Aplicadas	100
Ciências Humanas	116
Linguística, Letras e Artes	27

Multidisciplinar	0
------------------	---

Fonte: PROPPI

Quadro 47 - Relação de grupos de pesquisa contemplados com bolsas de pesquisa pelo Edital PDA - 2016

Grupo de Pesquisa	Edital
Grupo de Estudos em Aquicultura dos Pampas - AQUAPAMPA	PDA - Pesquisa
Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	PDA - Pesquisa
Mecânica Aplicada	PDA - Pesquisa
GESTOX - Grupo de Estudos em Estresse Oxidativo	PDA - Pesquisa
NUPILABRU	PDA - Pesquisa
GEEHN - Grupos de Estudos em Educação, História e Narrativas	PDA - Pesquisa
Exploração Integrada de Recursos Energéticos - EIRE	PDA - Pesquisa
Grupo de Modelagem e Simulação Computacional	PDA - Pesquisa
Sistemas Eletrônicos (GPSEI)	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Bioquímica, Toxicologia e Imunologia - NUBIOTOXIM	PDA - Pesquisa
Fisioterapia Neurofuncional - GPFIN	PDA - Pesquisa
Educação Direitos Humanos e Fronteira	PDA - Pesquisa
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	PDA - Pesquisa
Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	PDA - Pesquisa
Materiais Aplicados à Engenharia Civil - MAEC	PDA - Pesquisa
Caracterização e aproveitamento econômico sustentável de depósitos minerais	PDA - Pesquisa
Sanidade Animal e Saúde Pública	PDA - Pesquisa
Biotecnologia da Reprodução - Biotech Unipampa	PDA - Pesquisa
SR - Soil Research	PDA - Pesquisa
Caracterização e quantificação de recursos florestais	PDA - Pesquisa
GNAP – Grupo de Neuromecânica Aplicada	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos	PDA - Pesquisa
Sistemas Eletrônicos (GPSEI)	PDA - Pesquisa
Grupo de Energia e Sistemas Elétricos de Potência - GESEP	PDA - Pesquisa
Grupo de Energia e Sistemas Elétricos de Potência - GESEP	PDA - Pesquisa
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	PDA - Pesquisa
TESA - Grupo de Pesquisa Tecnologia Social e Assistiva	PDA - Pesquisa
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	PDA - Pesquisa
Nanoestruturados	PDA - Pesquisa
Grupo de Ótica, Micro e Nanofabricação de Dispositivos - GOMNDI	PDA - Pesquisa
Núcleo de estudos e pesquisa do envelhecimento	PDA - Pesquisa
Estresse Oxidativo e Sinalização Celular	PDA - Pesquisa
Tratamento de Superfície, Eletroquímica e Corrosão	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos	PDA - Pesquisa
Bioquímica e Toxicologia em Caenorhabditis elegans GBToxCe	PDA - Pesquisa
Fisiologia Humana – GPFis Unipampa	PDA - Pesquisa
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	PDA - Pesquisa
LESA - Laboratório de Engenharia de Software Aplicada	PDA - Pesquisa
Caracterização e aproveitamento econômico sustentável de depósitos minerais	PDA - Pesquisa
Educação Direitos Humanos e Fronteira	PDA - Pesquisa
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	PDA - Pesquisa
TESA - Grupo de Pesquisa Tecnologia Social e Assistiva	PDA - Pesquisa
Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	PDA - Pesquisa
Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos	PDA - Pesquisa
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicas às moléculas bioativas - Unipampa - Laftambio Pampa	PDA - Pesquisa
Engenharia de Processos em Sistemas Particulados	PDA - Pesquisa

Direito, Estado e Movimentos Sociais	PDA - Pesquisa
Energia e Carboquímica – GPEC	PDA - Pesquisa
Educação Direitos Humanos e Fronteira	PDA - Pesquisa
Solo/Água	PDA - Pesquisa
LEA: Laboratório de Estudos Avançados em Computação	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes	PDA - Pesquisa
Avaliação e intervenção nutricional em diferentes ciclos da vida	PDA - Pesquisa
Estresse Oxidativo e Sinalização Celular	PDA - Pesquisa
Grupo de Arquitetura de Computadores e Microeletrônica	PDA - Pesquisa
LEA: Laboratório de Estudos Avançados em Computação	PDA - Pesquisa
Bioquímica e Toxicologia em <i>Caenorhabditis elegans</i> GBToxCe	PDA - Pesquisa
Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	PDA - Pesquisa
Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	PDA - Pesquisa
Exploração Integrada de Recursos Energéticos - EIRE	PDA - Pesquisa
Neurobiologia e Toxinologia de Compostos Naturais	PDA - Pesquisa
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	PDA - Pesquisa
Caracterização e quantificação de recursos florestais	PDA - Pesquisa
Atividade Física e Saúde na Infância e Adolescência (GPAFIA)	PDA - Pesquisa
Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes	PDA - Pesquisa
GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações	PDA - Pesquisa
Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	PDA - Pesquisa
Grupo de Estudos em Produção e Nutrição de Ruminantes - GENUR	PDA - Pesquisa
Fisiologia Cardiovascular	PDA - Pesquisa
Modelagem aplicada no desenvolvimento e otimização de processos tecnológicos e sistemas dinâmicos	PDA - Pesquisa
INCLUSIVE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior	PDA - Pesquisa
Manejo e Conservação do Solo	PDA - Pesquisa
GEOCOMAR / GEOPAMPA - Grupo de Geociências da Unipampa	PDA - Pesquisa
GESCA - Grupo de Estudos em Sistemas Complexos e Aplicações	PDA - Pesquisa
Grupo de Estudos em Aquicultura dos Pampas - Aquapampa	PDA - Pesquisa
Computação de Alta Eficiência – HECO – High Efficiency Computing	PDA - Pesquisa
Sanidade Animal e Saúde Pública	PDA - Pesquisa
LEA: Laboratório de Estudos Avançados em Computação	PDA - Pesquisa
Tratamento de Superfície, Eletroquímica e Corrosão	PDA - Pesquisa
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	PDA - Pesquisa
Grupo de Arquitetura de Computadores e Microeletrônica	PDA - Pesquisa
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	PDA - Pesquisa
Biotecnologia da Reprodução - Biotech Unipampa	PDA - Pesquisa
FOS	PDA - Pesquisa
Grupo de estudos e pesquisa em enfermagem da Fronteira-Oeste do RS	PDA - Pesquisa
Núcleo de Estudos da Vegetação Antártica	PDA - Pesquisa
Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	PDA - Pesquisa
Educação Direitos Humanos e Fronteira	PDA - Pesquisa

Fonte: PROPPI

Quadro 48 - Demonstrativo do quantitativo de grupos de pesquisa contemplados com bolsa por edital.

Quantidade de Grupos de Pesquisa Contemplados	Edital
89	PDA 2016 - Pesquisa
21	Edital CNPq 2016 - PIBIC
33	Edital FAPERGS 2016 - PROBIC
10	Edital FAPERGS 2016 - PROBITI
07	Edital CNPq 2016 - PIBITI
04	Edital CNPq 2016 - ENSINO MÉDIO
02	Edital CNPq 2016 - PIBIC - AF

Grupos de Pesquisa

Existem, atualmente, 129 grupos de pesquisa certificados e em atividade na Unipampa, dados referentes ao mês de dezembro/2016, sendo eles distribuídos por áreas do conhecimento e campus. O quadro com esses dados encontra-se no anexo 7.

SIEPE 2016 - Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) vem sendo construído coletivamente pela comunidade acadêmica da Unipampa em parceria com a comunidade externa, para ser um evento que se consolida regional e internacionalmente.

Os resumos recebidos passaram por um processo de “*blind review*” no qual cada trabalho foi encaminhado para avaliação de pelo menos dois especialistas atuantes na mesma área de conhecimento do resumo, indicada pelo autor que submeteu o trabalho. Esse processo de avaliação foi gerenciado pelo Comitê Científico, formado por docentes de diferentes áreas e com diferentes olhares a partir das perspectivas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No ano de 2016, foi realizado o 8º SIEPE no Campus de Uruguaiana, nos dias 22, 23 e 24 de novembro. No evento, foram apresentados 1.373 (mil trezentos e setenta e três) trabalhos, com a participação de 1.875 (mil oitocentos e setenta e cinco) pessoas.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade foi instituído pela Portaria N° 728, de 09 de novembro de 2009. A mesma portaria designou sete servidores como membros do Comitê.

A aprovação do Registro do CEP na CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – que coordena a rede de Comitês de Ética em Pesquisa das instituições) ocorreu em 28 de dezembro de 2009, conforme Ofício N° 3210/CNS/GM/MS.

Antônio Camargo (Campus Uruguaiana); Sérgio Gacki (Campus São Borja); Simone Alves (Campus Jaguarão); Vinícius Oliveira (Campus Caçapava do Sul); Juliana de Macedo (Campus Uruguaiana); Elisabete da Silva (Campus Bagé); Diego Roque (Representante dos Usuários). Coordenação: Jussara Lipinski - Coordenadora; Sandra Haas - Vice- Coordenadora.

O CEP/Unipampa possui membros externos à comunidade acadêmica, que são os representantes dos usuários. Sua atuação no Comitê é prevista pela Resolução CNS 240/97 e pela Norma Operacional N° 001/2013, item 2.2, que trata dos Aspectos Operacionais dos CEP.

O COMDICAU – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uruguaiana – indicou como seus representantes Bruna Gelatti (titular - representante dos usuários) e Diego Roque (suplente - representante dos usuários). O Conselho Municipal de Saúde foi notificado pelo CEP quanto às indicações e expressou sua concordância com a participação dos indicados.

Reuniões do CEP

O CEP/Unipampa define seu calendário anual de reuniões no final do ano anterior. Em de 2016, foram realizadas treze reuniões mensais, sendo que duas foram extraordinárias e trataram da análise do Regimento Interno, e as demais tiveram por finalidade tratar da análise dos

protocolos de pesquisa e assuntos gerais. Os protocolos de pesquisa são postados pelos pesquisadores na Plataforma Brasil e encaminhados ao CEP para análise.

A Plataforma Brasil, encontrada no sítio: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP. A Norma Operacional Nº 001/2013, item 3.2, que trata dos Aspectos Operacionais dos CEP, alínea “B”, prevê a submissão dos protocolos de pesquisa, para fins de revisão ética, por meio do cadastramento do pesquisador responsável na Plataforma Brasil, bem como dos projetos de pesquisa a serem analisados.

O CEP/Unipampa avalia somente os protocolos de pesquisa devidamente cadastrados no SIPPE. O referido registro deve constar nos documentos postados na Plataforma Brasil.

Protocolos de pesquisa submetidos ao CEP em 2016

Quadro 49 - Reuniões com análise de protocolos realizadas pelo CEP em 2016

Reunião	Mês	Nº de submissões
1ª	Fevereiro	33
2ª	Março	20
3ª	Abril	16
4ª	Mai	12
5ª	Junho	18
6ª	Julho	08
7ª	Agosto	21
8ª	Setembro	19
9ª	Outubro	19
10ª	Novembro	18
11ª	Dezembro	18

Fonte: PROPPI

É importante esclarecer que um único projeto pode ser submetido mais de uma vez devido às pendências apresentadas, mas continua sendo quantitativamente contado como um único projeto submetido ao ano.

Os protocolos de pesquisa são ressubmetidos à apreciação ética do CEP quando os pesquisadores procuram solucionar as pendências apresentadas no projeto. Quando não são atendidas integralmente pelos pesquisadores, estes necessitam reencaminhar os protocolos para análise. Essa prática faz parte do processo educativo do CEP.

Produções Científicas e Técnicas da Unipampa

Os resultados da produção científica dos docentes foram obtidos por um *software* livre denominado scriptLattes, que é um sistema desenvolvido para extração e compilação automática de: produções bibliográficas, produções técnicas, produções artísticas, orientações, projetos de pesquisa, prêmios e títulos, grafo de colaborações, mapa de geolocalização, e coautoria e internacionalização de um conjunto de pesquisadores cadastrados na plataforma Lattes.

O sistema extrai os currículos Lattes em formato HTML (livremente disponíveis na rede) de um grupo de pessoas de interesse, compila as listas de produções, tratando apropriadamente as produções duplicadas e similares. São geradas páginas HTML com listas de produções e orientações separadas por tipo e colocadas em ordem cronológica. Os relatórios gerados permitem avaliar, analisar ou documentar a produção dos grupos de pesquisa.

Esse sistema permite, então, obter informações detalhadas de todas as atividades desenvolvidas pelos docentes. No quadro a seguir são apresentados o tipo de produção e a correspondente quantidade:

Quadro 50 - Produção bibliográfica

Produção Bibliográfica	Total
Artigos completos publicados em periódicos	735
Artigos aceitos para publicação	160
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	324
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	340
Resumos publicados em anais de congressos	178
Livros publicados/organizados ou edições	45
Capítulos de livros publicados	193
Textos em jornais de notícias/revistas	36
Demais tipos de produção bibliográfica	19
Produção Bibliográfica Total	2030

Fonte: PROPPI

Quadro 51 - Produção técnica

Produção Técnica	Total
Programas de computador	4
Trabalhos técnicos	159
Demais tipos de produção técnica	597
Produção Técnica Total	760

Fonte: PROPPI

Além das supracitadas produções, foram produzidas, sob a categoria “Outros tipos de Produções”, o quantitativo de 13 (treze) Produções Artísticas.

3.4.3 Pós-Graduação

Consolidação e Desenvolvimento da Pós-Graduação na Unipampa

Objetivando a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, foram lançadas chamadas internas para apresentação de propostas *lato sensu* e *stricto sensu*. Em 2016, 14 cursos *stricto*

sensu e 23 cursos *lato-sensu* foram oferecidos pela Universidade. Houve aprovação de três novos cursos de mestrado e um doutorado, com previsão de início das atividades em 2017.

Como principais indicadores do processo de desenvolvimento da pós-graduação na Universidade, o quadro a seguir apresenta as estatísticas dos últimos anos.

Quadro 52 - Evolução da pós-graduação

Pós-Graduação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Cursos <i>lato sensu</i> em andamento	1	1	3	8	14	10	20	30	19
Cursos <i>stricto sensu</i> recomendados	0	0	1	5	10	10	12	14	18*
Vagas ofertadas <i>lato sensu</i>	50	0	100	143	305	225	605	408	270
Vagas ofertadas <i>stricto sensu</i>	0	0	10	62	104	163	210	132	237
Alunos Matriculados <i>lato sensu</i>	50	38	78	210	201	250	475	522	353
Alunos Matriculados <i>stricto sensu</i>	0	0	10	65	151	224	275	319	387
Total de Alunos Pós-Graduação	50	38	88	275	352	474	750	841	813
Número de Egressos - <i>lato sensu</i>	0	0	0	38	85	15	121	39	209
Número de Concluintes - <i>stricto sensu</i>	0	0	0	0	5	45	60	96	85
Número de Bolsas concedidas pela CAPES (DS)	0	0	3	37	52	54	68	72	74
Número de Bolsas concedidas pela CAPES (PNPD)	0	0	0	0	0	6	6	6	5
Número Bolsas FAPERGS	0	0	0	0	18	23	41	17**	13**
Número Bolsas PAPG ativas	0	0	0	0	0	19	22	35	31***
*Os cursos de Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Mestrado e Doutorado Multicêntrico em Ciências Fisiológicas, e Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa, aprovados em 2016, terão início em 2017.									
** Número de bolsas ativas da FAPERGS; bolsas canceladas/concluídas não retornam à universidade.									
*** Número de auxílios utilizados em dezembro de 2016									

Fonte: PROPPI

Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os quadros seguintes apresentam dados sobre cada programa de pós-graduação em funcionamento em 2016.

Quadro 53 - Cursos *stricto sensu* recomendados pela CAPES – em andamento

Curso	Campus	Área	Início	Matriculados 31/12/16	Ingressantes em 2016	Egressos em 2016
MA Administração	Santana do Livramento	Estratégia e Sistemas; Organização e Desenvolvimento	mar/16	9	10	0
MA Engenharia Elétrica	Alegrete	Engenharias IV	ago/10	20	10	5

MA Bioquímica	Uruguaiana	Bioquímica	mar/11	39	14	9
MA Ciências Biológicas	São Gabriel	Biologia Geral	mar/11	27	10	8
MA Engenharia	Alegrete	Engenharia Mecânica	ago/11	31	16	11
MA Ciência Animal	Uruguaiana	Ciências Veterinárias	ago/11	25	15	9
MP Ensino de Ciências	Bagé	Ensino de Ciências e Matemática	ago/12	31	12	14
MA Ciências Farmacêuticas	Uruguaiana	Farmácia	ago/12	23	19	9
MP Educação	Jaguarão	Planejamento Educacional	ago/12	61	19	6
MP Políticas Públicas	São Borja	Ciência Política e Relações Internacionais	mai/16	15	15	0
MP Tecnologia Mineral	Caçapava do Sul	Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Mineração	jun/13	25	13	0
MP Ensino de Línguas	Bagé	Multidisciplinar	jan/14	34	16	12
Doutorado Bioquímica	Uruguaiana	Bioquímica	abr/13	38	7	2
Doutorado Ciências Biológicas	Bagé	Multidisciplinar	mai/15	9	3	0
Total				387	179	85

Fonte: PROPPI

Quadro 54 - Programas de pós-graduação e respectivas notas da avaliação CAPES

PROGRAMA	Área (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	NOTA		
		Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional
Administração	Administração, Ciências Contábeis e turismo	3	-	-
Bioquímica	Bioquímica (Ciências Biológicas II)	4	4	-
Animal	Medicina Veterinária (Med Veterinária)	3	-	-
Biológicas	Biologia Geral (Ciências Biológicas I)	3	4	-
Ciências Farmacêuticas	Farmácia (Farmácia)	3	-	-
Engenharia	Engenharia Mecânica (Engenharias III)	3	-	-
Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica (Engenharias IV)	3	-	-
Educação	Planejamento Educacional (Educação)	-	-	3
Ensino de Ciências	Ensino de Ciências e Matemática (Ensino)	-	-	3
Ensino de Línguas	Linguística Aplicada (Letras / Linguística)	-	-	3
Políticas Públicas	Ciência Política e Relações Internacionais	-	-	3
	Engenharia de Minas (Engenharias II)	-	-	3

Fonte: PROPPI/CAPES

Concessão de Bolsas

Com a finalidade de apoiar a manutenção de estudantes nos programas de pós-graduação, inclusive aos estudantes de cursos de mestrado profissional, que não possuem qualquer subsídio da CAPES, foi implantado, a partir de 2013, o Programa de Auxílio à Pós-Graduação (PAPG).

A CAPES, por meio do programa Demanda Social (DS), concede bolsas aos cursos de pós-graduação, promovendo a formação de recursos humanos. A Unipampa vem sendo beneficiada com a concessão dessas bolsas desde 2010, quando foi aprovado o primeiro curso stricto sensu da Universidade. O quadro a seguir apresenta a evolução do número de bolsas na Instituição.

Quadro 55 - Evolução dos auxílios e bolsas destinados aos discentes de pós-graduação

TIPO DE BOLSA	CAPES DS	CAPES PNPD	FAPERGS	PBDA	PAPG
2010	3	0	0	0	0
2011	37	0	0	1	0
2012	47	0	5	0	0
2013	54	6	23	0	19
2014	68	6	41	0	22
2015	72	6	17*	0	35
2016	74	5	13*	0	37

Fonte: PROPPI

*Bolsas utilizadas

Quadro 56 - Valores dos recursos CAPES recebidos para manutenção dos cursos de pós-graduação

Recurso em R\$	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PROAP/CAPES	90.008,00	167.200,00	200.200,00	226.600,00	270.600,00	106.359,50
Pró-Equipamentos	354.235,00	353.928,00	373.846,42	394.368,36	0,00*	0,00*
Bolsas Demanda Social	145.200,00	637.200,00	843.000,00	918.300,00	1.259.900,00	1.388.800,00
Bolsas PNPD	0	0	16.400,00	200.900,00	205.000,00	229.600,00

Fonte: PROPPI/CAPES

* A CAPES não lançou o Edital Pró-Equipamentos nos anos 2015 e 2016.

Envolvimento docente com a pós-graduação

Quadro 57 - Número de docentes por programa de pós-graduação

Programa	Docentes	
	Permanentes	Colaboradores
Administração	13	0
Engenharia Elétrica	13	2
Bioquímica	11	1
Ciências Biológicas	15	1
Engenharia	16	0
Ciência Animal	17	4
Ensino de Ciências	15	0
Educação	14	0
Ciências Farmacêuticas	14	3
Ensino de Línguas	7	3
Tecnologia Mineral	8	5
Políticas Públicas	11	0

Total	154	19
--------------	------------	-----------

Fonte: PROPPI

Cursos de Pós-Graduação lato sensu

Quadro 58 - Cursos lato sensu por campus e número de alunos matriculados em 2016

Curso	Campus	Início do Curso (mês/ano)	Nº alunos matriculados em 31/12/16
Especialização Educação e Diversidade Cultural - 2ª Edição	Bagé	mar/16	30
Especialização em Agronegócio	Dom Pedrito	mar/16	31
Especialização em Atividades Criativas e Culturais	São Borja	abr/15	15
Especialização em Direitos Humanos e Cidadania - 3ª Edição	Jaguarão	mar/16	16
Especialização em Educação e Gestão do Patrimônio Cultural	Jaguarão	abr/15	4
Especialização em Educação em Ciências - 2ª Edição	Uruguaiiana	abr/15	38
Especialização em Educação no Campo e Ciências da Natureza	Dom Pedrito	mar/16	20
Especialização em Engenharia Econômica	Alegrete	mai/15	19
Especialização em Geofísica e Geologia Aplicadas à Recursos Naturais e Meio Ambiente	Caçapava do Sul	mai/15	15
Especialização em Gestão Pública	Santana do Livramento	mai/15	25
Especialização em Neurociência Aplicada à Educação	Uruguaiiana	mar/16	26
Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar - 3ª Edição	São Borja	mar/16	32
Especialização em Produção Animal - 4ª Ed	Dom Pedrito	mar/16	10
Especialização em Tecnologias Digitais e Educação	Jaguarão	abr/15	14
Psicopedagogia Institucional	Jaguarão	abr/15	14
Residência Integrada em Medicina Veterinária	Uruguaiiana	mar/15 mar/16	5 6
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva	Uruguaiiana	mar/15 mar/16	4 5
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva	Uruguaiiana	mar/15 mar/16	5 5
Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e emergência	Uruguaiiana	mar/15 mar/16	7 7
Total de alunos matriculados			353

Fonte: PROPPI

3.4.4 Extensão

No decorrer do ano de 2016, a Unipampa procurou articular ações que visassem alavancar as práticas extensionistas em todos os campi, bem como atividades artísticas culturais.

As práticas extensionistas foram estimuladas por meio do lançamento de três editais internos: Programa de Fomento à Extensão (Edital nº 42/2016 - PROFEXT), Programa de Apoio à Promoção de Eventos Culturais e Cursos (Edital nº 41/2016 PAPEC) e Programa de Apoio à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica (Edital nº 40/2016 – Programa de Apoio à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica). Por meio desses editais, foram disponibilizados recursos financeiros por meio da concessão de bolsas, auxílio financeiro a estudantes, diárias e passagens e serviços de terceiros (pessoa jurídica).

Outra ação voltada à capacitação e aumento do número de extensionistas na Universidade correspondeu à oferta do curso Reflexões e Práticas Extensionistas na Unipampa. Tratou-se de um curso a distância - com carga horária de 40h - voltado para os servidores da Instituição. O curso contou com duas edições no ano de 2016, capacitando um total de 50 servidores. Foi composto por módulos teóricos e descritivos, por meio da disponibilização de textos explicativos para que os servidores pudessem visualizar os passos necessários para a efetivação das diversas etapas referentes à submissão e finalização de um projeto de extensão no Sistema de Informação para projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE).

Foi dada continuidade, no ano de 2016, ao boletim *on-line* Em Rede, no qual constaram informações relativas aos projetos executados durante o ano. Ao divulgar o trabalho em andamento, o informativo permite que os servidores entendam melhor o que é a extensão universitária e como implementá-la, de modo que essa iniciativa também contribua para formação e qualificação de extensionistas. A 4.^a edição, lançada em março de 2016, foi dedicada a ações cuja execução ocorre há mais de três anos. A 5.^a edição foi publicada em novembro de 2016 e destacou os novos extensionistas por meio da divulgação de ações cujos coordenadores estavam propondo pela primeira vez uma atividade de extensão.

Ainda no ano de 2016, com o intuito de somar forças à Campanha nacional ZIKA ZERO do Governo Federal, realizou diversas ações sensibilizadoras, informativas e educativas sobre o mosquito *Aedes Aegypti* e as doenças transmitidas por esse vetor para os seus mais de 15.000 integrantes, entre alunos, docentes, técnico-administrativos e terceirizados. Além disso, foi instituído o Comitê Institucional da Unipampa contra o *Aedes Aegypti* para que as unidades da Instituição pudessem promover de forma periódica atividades de vistoria preventiva no combate ao mosquito.

Ainda do âmbito da campanha de combate ao mosquito, foi lançado o Edital 01/2016 Concurso Fotográfico Unipampa contra o mosquito. O concurso buscou mobilizar o maior número possível de membros da comunidade acadêmica, sobretudo do corpo discente, para levarem as ações preventivas de combate ao mosquito também para as suas residências. Além do estímulo pela premiação, buscou-se enfatizar o viés da participação cidadã que cada indivíduo integrante do corpo social deve ter nessa conjectura dessa epidemia.

Na área da cultura, se propôs ao longo de todo o ano a organização de um projeto piloto de calendário mensal de eventos, com temas e configurações diversas, por meio da mobilização de parcerias na cidade de Bagé, como Curso de Música, rede hoteleira, Ponto de Cultura. Por meio dessa iniciativa, foi possível a realização de eventos mensais que tiveram início a partir do mês de março. Assim, a partir dessa experiência bem sucedida, as ações serão promovidas em 2017 nos demais *campi*.

Em outubro de 2016, foram disponibilizados recursos específicos para o incentivo a atividades culturais nos *campi*. Foram repassados recursos no valor global de R\$ 14.000,00

(catorze mil reais) os quais foram divididos igualmente entre os 10 *campi* provenientes de saldo do orçamento. O chamamento foi realizado por meio do Memorando Circular 009/2016. Foram elaboradas respostas por 5 *campi*.

Em novembro de 2016, foi promovido pela Unipampa o I Fórum Regional em Defesa da Educação: articulação, Universidade, gestão pública e movimentos sociais. O evento teve como objetivo promover uma discussão sobre a conjuntura política nacional e identificar seu reflexo na educação. Assim, por meio dessa ação, buscou-se unir forças em prol da defesa do ensino público, em especial na Unipampa, intensificando assim, a articulação e mobilização da Universidade com a comunidade e movimentos sociais. O evento contou com 380 participantes, entre os quais 250 eram discentes da Unipampa e da rede pública de escolas da educação básica da região.

Outro ponto que merece destaque é o apoio da Universidade no desenvolvimento do Programa de Arborização Urbana. Esse programa é formado por um conjunto de ações que buscam a educação ambiental e cidadã, por meio do cuidado e da preservação das árvores da região. Desenvolvido em Bagé, o programa conta com participação de ONGs, escolas, outras universidades e institutos. São realizadas ações como mapeamento e catalogação das árvores, oficinas, palestras, pesquisas e aplicação de novos instrumentos de comunicação para o reconhecimento das mais variadas espécies que existem na cidade.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho, conforme deliberações do Tribunal de contas da União

Quadro 59 - Indicadores primários

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 251.605.349,85	R\$ 226.943.474,39	R\$ 191.371.246,32	R\$ 161.745.241,42	R\$ 122.802.325,99
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 251.605.349,85	R\$ 226.943.474,39	R\$ 191.371.246,32	R\$ 161.745.241,42	R\$ 122.802.325,99
Número de professores equivalentes	853,00	714,00	678,00	662,50	602,00
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	1.155,75	1.153,75	1.133,00	955,00	858,25
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.155,75	1.153,75	1.133,00	955,00	858,25
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	9.901	9.556	9.370	9.857,00	9.130,00
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	221,00	319,00	148,00	160,00	130,00
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	7.589,71	6.742,02	6.138,09	2.213,14	1.938,23
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	13.611,38	11.541,70	10.255,57	3.551,28	3.217,06
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	442,00	376,00	296,00	320,00	260,00
Número de alunos tempo integral da residência médica (ARTI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROPLAN

Quadro 60 - Indicadores decisão TCU 408/2002 - P

INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 17.903,55	R\$ 19.042,55	R\$ 18.126,44	R\$ 42.438,51	R\$ 35.317,84
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 17.903,55	R\$ 19.042,55	R\$ 18.126,44	R\$ 42.438,51	R\$ 35.317,84

Aluno Tempo Integral / Professores Equivalente	9,42	9,97	9,49	3,82	3,65
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalente com HU	6,95	6,17	5,68	2,65	2,56
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalente sem HU	6,95	6,17	5,68	2,65	2,56
Funcionários Equivalente com HU / Professores Equivalente	1,35	1,62	1,67	1,44	1,43
Funcionários Equivalente sem HU / Professores Equivalente	1,35	1,62	1,67	1,44	1,43
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,77	0,71	0,66	0,22	0,21
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,04	0,03	0,02	0,02	0,01
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,21	3,21	3,33	3,00	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,47	4,44	4,41	4,11	4,16
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	30,52%	32,61%	28,35%	35,02%	40,51%

Fonte: PROPLAN

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

- **Conselho Universitário** - O Conselho Universitário (CONSUNI), que tem como base normativa a Seção I do Capítulo II do Estatuto da Universidade, é o órgão máximo da Administração Superior da Unipampa com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, supervisionando sua execução. São competências do Conselho Universitário estabelecer as políticas gerais da Universidade e supervisionar sua execução; aprovar o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional e as diretrizes de planejamento e orçamento plurianual; deliberar sobre a criação, modificação e extinção de órgãos universitários; fixar normas gerais a que se devam submeter as unidades universitárias e demais órgãos; avaliar o desempenho dos órgãos e serviços da Universidade; deliberar sobre a variação patrimonial da Universidade; deliberar sobre política patrimonial e urbanística da Universidade; modificar o Estatuto e elaborar o Regimento Geral da Universidade; elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento Interno; aprovar os regimentos da Reitoria, de cada um dos *campi* e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas; julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor; aprovar a concessão de títulos e dignidades universitárias; deliberar sobre convênios e contratos; aprovar as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade; aprovar a organização administrativa; aprovar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, bem como suas políticas de seleção, qualificação, avaliação e mobilidade; aprovar a criação ou extinção de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como a alteração do número total de vagas da Universidade nos cursos de graduação; promover, na forma da lei, o processo de escolha do Reitor e do Vice-Reitor; propor a destituição do Reitor ou Vice-Reitor, na forma da lei; atuar como instância recursal máxima no âmbito da Universidade, bem como convocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse institucional; decidir sobre matéria omissa no Estatuto e nos diversos Regimentos e constituir Comissões Permanentes e Especiais.
- **Conselho Curador** - O Conselho Curador, instituído na Seção II do Capítulo II do Estatuto da Unipampa, é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da Unipampa, observada a legislação. São atribuições do Conselho Curador emitir parecer sobre a proposta orçamentária apresentada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário; fiscalizar a execução orçamentário-financeira; examinar, a qualquer tempo, os documentos da contabilidade da Universidade; apreciar atos que digam respeito à posição patrimonial da Universidade; pronunciar-se sobre a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos diretores de Campus, de órgãos suplementares e do Diretório Central de Estudantes; emitir parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria, que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados para Universidade; apreciar quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômico-financeira e patrimonial; elaborar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário e escolher seu Presidente e Vice-Presidente, segundo o estabelecido em seu Regimento Interno.
- **Comissões Superiores** - As Comissões Superiores, instituídas pela Seção II do Capítulo II do Estatuto da Unipampa, são órgãos consultivos, normativos e deliberativos, incumbindo-se na

articulação e da unidade de sentido da atividade finalística da Universidade, sendo definidas como Comissão Superior de Ensino, Comissão Superior de Pesquisa e Comissão Superior de Extensão. As competências consultivas das Comissões são designadas ao CONSUNI no sentido de assessorar aquele órgão superior propondo a política universitária nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como em atividades específicas relacionadas a essas ações.

O art. 26 do Regimento da Unipampa estabelece as competências da Comissão Superior de Ensino consultivas ao CONSUNI, que são propor a política universitária na área de ensino, de acordo com o Projeto Institucional; propor as diretrizes de ensino e as normas acadêmicas; analisar e emitir parecer sobre o calendário acadêmico, elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação; analisar, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Extensão, as demandas dos campi em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da Unipampa e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão; propor normas, acompanhar e avaliar a mobilidade docente e discente; analisar a criação ou extinção de cursos de graduação e de pós-graduação lato e stricto sensu; analisar as propostas sobre o número de vagas para cada curso de graduação e programa de pós-graduação e dar parecer sobre o edital do processo de seleção para o ingresso nos referidos cursos e programas; propor os requisitos mínimos para o funcionamento de cada curso de graduação e pós-graduação lato sensu; analisar e dar parecer sobre os Regimentos e normas a serem aprovados pelo CONSUNI, nos assuntos de sua competência; propor as normas da pós-graduação stricto sensu e lato sensu; elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI; dar parecer sobre o projeto de avaliação institucional na sua área de competência, e acompanhar os processos de avaliação das atividades de ensino, bem como os processos de reconhecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação em funcionamento na Universidade; assessorar a Reitoria em matéria de graduação e pós-graduação e dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Extensão, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes.

O art. 27 do Regimento da Universidade estabelece as competências normativas e deliberativas da Comissão Superior de Ensino que são avaliar e emitir parecer sobre as alterações curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu da Universidade; avaliar e emitir parecer sobre os projetos de ensino encaminhados pelos Conselhos dos Campi; decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência; resolver os casos omissos, na sua área de competência; homologar a revalidação de títulos de graduação e de pós-graduação; interpretar as normas de ensino em sua aplicação a casos concretos quando solicitado por órgão competente da Universidade; propor às Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação ações para o desenvolvimento do ensino de graduação e de pós-graduação e exercer outras competências relativas ao ensino, por delegação do CONSUNI.

O art. 30 do Regimento da Unipampa estabelece as competências da Comissão Superior de Pesquisa consultiva ao CONSUNI, que são propor a política universitária na área de pesquisa, de acordo com o Projeto Institucional; propor as diretrizes de pesquisa e as normas acadêmicas; analisar, em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Extensão, as demandas dos Campi em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da Unipampa e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão; analisar e dar parecer sobre os regimentos e normas nos assuntos de sua competência; elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI; avaliar e dar parecer sobre o uso da dotação

orçamentária destinada às atividades de pesquisa no âmbito da Universidade; assessorar a Reitoria em matéria de pesquisa; dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Extensão, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes; decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de pesquisa e resolver os casos omissos, na sua área de competência.

O art. 31 do Regimento indica as competências deliberativas e normativas da Comissão Superior de Pesquisa que são avaliar e emitir parecer sobre os projetos de pesquisa encaminhados pelos Conselhos dos Campus; propor às Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e de Pesquisa ações para o desenvolvimento da pesquisa na Unipampa; avaliar e emitir parecer sobre os relatórios parciais e finais dos projetos de pesquisa encaminhados pelos Conselhos dos Campi; deliberar sobre a criação ou extinção de grupos de pesquisa coordenados por pesquisadores da Universidade, certificando os grupos, quando for o caso; acompanhar o desenvolvimento de atividades relativas aos editais ligados à pesquisa; avaliar e dar parecer sobre atividades ligadas à iniciação científica no âmbito da Universidade; decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência; resolver os casos omissos, na sua área de competência, e exercer outras competências relativas à pesquisa, por delegação do CONSUNI.

O art. 34 do Regimento da Unipampa indica as competências da Comissão Superior de Extensão, consultivas ao CONSUNI, que são propor a política universitária na área de extensão, de acordo com o Projeto Institucional; propor as diretrizes de extensão e as normas acadêmicas; analisar em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Pesquisa as demandas dos campi em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da Unipampa e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão; analisar e dar parecer sobre os regimentos e normas nos assuntos de sua competência; elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI; avaliar e dar parecer sobre o uso da dotação orçamentária destinada às atividades de extensão no âmbito da Universidade; assessorar a Reitoria em matéria de extensão; dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Ensino, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes; decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de extensão e resolver os casos omissos, na sua área de competência.

O art. 35 do Regimento estabelece as competências deliberativas e normativas da Comissão Superior de Extensão que envolve avaliar e emitir parecer sobre os projetos de extensão encaminhados pelos Conselhos dos Campi; propor às Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa ações para o desenvolvimento da extensão na Universidade; avaliar e emitir parecer sobre os relatórios parciais e finais dos projetos de extensão encaminhados pelos Conselhos dos Campi; acompanhar o desenvolvimento de atividades relativas aos editais ligados à extensão; avaliar e dar parecer sobre atividades de iniciação e extensão, no âmbito da Universidade; decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência; resolver os casos omissos, na sua área de competência, e exercer outras competências relativas à extensão, por delegação do CONSUNI.

➤ **Auditoria Interna** – A Auditoria Interna (AUDIN) é uma atividade independente e objetiva que presta serviço de avaliação e de consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações da Universidade. Na Unipampa, a AUDIN auxilia a gestão a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática para a avaliação e a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa, objetivando a

boa e regular utilização dos recursos públicos sob a guarda da Universidade. Para tanto, a AUDIN mantém uma relação harmônica, equilibrada e transparente com os diversos setores que compõem a Administração e os Conselhos Superiores. A AUDIN, com a aprovação da Resolução nº 123, de 26 de novembro de 2015, alterada pela Resolução nº 149, de 31 de agosto de 2016, ambas do Conselho Universitário (CONSUNI), que aprovou o Regimento da Auditoria Interna, passou a vincular-se ao Reitor.

- **Comissão Própria de Avaliação** - Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída nos termos da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa–CPA– é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697/2010, que assegura a participação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características *multicampi*, a CPA/Unipampa é constituída por Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada *campus* da Unipampa e Comissão Central de Avaliação (CCA).
- **Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)** - A CPPD tem como competência prestar assessoramento para formulação e acompanhamento da execução da Política de pessoal docente, especialmente no que diz respeito à alteração do regime de trabalho dos docentes; retribuição por titulação (RT) devida ao pessoal docente; ascensão na carreira; remoções de pessoal docente.
- **Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares** - A Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (COPSPAD) da Unipampa foi constituída a partir da Portaria nº 604/2009. Posteriormente, essa portaria foi revogada, sendo substituída pela Portaria nº 1.646/16, e está sob a coordenação e supervisão da Procuradoria Federal da Unipampa. Atua diretamente, ou acompanha as tramitações necessárias, em Termos Circunstanciados Administrativos, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares no âmbito da Universidade. A sua atuação está relacionada com a adoção das medidas administrativas que se fazem necessárias para a apuração de irregularidades que envolvam os servidores da Unipampa, quando no exercício de suas atividades e, se for o caso, sugerir a aplicação de penalidade, utilizando a Lei nº 8.112/90 como base normativa.
- **Comissão de Ética** - O Decreto nº 1.171/1994 aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Esse Decreto institui que em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

A Comissão de Ética foi criada pela Portaria nº 1.040/2011, para atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores da Unipampa. A comissão faz parte do Sistema de Gestão de Ética, instituído pelo Decreto nº 6.029/2007 no Poder Executivo Federal, o qual congrega todas as Comissões de Ética dos órgãos públicos do executivo Federal, sob

coordenação, avaliação e supervisão da Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República.

- **Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC** - previsto no Art.53 do Regimento Geral da instituição, é órgão da Reitoria, tem por objetivo criar e manter condições para o funcionamento sistêmico das atividades ligadas à tecnologia da informação e comunicação na Universidade, a fim de dar suporte ao desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, gestão e serviços à comunidade, de acordo com as diretrizes da instituição. Pela resolução nº 19/2010, aprovada pelo Conselho Universitário da instituição, ficou instituído o Regimento do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação, atualmente Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, e sua primeira Estrutura Geral. O órgão é dividido em duas unidades, uma política/estratégica, o Conselho Gestor de TIC, e outra executiva, formada pela direção, coordenações e servidores.

À DTIC compete planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de interesse comum relacionadas à tecnologia da informação e comunicação de acordo com as diretrizes da Universidade. Ela é um órgão estratégico e essencial para eficiência e eficácia da automação dos processos de negócio meio e fim da instituição.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

4.2.1 Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

Considerando o estabelecido no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União (CGU), foi aprovado, no âmbito da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), por meio da Resolução nº 123, de 26 de novembro de 2015, alterada pela Resolução nº 149, de 31 de agosto de 2016, ambas do Conselho Universitário (CONSUNI), o Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN). O Regimento encontra-se publicado no endereço eletrônico <http://www.unipampa.edu.br/reitoria/auditoria>.

No mesmo endereço, é possível encontrar o Manual da Auditoria Interna, que tem como objetivo principal padronizar as ações de auditoria, proporcionando clareza, objetividade e transparência às atividades desempenhadas pelos servidores lotados na AUDIN, adequando os processos aos objetivos institucionais e à legislação vigente.

4.2.2 Elementos que caracterizam a independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna

Para garantir a independência e a objetividade da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN), esses atributos constam do regimento que regula a atuação da AUDIN. Assim, o art. 2º do Regimento da Auditoria Interna define o seguinte:

Art. 2º A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de assessoramento à gestão, que tem por missão contribuir para a realização dos objetivos institucionais, avaliando a eficácia dos processos de controle, governança e gerenciamento de riscos.

Ainda, o art. 18 determina o seguinte:

Art.18. Os auditores e o Coordenador da AUDIN, no desempenho de suas funções, têm acesso irrestrito a todos os documentos, informações, processos, sistemas, bens, pessoas e instalações físicas da Universidade.

Além de estar contemplada a independência e a objetividade no Regimento da Auditoria Interna, também são seguidos os regulamentos e os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

4.2.3 Estrutura, escolha do titular e posicionamento da Unidade de Auditoria Interna

De acordo com o art. 4º do Regimento da Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) a estrutura organizacional é a seguinte:

- I. Coordenador;
- II. Secretaria;
- III. Auditores.

A Unidade de Auditoria Interna, atualmente, por força do Regimento aprovado pelo CONSUNI, vincula-se ao Reitor da Universidade.

O Coordenador é indicado pelo Reitor, com aprovação dos Conselhos Superiores da Universidade, e avaliação pela Controladoria-Geral da União (CGU), de acordo com a Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014.

4.2.4 Rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações da auditoria interna

A AUDIN implantou desde 2014, uma sistemática semelhante à utilizada pela CGU com relação ao Plano de Providências Permanentes (PPP). As avaliações sobre a implementação das recomendações são realizadas tendo como base as ações corretivas propostas pelo gestor da área, no Plano de Providências (PP), gerado após os trabalhos de auditoria, quando do monitoramento, que é feito com base no prazo estipulado pelo próprio gestor para implementação da recomendação, ou automaticamente, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União (CGU). Desde 2016, foi implementado, na Unipampa, um sistema informatizado para o preenchimento dos planos de providências e, conseqüentemente, para o monitoramento das recomendações feitas em Relatórios de Auditoria (Módulo Auditoria, criado dentro do Sistema GURI- Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

4.2.5 Sistemática ou sistema para monitoramento dos resultados de trabalhos da auditoria interna

A sistemática de monitoramento dos resultados dos trabalhos de auditoria baseia-se no controle da implementação das providências propostas pelos gestores, com base nas ações previstas nos planos de providência preenchidos; nas comprovações realizadas no momento do monitoramento; ou nas verificações feitas em novos trabalhos de auditoria.

A AUDIN dispõe de um sistema informatizado para o monitoramento dos resultados dos seus trabalhos (GURI – Módulo Auditoria). Com a implantação desse sistema informatizado para

o preenchimento dos planos de providências, principalmente para o controle das recomendações, foi atingido um dos objetivos estratégicos da AUDIN, formulado em 2014 (Implementar o Sistema de Monitoramento dos Planos de Providências). Porém, o monitoramento das recomendações feitas em Relatórios de Auditoria anteriores a 2016, ainda é de preenchimento manual, feito em documento no formato *Word*.

4.2.6 Conhecimento pela alta gestão das recomendações feitas pela auditoria interna e riscos pela não implementação

Desde 2014, a AUDIN começou a utilizar a ferramenta de tramitação de documentos digitais do Sistema GURI, sendo que os principais documentos da auditoria, como Solicitações de Auditoria, Relatórios Preliminares, Relatórios Finais e Notas de Auditoria são encaminhados pelo sistema informatizado (GURI – Módulo Protocolo), que “certifica” a entrega. Quanto aos Planos de Providências são encaminhados via sistema informatizado (GURI – Módulo Auditoria).

Também a partir de 2014, foi implantada uma visão de projeto para cada auditoria a ser realizada, com escopo definido sobre a área/processo. Essa nova concepção incluiu a análise de risco sobre as áreas/processos da estrutura da Universidade e acrescentou fases, como a validação do projeto com o gestor da área, a manifestação sobre o Relatório Preliminar e a apresentação final dos resultados, com o cuidado de manter a independência e a objetividade da AUDIN nas questões relacionadas à definição de escopo e à manutenção de recomendações.

O Relatório Final é enviado pelo Sistema GURI ao gestor da área e à Alta Administração da Universidade (Reitor e Vice-Reitor), sendo realizadas reuniões de apresentação dos resultados nos dois níveis e/ou em conjunto, buscando maior efetividade do trabalho da AUDIN.

A Auditoria Interna idealizou um Sistema de Acompanhamento das Recomendações, via sistema informatizado (GURI – Módulo Auditoria), no qual é preenchido o Plano de Providências e realizado o monitoramento das recomendações feitas em Relatórios de Auditoria. Cabe ressaltar que esse sistema informatizado começou a ser operacionalizado a partir do início de 2016.

4.2.7 Sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência

A sistemática de comunicação sobre os riscos considerados elevados, decorrentes da não implementação das recomendações, consiste no envio do Relatório Final à Alta Administração e em reuniões de apresentação dos trabalhos para o gestor da área, bem como para o Reitor e/ou Vice-Reitor. Em 2016, foram realizadas ainda reuniões entre a AUDIN e o Conselho Curador (CONCUR) para apresentação do planejamento dos trabalhos de auditoria para o ano seguinte e das principais linhas de atuação da Auditoria. Também foram apresentados, para esse Conselho, os resultados dos trabalhos realizados durante o ano.

Todas as recomendações exaradas em 2016 tiveram Planos de Providências encaminhados, via sistema informatizado (GURI – Módulo Auditoria), para os gestores das áreas envolvidas. Nos Planos de Providências, é necessário preencher as ações propostas para implementar as recomendações, o prazo de implementação, o indicador e os objetivos a serem alcançados.

As recomendações anteriores a 2016 foram monitoradas via Plano de Providências Permanente, de forma manual, controladas por meio de documento em *Word*. A manifestação dos

gestores sobre a situação atual de implementação das recomendações pendentes de atendimento foi solicitada via Solicitação de Auditoria (SA).

4.2.8 Avaliação da capacidade dos controles internos administrativos

As auditorias realizadas, a partir de 2014, contaram com um componente novo de avaliação, baseado no quadro de Avaliação do Sistema de Controles Internos. A avaliação dos controles internos foi reforçada com a utilização dos componentes de controle do padrão *COSO I (The Comitee of Sponsoring Organizations)*, customizado à área/processo auditado. A metodologia utilizada pela AUDIN foi a de solicitar ao gestor que avaliasse, com base nas constatações e nas evidências obtidas na auditoria, por meio da mesma escala de avaliação do questionário, os itens dos componentes, realizando as observações pertinentes. A confrontação entre a percepção do gestor e a avaliação da AUDIN, além de possibilitar avaliar os controles utilizados no processo, forneceram subsídios para a avaliação geral dos controles da Universidade.

Nas auditorias de 2016, constatamos situações que evidenciaram a preocupação da Universidade, em seus diversos níveis, com os mecanismos de governança e controle, assim como situações nas quais é necessário implementar ou aprimorar esses mecanismos.

A customização dos itens dos componentes de Avaliação do Sistema de Controles Internos ao processo em análise pela AUDIN e a inclusão de critérios relacionados aos objetivos fixados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nos indicam uma busca constante das áreas pelo alcance das iniciativas, bem como a preocupação com a conformidade dos processos; mas também ensinam recomendações naqueles componentes que necessitam aprimoramentos.

Outra constatação da AUDIN diz respeito à gestão de riscos, realizada nos vários níveis da gestão, por meio de reuniões presenciais e a distância, demonstrando que a Universidade tem conhecimento dos principais impactos à realização de seus objetivos e trabalha para que os riscos identificados sejam minimizados, embora esse processo nem sempre esteja devidamente formalizado. O processo de análise e gestão dos riscos ainda necessita de aprimoramento e de formalização para ser melhor evidenciado.

4.2.9 Informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas

As informações sobre as ações da auditoria interna estão todas descritas no Relatório de Atividades Anuais da Auditoria Interna (RAINT) 2016, que, a partir da IN nº 24/2015, da CGU, deve ser publicado na página da Auditoria Interna, após sua aprovação nas instâncias competentes e avaliação pela Comissão Permanente de Documentos Sigilosos (CPADS) da Universidade. Os relatórios de auditoria também são avaliados pela CPADS para serem publicados no endereço eletrônico

As principais ações realizadas pela Auditoria Interna estão descritas no quadro seguinte, e as ações não realizadas estão descritas no quadro posterior:

Quadro 61 - Ações previstas no PAINT 2016 e executadas no exercício

Nº DA AÇÃO, PROCESSO E PRINCIPAL ÁREA RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO SUMÁRIA	ORIGEM	OBJETIVOS/ RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS H/H (h)
--	--------------------------	---------------	--------------------------------------	---------------	-------------------	--------------	---------------------------------

01 Relatório de Gestão – RG /Relatório de Atividades da Auditoria - 2015 - RAINT	Acompanhamento da conformidade da peça a ser informada no e- contas, avaliações e confrontações para verificação das informações no Relatório de Gestão 2015 / Elaboração do RAINT 2015.	TCU/ CGU IN SFC 01/2001	Atender ao que estabelece a legislação do TCU - sobre RG e legislação do TCU e CGU sobre processos de prestação de contas/ Elaborar o RAINT com base nas IN CGU n° 07/2006 e IN SFC n° 01/2007 e suas alterações.	Avaliações e confrontações para verificar a confiabilidade das informações do relatório de gestão da Unipampa/2015, acompanhamento da conformidade da peça a ser informada no e- contas e confecção do Relatório Anual de atividades de Auditoria – RAIN 2015.	1° e 2° bimestres	AUDIN	Auditores 360h Coordenador 80h
02 Plano de capacitação /Planejamento estratégico-PE- da AUDIN / Revisão de normas	Revisão do plano anterior e formalização do plano de capacitação da AUDIN para 2016 / PE da AUDIN / Possíveis revisões de normas e manual.	AUDIN	Formalização do plano de capacitação, com avaliação do plano anterior. Formalização do planejamento da auditoria e possíveis revisões de normas e manual.	Avaliar a situação atual e planejar ações de capacitação para compor o plano anual de capacitação; Avaliar a situação atual e planejar objetivos e metas para a auditoria. Se necessário, revisar normas, procedimentos, processos e sistemas de uso da AUDIN.	1° e 2° bimestres	AUDIN	Auditores 40h Coordenador 80h
03 PROGRAD	Projetos Institucionais	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade e da eficácia dos projetos institucionais dentre: PET, PIBID, LIFE, PARFOR, PRODOCÊNCIA, PLI, PEC-G.	Amostras de projetos: PET PIBID LIFE	Previsão de início: 1° bimestre Previsão de término: 2° bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 480h Coordenador 96h
04 COORDENADORIA DE PROJETOS ESPECIAIS	Convênios com recursos externos	Matriz AUDIN e CGU	Avaliação da conformidade da execução e prestação de contas dos projetos /convênios com recursos externos.	Verificar três projetos/convênios com maior materialidade executados ou em execução, controlados pela coordenadoria de projetos especiais.	Previsão de início: 2° bimestre Previsão de término: 3° bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 320h Coordenador 64h
05 PROPLAN	Ações e programas do orçamento da universidade.	IN SFC 01/2001	Avaliação das ações e dos programas visando comprovar a execução orçamentária do orçamento 2015.	Aplicação dos recursos recebidos em créditos extraordinários e recursos com destinação específica (carimbados) /Metas físicas e financeiras das ações/IN - 01/2001 - verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente.	Previsão de início: 1° bimestre, Previsão de término: 2° bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 320h Coordenador 64h

06 PROEXT	Processos de aquisição de material de consumo e permanente para atividades dos projetos aprovados pelo edital PROEXT MEC e contratação de serviços (editais PROEXT MEC e PAPEC - Programa de Apoio à Promoção de Eventos Culturais e Cursos)	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade dos processos de aquisição e contratação de serviços dos projetos no PROEXT MEC/Avaliação das ações e investimentos do Programa PAPEC	Verificar a conformidade e a operacionalidade de amostra de processos de aquisição e contratação e projetos relacionados de três unidades universitárias diferentes (campi) – PROEXT MEC Verificar a conformidade e operacionalidade do Programa PAPEC	Previsão de início: 2º bimestre, Previsão de término: 4º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 480h Coordenador 96h
07 PRAEC	Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA)	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade e da operacionalidade do programa PDA	Verificar amostra do programa PDA - controles, informações no sistema SIPPEE, processo seletivo e comprovação das atividades nas modalidades ensino, pesquisa e extensão.	Previsão de início: 2º bimestre Previsão de término: 3º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 320h Coordenador 64h
08 PRAEC	RU e Permanência	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade, da operacionalidade e dos controles do programa Permanência, bem como os controles instituídos no programa Talheres do Pampa.	Verificar os controles utilizados em dois RUs implantados entre 2014 e 2015 e a fiscalização do contrato; Verificar conformidade da seleção dos bolsistas em amostra do programa permanência da Unipampa (documentação e controles).	Previsão de início: 3º bimestre Previsão de término: 5º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 480h Coordenador 96h
09 PROGEPE	Aposentadorias e pensões / Concursos/Admissões	IN SFC 01/2001 Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade dos processos de aposentadorias, pensões e concursos.	Verificar a conformidade de concursos/admissões docentes – três processos de campi distintos; Verificar a conformidade de aposentadorias e pensões - testar consistência de 20% dos casos/IN SFC - testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.	Previsão de início: 3º bimestre, Previsão de término: 4º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 480h Coordenador 96h
11 Hospital Veterinário	Atividades Médico-Veterinárias (Ensino, Pesquisa, Extensão e Prestação de serviços à Região Fronteira Oeste).	Matriz AUDIN	Avaliação dos controles e dos sistemas utilizados para a prestação de serviços à comunidade.	Verificar a operacionalidade, a eficiência e os controles relacionados à prestação de serviços remunerados pelo HUVet.	Previsão de início: 5º bimestre, Previsão de término: 6º bimestre	HUVet Uruguiana	Auditor 320h Coordenador 64h
12 PROPPI	Concessão e acompanhamento de Bolsas e Auxílios para estudantes (interno - LOA e externo - CAPES, CNPQ, FAPERGS).	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade e dos controles do programa de bolsas para estudantes	Verificar a conformidade e os controles sobre as bolsas para estudantes de pós-graduação com recursos próprios e externos (documentação e controles).	Previsão de início: 5º bimestre, Previsão de término: 6º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 320h Coordenador 64h

13 PROAD	CCF - Divisão de Finanças - Apropriação e pagamento de despesas liquidadas junto a fornecedores, emissão de empenhos, concessão e controle de suprimento de fundos, liquidação, pagamento e assessoramento ao ordenador de despesas nos processos de diárias e passagens, fechamento de câmbios de importações em andamento, emissões de RE's e RT's, aberturas de TCA's e arquivamento de processos pagos.	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade e dos controles dos processos de suprimentos de fundos, dos restos a pagar e da situação dos processos de devolução de passagens aéreas;	Suprimentos de fundos – processos de 3 campi distintos ou 2 campi e reitora; Restos a pagar - RP – verificar 10% das inscrições em RP de 2015; Devolução de passagens aéreas – verificar devoluções de 3 campi distintos ou 2 campi e reitora	Previsão de início: 5º bimestre Previsão de término: 6º bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 320h Coordenador 64h
14 CAPACITAÇÃO	Ações de Capacitação da equipe de auditoria	AUDIN (Art. 2º, inciso II, da IN SFC/CGU-PR nº 01, de 03 de janeiro de 2007).	Desenvolvimento de competências, técnicas e profissionais capazes de proporcionar à equipe de auditoria o conhecimento necessário das mais modernas ferramentas de auditoria e gestão, conhecimento da legislação, das normas e dos procedimentos legais, além de sistemas e soluções disponíveis para o controle dos processos.	Toda a equipe de auditoria	2016	Própria instituição (oferta de cursos capacitação), Eventos externos – FONAI-TEC, FORAI-CGU e outros.	Auditores 240h Coordenador 80h
15 ASSESSORAMENTO À GESTÃO	Assessoramento à Gestão	Gestão	Assessorar os gestores no desempenho de suas funções, orientando na tomada de decisões, assegurando a adequação dos atos de gestão à legislação pertinente e aos resultados quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.	Análises, relatórios de constatações, pareceres de prestações de contas, recomendações e informações acerca de matérias pertinentes aos processos e à gestão da Universidade. Assessorar a gestão para que os objetivos institucionais sejam efetivamente alcançados nas questões relacionadas ao controle, à governança e à gestão de risco.	2016	Unipampa	Auditores 254h Coordenador 192h
16 MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES AUDIN, CGU e TCU	Acompanhamento das auditorias, solicitações e recomendações da CGU e TCU; Monitoramento das recomendações PPP.	AUDIN CGU TCU	Acompanhar a implementação das recomendações constantes nos relatórios de auditoria da CGU e TCU.	Atendimento junto às unidades envolvidas, acompanhamento e orientação da gestão na efetiva implementação das recomendações realizadas.	2016	AUDIN	Auditores 40h Coordenador 80h

17 PLANO DE ATIVIDADES 2017	Elaboração do PAINT 2017	IN SFC 01/2007 CGU	Atender ao que estabelece a IN CGU n° 07/2006, a IN SFC n° 01/2007 e demais normas pertinentes.	Plano de Atividades para o exercício seguinte	Previsão de início: 5° bimestre Previsão de término: 6° bimestre	AUDIN	Auditores 230h Coordenador 452h
-----------------------------------	-----------------------------	--------------------------	---	---	--	-------	--

Fonte: AUDIN

Quadro 62 - Ações previstas no PAINT 2016 e não executadas no exercício

N.º DA AÇÃO, PROCESSO E PRINCIPAL ÁREA RESPONSÁVEL	AValiação SUMÁRIA	ORIGEM	OBJETIVOS/ RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS H/H (h)
10 PROPLAN	Obras (projeto, execução e fiscalização).	Matriz AUDIN	Avaliação da conformidade e da efetividade das obras	Verificar amostra de processos de obras, avaliando a demanda, o processo de orçamentação do projeto, a licitação, a fiscalização e a utilização da obra.	Previsão de início: 3° bimestre, Previsão de término: 5° bimestre	Reitoria e Unidades Universitárias	Auditor 480h Coordenador 96h

Fonte: AUDIN

Em relação às ações previstas no PAINT 2016, apenas a ação n° 10 não foi realizada, em função das restrições orçamentárias e financeiras para a execução de obras no ano de 2016. No entanto, foi incluída uma ação, em substituição a ação n° 10, tratada como auditoria especial na obra do Centro de Interpretação do Pampa (CIP).

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Universidade Federal do Pampa mantém em sua estrutura a Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, COPSPAD, constituída pela Portaria n° 1.831 – GR/Unipampa, de 23 de dezembro de 2011, tendo por competência a apuração de responsabilidade administrativa por meio de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, sempre que houver indícios de ocorrência de ilícito administrativo envolvendo servidores de seu quadro de pessoal, utilizando a Lei n° 8.112/90 como base normativa.

Os dados correccionais gerais referentes ao ano de 2016 nesta Instituição foram:

- PADs instaurados: 11 (onze);
- Sindicâncias Investigativas instauradas: 11 (dez);
- Sindicâncias Investigativas Finalizadas: 07 (sete);
- Oitiva de Testemunhas realizadas: 113 (cento e treze);
- PADs julgados: 03 (três);
- Quantidade de suspensões aplicadas: 1 (um);
- Quantidade de advertências aplicadas: 0 (zero);
- Quantidade de demissões aplicadas: 0 (zero);
- Processos arquivados: 4 (quatro);
- Processos sugerindo apuração de responsabilidades: 3 (três);
- Processos sugerindo encaminhamento à Comissão de Ética: 0 (zero)

A COPSPAD está em conformidade com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da portaria n° 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, cadastrando e

registrando as informações relativas aos processos disciplinares no Sistema CGU-PAD dentro dos prazos estabelecidos.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

Quadro 63 - Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores					X

de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise crítica e comentários relevantes: Em 2016, os gestores entenderam que os elementos “Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação, Informação e Comunicação e Monitoramento” do sistema de controles internos se mantiveram constantes em relação ao ano anterior.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

Relativo às providências para implementação gradativa das disposições da IN CGU/MPOG n° 01/2016 foi realizado o Curso de Gestão de Riscos e Avaliação de Controles Internos no período de 05 a 08/12/2016, ministrado pela Auditora da CGU Márcia da Rosa Pereira. O objetivo desta formação foi oportunizar aos gestores da instituição conhecimento sobre a gestão de riscos com vistas à constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

A próxima ação para 2017 será a implantação dos comitês de Governança e Gestão de Riscos, distribuídos da seguinte forma: Comitê Estratégico, Comitê Gerencial, Comitê Técnico e Comitê de Governança Digital.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

A força de trabalho da Universidade é composta por 1.716 servidores efetivos vinculados ao órgão. Sendo 839 docentes (48,9%) e 877 técnico-administrativos em educação (51,1%), demonstrando um quadro funcional equilibrado entre técnicos e docentes para prestar um trabalho de qualidade à comunidade. O quadro de servidores da Unipampa é formado por 911 homens (53,1%) e 805 mulheres (46,9%), evidenciando uma distribuição quase equitativa entre os gêneros. Outros dados relevantes de registrar é que a universidade possui 4 servidores de carreira de outros órgãos em exercício provisório, 2 servidores requisitados de outros órgãos e esferas (AGU) e 79 servidores com contratos temporários, o que totalizaria 1.801 servidores.

A distribuição da força de trabalho da universidade é organizada da seguinte forma: considerando o total de servidores efetivos vinculados ao órgão, apresenta 1.241 servidores (72,3%) vinculados à área fim (macroprocessos finalísticos) e 475 servidores (27,7%) vinculados à área meio (unidades administrativas e subunidades descentralizadas). Essa distribuição da força de trabalho denota uma maior concentração de servidores (72,3%) na área fim da Universidade, sendo uma alocação adequada do quadro funcional.

A relação entre servidores efetivos e temporários na Universidade é a seguinte: 1.716 servidores efetivos (95,6%) e 79 servidores com contratos temporários (4,4%). Essa distribuição evidencia que na Unipampa a maioria do quadro funcional é composta por servidores efetivos.

Complementarmente ao levantamento de características da força de trabalho, a Unipampa apresenta dados importantes sobre o potencial do seu quadro funcional, em que identificamos os seguintes aspectos: nível de escolaridade, distribuição por faixa etária e tempo para aposentadoria.

No quesito do nível de escolaridade, a instituição apresenta um quadro altamente qualificado, do total de servidores efetivos vinculados a Universidade tem: 128 com ensino médio (7,5%), 251 com ensino superior (14,6%), 364 com especialização (21,2%), 323 com mestrado (18,8%) e 650 com doutorado (37,9%), isto é, 92,5% do quadro funcional têm formação superior.

Do quadro de servidores técnico-administrativos em educação (877), a instituição tem 128 com ensino médio (14,6%), 242 com ensino superior (27,6%), 355 com especialização (40,5%), 140 com mestrado (16,0%) e 12 com doutorado (1,3%), isto é, 57,8% dos técnicos possuem pós-graduação (Lato ou Stricto Sensu).

No que se refere ao corpo docente efetivo (839), a Universidade apresenta 9 com ensino superior (1,1%), 9 com especialização (1,1%), 183 com mestrado (21,8%) e 638 com doutorado (76%), isto é, 97,8% do corpo docente possuem pós-graduação Stricto Sensu, conforme quadro a seguir.

Quadro 64 - Escolaridade dos técnico- administrativos em educação e dos docentes

Escolaridade dos Funcionários Técnicos Administrativos	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Fundamental Incompleto			0
Fundamental Completo			0
Ensino Médio	43	85	128
Ensino Superior	109	133	242

Especialização	184	171	355
Mestrado	74	66	140
Doutorado	10	2	12
Total	420	457	877
Escolaridade Professor do Magistério Superior	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Fundamental Incompleto			0
Fundamental Completo			0
Ensino Médio			0
Ensino Superior	5	4	9
Especialização	4	5	9
Mestrado	84	99	183
Doutorado	292	346	638
Total	385	454	839

Fonte: PROGEPE

No aspecto da faixa etária, a Unipampa apresenta um quadro funcional jovem (do total de servidores efetivos vinculados ao órgão), em que 1.170 servidores efetivos (68,2%) têm entre 20 a 40 anos, 527 servidores efetivos (30,7%) têm de 41 a 60 anos e apenas 19 servidores efetivos (1,1%) têm acima de 60 anos. Devido ao fator da baixa faixa-etária do quadro de servidores e pelo pouco tempo de existência da instituição (10 anos de atividade), temos apenas sete servidores aposentados e três pensões concedidas. Diante desse cenário, ainda não foi iniciado um estudo formal de tempo para aposentadoria dos servidores, embora seja uma demanda já identificada pela instituição.

No aspecto relacionado às despesas associadas à manutenção do pessoal, identificamos uma redução nominal e porcentual das despesas com servidores cedidos com ônus para outros órgãos em relação à despesa de servidores vinculados ao órgão, sendo em 2016 uma despesa com servidores cedidos de R\$ 156.217,83 para uma despesa com servidores vinculados ao órgão de R\$ 176.981.799,06. No ano de 2015, a despesa dos servidores cedidos foi de R\$ 171.895,90 e a despesa dos servidores vinculados ao órgão foi de R\$ 157.389.909,78. A despesa com servidores cedidos (2016) reduziu nominalmente em R\$ 15.678,06 em relação a 2015, e percentualmente em 9,1%. Já, o impacto da despesa com servidores cedidos sobre a despesa dos servidores vinculados ao órgão foi de 0,11% em 2015 para 0,09% em 2016. No Quadro Demonstrativo das Despesas com Pessoal, deste Relatório de Gestão, apresenta um detalhamento da visão gerencial das despesas relacionadas ao pessoal da unidade.

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas e as providências adotadas para mitigá-los são as seguintes:

- **Inconsistências nos lançamentos efetuados no SIAPE – providências:** Adotamos no fluxo de trabalho que a revisão dos lançamentos efetuados seja realizada por servidor que não participou do lançamento original;
- **Pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso para mais de 120 h/ano - providências:** Desenvolvemos uma planilha de controle de horas pagas por Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso consolidando as informações de todos os processos e o total de horas;

- **Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados de Docentes - providências:** 1.^a Planejar e executar um Processo de Capacitação das Comissões Locais de Concurso/Processos Seletivos e dos Docentes envolvidos nesses processos, visando à eliminação dos problemas enfrentados e à melhoria dos resultados; 2.^a Revisar o processo de Concursos e Seleção Simplificada de Docentes e elaborar uma proposta de alteração da Resolução que versa sobre o tema na Universidade; 3.^a Encaminhar uma proposta de Nova Resolução sobre Concursos e Seleção Simplificada de Docentes para deliberação do Conselho Universitário (CONSUNI);
- **Política de capacitação e treinamento do pessoal** - O Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal – NUDEPE, é órgão suplementar do Gabinete da Reitoria e tem como finalidade implantar e coordenar as ações do Programa de Capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação. O Levantamento das Necessidades de Capacitação – LNC, é realizado entre os meses de junho e julho de cada ano. O LNC é submetido ao Conselho Universitário – CONSUNI, e transformado em Resolução a ser executada no ano seguinte. A Resolução 134/2016 correspondente ao LNC realizado em junho de 2015, sendo que as capacitações foram realizadas conforme a disponibilidade de instrutores. Em 2016, foi aprovada pelo Conselho Universitário a Resolução 136/2016 que trata do Programa de Qualificação dos Servidores Técnico- Administrativos em Educação da Unipampa. Considerando a necessidade de previsão orçamentária, a Resolução 136/2016 somente será implantada na sua totalidade no ano de 2017;
- **Atuação das Interfaces de Gestão de Pessoas nos Campi - providências:** 1.^a Definição de um novo papel para a Interface de Gestão de Pessoas, ampliando as suas atividades, em que esse servidor passará a atuar como um representante da PROGEPE no Campus; 2.^a Propor e discutir com as Direções dos Campi o novo papel das Interfaces de Gestão de Pessoas; 3.^a Planejar, coordenar e executar um Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas às Interfaces dos Campi.

O tema da Gestão de Riscos na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) está amplamente discutido e detalhado no subitem 4.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal, deste Relatório de Gestão.

Um indicador gerencial utilizado na gestão de pessoas foi o de rotatividade de pessoal. Relativo ao percentual de redução da rotatividade dos servidores da Unipampa, em âmbito geral, podemos observar que houve uma redução significativa, se compararmos os dados levantados em 2015, que perfazem um total de 95 (noventa e cinco) servidores desligados da instituição, em relação ao ano de 2016, onde ocorreu o desligamento de 48 (quarenta e oito) servidores, o que sinaliza uma redução de 50% do índice de rotatividade, de um ano para o outro. Mesmo havendo uma redução significativa no índice de rotatividade, não podemos ainda inferir efetivamente se nos próximos anos haverá uma redução ou aumento, visto que ainda não foram implantadas as ações necessárias para uma maior retenção dos servidores. Outro indicador que foi levantado sobre gestão de pessoas na Unipampa foi o quantitativo de situações que reduzem a força de trabalho, sendo que no ano de 2016, 123 servidores foram afastados, gerando algumas necessidades de redimensionamento das atividades dos setores afetados. No entanto, essa

quantidade de afastamentos tem um pequeno impacto no quadro efetivo da universidade, aproximadamente 7,2% do total. No próximo quadro – Situações que reduzem a força de trabalho, há um detalhamento desse indicador.

Outros indicadores utilizados pela PROGEPE para gerir as pessoas na Universidade foram as Horas – homem trabalhadas, o índice de frequência e o índice de gravidade. Analisando esses indicadores de saúde do trabalhador observa-se que as situações retratadas mantêm-se sob controle, não apresentando grandes variações, sendo que os dados detalhados desses índices encontram-se no quadro – Indicadores de gestão de pessoal. A PROGEPE, visando aperfeiçoar a gestão de pessoas na Universidade, tem como projeto para 2017 desenvolver um conjunto de indicadores gerenciais que englobem as áreas de administração de pessoal, gestão de carreiras e qualidade de vida do servidor.

Quadro 65 - Situações que reduzem a força de trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	89
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	6
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	83
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	27
6.1. Licença Gestante Art. 207, Lei 8112	7

6.2. Licença Tratamento Própria Saúde Art. 202, Lei 8112	6
6.2. Licença Para Acompanhar Cônjuge com Exercício Provisório Art. 84, Lei 8.112	14
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	123

Fonte: PROGEPE

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 66 - Força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1791	1722	155	50
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1791	1722	155	50
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1791	1716	153	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	4	1	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	2	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	79	74	44
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há			
4. Total de Servidores (1+2+3)		1801	229	94

Fonte: PROGEPE

Quadro 67 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	478	1244
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	478	1244
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	475	1241
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	
2. Servidores com Contratos Temporários		79
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	478	1323

Fonte: PROGEPE

Quadro 68 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	61	60	27	22
1.1. Cargos Natureza Especial	não há			

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	60	27	22
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	59	27	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há			
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	1		
1.2.4. Sem Vínculo	não há			
1.2.5. Aposentados	não há			
2. Funções Gratificadas		230	215	189
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	215	189	174
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há			
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há			
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		275	216	196

Fonte: PROGEPE

5.1.1.1 Análise Crítica

Analisando os quadros: Força de Trabalho; Distribuição da Lotação Efetiva e Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC, verifica-se que o quadro de pessoal é composto por um total de 1.801 servidores, sendo 919 docentes e 882 técnico-administrativos em Educação. Cabe ressaltar que no quantitativo de 1.801 servidores são computados 1.716 servidores de carreira vinculados ao órgão (Unipampa), 4 servidores de carreira de outros órgãos em exercício provisório, 2 servidores de carreira requisitados de outros órgãos (AGU) e 79 servidores com contrato temporário.

Durante o ano de 2016, houve um ingresso de 229 novos servidores, sendo que 142 por meio de concursos públicos, 74 por meio de Processos Seletivos Simplificados, 11 por meio de redistribuição e 2 por exercício provisório ou requisitados de outros órgãos.

A alocação e a distribuição dos novos servidores tiveram como critério a reposição de desligamentos ocorridos no período, bem como, as demandas oriundas da administração superior em face da reorganização e reestruturação organizacional em seu primeiro ano de exercício. Os demais novos postos de trabalho tiveram como base um diagnóstico efetuado ainda em 2013 por uma comissão especial, designada pelo Conselho Universitário para definir critérios de alocação de vagas nos 10 campi, mais a Reitoria.

No entanto, em face ao incremento de novos cursos no âmbito da Instituição e do crescimento do número de alunos ingressantes via SiSu, percebe-se que esse quantitativo de servidores está defasado e não atende as demandas atuais, tanto no que diz respeito ao quantitativo de servidores alocados por Unidade, quanto ao número de servidores ocupando cargos comissionados ou em funções gratificadas.

Durante o ano de 2016, ocorreu um aumento de 133% no número aposentadorias, registrando-se 4 (quatro) novas aposentadorias, sendo que atualmente, existe um total de 07 (sete) aposentadorias vigentes. Considerando-se que, atualmente, a legislação permite a reposição dessas vagas por meio de concurso público autorizado na constituição do BPEq – Banco de Professor Equivalente, e do QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, tais aposentadorias não impactam significativamente na força de trabalho da Instituição.

Em relação aos desligamentos e afastamentos de servidores que poderiam impactar na força de trabalho da Instituição, os mesmos foram amenizados, por meio da reposição por meio de

concurso público e da contratação temporária de professores substitutos, com base no Decreto nº 7.232/2010, no caso dos Técnico-Administrativos em Educação, e no Decreto nº 7.485/2011 e na Lei nº 8.745/1993, no caso dos Docentes.

A distribuição dos servidores em área meio e área fim observou o seguinte critério:

Como área meio considerou-se os servidores técnico-administrativos vinculados ao Gabinete da Reitoria, as Comissões Superiores, ao Conselho Universitário e as Pró-Reitorias Administrativas (PROGEPE, PROPLAN e PROAD). Também foram considerados área meio os servidores lotados nos campi que trabalham na Direção do Campus, Secretaria do Gabinete e Coordenação Administrativa. Os demais servidores técnico-administrativos e docentes foram contabilizados como área fim.

5.1.1.2 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A Unipampa tem aplicado as orientações referentes aos controles de Acúmulo Indevido de Cargos, Funções e Empregos Públicos. Esse controle interno é realizado no momento da posse, sendo exigida dos servidores ingressantes a apresentação dos formulários “Termo de Responsabilidade” no caso dos servidores que não acumulam cargo, função ou emprego público, ou os formulários “Declaração de Acúmulo de Cargo” e “Termo de Responsabilidade de Acúmulo de Cargo” para os servidores que declaram ter acúmulo de cargo, função ou emprego público, previstos na legislação. Os formulários estão disponíveis no site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas na opção Procedimento para Posse, no link <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/progesp/procedimento-para-posse/>.

Ao apresentar o formulário “Termo de Responsabilidade”, o servidor declara que não exerce qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, nem percebe proventos decorrentes de aposentadoria, inacumulável com o cargo que tomará posse. E ,também, que se compromete a comunicar, por escrito, à PROGEPE, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Os formulários “Declaração de Acúmulo de Cargo” e “Termo de Responsabilidade de Acúmulo de Cargo” são utilizados pelos servidores que declaram ter acúmulo de cargo previsto na legislação, sendo informado qual o cargo ou provento que há o acúmulo, qual a origem e jornada de trabalho do mesmo. Deve-se anexar a declaração emitida pela unidade de Recursos Humanos, comprovando o vínculo e a jornada de trabalho e/ou cópia da publicação do ato de aposentadoria. O servidor se compromete a comunicar, por escrito, à PROGEPE, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos, empregos ou funções. A utilização do procedimento descrito tem se mostrado satisfatória para o controle interno desse processo, sendo que na presente data, não tem registro de servidor com acúmulo indevido de cargo, função ou emprego público.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 69 - Despesa de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis em R\$						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	82.167.267,19	4.195.181,83	69.567.163,41	7.557.448,26	10.991.515,58	2.234.939,03	4.472,17	256.831,05	6.980,54	176.981.799,06
	2015	74.836.985,60	4.643.585,63	60.065.470,17	8.461.323,42	7.602.093,05	1.652.487,72	2.445,92	115.763,55	6.754,72	157.386.909,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	-	67.724,01	4.615,96	2.997,09	17.467,84	-	-	-	-	92.804,90
	2015	-	55.211,52	4.375,31	1.458,43	5.458,11	-	-	-	-	66.503,37
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	97.395,57	-	45.698,64	4.018,86	8.872,00	232,76	-	-	-	156.217,83
	2015	111.287,17	-	45.771,61	5.885,11	8.952,00	-	-	-	-	171.895,89
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	3.146.817,43	-	230.777,84	138.605,81	41.507,71	-	3.576,82	-	-	3.561.285,61
	2015	2.375.072,79	-	190.289,46	17.262,34	189.556,52	-	6.836,14	-	-	2.779.017,25

Fonte: PROGEPE

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Visando minimizar os riscos na gestão de seu quadro de pessoal, a PROGEPE deu início a um mapeamento das atividades realizadas por cada uma de suas Coordenadorias, o que proporcionou a identificação dos riscos por meio de dados históricos, achados de auditoria e de reuniões com a equipe operacional.

Dentre os riscos identificados nos seus fluxos de trabalho e o tratamento aplicado, destacamos:

Quadro 70 - Identificação dos Riscos e Aplicação do Tratamento

Risco Identificado	Tratamento Aplicado
Prováveis inconsistências nos lançamentos efetuados no SIAPE	Adotado no fluxo de trabalho que a revisão dos lançamentos efetuados seja realizada por servidor que não participou do lançamento original.
Pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso para mais de 120 h/ano	Desenvolvida uma planilha de controle de horas pagas por Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso consolidando as informações de todos os processos e o total de horas.

Fonte: PROGEPE

Outros processos que apresentam riscos relacionados à Gestão e à missão institucional da Universidade, são os seguintes:

Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados de Docentes – Esse processo de gestão de pessoas é centralizado no seu planejamento e descentralizado na sua execução. O processo é iniciado nos campi com a elaboração do perfil da vaga (requisitos do cargo, programa e bibliografia das provas, peso das provas no processo de avaliação), sendo enviado à Divisão de Concursos e Seleção de Pessoal para o planejamento do processo de Concurso (para professores efetivos) e/ou Seleção Simplificada (para professores substitutos). A Divisão de Concursos e Seleção de Pessoal realiza o processo de planejamento, elaboração do edital, divulgação pública de todo o processo e controle dos resultados para homologação, nomeação e posse dos candidatos aprovados. Os campi possuem uma Comissão Local de Concursos e Processos Seletivos que é a responsável pela coordenação e execução dos concursos e processos seletivos simplificados de docentes. Os campi contam com uma banca de professores (interno-externos) para avaliar os candidatos. Todo o processo de concurso e seleção conta com um software para apoiar a avaliação de candidatos.

No diagnóstico realizado em 2016, identificaram-se os seguintes riscos nos processos envolvendo concursos públicos e processos seletivos de docentes: divergências entre membros de bancas, erros na pontuação de resultados, candidatos aprovados que não atendiam plenamente ao perfil especificado no edital, perfis definidos em edital muito restritos que suscitavam dúvidas na ocasião da posse dos candidatos aprovados. Essas situações podem gerar processos judiciais de candidatos questionando o resultado dos Concursos/Processos Seletivos.

Nesses casos, a “judicialização” de vagas gera um grave risco para a Universidade, pois, a vaga fica suspensa até a decisão transitar em julgado, gerando custos administrativos e prejudicando as atividades acadêmicas nos campi. Em alguns casos o corpo docente corre o risco de ficar sem um professor qualificado para os componentes curriculares e/ou gerar uma sobrecarga

a outros docentes para compensar a insuficiência no corpo docente do campus. Esse problema gerado pela “judicialização” de vagas, em casos extremos, pode gerar dificuldades na alocação de docentes e a oferta de componentes curriculares.

A partir da análise dos riscos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados de Docentes, serão adotadas as seguintes medidas para mitigar os riscos:

1ª. Planejar e executar um Processo de Capacitação das Comissões Locais de Concurso/Processos Seletivos e dos Docentes envolvidos nesses processos, visando à eliminação dos problemas enfrentados pela universidade e à melhoria dos resultados;

2ª. Revisar o processo de Concursos e Seleção Simplificada de Docentes e elaborar uma proposta de alteração da Resolução que versa sobre o tema na Universidade;

3ª. Encaminhar uma proposta de nova Resolução sobre Concursos e Seleção Simplificada de Docentes para deliberação do Conselho Universitário.

Processo de Capacitação e Desenvolvimento de Gestores – A formação de Gestores na Unipampa, até o presente momento, é realizada de maneira incipiente. A capacitação dos gestores é realizada por meio de um curso de capacitação de curta duração, com carga horária inferior a ideal, aberta aos docentes e técnicos- administrativos em educação. Uma peculiaridade importante de ressaltar é que nas Universidades Federais a maior parte dos cargos de gestão (Reitor, Vice-Reitor, Diretor de Campus, Coordenadores Acadêmicos, Coordenadores Administrativos e Coordenadores de Curso) é eleita. Essa peculiaridade difere de organizações privadas em que os gestores são formados e capacitados para desenvolver uma Carreira Gerencial, em que o foco central é a Gestão. No caso de Universidades Federais, o foco da formação dos Professores é a docência e a pesquisa, e dos técnico- administrativos em educação o foco de sua formação são as atividades técnicas das suas áreas de atuação. Dessa forma, a maioria dos gestores das Universidades não possui uma formação ideal que os capacite técnica e comportamentalmente para ocuparem cargos de gestão.

A ausência de experiência gerencial, formação específica em gestão, habilidades comportamentais de liderança desenvolvidas, e conhecimentos de Administração Pública podem ocasionar erros de gestão no dia a dia, decisões equivocadas, dificuldades em solução de conflitos, problemas de liderança e nos atos administrativos em geral.

Analisando o contexto da formação de Gestores da Unipampa, visando mitigar os riscos envolvidos, serão adotadas as seguintes ações:

1ª. Implementar a Divisão de Capacitação e Aperfeiçoamento, que, uma de suas atribuições precípua será o processo de Formação e Desenvolvimento dos Gestores da Universidade;

2ª. Planejar, coordenar e executar um Programa de Formação e Desenvolvimento Permanente de Gestores, envolvendo gestores dos níveis estratégico, tático e operacional, em que serão trabalhados os aspectos técnicos de gestão e habilidades comportamentais.

Indicadores de frequência e gravidade de acidentes em serviço

Visando avaliar a frequência e a gravidade dos acidentes de trabalho ocorridos no período 2016, foram utilizados os seguintes indicadores de frequência e de gravidade de acidentes, que são calculados a partir das seguintes variáveis:

- a) Horas-homens de exposição ao risco (HhT);
- b) Número de acidentes ou acidentados;
- c) Tempo computado.

Os dados utilizados nos cálculos foram obtidos por meio de pesquisa nos registros da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, e no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE.

No decorrer do ano de 2016, foram registrados 03 acidentes em serviço.

Horas-homens trabalhadas

O número de horas-homens trabalhadas é representado pelo produto de horas trabalhadas e o número de servidores, que resulta na quantidade de horas-homens de exposição ao risco no período anual. Aplicando-se ao ambiente da Universidade, considerando o quantitativo de servidores existente no dia 31/12/2016, resultará:

$$\text{HhT2015} = \text{horas trabalhadas (1828)} \times \text{número de servidores (1801)} = 3.292.228$$

Índice de frequência

Esse indicador é utilizado para medir a frequência de ocorrências de acidentes de trabalho, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$If = \frac{N \text{ “total de acidentes de trabalho”} \times 1.000.000}{\text{Hh T}}$$

Aplicando-se a fórmula apresentada com as informações quantitativas obtidas, apresenta-se o seguinte resultado para índice de frequência:

Ano base: 2016

$$If = \frac{3 \times 1.000.000}{3.292.228} = 0,91$$

Conclui-se que, em 2016, foram registrados 0,91 acidentes, para cada grupo de 500 servidores.

Índice de gravidade

Esse indicador é utilizado para medir a intensidade média dos acidentes ocorridos em determinado período, mensurando a perda laborativa ocasionada pelos mesmos (dias de afastamento do trabalho), utilizando-se da seguinte fórmula:

$$Ig = \frac{TC \text{ “tempo computado”} \times 1.000.000}{\text{Hh T}}$$

Aplicando-se a fórmula apresentada com as informações quantitativas obtidas, obtém-se o seguinte resultado para índice de gravidade:

Ano base: 2016

$$Ig = \frac{66 \times 1.000.000}{3.292.228} = 20,05$$

Conclui-se que, em 2016, para cada 1 milhão de horas-homens trabalhadas resultou em uma perda de 20,05 dias.

Comparação dos índices anuais – 2012/2013/2014/2015/2016

Quadro 71 - Indicadores de gestão de pessoal

Indicador	Ano-base				
	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de Acidentes registrados	02	03	05	01	03
N.º de Hh T	2.369.664	2.596.176	2.979.504	3.167.860,5	3.292.228
Índice de Frequência	0,8	1,15	1,67	0,31	0,91
Índice de Gravidade	50	1	40	0,31	20,05

Fonte: PROGEPE

Análise Crítica

Os valores apresentados, tanto para o Índice de Frequência dos acidentes de trabalho ocorridos, como para o Índice de Gravidade, estão de acordo com as informações prestadas pela Comunicação de Acidente em Serviço – CAS.

Ressalta-se que são repassadas orientações no sentido de incentivar os servidores a registrarem os acidentes ocorridos nos ambientes de trabalho da Instituição. Esses índices demonstram que se faz necessário manter o acompanhamento contínuo dos ambientes organizacionais e a implantação de programas de prevenção de acidentes, principalmente com a intenção de evitar que tais índices cresçam nos próximos anos e de garantir a prevenção da saúde ocupacional dos servidores.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

5.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio

O quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante (Ref. 31/12/2016)													
Nome: Fundação Universidade federal do Pampa													
UG/Gestão: 154359							CNPJ: 09.341.233/0001-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2015	L	O	43/15	06.205.427/0001-02	05/10/2015	04/10/2017	209	98					P
2015	V	O	41/15	03.144.992/0001-19	17/08/2015	16/08/2017	104	82					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROAD

Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O quadro seguinte compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no quadro anterior.

Quadro 73 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa													
UG/Gestão: 154359							CNPJ: 09.341.233/0001-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	32/11	08.202.514/0001-31	05/09/2011	04/03/2017	33	27					P
2013	4	O	29/13	04.970.088/0001-25	01/10/2013	15/07/2016	02	00					E
2014	9	O	14/14	06.205.427/0001-02	11/04/2014	10/04/2017	48	36					P
2014	12	O	11/14	06.205.427/0001-02	08/04/2014	07/04/2017	27	17					P
2015	12	O	45/15	08.202.514/0001-31	21/11/2015	20/11/2017	104	43					P
2014	12	O	41/14	08.202.514/0001-31	04/11/2014	01/07/2016	02	00					E
2015	12	O	36/15	08.202.514/0001-31	05/08/2015	04/08/2017	07	05					P
2016	12	O	03/16	04.970.088//0001-25	16/05/2016	15/05/2017	01	01					P
Observações:													

<p><u>LEGENDA</u> Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras</p>	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Fonte: PROAD

Análise Crítica

Os contratos de prestação de serviços continuados, no ano de 2016, foram extremamente prejudicados pelos cortes orçamentários e pela escassez de recursos financeiros. Reflexos de um cenário de contas públicas extremamente afetadas pelas quedas na arrecadação, gerando uma grave crise em todas as esferas de governo, obrigando a adoção de medidas drásticas, no sentido de garantir a sanidade orçamentária da Instituição.

O contingenciamento orçamentário resultou na redução de todos os contratos, sendo que alguns foram rescindidos (caso dos contratos de almoxarife e copeiragem). No total de 132 postos de trabalho, de todos os contratos, foram suprimidos. Os serviços foram, na medida do possível, readequados, mas houve perda na qualidade dos serviços prestados. Além disso, a falta ou a demora nos repasses de recursos financeiros ocasionaram atrasos de mais de 90 dias nos pagamento das prestadoras de serviços terceirizados. Ensejando, por conseguinte, atraso no pagamento (inicialmente) de benefícios e (*a posteriori*) de salários dos trabalhadores. Abandonos de emprego, rescisões indiretas, manifestações de trabalhadores e alunos, e até mesmo início de uma greve, são fatos que foram administrados.

A situação econômica vivenciada pela administração reflete em grandes dificuldades no andamento dos contratos, pois a carência de recursos financeiros que ocasiona o atraso no repasse dos valores devidos às empresas pela prestação dos serviços reflete diretamente na mão de obra terceirizada, criando toda a sorte de dificuldades materiais e psicológicas aos trabalhadores; exigindo, assim, um esforço redobrado e acuidade, dos servidores envolvidos, no trato das demandas cotidianas.

Contudo, a Instituição vem conseguindo manter uma boa relação profissional com as contratadas que na situação de normalidade cumprem a contento os objetos contratados. Os colaboradores terceirizados são qualificados e cumprem o seu trabalho.

5.1.4.2 Contratação de estagiários

A seleção dos estagiários é feita através de edital público, que faz parte de um processo específico de liberação de vaga. O processo é instruído com a finalidade de possibilitar a análise, dentre outros assuntos, da disponibilidade orçamentária, nos casos de estágio não obrigatório; das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário; da carga horária; e da estrutura da unidade que abre a vaga de estágio, conforme determina a Lei nº 11.788/08. Além disso, verifica percentual de 20% sobre o quantitativo de servidores de acordo com a ON nº 04/2014 do MPOG.

Destacamos que tais processos são desenvolvidos na Divisão de Estágios vinculada a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), sendo assim, outras informações sobre estágios poderão ser obtidas junto àquela Pro-Reitoria.

No quadro seguinte é apresentado um comparativo dos contratos de estágio nos anos de 2015 e 2016, onde se identifica os quantitativos de estagiários e os valores anuais pagos.

Quadro 74 - Composição do quadro de estagiários

Área	Ano	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1.1 Área Fim	2015	18	17	15	17	R\$ 108.345,00
	2016	13	12	5	0	R\$ 48.675,21

1.2 Área Meio	2015	--	--	--	--	--
	2016	--	--	--	--	--

Fonte: PROGEPE

A Unipampa no ano de 2016 utilizou estagiários somente na Área Fim da Universidade, sendo que houve uma grande variação nesta Política de Contratação entre os anos de 2015 e 2016. No ano de 2015 o número de estagiários manteve-se estável, entretanto, no ano de 2016, devido à situação econômica adversa, a universidade iniciou o ano com 13 contratos e encerrou o ano sem estagiários contratados. Em termos financeiros, houve uma redução de 55,07% nas despesas do exercício de 2016 em comparação ao exercício de 2015.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

A estrutura patrimonial da Universidade tem se expandido ao longo de seus anos de implantação e funcionamento, desde a criação no ano de 2008. Essa expansão se reflete na aquisição de móveis e equipamentos para o atendimento das atividades intermediárias e finais da Instituição, para uso do corpo discente, docente e dos técnico- administrativos em educação. Além do mais, a expansão estrutural dos prédios dos imóveis de uso especial também vislumbrou garantir o atendimento das atividades referidas, proporcionando espaços os mais adequados possíveis às especificidades de cada uma das dez Unidades Universitárias e Órgãos Complementares e Suplementares.

É fato que a Universidade segue em ritmo de expansão, uma vez que novos cursos são implantados, há um aumento do corpo discente e , conseqüentemente ,a contratação de um número maior de servidores alocados nos mais diversos setores.

Contudo, existem obras ainda não concluídas nos *campi*, que ainda limitam o pleno funcionamento de atividades acadêmicas e administrativas, assim como na Reitoria, que hoje funciona, exclusivamente, em prédios alugados em Bagé/RS.

Essa situação se assemelha em alguns *campi*, que utilizam prédios alugados para atividades administrativas e acadêmicas. O Almoxarifado Central da Instituição utiliza espaço de uma de suas unidades universitárias (*Campus* Bagé), enquanto os veículos da frota oficial atualmente não dispõem de espaço adequado (garagem).

Finalmente, julga-se a estrutura da Universidade com suficiência parcial, carente de expansão, conclusão de obras em andamento e novas obras e aquisição de mobiliário e equipamentos, para o pleno atendimento da missão institucional.

5.2.1 Gestão da frota de veículos

Frota de veículos automotores de propriedade da unidade jurisdicionada

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Resolução CONSUNI 10/2010:

Manual de Frota: http://porteiros.s.unipampa.edu.br/frota/files/2014/12/Manual-da-Frota-04_12_2015.pdf

IN 03 MPOG: http://porteiros.s.unipampa.edu.br/frota/files/2012/09/3_-_2008-Veiculos_Oficiais_Anexos13.pdf

Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8541.htm

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos destina-se ao atendimento de ensino, pesquisa, extensão e serviços da universidade. A Unipampa possui estrutura multicampi, contando com 10 *campi* distribuídos pelo estado do RS, como exemplo, cita-se a distância entre Reitoria (localizada no município de Bagé) e Campus São Borja chegando a 570 km (via BR-293 e BR-472) e a maior distância entre os campi (São Borja - Jaguarão) chegando a 803 km (via BR-472 e BR-293).

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Resposta no quadro a seguir.

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Resposta no quadro a seguir.

Idade média da frota, por grupo de veículos;

Resposta no quadro a seguir.

Quadro 75 - Nº de veículos, quilometragem percorrida, idade média da frota

	Transporte de Pessoal	Transporte Coletivo	Transporte de Carga Leve	Transporte de Carga Pesada
Qtd. de Veículos	52	13	1	1
Média Km Rodados	25.803	17.227	1.211	23.169
Idade Média da Frota	6 anos	5,5 anos	10 anos	04 anos
	Veículos de passeio	Ônibus / Micro-ônibus / van	Saveiro	Caminhão

Fonte: PROAD

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Quadro 76 - Custos da manutenção da frota

	Total em 2016
Combustíveis	R\$ 424.509,64
Manutenção	R\$ 130.408,49
Seguros Privados	R\$ 129.663,00
Seguro DPVAT	R\$ 9.450,69

Plano de substituição da frota:

A Universidade não conta com plano de substituição da frota.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Optou-se pela aquisição de veículos novos, quando houver disposição orçamentária, ou recebidos por doação, visto que as distâncias entre os campi e Reitoria são grandes, o que demandaria uma previsão elevada de km, para os veículos locados. A Unipampa tem recebido doações de veículos, apreendidos pela Receita Federal e outros órgãos públicos, os quais têm complementado o atendimento das demandas.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Com a implantação do sistema de gerenciamento de frota – GURI – conseguiu-se fazer um controle das solicitações e readequar solicitações com mesmo destino.

A descentralização dos controles de manutenção e abastecimento para os campi viabilizou a criação de novos métodos de levantamento dos dados disponíveis no sistema, os quais facilitarão o aumento do controle de custos dos veículos.

Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

A Unipampa dispõe de 11 micro-ônibus, sendo 3 com capacidade de até 20 lugares, 05 com capacidade de 28 lugares, 3 com capacidade de 30 lugares; 01 van com 13 lugares; e 01 ônibus rodoviário 40 lugares. Para viabilizar o processo acadêmico e transportar os alunos para seminários, encontros e visitas técnicas dentro e fora do Estado, visando o complemento do processo de formação do profissional, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para transportar os discentes.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

Viação Ouro e Prata Ltda. 92.954.106/0001-42;

Empresa de Transportes Kopereck Ltda. 05.824.788/0001-74;

Argenta Turismo e Viagens Ltda. 87.767.596/0001-38;

Planalto Transportes Ltda. 95.592.077/0001-04;

DMR Projetos Ltda. 07.324.689/0001-59;

Transportes Argenta Ltda. 90.323.494/0001-38;

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

Quadro 77 - Dados dos contratos com empresas de transportes terceirizadas

Empresa	CNPJ	Pregão	n.º Contrato	Vigência	Valor do Contrato em R\$	Valor em R\$ Pago em 2016
---------	------	--------	--------------	----------	--------------------------	---------------------------

EMPRESA DE TRANSPORTES KOPERECK LTDA	05.824.788/0001-74	04/2011	06/2012	26/04/2015 a 25/04/2016	61.000,00	57.507,75
EMPRESA DE TRANSPORTES KOPERECK LTDA	05.824.788/0001-74	16/2013	20/2013	09/09/2016 a 08/09/2017	83.439,99	70.588,71
PLANALTO TRANSPORTES LTDA	95.592.077/0001-04	13/2014	29/2014	18/07/2016 a 17/07/2017	111.600,00	51.083,04
DMR PROJETOS LTDA	07.324.689/0001-59	62/2014	37/2015	07/07/2015 a 06/07/2016	194.800,00	27.154,72
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	87.767.596/0001-38	75/2015	47/2015	05/11/2015 a 04/11/2016	158.500,00	12.913,00
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	87.767.596/0001-38	68/2016	19/2016	04/11/2016 a 03/11/16	450.000,00	
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	87.767.596/0001-38	68/2016	16/2016	25/10/2016 a 24/10/2017	336.160,00	
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	87.767.596/0001-38	68/2016	15/2016	14/10/2016 a 13/10/2017	37.440,00	
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	87.767.596/0001-38	68/2016	21/2016	09/11/2016 a 08/11/2017	254.600,00	
EMPRESA DE TRANSPORTES KOPERECK LTDA	05.824.788/0001-74	68/2016	14/2016	17/10/2016 a 16/10/2017	225.200,00	
EMPRESA DE TRANSPORTES KOPERECK LTDA	05.824.788/0001-74	51/2014	46/2014	06/11/2016 a 05/11/2017	82.110,00	
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	90.303.494/0001-38	51/2014	23/2015	27/04/2016 a 26/04/2017	68.250,00	
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	90.303.494/0001-38	51/2014	45/2014	06/11/2016 a 05/11/2017	57.075,00	
EMPRESA DE TRANSPORTES KOPERECK LTDA	05.824.788/0001-74	16/2013	30/2013	09/11/2016 a 08/10/2017	154.899,99	
Fonte: PROAD					Total pago em 2016	
					R\$ 219.247,22	

Fonte: PROAD

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Resolução 10/2010 CONSUNI

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A contratação de transporte terceirizado (transporte coletivo) foi a alternativa encontrada para atender a grande quantidade de solicitações para participações em congressos, seminários e

visitas técnicas as quais fazem parte da formação dos alunos, ou seja, para que possa atender o objetivo final da instituição.

Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

A UJ somente contrata veículos de transporte rodoviário coletivo por quilometragem e não por quantidade de veículos.

A contratação tem a finalidade de complementar a frota própria que é insuficiente para atender à demanda.

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “F” supra:

Transporte coletivo rodoviário: Média de quilômetros rodados - 47.515

Idade média anual, por grupo de veículos:

Veículo de Transporte coletivo (Terceirizado) – conforme contrato, não são admitidos veículos com idade superior a 08 anos.

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

Os contratos firmados entre a UJ e as empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo rodoviário contemplam apenas o pagamento do quilômetro rodado, sendo as demais despesas incluídas no valor do quilômetro.

Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:

A Unipampa mantém um fiscal em cada um dos *campi* para acompanhar os contratos.

Além de dispor de um fiscal por campus, a Reitoria dispõe também da Divisão de Frota e Logística, responsável por fiscalizar os veículos da Universidade, gerenciar e assessorar os *campi*, bem como propor soluções e encaminhamentos à Administração Superior nos assuntos pertinentes à sua área de atuação.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O Manual de Patrimônio da Universidade prevê que, para que o processo de baixa de um bem se justifique, há a necessidade da emissão de um parecer da Comissão Permanente para Baixa (admitindo-se a possibilidade de que se recorra ao laudo técnico de um profissional da Unipampa com maior conhecimento a respeito do bem e suas características) devidamente constituída comprovando o estado do bem. Nesse caso, comprovando que se trata de um bem antieconômico. A partir da baixa, poderá ocorrer o desfazimento (doação, leilão...), conforme meios previstos em lei.

Contudo, para a emissão de pareceres e laudos de avaliação de bens, especialmente veículos, a fim de classificá-los como antieconômicos, deverão ser obedecidos os critérios expostos pela Orientação Complementar nº 08 da Coordenadoria de Material, Patrimônio e

Logística, “Anexo IV” do Manual de Patrimônio da Unipampa , disponível no endereço eletrônico da CMP, seção Manual de Procedimentos: .

Os veículos considerados inservíveis para uso são retirados de circulação e atendendo às orientações do Manual de Patrimônio da Unipampa podem ter as seguintes destinações:

- a) Disponibilizados para venda, por meio de leilões realizados pela Instituição e seguindo os critérios de desfazimento de bens permanentes, conforme as Instruções Normativas;
- b) Encaminhados para Unidades Acadêmicas e posteriormente utilizados durante aulas práticas de cursos e disciplinas afins;
- c) Designados para instituições por meio de processo de doação previamente formalizados, conforme fluxo determinado nas orientações do Manual de Patrimônio.

Quadro 78 - Automóveis inservíveis

Registro Patrimonial	Bem Patrimonial	Número do Processo	Data da Baixa
1	Automóvel Clio, Modelo EXP 16V	23100.002922/2014-32	2015-01-06
4	Automóvel Gol Geração 4, Volkswagen	23100.002179/2016-82	2016-08-09
5	Automóvel Gol Geração 4, Volkswagen	23100.002179/2016-82	2016-08-09
6	Automóvel Gol Geração 4, Volkswagen	23100.002179/2016-82	2016-08-09
7	Automóvel Gol Geração 4, Volkswagen	23100.002179/2016-82	2016-08-09
17685	Automóvel Meriva Joy GM	23100.002179/2016-82	2016-08-09

Fonte: PROAD

Dos veículos não mais servíveis para a Instituição, demonstrados no quadro anterior, o automóvel Renault Clio (Registro Patrimonial 000001) foi destinado ao *Campus* Alegrete para utilização nas aulas práticas do Curso de Engenharia Mecânica, enquanto que os automóveis Volkswagen Gol e Meriva Joy estão em depósito para alienação por meio do processo de leilão que será realizado durante o ano de 2017.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

À Divisão de Patrimônio da Coordenadoria de Material, Patrimônio e Logística cabe o registro e manutenção das informações acerca dos imóveis de propriedade da Unipampa, junto ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, sejam esses oriundos de aquisição, doação, ou obra. Utiliza-se das informações prestadas pela PROPLAN para alimentar o Portal SPIUNET, regularizando o cadastro dos imóveis (terrenos e benfeitorias), e também para fornecer à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças o relatório necessário ao ajuste das contas patrimoniais referentes a obras em andamento.

À Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura cabe a prestação de todas as informações necessárias à Divisão de Patrimônio sobre os imóveis decorrentes da finalização de obras, a fim de que sejam registrados e mantenham situação de regularidade junto ao SPIUNET. Procederá à adequação do fluxo de tramitação dos processos concluídos (obras futuras), de maneira que seja disponibilizado à Divisão de Patrimônio um relatório com os principais dados referentes à obra

entregue, incluindo informações de localização, informações cadastrais do terreno onde a obra foi construída, área construída, pavimentos, tipo de estrutura, fator KP, denominação do prédio, memorial da benfeitoria, custo/valor total da obra, área total construída, forma de aquisição entre outros.

Distribuição geográfica dos imóveis da União;

Quadro 79 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Rio Grande do Sul/RS	20	20
	Alegrete	4	4
	Bagé	1	1
	Caçapava do Sul	2	2
	Dom Pedrito	2	2
	Itaqui	3	3
	Jaguarão	2	2
	Santana do Livramento	1	1
	São Borja	2	2
	São Gabriel	1	1
	Uruguaiana	2	2
Subtotal Brasil		20	20
EXTERIOR	Não há imóveis no exterior	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Fonte: PROAD/SPIUNET

Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no sistema de registro dos imóveis de uso especial da união spiunet:

Quadro 80 - Imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Com Reformas
			Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	
154359	8507.00051.500-3	3	12.400.376,08	14/10/2009	0,00	-
154359	8507.00053.500-4	-	2.233.801,71	22/04/2010	0,00	-
154359	8507.00055.500-5	-	698.423,27	16/04/2010	0,00	-

154359	8507.00057.500-6	-	1.934.075,32	22/04/2010	0,00	-
154359	8531.00122.500-1	-	25.941.531,20	14/07/2010	0,00	-
154359	8555.00010.500-0	1	7.872.329,56	15/12/2010	0,00	-
154359	8555.00012.500-0	-	675.000,00	16/12/2013	0,00	-
154359	8629.00024.500-3	1	10.266.742,76	15/12/2010	0,00	-
154359	8629.00026.500-4	-	696.961,00	03/01/2012	0,00	-
154359	8713.00038.500-0	-	61.000,00	30/10/2009	0,00	-
154359	8713.00040.500-0	-	9.272.061,84	15/12/2010	0,00	-
154359	8713.00046.500-3	-	350.000,00	17/10/2013	0,00	-
154359	8721.00044.500-3	1	10.154.733,53	15/12/2010	0,00	-
154359	8721.00052.500-7	-	89.741,34	08/04/2011	0,00	-
154359	8845.00069.500-3	3	4.370.070,15	03/05/2007	0,00	-
154359	8863.00053.500-4	1	7.826.448,48	15/12/2010	0,00	-
154359	8863.00063.500-9	-	2.983.531,04	23/10/2012	0,00	-
154359	8869.00036.500-0	1	10.429.034,78	15/12/2010	0,00	-
154359	8951 00129.500-0	-	2.838.281,94	31/03/2011	0,00	-
154359	8951.00097.500-7	1	23.168.422,97	19/01/2009		-
Total						0,00

Fonte: SPIUNET/PROAD

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Quadro 81 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 1

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8721 00044.500-3
	Endereço	Rua Conselheiro Diana, s/nº, Bairro Kennedy, CEP: 96300-000, Jaguarão/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	50.400.407/0001-84
	Nome ou Razão Social	PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico n°. 21/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Jaguarão
	Prazo da Cessão	30/06/2017
	Caracterização do espaço cedido	337 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.400,00 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes - Aquisição de material de consumo - Despesas com passagens - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos).	

Fonte: PROAD

Quadro 82 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 2

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8863.00053.500-4
	Endereço	Rua Alberto Benevenuto n° 3200, Bairro do Passo, CEP 97.670-000, São Borja/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.539.650/0001-84
	Nome ou Razão Social	SERV SUL COMÉRCIO & FABRICAÇÃO LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão eletrônico n°. 20/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus São Borja
	Prazo da Cessão	31/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	371,35 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.258,33 mensais a título de aluguel

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos)

Fonte: PROAD

Quadro 83 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 3

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8507.00051.500-3
	Endereço	Avenida Tiaraju nº 810, Bairro Ibirapuitã, CEP 97456-550, Alegrete-RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.600.920/0002-45
	Nome ou Razão Social	CARLOS EDUARDO WOLSKI & CIA LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 03/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Alegrete
	Prazo da Cessão	21/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	337 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.279,54 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos).	

Fonte: PROAD

Quadro 84 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 4

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8629.00024.500-3
	Endereço	Rua 21 de Abril nº 80, Bairro São Gregório, CEP: 96450-000, Dom Pedrito/RS.
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.258.188/0001-23
	Nome ou Razão Social	MARLUSA ANGELINA ANTONIO – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 03/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Dom Pedrito
	Prazo da Cessão	09/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	389,28 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.143,70 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos)	

Fonte: PROAD

Quadro 85 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 5

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8713.00038.500-0
	Endereço	Rua Luiz Joaquim de Sá Britto, s/n, Bairro: Promorar, cidade Itaqui/RS.
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.323.654/0001-03
	Nome ou Razão Social	JOCELIA D. DALLABRIDA - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico nº. 69/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Itaqui

	Prazo da Cessão	12 meses: 03/11/2016 a 02/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	389,28 m ² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.316,66 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes - Aquisição de material de consumo - Despesas com passagens - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos)

Fonte: PROAD

Quadro 86 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 6

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8869.00036.500-0
	Endereço	Rua Professor Aluizio Barros Macedo, s/nº, BR 290, Bairro Pirai, São Gabriel/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.539.650/0001-84
	Nome ou Razão Social	SERV SUL COMÉRCIO & FABRICAÇÃO LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 02/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus São Gabriel
	Prazo da Cessão	31/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	389,28 m ² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.250,00 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos)
--	---	--

Fonte: PROAD

Quadro 87 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 7

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8531.00122.500-1
	Endereço	Rua Travessa 45, nº 1650, Bairro Malafaia, Bagé/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.930.328/0001-19
	Nome ou Razão Social	TASCETTO E SOUZA LTDA – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 04/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Bagé
	Prazo da Cessão	09/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	389,28 m ² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.814,21 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos).	

Fonte: PROAD

Quadro 88 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 8

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8951.00097.500-7
	Endereço	BR 472, Km 585, Zona rural, Uruguaiana/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.539.650/0001-84
	Nome ou Razão Social	SERV SUL COMÉRCIO & FABRICAÇÃO LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência 05/2015

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Uruguiana
	Prazo da Cessão	23/07/2017
	Caracterização do espaço cedido	222 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.831,88 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos)

Fonte: PROAD

Quadro 89 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 9

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8555.00010.500-0
	Endereço	Av. Pedro Anunciação, nº 111, Vila Batista, cidade CAÇAPAVA DO SUL/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.839.921/0001-10
	Nome ou Razão Social	TERRAÇO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento, preparo e distribuição de refeições
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico nº. 71/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante Universitário Campus Caçapava do Sul
	Prazo da Cessão	26/10/2017
	Caracterização do espaço cedido	389,28 m² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.293,33 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio somente das despesas de água, saneamento e energia, com recolhimento via GRU baseado na leitura de medidores de controle (internos).

Fonte: PROAD

Quadro 90 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 10

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8531.00122.500-1
	Endereço	Avenida Maria Anunciação Gomes de Godoy, nº1650, Bairro Malafaia, Bagé/RS – CEP: 96413-172
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF
	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso 01/2016
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de 01 (um) Terminal de Atendimento Eletrônico e de Pontos de Pares Físicos de Linhas Telefônicas para prestação de serviços específicos (consultas, pagamentos, transferências e saques) à Comunidade Universitária.
	Prazo da Cessão	24 meses: 21/01/2017 a 20/01/2018
	Caracterização do espaço cedido	2,5 m ² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas.

Fonte: PROAD

Quadro 91 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ – Imóvel 11

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8507 00051.500-3
	Endereço	Pavimento Térreo do Campus Alegrete, na Avenida Tiaraju, nº 810, Bairro Ibirapuitã, Alegrete/RS.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0144-94
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A – AGÊNCIA ALEGRETE/RS

	Atividade ou Ramo de Atuação	Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso 01/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de 01 (um) Terminal de Atendimento Eletrônico e de Pontos de Pares Físicos de Linhas Telefônicas para prestação de serviços específicos (consultas, pagamentos, transferências e saques) à Comunidade Universitária.
	Prazo da Cessão	09/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	5 m ² de área cedida
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 376,29 mensais a título de aluguel
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta contábil: 4.1.2.1.5.30-00 – Taxa de Ocupação de Outros Imóveis UG: 154359 Cód. Recolhimento via GRU: 28804-7
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	- Pagamento de auxílios financeiros a estudantes; - Aquisição de material de consumo; - Despesas com passagens; - Contratação de serviços de Pessoas Jurídicas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas.

Fonte: PROAD

O controle ou Gestão Patrimonial dos bens imóveis da Universidade são contemplados pelas atribuições da Divisão de Patrimônio da Coordenadoria de Material, Patrimônio e Logística da Pró-Reitoria de Administração. A referida Divisão conta com uma equipe de três servidores responsáveis, dentre outras tarefas, pela gestão e controle de todos os bens móveis e imóveis da Instituição.

Dessa forma, os controles referentes aos bens imóveis têm sido revistos e acompanhados continuamente pela equipe, e foram adotadas as medidas para a qualidade e completude das informações registradas no SPIUNET, possibilitando constantemente a atualização das informações cadastrais e valores dos bens.

Dentro dos Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP's) principais, são cadastrados e organizados diversos RIP's de utilizações correspondentes a benfeitorias e demais obras concluídas em suas Unidades Universitárias, permitindo a regularização das informações contábeis correspondentes a cada utilização.

No exercício de 2016, foi estabelecida a organização e o planejamento para o procedimento de reavaliação dos imóveis. A Divisão de Patrimônio repassou as informações necessárias para tal processo a partir dos dados adquiridos por meio do Inventário Patrimonial de Bens Imóveis, realizado na Instituição entre os meses de agosto e outubro de 2016.

Para o exercício de 2017, tem-se como objetivo continuar aprimorando os controles e as rotinas relacionadas à gestão imobiliária, consolidando-se as rotinas de registro e atualização das

informações cadastrais e contábeis.

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Quanto a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União a UNIPAMPA prevê os seguintes fluxos e procedimentos, conforme o Manual de Patrimônio da Universidade, disponibilizado através do link:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cmp/files/2016/06/Manual-de-Patrimonio-Junho-2016.pdf>

Os procedimentos de avaliação e reavaliação dos bens imóveis da Universidade seguirão o que determina a Portaria Conjunta nº 703/2014/STN/SPU, e serão executados através do seguinte fluxo:

1º Por meio dos agentes públicos capacitados designados pela PROPLAN, todos os imóveis com data anterior à publicação da Portaria Conjunta nº 703/2014/STN/SPU, de 10 de dezembro de 2014, já lançados no sistema SPIUNET, deverão ser avaliados respeitando-se o prazo de cinco anos da data de publicação da normativa, do mais antigo para o mais recente;

2º Os bens imóveis lançados no sistema SPIUNET em data posterior àquela da publicação da Portaria Conjunta nº 703/2014/STN/SPU, deverão ser avaliados e reavaliados em ordem cronológica de lançamento;

3º Tendo sido iniciado o Processo Administrativo de avaliação ou reavaliação do imóvel, os agentes responsáveis terão 180 dias para a conclusão do procedimento.

4º A avaliação ou reavaliação concluída e registrada no sistema SPIUNET pela Divisão de Patrimônio terá validade de até 05 anos, de maneira que sejam novamente reavaliados pelos agentes responsáveis, sistematicamente, respeitando-se este limite de expiração.

5º À Divisão de Patrimônio caberá fornecer à PROPLAN o relatório dos bens imóveis cadastrados no sistema SPIUNET tanto para a primeira avaliação quanto para as reavaliações futuras, regularmente. Além disso, caberá também aplicar o cálculo da depreciação de acordo com o Capítulo III da Portaria Conjunta nº 703/2014/STN/SPU, individualmente, após as avaliações e reavaliações, e repassá-las formalmente à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF) para registro.

6º À PROPLAN, através de seus agentes designados, caberá à organização das demandas de avaliação e reavaliação por ordem de prioridade, considerando o caráter cronológico, e o desenvolvimento/aplicação dos procedimentos em si, através de Processo Administrativo.

As despesas com manutenção de imóveis em 2016 foram de R\$ 6.644.503,63. Os registros contábeis relativos a estas despesas estão contabilizados nos elementos de despesa 33903916, 33903024, 33903026 e no elemento de despesa 3339037 relativos as despesas do contrato de manutenção nº 43/2015.

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Ressalta-se que, na Universidade, ainda não foram implementados os procedimentos que visam o controle e a gestão de riscos.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Dependendo das condições preestabelecidas e da finalidade do ato, serão admitidas na Unipampa as modalidades de concessão de uso e permissão de uso dos bens de domínio público de uso especial, desde que devidamente apreciadas pela Procuradoria Federal da Universidade e mediante decisão favorável da autoridade máxima da Instituição, obedecidas todas as exigências legais à sua consecução.

I – A concessão de uso consiste no contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica. Pode ser remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, mas deverá ser sempre precedida de autorização legal e, normalmente, de licitação para o contrato.

II – A permissão de uso consiste no ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público. Como ato negocial, pode ser com ou sem condições, gratuito ou remunerado, por tempo certo, conforme estabelecido no termo próprio, mas sempre modificável e revogável unilateralmente pela Administração, quando o interesse público o exigir.

Os atos para a formalização das modalidades de uso dos bens ou espaços públicos já descritos deverão obedecer ao seguinte fluxo:

- a) Formulação detalhada da proposta pela Unidade requerente, justificando a necessidade da pactuação e sua finalidade.
- b) Registro de parecer da Administração da Unidade sobre a proposta de concessão ou permissão de uso.
- c) Encaminhamento da proposta, parecer da Administração local e rol das condições da formalização à Divisão de Patrimônio para abertura de Processo Administrativo.
- d) Registro do Processo em ferramentas de controle próprias da Divisão de Patrimônio, para monitoramento.
- e) Encaminhamento dos autos à Divisão de Contratos da Coordenadoria de Contratos e Licitações, para a elaboração da minuta do Termo de Permissão ou Concessão de Uso.
- f) Tramitação do Processo Administrativo ao Gabinete da Pró- Reitoria de Administração para apreciação e posterior encaminhamento à Procuradoria Federal para parecer.
- g) Submissão do pleito ao Gabinete da Reitoria para autorização, em não havendo necessidade de correções e mediante opinião pela regularidade do ato pelo órgão jurídico.

Quadro 92 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Convênio) – Imóvel

1

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8721 00044.500-3
	Endereço	Sala nº 310 localizada no Bloco Acadêmico e Sala nº 409 localizada no Bloco Administrativo do Campus Jaguarão. Rua Conselheiro Diana, nº 650, Jaguarão/RS - Cep: 96300-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.729.992/0001-46
	Nome ou Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul
	Atividade ou Ramo de Atuação	Educação

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Partilhar espaço físico a fim de dar início ao período letivo da turma do curso de Técnico em Edificações do IFSul.
	Prazo da Cessão	03/07/2015 até 31/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	Sala nº 310 localizada no Bloco Acadêmico e Sala nº 409 localizada no Bloco Administrativo do <i>Campus</i> Jaguarão.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão de uso a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: PROAD

Quadro 93 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ (Convênio) – Imóvel

2

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8845.00069.500-3
	Endereço	Sala nº 13 localizada no Subsolo 1, denominado ala 1 do complexo acadêmico do Campus Santana do Livramento da Unipampa Rua Rua Barão do Triunfo, 1048 - Santana do Livramento - RS - CEP: 97573-634
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.757.119/0001-92
	Nome ou Razão Social	Upgrade- Consultoria JR
	Atividade ou Ramo de Atuação	Consultoria em Administração
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Partilhar espaço físico
	Prazo da Cessão	16/03/2016 a 16/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	Sala nº 13, que tem 29,63 m ² , localizada no Subsolo 1, denominado ala 1 do complexo acadêmico do <i>Campus</i> Santana do Livramento da Unipampa
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Termo de Permissão de uso a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
--	---	---

Fonte: PROPLAN

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 94 - Quantitativo de imóveis locados

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ		Finalidade da Locação
		Exercício 2016	Exercício 2015	
BRASIL	Rio Grande do Sul	9	9	-
	Bagé (Reitoria)	3	4	<u>Contrato 09/2010</u> – Instalações da Reitoria – Prédio II; <u>Contrato 18/2011</u> – Instalações da Reitoria – Prédio I; <u>Contrato 32/2012</u> – Instalações da Reitoria – Prédio III; <u>Contrato 05/2013</u> – Instalações do Almojarifado Central.
	São Gabriel	2	2	<u>Contrato 04/2011</u> – Utilização para salas de aula. <u>Contrato 67/2011</u> – Utilização para atividades administrativas do <i>Campus</i> .
	Santana do Livramento	1	1	<u>Contrato 06/2013</u> – Utilização para moradia estudantil.
	Itaqui	3	2	<u>Contrato 64/2013</u> – Instalações do Almojarifado do <i>Campus</i> . <u>Contrato 17/2015</u> – Locação de Salas para docentes.
Subtotal Brasil				-
EXTERIOR	Não há	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0	-
Total (Brasil + Exterior)		9	9	-

Fonte: PROAD

Quadro 95 - Qualitativo de imóveis locados

Número do Contrato	Objeto	Cidade do Imóvel	Locador	Área Construída do imóvel	Valor Mensal	Vencimento
09/2010	Locação Reitoria - Monsenhor Constâbile Hipólito/125	Bagé/RS	Assoc. dos Freis Capuchinhos do RS	1.000 m ²	R\$ 8.296,54	02/02/2017
04/2011	Locação Salas São Gabriel - Rua Antônio Trilha/1847	São Gabriel/RS	Paulo Cesar S Lederes	1.406,29 m ²	R\$ 17.019,19	31/12/2016

18/2011	Locação Reitoria - General Osório/900***	Bagé/RS	Circulo Militar de Bagé	1.073,70m ²	R\$ 13.000,00	11/07/2017
67/2011	Locação Salas São Gabriel - Rua Antônio Trilha/1847	São Gabriel/RS	Paulo Cesar S Lederes	345,68 m ²	R\$ 8.233,34	30/11/2017
32/2012	Locação Reitoria - General Osório/1139	Bagé/RS	Eduardo J. Kalil	900m ²	R\$ 11.228,34	06/12/2017
06/2013	Locação Moradia Estudantil Livramento - Rua dos Andradas/1021 (prédio principal); Rua Thomaz Albornoz/749 (prédio anexo)	Santana do Livramento/RS	Sociedade Internacional de Auxílio aos Necessitados	Imóvel principal com 1.160,20 m ² Imóvel anexo com 309 m ² , terraço com aproximadamente 155,00m ² e pátio com área aproximada de 470,00 m ²	R\$ 6.710,23	19/03/2017
64/2013	Locação Almoarifado Itaqui - Rua Bento Gonçalves/1207	Itaqui/RS	Brair Imóveis	612,67 m ²	R\$ 8.022,50	16/12/2016
17/2015	Locação sala para Docentes	Itaqui/RS		263 m ²	R\$ 3.550,00	02/03/2017
13/2016	Locação Campus Itaqui – Salas ²	Itaqui/RS	Angelo Celestino Flain Petrini Júnior	Salas Docentes, almoarifado, secretaria administrativa, garagem 816,54 m ²	R\$ 7.700,00	09/11/2017

Fonte: PROAD

A necessidade de locação de imóveis pela Unipampa, principalmente para as instalações da Reitoria, dá-se em função da indisponibilidade de imóveis de propriedade da União até o momento, que supririam essa demanda.

Ainda, mediante a disponibilidade orçamentária e financeira, admite-se pela Administração Superior a possibilidade de construção de instalações adequadas ao suprimento dos setores que hoje necessitam de imóveis locados para sua operação.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Descrição do Plano Estratégico de TI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tem como objetivo servir como instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) aplicados no atendimento das necessidades de informação e comunicação da Universidade, auxiliando no alcance dos objetivos e metas institucionais.

A elaboração desse plano possui como fatores motivacionais:

- Dar visibilidade sobre a importância do papel e da atuação da área de TI e o seu valor agregado para a organização;
- Fornecer uma visão completa do ambiente de TI da Unipampa;
- Otimizar o retorno dos investimentos na área de TI da Unipampa;

- Cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia de Governança Digital (EGD);
- Planejar e contratar em conformidade com a Instrução Normativa nº 04/2014-STI.

Esse PDTIC abrange todas as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade, no período de 2017 a 2019, organizando seus objetivos, metas e ações em quatro eixos: Governança, Infraestrutura, Segurança e Sistemas.

O plano visa permitir a instauração de um processo de melhoria continuada em TI para os itens de hardware, software, organização administrativa, processos de trabalho, investimentos e gestão de pessoas, além de apontar soluções para os problemas atuais identificados.

A Tecnologia da Informação progressivamente permeia os mais variados serviços e processos da Instituição. Sua importância se torna ainda mais evidente com a publicação pelo Governo Federal da Estratégia de Governança Digital, que insere a TI em outro patamar na Administração Pública Federal. Ainda, considerando a situação econômica atual, torna-se absolutamente indispensável um planejamento estratégico de TI cada vez mais alinhado aos objetivos e interesses institucionais.

Além das estratégias governamentais e institucionais, procurou-se atender às leis, normativas pertinentes, melhores práticas da área e recomendações de órgãos de controle. Uma vez formalizado, o PDTIC 2017-2019 deverá se constituir num importante instrumento de gestão e norteador de decisões cotidianas.

Entre as definições e projeções do PDTIC, destacam-se aquelas que compartilham objetivos específicos com o PDI, como por exemplo, aderência a padrões de governo e às boas práticas de governança; assegurar a conformidade de TIC com leis, regulamentos e contratos; otimizar infraestrutura e recursos de TIC; satisfação dos usuários; pesquisa e avaliação de soluções e alternativas tecnológicas junto a outras instituições, fornecedores e fabricantes; e observar a disponibilidade de recursos orçamentários e recursos humanos.

5.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.

O Conselho Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) é o órgão com competências normativas, deliberativas e consultivas sobre a Política Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação na Universidade, de acordo com as diretrizes da Universidade. Foi criado por meio da Resolução nº 19, de 25 de novembro 2010. Essa resolução define que a estrutura do Conselho é composta por cinco servidores docentes, cinco servidores técnico-administrativos e dois representantes discentes, todos da Unipampa. A formação de 2016, conforme Portaria nº 1256/2016:

Presidente

Pierre Correa Martin – Presidente

Campus Alegrete

Titular: Andrea Sabedra Bordin - Docente

Suplente: Diego Luis Kreutz - Docente

Campus Bagé

Titular Marcos Lopes de Souza – TAE

Suplente: Cristiano Fialho Marques - TAE

Titular: Tulio Pereira Bitencourt – Discente

Suplente: Eduardo Klein Pandolfo - Discente

Campus Caçapava do Sul

Titular: José Rafael Bordin – Docente

Suplente: Marcus Vinícius Aparecido Gomes de Lima - Docente

Titular: Barbara Victoria Reffatti Andrade – Discente

Suplente: Juscelino Kubstcheque Hércules Wábes - Discente

Campus Dom Pedrito

Titular: Isadora Martins dos Santos – TAE

Suplente: Rafael Moura Pivetta - TAE

Campus Itaqui

Titular: Marcos Dias Fagundes – TAE

Campus Jaguarão

Titular: Camila Gonçalves dos Santos do Canto – Docente

Campus Santana do Livramento

Titular: Rafael Machado Amorim – TAE

Suplente: Wagner Vielmo de Campos – TAE

Campus São Borja

Titular: Marco Antonio Bonito – Docente

Campus São Gabriel

Titular: Melise Peruchini – TAE

Suplente: Luís Eduardo Vieira – TAE

Campus Uruguiana

Sem indicação.

Número de reuniões realizadas pelo CGTIC em 2016: 3

Principais decisões tomadas:

Definição da equipe e forma de trabalho da construção do PDTIC 2017-2019 (aprovação por unanimidade);

Aprovações parciais do plano de trabalho e demais etapas do PDTIC 2017-2019;

Alteração na frequência de alteração de senha de 6 meses para 1 ano e manutenção de requisitos para exigência de senha forte;

Aprovação da versão final do PDTIC 2017-2019.

5.3.3 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2016 a Unipampa trabalhou na construção do seu PDTIC 2017-2019, as capacitações foram planejadas levando em consideração as capacitações não realizadas ou que não estavam previstas no plano de desenvolvimento de pessoal do PDTIC anterior (2011-2015), às necessidades elencadas para o ano de 2016 pelos gestores da DTIC e a distribuição de recursos orçamentários, buscando manter o máximo possível de pessoal qualificado, respeitando às necessidades da Instituição.

No quadro seguinte, constam os treinamentos efetivamente realizados no período de 2016.

Quadro 96 - Treinamentos efetivamente realizados em 2016

Servidor	Tipo De Evento	Tema	Custo Total
Ana Adelina Venquiaruto Ferreira	Curso	Planejamento E Contratação De Serviços De Ti	R\$0,00
Charles Rodrigues Bastos	Seminário	Teltec Day - Workshop De Soluções De Ti	R\$67,68
Diones Antônio Hohemberger	Curso	Scdp - Versão 2.9.10 - Básico	R\$380,40
Fernando Della Flora	Seminário	Workshop Pop-Rs	R\$489,36
Guilherme Da Costa Souza	Curso	Phonegap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Jairton Cortelini Dorneles	Curso	Phonegap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Jean Samarone Almeida Ferreira	Seminário	17º Fórum Internacional De Software Livre	R\$1.267,52
Jeferson Farias Lemes	Curso	Planejamento E Contratação De Serviços De Ti	R\$0,00
Jeferson Farias Lemes	Seminário	Fórum Rnp 2016	R\$248,90
Jorge Alberto Messa Menezes Junior	Seminário	34º Seminário De Extensão Universitária Da Região Sul-Seurs	R\$713,22
Júlio César De Carvalho Lopes	Curso	Planejamento E Contratação De Serviços De Ti	R\$0,00
Leonardo Matthis Fischer	Seminário	Teltec Day - Workshop De Soluções De Ti	R\$67,68
Luciano De Pelegrini Lopes	Seminário	Teltec Day - Workshop De Soluções De Ti	R\$67,68
Luciano Pereira De Vargas	Curso	Planejamento E Projeto De Infraestrutura Para Datacenter Governança De Ti	R\$2.999,98
Luciano Pereira De Vargas	Curso	Controles Internos, Gestão De Riscos E Governança	R\$223,86
Luciano Pereira De Vargas	Seminário	I Fórum De Cidades Digitais	R\$67,68
Luis Guilherme Pires Moura	Curso	Phonegap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Luis Guilherme Pires Moura	Curso	Teste De Invasão De Aplicações Web Segurança	R\$1.591,30
Luiz Mario Lopes Moraes	Curso	Teste De Invasão De Aplicações Web Segurança	R\$1.365,60
Mauricio Martinuzzi Fiorenza	Curso	Pfsense Advanced	R\$960,00
Mauricio Martinuzzi Fiorenza	Seminário	X Workshop De Tecnologia De Informação E Comunicação Das Instituições Federais De Ensino Superior	R\$776,22
Pedro Conrad Junior	Curso	Phonegap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Pierre Correa Martin	Seminário	Workshop Pop-Rs	R\$339,06
Pierre Correa Martin	Seminário	X Workshop De Tecnologia De Informação E Comunicação Das Instituições Federais De Ensino Superior	R\$751,97
Pierre Correa Martin	Seminário	Fórum Rnp 2016	R\$4.063,62
Pierre Correa Martin	Seminário	8º Siepe Unipampa	R\$656,97
Reinaldo Rediess Ribeiro	Seminário	Teltec Day - Workshop De Soluções De Ti	R\$67,68

Ricardo De Oliveira Dora	Curso	Phoneyap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Robson Romario De Oliveira Gonçalves	Curso	Planejamento E Contratação De Serviços De Ti	R\$0,00
Robson Romario De Oliveira Gonçalves	Curso	Controles Internos, Gestão De Riscos E Governança	R\$223,86
Robson Romario De Oliveira Gonçalves	Seminário	Workshop Pop-Rs	R\$489,36
Robson Romario De Oliveira Gonçalves	Seminário	8º Siepe Unipampa	R\$380,04
Rogério Campodonico Bene	Curso	Phoneyap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Sergio Bortolin Junior	Curso	Phoneyap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Thiarles Soares Medeiros	Curso	Phoneyap - Apache Cordova Mobile Framework	R\$144,90
Thiarles Soares Medeiros	Seminário	X Workshop De Tecnologia De Informação E Comunicação Das Instituições Federais De Ensino Superior	R\$776,22

Fonte: DTIC

5.3.4 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

A seguir, é apresentada a força de trabalho de TI distribuída entre os campi e o DTIC, além de cargos administrativos atuando diretamente na área de TI.

Servidores efetivos da carreira de TI da unidade: 90

Servidores efetivos de outras carreiras da unidade: 7

Estagiários: 3

5.3.5 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

Os projetos foram gerenciados pelo corpo diretivo da DTIC por meio do uso da ferramenta livre Redmine. Através de uma interação simples para cadastro e acompanhamento da evolução das tarefas de um projeto foi alcançada agilidade no controle de produtividade.

5.3.6 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

No anexo 8, consta o quadro dos projetos desenvolvidos no período.

5.3.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Seguindo as disposições da Instrução Normativa 04/2014-SLTI/MP, é analisado continuamente alternativas, inclusive gratuitas, para atender as demandas institucionais. Em serviços de rede e infraestrutura, algumas das contratações possuem treinamento incluído no processo de implantação. Em tarefas estratégicas à Instituição, são analisadas alternativas de capacitações específicas para fiscalização ou até mesmo admissão do serviço pelo núcleo. Na área de sistemas, quando não há opções que atendam os usuários faz-se o levantamento de requisitos mais detalhado e análise do tempo para desenvolvimento. Somente quando o tempo demandado para a execução plena do projeto esteja além do prazo aceitável, é buscada uma solução proprietária no mercado. No ano de 2016, não houve compra de nenhum sistema de informação.

Além disso, projeta a substituição de softwares proprietários para softwares livres ou desenvolvidos na Instituição, vide sistema de conferência web cuja alternativa livre Mconf foi instalada e configurada, visando atender às necessidades da Instituição em detrimento do uso do software proprietário Adobe Connect.

Outra ação da unidade é o processo de migração das funcionalidades acadêmicas e administrativas do sistema SIE (Sistema de Informações para o Ensino) para o sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) desenvolvido internamente respeitando os processos e as particularidades da Universidade, visando à qualidade e à satisfação da comunidade acadêmica.

5.3.8 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação que tratam dos dados acadêmicos e administrativos na Unipampa são SIE e GURI. O SIE contempla informações de cadastro de alunos, disciplinas, cursos e as demais que envolvem o processo de matrícula e acompanhamento do discente dentro da Universidade. Contempla também o módulo de Biblioteca e gestão de recursos humanos.

A coordenadoria responsável pelo suporte de primeiro nível ao usuário é a Coordenadoria de Apoio ao Usuário, caso sejam necessárias adaptações aos sistemas, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas atua em conjunto.

O sistema GURI possui diversos módulos que, integrados ao SIE, ampliam a oferta de serviços aos servidores. É composto por: Protocolo, que possibilita o trâmite de processos e documentos entre servidores ou setores; Frotas, que permite solicitação e aprovação da chefia para deslocamentos, painel de viagem e veículos para que servidores possam aproveitar viagens já programadas em um sistema de carona, diminuindo assim custos; Assistência Estudantil, com cadastro de programas de benefícios, inscrição de alunos e agendamento de entrevistas; Patrimônio, que controla todo o contingente de bens permanentes; Plano de Trabalho, em que o servidor insere suas atividades e a chefia avalia tanto o planejamento quanto o desempenho do servidor; Eventos, cadastro e inscrição de eventos, distribuição de trabalhos entre avaliadores e geração de e-books; Extrator de Dados Institucionais, módulo que auxilia na construção de relatórios que necessitam de várias bases de dados para consulta; Portal do Professor, registro de planos de ensino e diário de classe, registro de atuação docente e de orientações; Processo Seletivo, cadastro de processos sincronizados ao SIE, inscrição de alunos, homologação de inscrição, atendendo ao processo do SISU com envio de e-mail parametrizável por processo seletivo; Restaurante Universitário, registro de restaurantes e refeições; Ouvidoria; Identificação Institucional, alunos e servidores podem inserir no sistema as fotos que constarão em seu documento institucional; Relatórios, permite o desenvolvimento de relatórios dinâmicos; Pedido de Livros, controle dos pedidos de livros realizados para cada biblioteca dos campi. Pedido de Vacância/Exoneração, elaboração e avaliação dos pedidos de vacância e exoneração dos servidores da Universidade. Orçamento, controle do orçamento anual dos campi da Universidade; Espaço Físico, contempla o cadastro de terrenos, prédios e salas; Pedido de compras; Contratos; Contratos Terceirizados; Consultoria Jurídica; Ficha Catalográfica, em que o próprio aluno gera a ficha com os dados do seu trabalho; Usuários Externos e módulo de Segurança, que trata dos grupos de usuários e permissões. Em 2016, foram liberados novos módulos, tais como: Pagamento de Bolsas, Convênios, Registro de Entrada de Pessoas, Avaliação de Estágio Probatório, Auditoria

e Catálogo de serviços. Está em fase de validação de requisitos o módulo que tratará dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Outros sistemas ajudam nos processos diários de trabalho. São eles: CUSCo, que permite pesquisa e gerência dos ramais VoIP (voz sobre IP/Voice over Internet Protocol) da Universidade; Sistema de Chamados, em que os servidores solicitam suporte para sistemas; Chamados de Manutenção; SIPPEE, que controla os projetos de ensino, pesquisa e extensão; Sistema de Web Conferência, um ambiente virtual de reuniões; entre outros.

Cabe ressaltar que alguns Sistemas Institucionais como o SIE, SGI (Sistema de Gerenciamento de Impressão - PaperCut) e Adobe Connect (Webconferência) foram adquiridos mas não possuem custos de manutenção. Os demais sistemas são baseados em softwares livres ou foram desenvolvidos internamente, os quais, não geram qualquer custo extra para a Instituição (contratos com empresas) além da manutenção da infraestrutura básica para funcionamento.

Análise de Riscos

Para realizar a análise de riscos referentes a infraestrutura e sistemas institucionais da Universidade Federal do Pampa, foi utilizada a metodologia de Análise Preliminar de Perigo (Preliminary Hazard Analysis - PHA), que é uma técnica estruturada que tem por objetivo identificar os perigos presentes numa instalação, que podem ser ocasionados por eventos indesejáveis.

Esta metodologia examina as maneiras pelas quais a energia, materiais, equipamentos ou acessos envolvidos podem ser liberados ou interrompidos de forma descontrolada. Envolve a avaliação qualitativa dos riscos associados, identificando-se, aqueles que requerem priorização, além da proposição de medidas preventivas e/ou mitigadoras dos riscos a fim de eliminar ou reduzir as causas dos riscos identificados.

O escopo abrange eventos cujos desdobramentos representam perigos ou ameaças às atividades finalísticas da instituição, cujas causas tenham origem na instalação analisada, englobando tanto falhas de componentes quanto de sistemas. O grau de risco é determinado por uma matriz de risco gerada por profissionais com maior experiência na unidade orientada pelos técnicos que aplicam a análise.

Como resultado das análises, identificamos os seguintes riscos para a área de Tecnologia da Informação da Universidade:

Gerador de Energia

- Histórico de falhas em momentos críticos
- Não monitora atividade/falhas
- Interrupções de energia em momentos críticos
- Inadequado para uso em salas de data center

No-breaks

- Histórico de falhas em momentos críticos
- Não monitoram atividade/falhas
- Falhas inesperadas e imprevisíveis
- Insuficientes para suprir a demanda

Condicionador de ar

- Aparelhos altamente desgastados

Inadequados para data center (uso doméstico)
 Abaixo do dimensionamento recomendado
 Incidência de falhas recorrentes
 Não permitem monitoramento

Local físico

Sem controle de acesso
 Suscetível a invasões ou vandalismos
 Sem proteção/alarme contra sinistros
 Sem proteção contra partículas em suspensão
 Sem proteção contra superaquecimento
 Instalações elétricas inadequadas
 Não monitora consumo de energia
 Inadequado para missão crítica

Servidores de rede

Desempenho inferior ao necessário
 Ausência de peças de reposição
 Iminência de paradas imprevisíveis
 Sem possibilidade de manutenção corretiva
 Atingido fim da vida útil

Licenças de Software

Sem possibilidade de upgrade, suporte, atualização
 Manutenção do SIE comprometida a partir de 2017
 Paralisação dos computadores (desktops/servers)
 Paralisação da rede wireless institucional
 Instabilidade na Segurança da Informação

Sistemas Institucionais

Paralisação do SIE (matrículas, RH, portais, biblioteca)
 Paralisação do GURI (frotas, tramite de documentos, férias, folha ponto, plano de ensino, diário de classe, secretaria acadêmica, etc).

Quadro 97 - Quadro com os principais sistemas de informação da Universidade

Sistema	Áreas responsáveis (técnica)	Áreas responsáveis (negócio)	Criticidade para a Instituição
SIE (Sistema de Informações para o Ensino)	DTIC: CAU/CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Biblioteca Papéis: Pró-Reitores, Coordenadores e Chefes de Divisão	Sistema extremamente crítico, pois junto com GURI armazena informações acadêmicas e administrativas da Instituição.
GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)	DTIC: CAU/CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	Pró-Reitorias, Campi e setores administrativos e acadêmicos Papéis: Pró-Reitores,	Sistema extremamente crítico, pois junto com SIE armazena informações acadêmicas e administrativas da

		Coordenadores e Chefes de Divisão	Instituição.
SIPPEE (Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão)	Responsável: servidor Bruno Martinato de Barros	Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Pró-Reitoria de Extensão. Papéis: Pró-Reitores	Sistema muito importante, pois gerencia projetos de ensino, pesquisa e extensão
SGL (Sistema Gerenciador de Listas de E-mails)	DTIC: CAU/CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	DTIC Papéis: Diretor	Sistema para gerenciar lista de e-mails (pouco crítico)
Licitações	DTIC: CAU/CODEV Papéis: Diretor e Coordenadores	Pró-Reitoria de Administração Papéis: Pró-Reitor	Sistema importante pois gerencia a publicação e ações referentes às licitações da Instituição
SGI (Sistema de Gerenciamento de Impressão - PaperCut)	DTIC: CORIS Papéis: Diretor e Coordenador	DTIC e Gabinete da Reitoria Papéis: Diretor, Reitor e Vice-Reitor	Sistema muito importante para aplicação
GAUCHA (Gestão Administrativa e Unificada de Chamados)	DTIC: CORIS/CODEV Papéis: Diretor e Coordenador	DTIC: CORIS, PROGRAD Papéis: Pró-Reitor, Diretor e Coordenador	Sistema muito importante, baseado no software livre GLPI e utilizado para gerenciar os chamados para as áreas de TI e Pró-Reitoria de Graduação da Instituição
SGCE (Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos)	DTIC: CAU/CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenador	Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, NUDEPE Papéis: Pró-Reitores, Diretores e Coordenadores	Sistema muito importante, utilizado para emitir certificados eletrônicos, resultando em economicidade. Software disponibilizado no Portal do Software Público.
CUSCo (Central Unificada de Sistemas de Comunicação)	DTIC: CAU/CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	DTIC: CAU/CODEV Papéis: Diretor e Coordenadores	Sistema importante utilizado para gerenciar informações referentes à comunicação (webconferência e vídeoconferência) e telefonia na Instituição
Mantis	DTIC: CODEV/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	DTIC: CAU/CODEV Papéis: Diretor e Coordenador	Sistema importante pois auxilia no gerenciamento de requisitos e problemas relatados nos sistemas Institucionais

Terminal Restaurante Universitário	DTIC: CAU/CODEV/STIC Papéis: Diretor e Coordenadores	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil Papéis: Pró-Reitores	Sistema muito importante para gerenciar o controle de acesso aos restaurantes universitários
MConf	DTIC: CAU/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	DTIC: CAU/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	Sistema muito importante, pois possibilita a realização de webconferências e consequentemente a redução nos custos de deslocamentos de servidores.
Adobe Connect	DTIC: CAU/CORIS Papéis: Diretor e Coordenadores	DTIC: CAU Papéis: Diretor e Coordenadores	Sistema muito importante, pois permite a comunicação entre os campi.

Fonte: DTIC

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), aprovado pelo Conselho Universitário por meio da Resolução nº 141, de 30 de junho de 2016, estabelece a Política de Gestão Ambiental e Sustentável no âmbito da Universidade.

O documento elaborado pela Comissão Especial de Elaboração do Plano de Logística Sustentável visa estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade.

Além disso, recentemente constituiu-se um grupo de trabalho para pensar as ações que se desdobram dos programas e iniciativas de sustentabilidade propostas pelo plano, nas áreas de gestão de recursos e gasto público considerando-se os atributos de sustentabilidade, aprimoramento das estruturas e serviços das edificações e compras públicas.

A Universidade já vem adotando parcialmente em suas compras a prática de incluir critérios de sustentabilidade, assim como na contratação de serviços. A mesma preocupação se faz presente quanto aos procedimentos relacionados ao mais correto desfazimento dos materiais inservíveis para a instituição, por exemplo. Contudo, é objetivo aprofundar ainda mais as diretrizes que compõem o PLS e de forma prática construir as práticas que reflitam cada vez mais a sustentabilidade na Instituição.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

A Universidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006;

A Unipampa possui programa de coleta seletiva com implantação desde 2009, abrangendo todas as unidades.

O programa prevê a separação entre materiais orgânicos e recicláveis pelos membros da comunidade. O material reciclável é armazenado provisoriamente e recolhido pelas associações de catadores, devidamente regulamentadas ou empresas concessionárias das prefeituras que as destinam a essas associações.

Quanto ao material oriundo dos laboratórios, a Coordenadoria responsável por essa área informa que para 2017 inserirá esses itens na nova licitação, incluindo toners de impressoras. Em 2016, não foi realizada esse tipo de coleta em virtude de que a empresa licitada no primeiro contrato não previa esse tipo de material.

Quanto ao descarte de lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias e cartuchos, estes encontram-se em processo de encaminhamento por meio de contratação e/ou convênio, dependendo da situação.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 ou norma equivalente;

A Universidade, visando os critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade propostos pelo Decreto nº 7.746/2012, por meio das Divisões de Almoxarifado, que gerencia a aquisição de itens comuns às Unidades Universitárias, e Divisão de Serviços Terceirizados, que administra a contratação de serviços terceirizados também para toda a instituição, ambos departamentos da Pró-Reitoria de Administração, buscam sempre fazer constar em seus instrumentos de aquisição de bens e contratação de serviços, cláusulas de sustentabilidade como a inclusão do item Responsabilidade Ambiental, também em atenção à Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (2014), modelos base para a definição dos referidos critérios na instituição.

A utilização desses modelos visa garantir pelo menos a certificação ambiental dos produtos, sempre que possível, assim como assegurar que em alguma das etapas de sua cadeia produtiva sejam utilizados materiais reciclados.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746/2012;

- I. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012;
 - A constituição da comissão gestora do PLS foi instituída pela Portaria nº 932, de 19 de maio de 2016, do Gabinete da Reitoria.
http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2017/02/Portaria_932-2016_Comiss%C3%A3o_Plano_Gest%C3%A3o_de_Log%C3%ADstica_Sustent%C3%A1vel.pdf
- II. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012;
 - O Plano de Gestão e Logística Sustentável está em conformidade com o art. 9º.
- III. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

A Res. 141_2016 – Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) está publicada no site da Universidade em:

http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2017/02/141_2016-Plano-de-Gest%C3%A3o-de-log%C3%ADstica-sustent%C3%A1vel.pdf

- IV. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Ainda não há.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

A Instituição é ciente da necessidade de aprofundar-se e consolidar as práticas de sustentabilidade previstas em seu Plano de Gestão da Logística Sustentável (PLS) e outras definidas pelos instrumentos legais vigentes que norteiam a atuação da Administração Pública nesse sentido.

As iniciativas adotadas são importantes e abrem caminho para difusão de uma cultura de sustentabilidade nas mais diversas áreas.

É objetivo da instituição a definição de metas claras e exequíveis que gerem resultados ainda maiores e concretos no que tange ao tema, norteadas pelo PLS desde sua aprovação.

O plano é um marco inicial nesse assunto e deixa claro sobre a necessidade da constante revisão e atualização em virtude de tecnologias que serão, ao longo do tempo, adotadas no país.

Ao longo de 2016, os órgãos governamentais tiveram um grande desafio, pois com a redução considerável no repasse de recursos para realizar a manutenção operacional das unidades, houve enorme pressão no sentido de rediscutir os custos envolvidos em todo o processo. Debates e ações acerca de assuntos contidos no Plano de Logística Sustentável foram realizados ao longo do ano:

Meta - Energia Elétrica: o consumo de energia é hoje, sem dúvida, o maior insumo institucional, considerando o número de obras em execução, que são entregues ano a ano e contínuo crescimento de sua infraestrutura. Pensando no enfrentamento dessa situação, com o apoio da Divisão de Gestão de Projetos da PROPLAN, foram realizadas reuniões e visitas técnicas com empresas e profissionais ligados à área, objetivando a confecção de projetos de eficiência energética e geração de energia.

No dia 03 de novembro de 2016, uma equipe de servidores e docentes, com expertise para elaboração dos projetos, visitou a Cooperativa Creluz em Boa Vista das Missões – RS, visando obter conhecimento do funcionamento de uma usina de energia solar. A reunião técnica foi muito positiva, pois os docentes e a equipe puderam avaliar e conferir quais as vantagens e necessidades da implantação de um modelo semelhante na instituição.

Nesse sentido, com a publicação do Edital de Chamada nº 001/2016 - PROJETO PRIORITÁRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ESTRATÉGICO DE P&D: “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MINIGERAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR”, a instituição formalizou as empresas concessionárias que atendem os campi, manifestação para apresentação de projetos que visem à sustentabilidade e à economicidade no

emprego de recursos. Aguarda-se, agora, a publicação de edital de chamada pelas concessionárias para apresentação dos projetos que já estão prontos.

Meta – Aquisição de materiais e equipamentos sustentáveis: no ano de 2016, conseguimos realizar aquisições de materiais e equipamentos que observassem a exigência sustentável, como poderemos conferir nos pregões nº 00086/2016 (SRP); nº 00048/2016 (SRP); nº 00040/2016 (SRP); nº 00036/2016 (SRP); nº 00035/2016 (SRP); e nº 00016/2016 (SRP).

Meta – Papel: A aquisição institucional de papel para impressão é toda realizada solicitando às empresas fornecedoras a certificação de procedência com o emprego de madeira de reflorestamento. Pretende-se minimizar o consumo de papel com impressão, com a implantação de um sistema informatizado de protocolo e tramitação de processos administrativos. A implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informação, atendendo principalmente o protocolo e a tramitação de processos está sendo concluída, na qual estimamos capacitar os atores envolvidos ainda no primeiro semestre de 2017. Também foram realizadas ações de diminuição de cotas de impressão.

Meta – Copos Descartáveis: Devido ao problema de contingenciamento de recursos orçamentários, não conseguimos estruturar e realizar investimento na aquisição de copos mais duráveis, que permitam a diminuição considerável do consumo de copos descartáveis. Envidaremos esforços para o atingimento dessa meta no ano de 2017, se o orçamento permitir.

Outras ações foram desenvolvidas como o início da estruturação de projetos que visem à utilização responsável de recursos hídricos e ao aproveitamento de água da chuva.

Serão realizados debates junto à Coordenação de Laboratórios e demais membros da academia, que utilizam reagentes químicos para atividades de ensino e pesquisa, visando, principalmente, a minimização do consumo ou ações que permitam a reciclagem dos resíduos gerados.

Após a aprovação do Plano de Logística Sustentável, foi nomeada a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, conforme Portaria nº 932, de 19 de maio de 2016. A CGPLS irá elaborar, ainda no primeiro trimestre de 2017, um relatório avaliativo e de prestações de contas das ações que estão sendo desenvolvidas, bem como acionar os atores responsáveis para que observem as metas estabelecidas no PLS e que ainda precisam ser implementadas pela gestão superior.

A agenda positiva tende a criar novas ações, pois encaminhamos, neste ano, solicitação de cadastro junto ao Ministério do Meio Ambiente para que a instituição faça parte do programa, mantido pelo próprio ministério, na qual seu principal objetivo é promover e incentivar as instituições públicas no país a adotarem e implantarem ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do Cidadão

A Unipampa, comprometida com o relacionamento com a sociedade, formalizou a instalação da Ouvidoria a partir da Resolução nº 40/2011, do Conselho Universitário (CONSUNI).

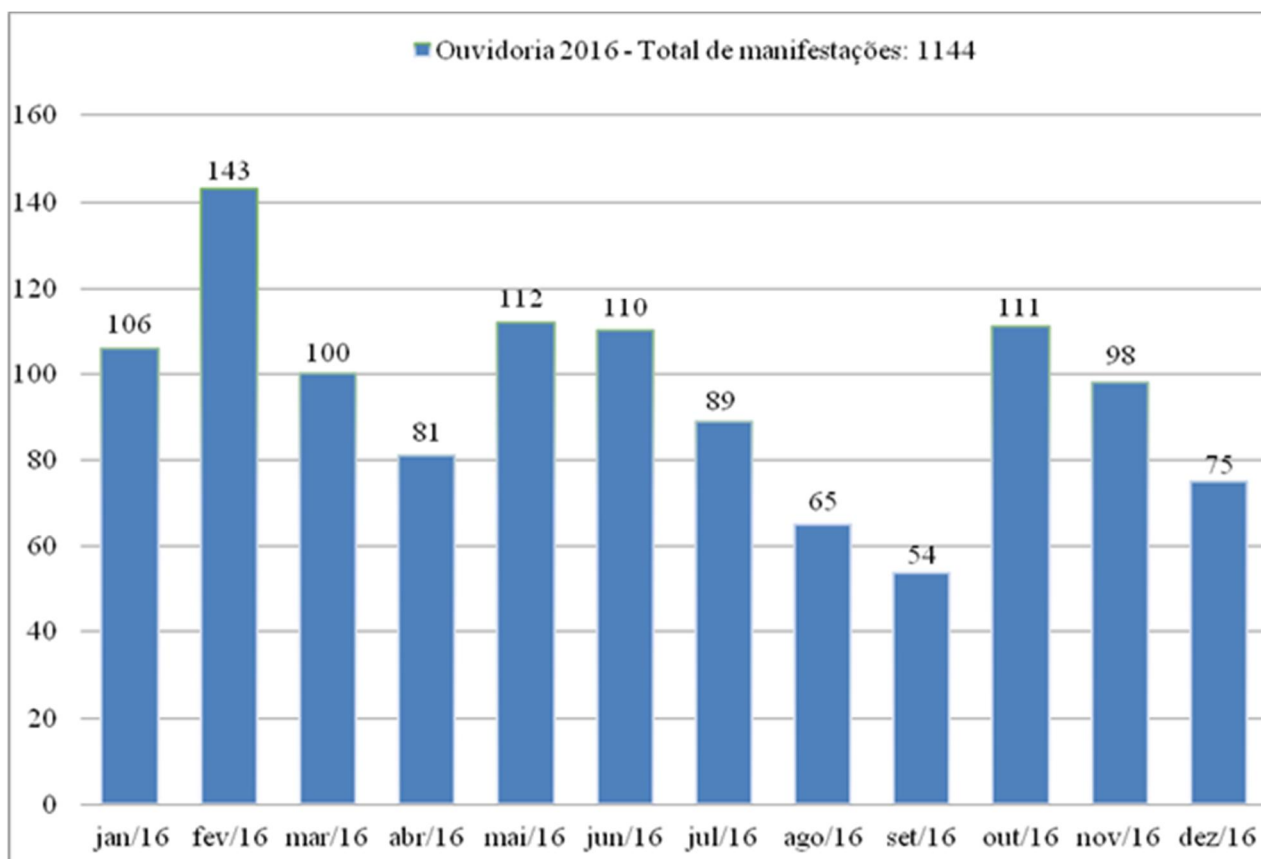
As atividades da Ouvidoria iniciaram, oficialmente, em 1º de outubro de 2012. Em junho de 2013, o CONSUNI aprovou a Resolução nº 59/2013, que estabelece o Regimento da Ouvidoria.

A Ouvidoria configura-se como um canal de acesso e diálogo entre os cidadãos e a Universidade. A comunidade pode contatar o setor por meio dos seguintes canais: sistema da Ouvidoria disponível no portal da Universidade, e-mail, telefone, carta ou pessoalmente, para fins de registrar dúvidas, denúncias, reclamações, elogios, agradecimentos, sugestões, críticas, opiniões e comentários.

Ao receber as manifestações, a Ouvidoria busca as respostas, informações, orientações, explicações e esclarecimentos necessários para o devido atendimento ao cidadão, interagindo com os demais setores da Universidade para o efetivo atendimento das demandas.

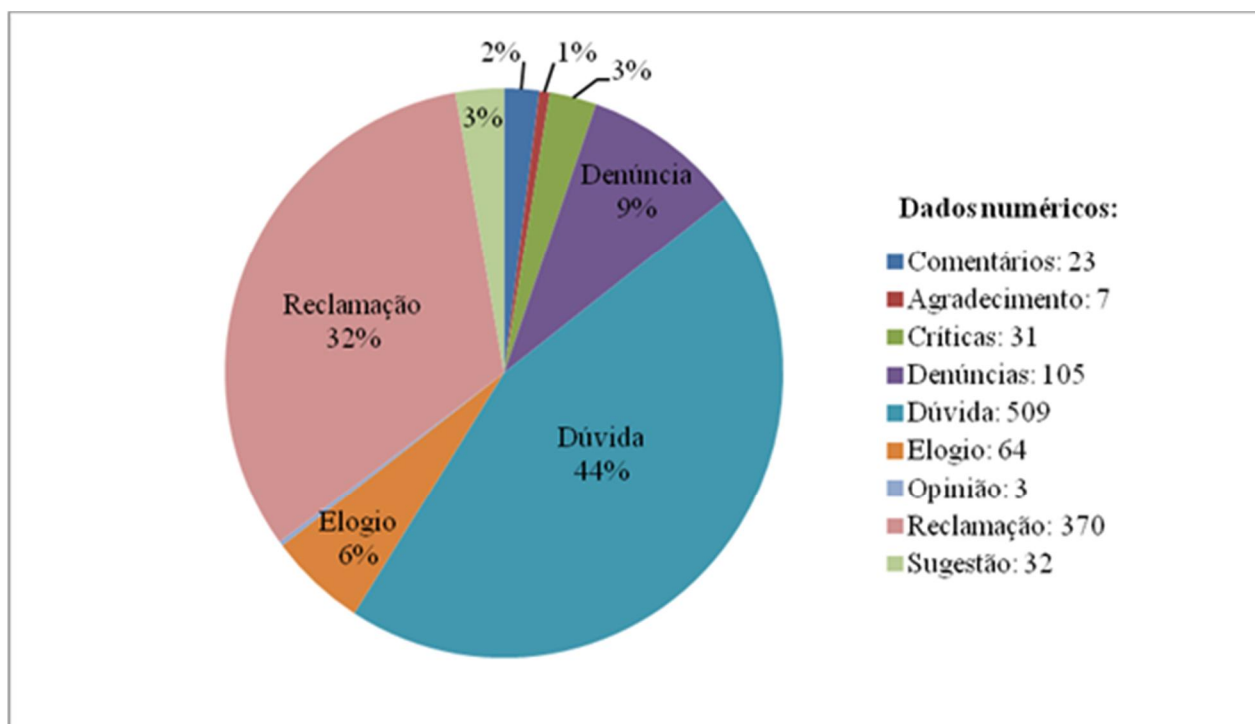
A Ouvidoria apresenta relatórios semestrais a respeito do atendimento às demandas, conforme prevê o art. 6º, da Resolução nº40/2011. Os relatórios objetivam oferecer ampla publicidade das principais demandas de atendimento da Ouvidoria, bem como possíveis sugestões de melhorias. Todos os relatórios semestrais do setor estão disponíveis para acesso na página da Ouvidoria na seção “Relatórios”. A seguir, estão apresentadas as principais informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas da Ouvidoria no ano de 2016 (período de 1º de janeiro a 31 de dezembro):

Figura 5 - Ouvidoria 2016 - Manifestações recebidas por mês



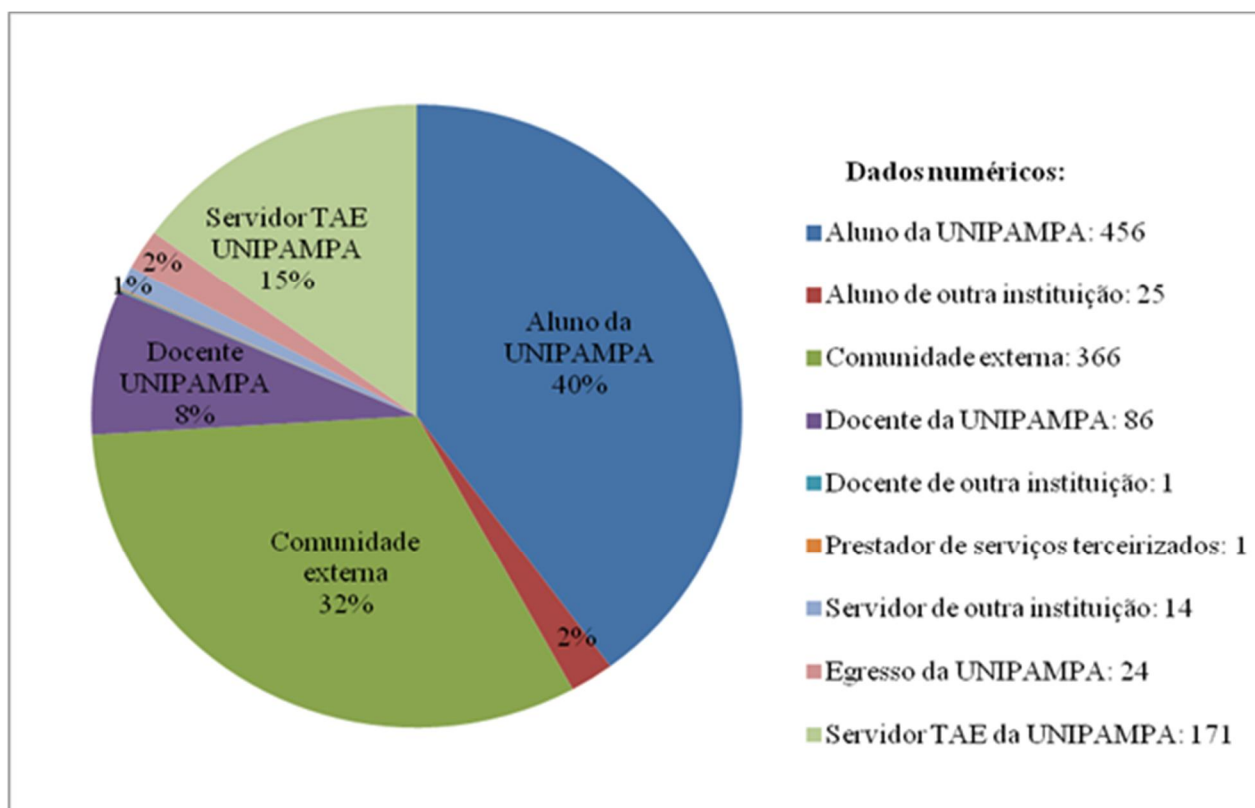
Fonte: Ouvidoria

Figura 6 - Manifestações por categorias recebidas pela Ouvidoria em 2016



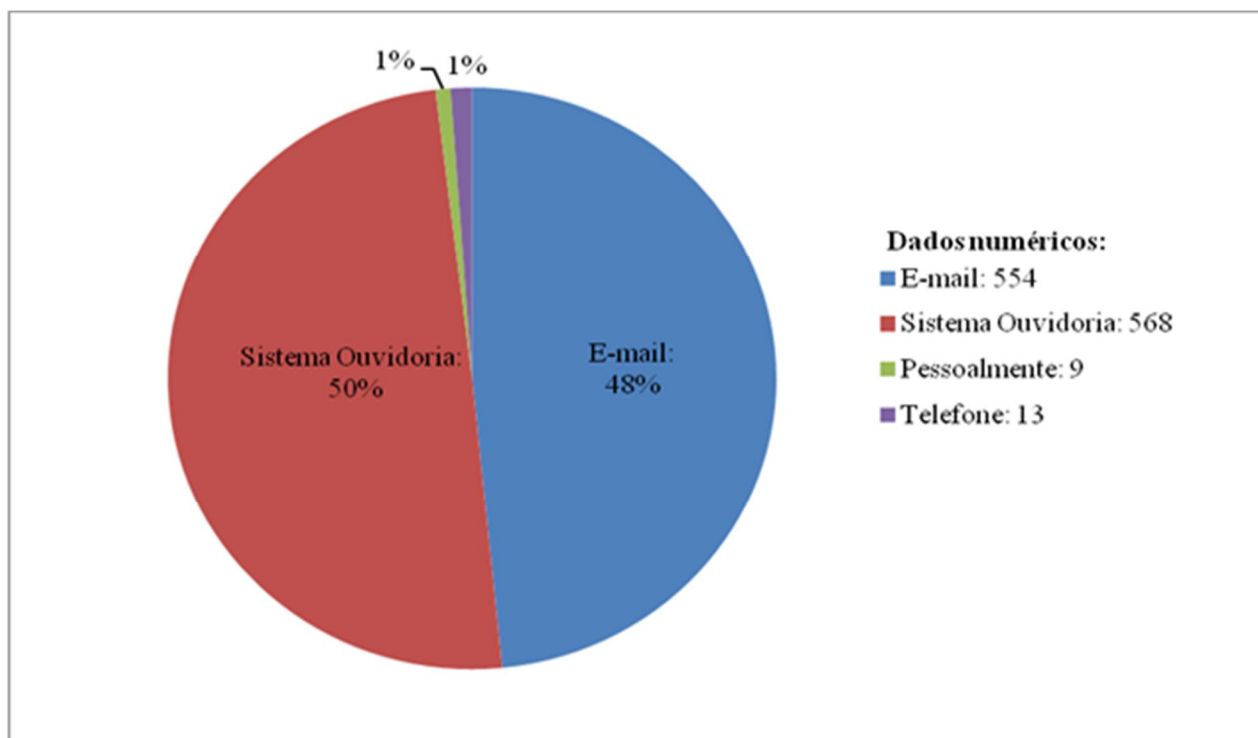
Fonte: Ouvidoria

Figura 7 - Grupos de usuários da Ouvidoria em 2016



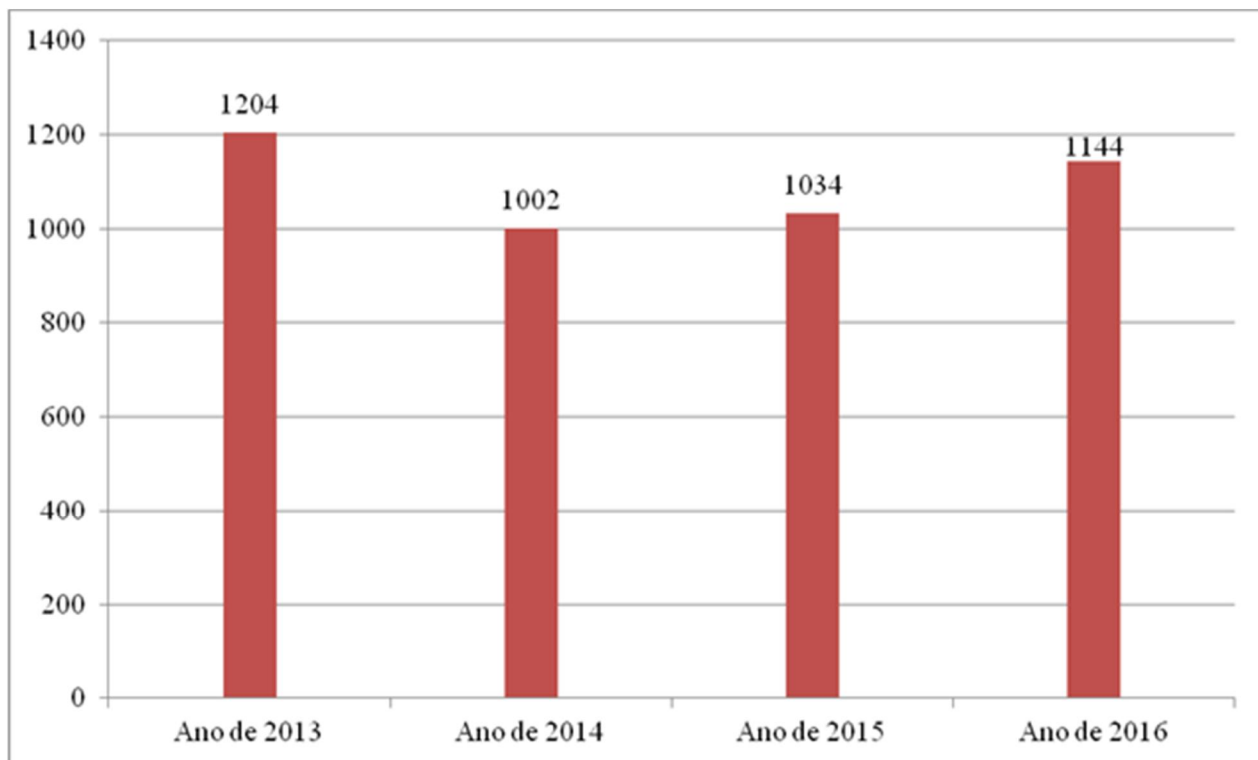
Fonte: Ouvidoria

Figura 8 - Meios de acesso utilizados pelos cidadãos para contatar a Ouvidoria em 2016



Fonte: Ouvidoria

Figura 9 - Comparativo do quantitativo anual de manifestações recebidas pela Ouvidoria



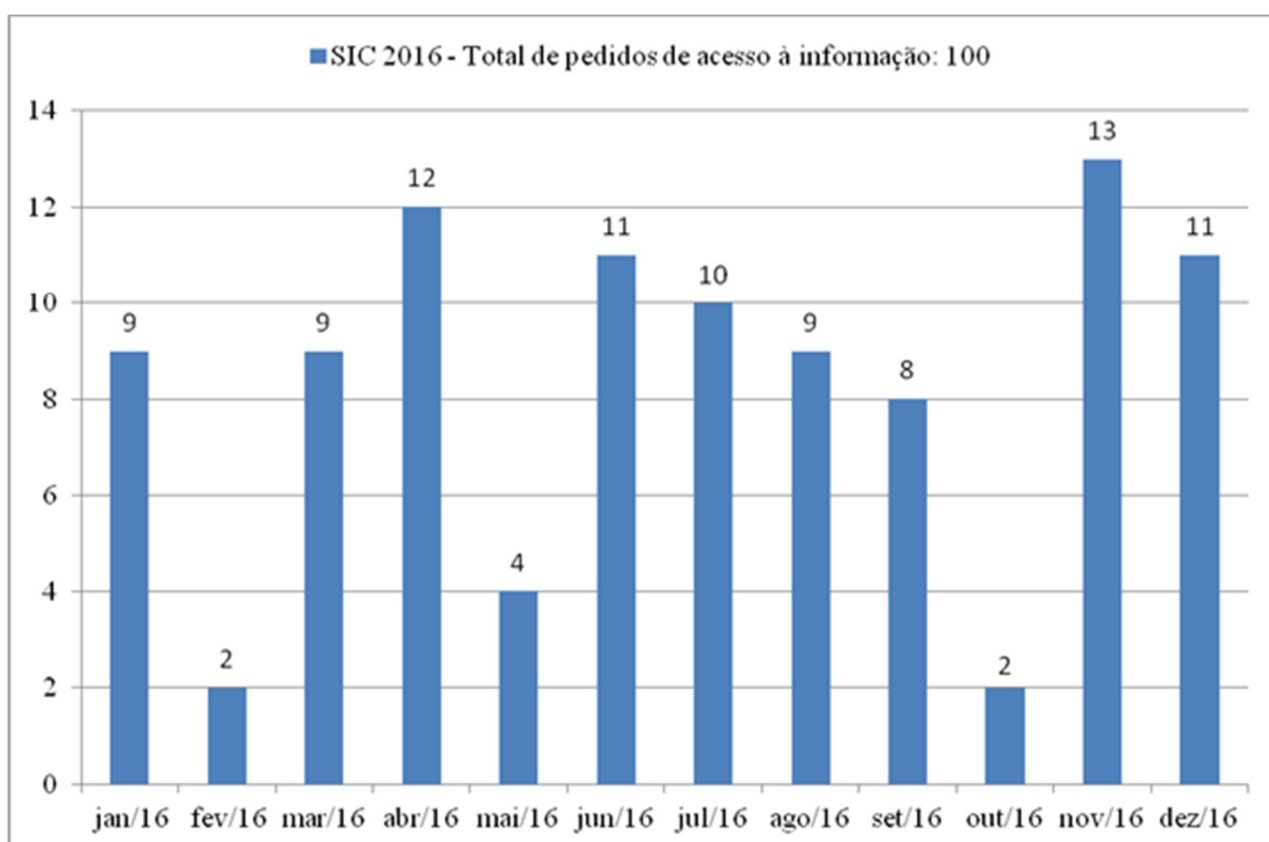
Fonte: Ouvidoria

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

A população também pode solicitar informações por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Universidade. Desde o dia 16 de maio de 2012, a Unipampa disponibiliza mais esse canal de acesso, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os cidadãos podem solicitar informações por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (), e-mail, telefone, carta ou pessoalmente. Ao receber os pedidos de informação, a equipe do SIC interage, sempre que necessário, junto aos demais setores da Universidade, com intuito de obter respostas às solicitações e realizar o atendimento aos cidadãos.

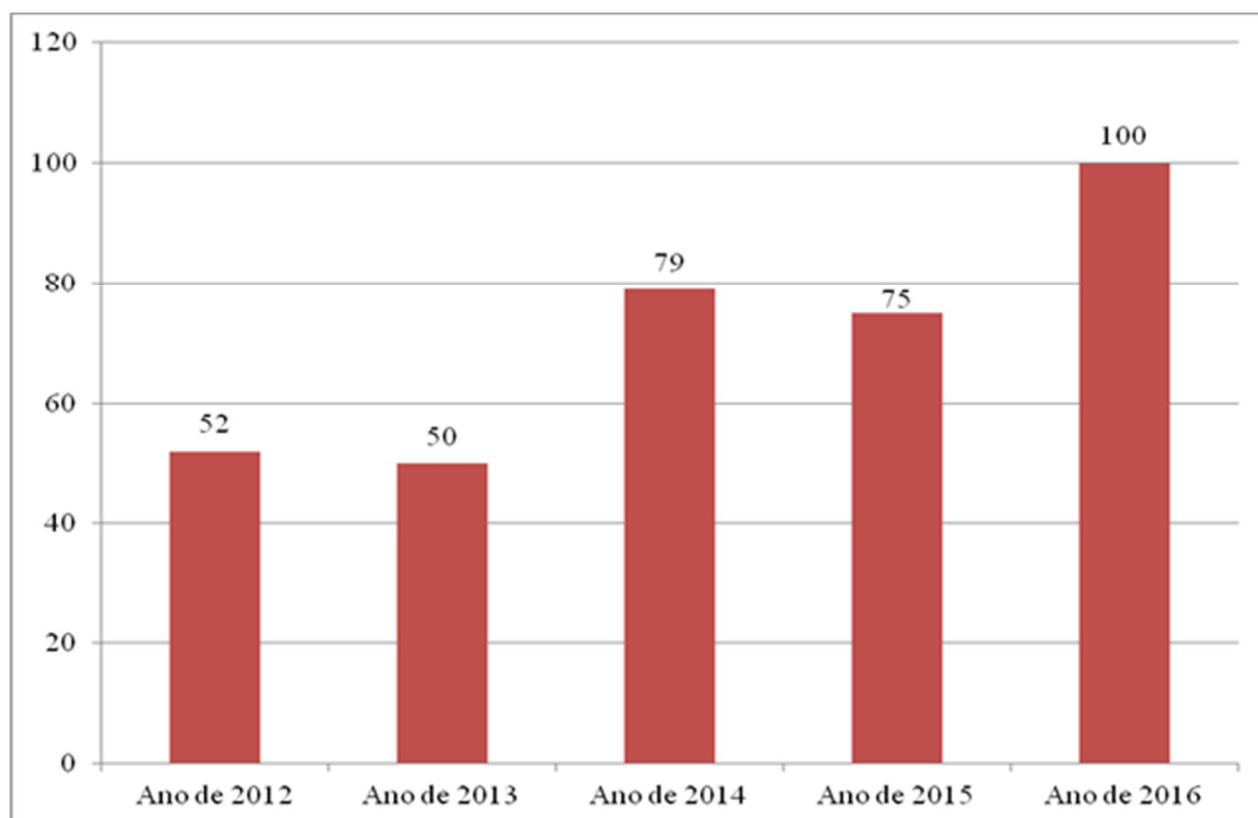
O SIC disponibiliza em sua página na internet relatórios estatísticos a respeito dos pedidos e recursos de acesso à informação, atualizados sempre no mês de maio de cada ano. A seguir, estão apresentados os dados mensais dos pedidos de acesso à informação registrados via e-SIC no ano de 2016 (período de 1º de janeiro a 31 de dezembro):

Figura 10 - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) 2016 - Pedidos de acesso à informação por mês



Fonte: Ouvidoria/e-SIC.

Figura 11 - Comparativo do quantitativo anual de manifestação pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)



Fonte: Ouvidoria/e-SIC.

6.2 Carta de serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. O documento apresentado pela Unipampa é baseado no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, e tem por finalidade a divulgação e transparência dos serviços oferecidos pela Instituição.

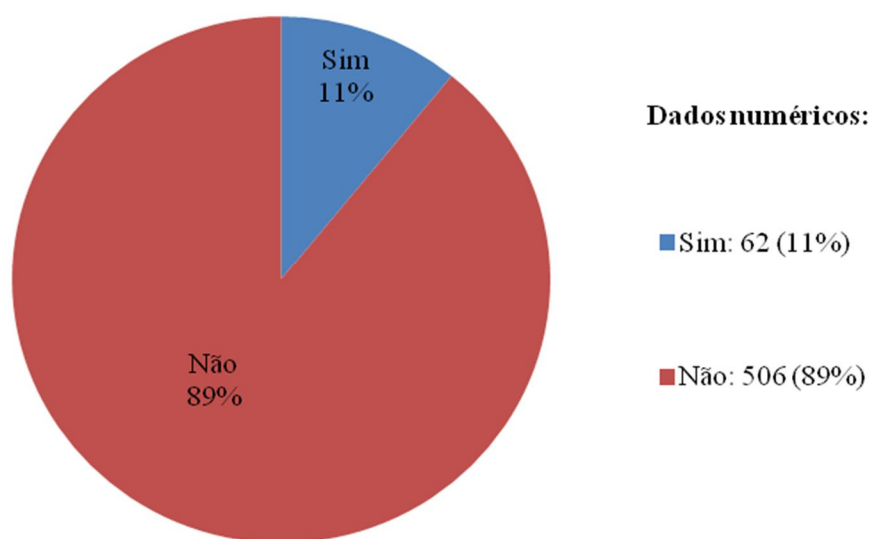
A Carta de Serviços está disponível em meio eletrônico e pode ser acessada por meio do site da Universidade. Na página inicial, é possível selecionar a aba “Institucional” e acessar a Carta de Serviços ao Cidadão.

A comissão foi designada através da portaria nº 1413, de 03 de outubro de 2016.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários

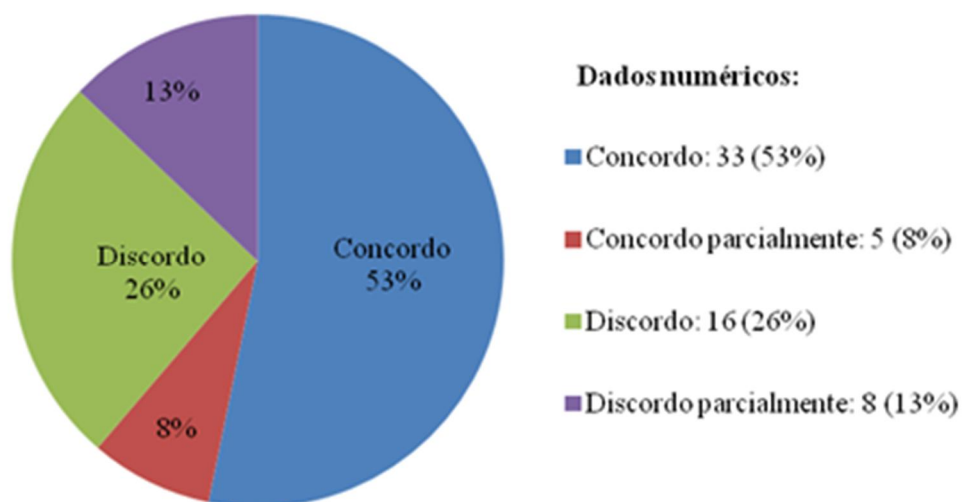
Em relação aos atendimentos realizados via GURI, por meio de pesquisa referente à “avaliação de atendimento” disponibilizada pelo sistema, foi possível obter a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Do total de 568 atendimentos recebidos por meio do referido sistema, 62 cidadãos participaram da avaliação de atendimento disponibilizada via GURI. Por meio de dados gerados a partir de relatórios do sistema, referentes ao período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, foram confeccionados gráficos, os quais demonstram o grau de satisfação dos cidadãos-usuários que responderam a pesquisa de avaliação, conforme segue:

Figura 12 - Quantitativo dos cidadãos-usuários quanto à participação da avaliação de atendimento disponibilizada pelo sistema GURI



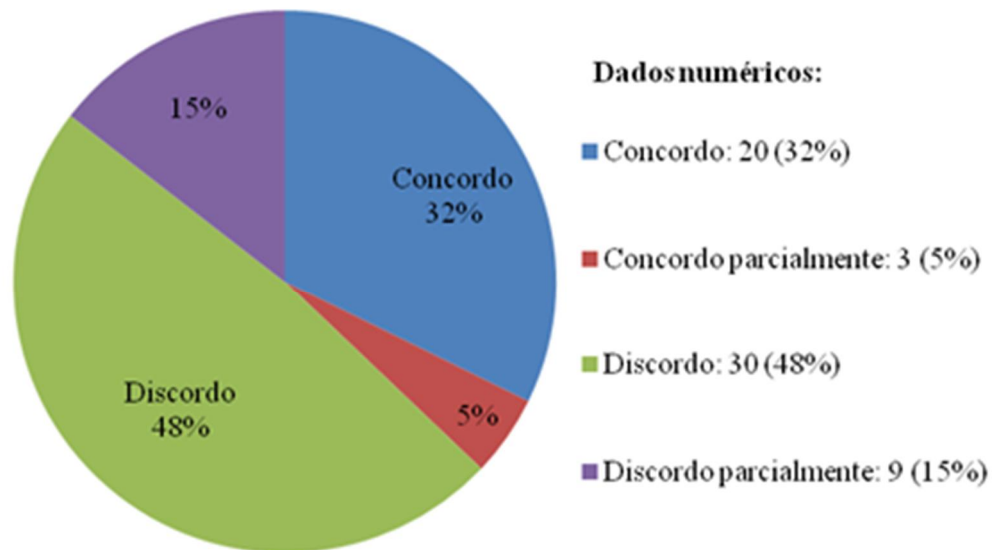
Fonte: Ouvidoria

Figura 13 - Referente à questão 1 – “A resposta é objetiva e de fácil compreensão?”



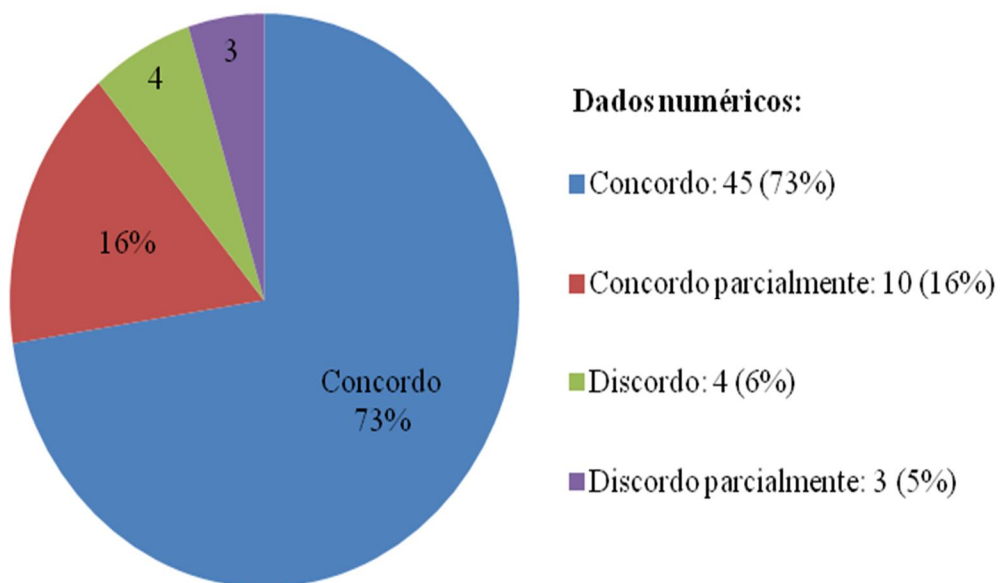
Fonte: Ouvidoria

Figura 14 - Referente à questão 2 – “A resposta atende às minhas expectativas?”



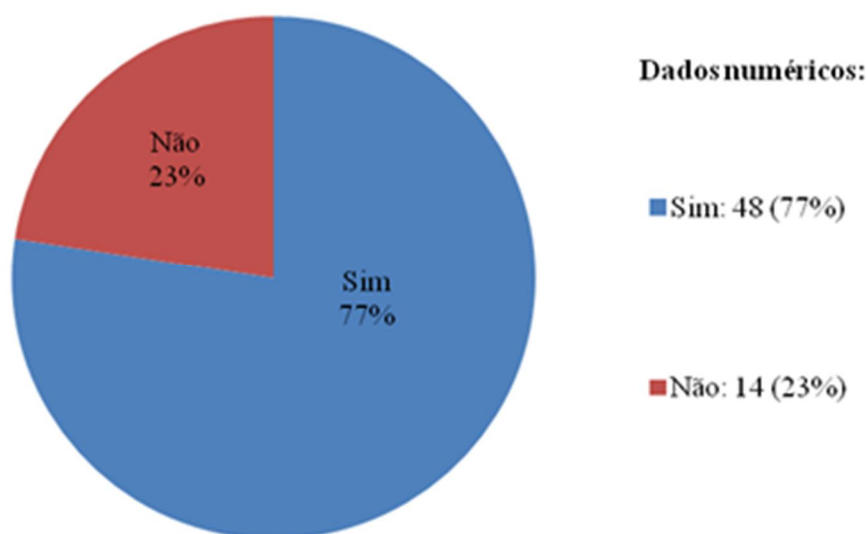
Fonte: Ouvidoria

Figura 15 – Referente à questão 3 – “O órgão foi prestativo e cordial na resposta?”:



Fonte: Ouvidoria

Figura 16 - Referente à questão 4 – “Recomendaria o contato com a Ouvidoria para um amigo ou conhecido?”



Fonte: Ouvidoria

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Serviço de Informação ao Cidadão (Sic)

O SIC, situado no prédio da Reitoria, oferece atendimentos por e-mail, presenciais, telefone, carta e atendimentos on-line por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). O setor realiza atendimentos e orientações ao público quanto ao acesso a informações; recebe, tramita e atende às solicitações dos cidadãos. Os prazos de atendimento aos pedidos de informação recebidos via SIC são regidos pela Lei nº 12.527/2011. A lei especifica os procedimentos a serem observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios para garantir o acesso do cidadão às informações sob a guarda do Estado.

Antes mesmo da publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), os cidadãos tinham acesso às informações gerais que a Administração divulga espontaneamente no Portal da Transparência e em outros sites governamentais. A LAI contribui com a transparência dos serviços prestados e favorece os cidadãos na solicitação de acesso a um documento específico, que seja de seu interesse, nesse sentido, contribui para a melhoria dos serviços públicos.

Ouvidoria

Os cidadãos podem contatar a Ouvidoria para encaminhar manifestações de diferentes tipos: dúvidas, denúncias, reclamações, elogios, agradecimentos, sugestões, críticas, opiniões e comentários. Ao recebê-las, a Ouvidoria busca as respostas, informações, orientações, explicações e esclarecimentos necessários ao devido atendimento ao cidadão, interagindo com os demais setores da Universidade para uma efetiva resposta às demandas. Todos os assuntos recebidos pela Ouvidoria são analisados e respondidos, conforme o prazo estabelecido na Resolução nº 40/2011.

A Ouvidoria recebe as manifestações dos cidadãos pessoalmente, por telefone, carta, por meio do sistema da Ouvidoria, disponível no Portal da Universidade, ou pelo e-mail:

ouvidoria@unipampa.edu.br. O horário de atendimento ao público é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As normativas nacionais estabelecem a formação de núcleos de inclusão e acessibilidade nas instituições federais de ensino superior como medida para a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação, garantindo a acessibilidade aos serviços, produtos e instalações (Decreto nº 7.611/2011). Nesse sentido, ainda durante o período de implantação da Unipampa, foi criado o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA), refletindo o compromisso da Instituição com a inclusão educacional.

A Unipampa por intermédio do NINA desenvolve um trabalho baseado nos princípios da colaboração, intersetorialidade e multiprofissionalidade de modo a contribuir na articulação de ações voltadas à definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na Universidade, bem como no apoio à implementação da política de inclusão e acessibilidade em interface com a gestão superior e com as unidades acadêmicas.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se: (I) a implementação e orientação de apoio pedagógico/Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto às unidades acadêmicas (NUDEs e cursos); (II) o acompanhamento da implementação da acessibilidade e da eliminação de barreiras que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência nas áreas arquitetônica, urbanística, de comunicação e informação e pedagógica/atitude, além da aquisição de mobiliário adaptado e de equipamentos, elaboração de contratações de serviços, provisão de atendimento prioritário de/para acessibilidade; e (III) o planejamento e provimento de formação continuada na área da inclusão e acessibilidade, em áreas específicas de deficiências e de tecnologia assistiva.

Sendo assim, no ano de 2016, foi dada sequência ao trabalho que vinha sendo desenvolvido nos anos anteriores, direcionando esforços no aprimoramento dos seguintes processos: organização do registro de dados e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais; identificação das dificuldades enfrentadas no atendimento a estes alunos, verificando a possibilidade de aquisição de recursos ou contratação de profissionais terceirizados; formação e capacitação de servidores na área da acessibilidade e inclusão; aprimoramento da acessibilidade na comunicação, ampliando quadro de profissionais e elaborando projetos na área de LIBRAS; realização de levantamentos relacionados a acessibilidade estrutural e arquitetônica e aproximação com a comunidade externa, buscando divulgar as oportunidades às pessoas com deficiência que são ofertadas pela Unipampa.

O registro e controle acadêmico dos alunos com deficiência na Universidade é realizado mediante a abertura de um processo institucional, por meio do qual o discente com deficiência é identificado no momento da matrícula e, posteriormente, encaminhado ao NUDE, setor responsável pela guarda, organização e manutenção de tais processos. No âmbito do NUDE também é realizado o apoio pedagógico aos estudantes, o qual é gerenciado pela interface NINA/NUDE do campus, com o auxílio de bolsistas e colaboração de servidores de áreas relacionadas à educação especial. Atualmente, são 130 alunos que necessitam de apoio pedagógico, sendo que destes 100 ingressaram na Universidade por meio de reserva de vagas.

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), desde o ano de 2014, são desenvolvidas ações de sensibilização e capacitação de servidores acerca do tema, conduzindo

estudos-piloto, ou estudos de caso, relacionados ao ensino-aprendizagem de alunos com deficiência. Contudo, a aplicação do AEE no Ensino Superior ainda é um campo sob discussão em nível nacional e não existem normativas definidas para sua efetivação. Nesse sentido, as ações efetuadas na Unipampa tencionam a reflexão e a análise dos elementos necessários para que seja prestado esse serviço. A partir dessa análise, são identificados casos específicos de alunos com deficiência que necessitam da prestação de apoios, serviços e/ou recursos específicos à aprendizagem, entre os quais estão a utilização de metodologias diferenciadas, individualizadas ou recursos de tecnologia assistiva.

Uma das ações promovidas em 2016 e voltadas ao atendimento individualizado de estudantes foi a consolidação de uma parceria entre a Unipampa e a Associação de Deficientes Visuais do município de Bagé – ADVMB, estabelecida no mês de março por meio de um protocolo de intenções. Tal parceria visa o compartilhamento de recursos materiais, financeiros e humanos com o objetivo de promover o desenvolvimento e o mútuo assessoramento na elaboração de projetos e, principalmente, o apoio aos alunos com deficiência visual/cegueira do *Campus* Bagé. Pode ser citado também, nesse contexto, o planejamento de ações de adaptação de instrumentos de aprendizagem, como ocorre com o projeto “Musicografia Braille”, desenvolvido no *Campus* Bagé com a finalidade de facilitar o ensino aos alunos com deficiência visual do Curso Música - Licenciatura.

Foram buscadas a ampliação e a diversificação do acervo pedagógico cultural acessível da Instituição, a fim de proporcionar as condições para o desenvolvimento acadêmico e intelectual dos estudantes atendidos. Para isso, foram estabelecidas parcerias com organizações sem fins lucrativos que produzem e distribuem de forma gratuita materiais pedagógicos e culturais em formatos acessíveis. No decorrer do ano de 2016, foram recebidas e distribuídas entre os dez campi da Universidade as seguintes quantidades de obras: dois (02) livros em Braille e um (01) audiolivro da Fundação Dorina Nowill para Cegos; sete (07) coleções de livros históricos, vinte e um (21) CDs interativos e quatro (04) DVDs do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; quarenta e sete (47) audiolivros e trinta (30) livros em Braille do Instituto Benjamin Constant – IBC. Foram distribuídos também 21 exemplares de livros relacionados a diversas necessidades especiais e deficiências e quatro (04) cartilhas sobre os cuidados de saúde às pessoas com Síndrome de Down fornecidos pelo Ministério da Saúde, além de três (03) exemplares da Revista Inclusão e um (01) da Revista do Instituto de Cegos Padre Chico. Totalizando assim 141 materiais disponibilizados aos campi.

Quanto à aquisição de recursos de acessibilidade e contratação de profissionais, foram investidos R\$ 45.024,36 reais na contratação de serviço terceirizado de cuidador para atendimento a uma discente com paralisia cerebral e comprometimento físico. Na contratação, foram utilizados R\$ 30.000,00 reais do orçamento disponível pelo Programa Incluir e R\$ 15.024,36 do orçamento geral da Universidade. Além disso, foram adquiridos alguns recursos de acessibilidade, tais como: uma rotuladora Braille (no valor de R\$ 307,19), três regletes (totalizando R\$ 149,70) e uma fita para rotuladora (no valor de R\$ 29,50), para utilização em projetos com a temática da inclusão e acessibilidade no *Campus* Bagé.

Para o pagamento das bolsas dos alunos selecionados por meio do Edital nº 069/2016, os quais realizaram atividades de tutoria/monitoria e apoio ao atendimento pedagógico de estudantes deficientes nos 10 *campi*, foram utilizados R\$ 36.640,00 reais. Ademais, foram investidos ainda R\$ 13.030,40, para a compra de cursos de capacitação e formação de servidores. Para o curso

“Atendimento Educacional Especializado com Enfoque no Desenho Universal na Aprendizagem”, conduzido pela empresa Assistiva Tecnologia e Educação, na modalidade de educação a distância, contemplando um total de 25 servidores, foram aplicados R\$ 10.000,00 reais. Já para o Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Nível Básico, realizado no *Campus* Bagé, com carga horária de 20 horas na modalidade presencial e 20 horas na modalidade de educação a distância (EaD), contando com 10 inscritos, foram necessários R\$ 3.330,40 reais.

A realização do Curso de LIBRAS no *Campus* Bagé foi uma das medidas adotadas na tentativa de aprimorar a acessibilidade na comunicação, visto que o objetivo da formação foi difundir o conhecimento de LIBRAS e habilitar servidores de diversos setores na área. Com o mesmo intuito, foram nomeados sete (07) novos interpretes/tradutores de LIBRAS aprovados no Concurso Público Edital n° 119/2016. Sendo assim, atualmente, a Universidade conta com a atuação de onze (11) interpretes de LIBRAS distribuídos da seguinte forma entre as Unidades: 02 (dois) no NINA/Reitoria, um (01) na Pró-Reitoria de Graduação e oito (08) nos *campi* (Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel e Santana do Livramento).

Os interpretes em exercício no NINA desenvolvem atividades do Gabinete da Reitoria que estão relacionadas a sua área de atuação e atendem a solicitações dos *campi*, setores, departamentos, coordenações e Pró-Reitorias feitas por meio de formulário específico disponível na página do NINA.

Além disso, estão em andamento projetos relacionados à interpretação/tradução em LIBRAS de eventos institucionais e de conteúdos do site da Unipampa, tais como, páginas do site, documentos, notícias, editais e procedimentos de solicitação de serviços. Outra ação realizada nessa área foi a elaboração de um Minidicionário de LIBRAS pelo docente surdo do *Campus* Bagé, em ação conjunta com o NINA e a Assessoria de Comunicação Social. O Minidicionário está publicado no site do NINA na internet e tem como objetivo promover ações inclusivas por meio da disponibilização ao público de algumas expressões que auxiliam na comunicação em LIBRAS.

Em 2016, também foi dado prosseguimento ao processo de diagnóstico da situação dos *campi* em relação às normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade estrutural e arquitetônica, por meio dos Relatórios de Acessibilidade. Dentre os *campi*, Alegrete, Bagé, Capava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão, São Borja e Uruguaiana já foram avaliados e tiveram seus relatórios de acessibilidade concluídos. A partir desses diagnósticos, algumas intervenções arquitetônicas pontuais de caráter emergencial foram realizadas para adequação dos percursos aos parâmetros básicos de atenção à acessibilidade, quais sejam: licitação de obra da cobertura sobre hall de acesso ao prédio administrativo e calçamento entre o prédio acadêmico e o restaurante universitário no Campus Jaguarão; projeto da calçada de ligação entre a casa do estudante e o prédio administrativo no Campus São Borja; e projeto da calçada de ligação entre o prédio acadêmico I e prédio do Curso de Química e restaurante universitário no Campus Caçapava do Sul.

A aproximação com a comunidade externa foi promovida por meio da realização de visitas e palestras. Dessa forma, com a colaboração do professor André Daniel Paixão para ministrar a palestra “Vencendo barreiras na educação e construindo a acessibilidade” realizada nas dependências da Escola Municipal Professor Miranda, em Bagé. O principal intuito do evento foi incentivar estudantes surdos que estão cursando o Ensino Fundamental na modalidade de

Educação de Jovens e Adultos (EJA) a prosseguirem suas vidas escolares e almejem uma carreira profissional bem-sucedida.

Em outra oportunidade, com o objetivo de divulgar a campanha “Setembro Azul”, em que se comemoram o Dia Mundial da Língua de Sinais (10), Dia Nacional do Surdo (26) e Dia Internacional do Surdo (30), foi realizada visita à Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antonio Kluwe, em Bagé. O objetivo foi conscientizar os estudantes sobre as datas e despertar o interesse de mais pessoas acerca da cultura surda e informar os cursos e as oportunidades que a Unipampa oferta. A Universidade participou ainda da I Mostra Estadual de Recursos e Serviços de Tecnologia Assistiva, em Bagé. Esse evento teve como foco incentivar o público a conhecer a organização de serviços e a identificação de recursos e estratégias que auxiliam as pessoas com deficiência, permitindo que tenham maior independência na comunicação, no acesso ao conhecimento e no desempenho de atividades do cotidiano.

Por fim, outro ponto relevante diz respeito ao planejamento, à organização e ao funcionamento do atendimento para as pessoas com deficiência nas bibliotecas e secretarias da Instituição. Atualmente, a responsabilidade em relação a essa sistematização é da administração/gestão de cada campus, havendo atendimento prioritário, imediato e diferenciado em 07 (sete) campi. A próxima etapa planejada é a busca por um padrão institucional que atenda às exigências da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004 em todas as unidades da Instituição.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

O ano foi atípico com relação aos repasses financeiros, que desde o início do ano chegavam apenas duas vezes ao mês. Para realização dos pagamentos, é necessário acompanhar o saldo da conta única, conforme manual do SIAFI.

Esses contingenciamentos e a dificuldade de estimar os ingressos fizeram que fossem tomadas medidas para que os pagamentos não atrasassem mais de 90 dias, sempre cuidando da ordem cronológica.

O contingenciamento enfrentado gerou uma série de problemas com as prestadoras de serviço.

Ressalta-se que, em maio de 2016, foi realizada reunião com os dirigentes das unidades acadêmicas no intuito de reduzir o custeio da Universidade, medidas estas que foram implementadas a partir de julho, reduzindo nos contratos terceirizados o montante de R\$ 1.350.000,00, ficando em torno de 35% dos valores inicialmente contratados.

7.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

As Políticas de Captação de recursos para Ensino, Pesquisa, Extensão e ações estratégicas, encontram-se em fase incipiente dentro da instituição.

No ano de 2016, implantou-se a Divisão de Captação de Recursos vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, objetivando o desenvolvimento de ações de obtenção de recursos externos à instituição, por meio da submissão de projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

O trabalho ora em desenvolvimento se dá com grande ênfase no atendimento das demandas emergenciais advindas do corte de recursos, anteriormente abundantes.

O cenário atual é coerente com busca de soluções rápidas por meio da captação de recursos advindas de parcerias, doações e ações voluntárias.

As soluções envolvem o atendimento de ações simultâneas ou não dos parceiros e se constituirá da busca de recursos financeiros e materiais junto a órgãos e agências de apoio e fomento.

Já neste primeiro ano, a Divisão de Captação de Recursos, obteve junto ao Comitê Organizador das Olimpíadas Rio-2016 a doação de diversos materiais que totalizaram R\$ 36.290,00 e que serão empregados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários na Política de Assistência Estudantil.

Também em 2016 foram obtidos junto à Receita Federal do Brasil a doação de equipamentos de climatização que totalizaram R\$ 3.089,40 e que serão necessários para atender o prédio do NEVA – Núcleo de Estudos da Vegetação Antártica do Campus São Gabriel.

Outras demandas foram apresentadas a órgãos concedentes como IBAMA, ANATEL, DNIT, Receita Federal do Brasil e Fundação Piratini visando à obtenção de materiais e equipamentos necessários às atividades desenvolvidas pela instituição.

Em relação às Receitas de caráter imobiliário, informamos que temos contrato em andamento com os arrendatários de Restaurantes Universitários e Bancos para instalação de caixas eletrônicos, com o valor total anual de R\$ 17.647,28, citados na seção deste relatório denominada “cessão de espaço físico em imóvel da união”.

Outras receitas foram:

Taxas: São recebidas pela Unipampa taxas pelo Hospital Veterinário que totalizaram, em 2016, o valor de R\$ 92.688,54, referentes a serviços realizados naquele ambiente.

Concursos e serviços administrativos: No ano de 2016, foram realizados diversos concursos para suprir a demanda de Docentes e Técnico- Administrativos em Educação, sendo arrecadado no exercício o valor de R\$ 756.286,59.

Captação de Recursos por meio de projetos de Pesquisa: A Unipampa no ano de 2016 recebeu da FINEP o valor total R\$ 1.301.470,33.

Houve, ainda, a captação de recursos também por meio de Projetos de Empreendedorismo junto ao Sebrae, no valor R\$ 95.509,00.

Importante ainda considerar que, atualmente, enfrentamos um problema de liberação de créditos adicionais por parte do Ministério da Educação, sendo que muitos projetos de pesquisa estão sendo afetados pela dificuldade apresentada.

No ano de 2016, após realizarmos vários procedimentos no sentido de ocorrer a liberação desses recursos orçamentários, formalizando as demandas através dos momentos de solicitação de créditos adicionais junto ao órgão responsável, não se obteve sucesso.

7.2.1 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Mesmo em meio à crise econômica estabelecida no país e no Governo Federal desde 2014, a Unipampa tem buscado exaustivamente encontrar e implementar medidas que visem garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior. No exercício findo de 2016, a área responsável pela administração dos diversos contratos com fornecedores de serviços buscou negociar a redução dos valores, por meio de melhor adequação das planilhas de custos e insumos, especialmente no que concerne à terceirização de mão de obra para atividades de apoio, como, por exemplo, serviços administrativos, vigilância, portaria, motoristas, limpeza, conservação e copa, serviços esses classificados como grandes despesas de custeio desta Universidade. Para tanto, foram reavaliadas as demandas das unidades acadêmicas e administrativas por postos de trabalho para execução desses serviços, objetivando com isso a redução de postos e pessoal. Consequentemente, seria possível reduzir os valores das faturas a serem cobradas futuramente pelas empresas contratadas. Em reuniões de governança que aconteceram, no mínimo, três vezes no exercício, foram estabelecidas parcerias mais estreitas entre a Administração Central e os gestores de unidades para discutir e programar as soluções em conjunto.

Como um dos resultados dessas medidas, que gerou maior impacto no orçamento da instituição, houve a redução de 25% nas despesas com serviços terceirizados. Nessas reuniões, foram abordados assuntos relativos às especificidades de cada unidade e da instituição, as quais devem ser debatidas com o Ministério da Educação, a fim de buscar o entendimento da mantenedora quanto às dificuldades e desafios de uma universidade ainda em implantação, localizada na periferia dos grandes centros de desenvolvimento social e por também ser multicampi. As equipes gestoras, tanto das unidades acadêmicas como a central, apuraram que diante da situação que a Unipampa se encontra, considerando todas as suas peculiaridades e a necessidade de recursos para investimentos e manutenção, somente ações que visem à eficiência do investimento público, que são imperiosas no setor público, mostram-se insuficientes frente à realidade orçamentária. Outras ações foram sugeridas pelos participantes e acatadas pela

Administração Central, como a busca por fontes alternativas de captação de recursos financeiros, fazendo com que cada Unidade pudesse utilizar seu potencial dentro de sua especialidade para gerar recursos e aplicá-los na melhoria do ensino, pesquisa e extensão, conforme o caso. Como exemplos de casos de sucesso podemos citar os serviços de medicina veterinária prestados pelo Hospital Universitário de Veterinária aos proprietários de animais domésticos, e até de animais silvestres, moradores dos bairros do entorno do HUVET e outros em áreas adjacentes; as taxas de ocupação pagas pelos permissionários ocupantes de espaço cedidos para exploração de atividades econômicas; as doações de materiais e equipamentos obtidas junto a outros órgãos governamentais.

Os recursos captados por essas fontes alternativas de receitas foram alocados de forma a privilegiar as unidades que as arrecadaram, sendo aplicados na aquisição de serviços, equipamentos e materiais utilizados em seus laboratórios e em outras instalações acadêmicas, diminuindo assim a sobrecarga de comprometimento sobre o orçamento geral da Universidade, aumentando a autossuficiência e sustentabilidade das unidades arrecadadoras e propiciando à Administração Central realocar recursos em custos fixos como água, energia, telefonia e serviços terceirizados, já que nos últimos exercícios os recursos para despesas de custeio em geral têm se mostrado insuficientes para atender à demanda atual instalada. Esse esforço por parte da Administração, no entanto, ainda não é suficiente para atender qualitativamente a demanda atual das grandes despesas de custeio, restando aos gestores diminuir custos, exemplificando os postos de terceirizados, na qual o objetivo é o equilíbrio financeiro da instituição.

A alocação dos recursos captados com os serviços mencionados acima foi aplicada na aquisição de insumos, nos pagamentos de serviços e na manutenção de máquinas e serviços para a manutenção do HUVET e em bolsas PDA, PASP e PAPE.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Universidade utiliza-se dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, especialmente no que se refere à aplicação do cálculo da depreciação sobre bens tangíveis e móveis, para a primeira norma, e especialmente no que se refere à avaliação e mensuração patrimonial de bens móveis e imóveis, no âmbito da segunda norma.

Os meios necessários para que se efetivem a amortização de bens de propriedade e intangíveis, bem como a reavaliação de bens móveis e imóveis estão sendo aprimorados, à medida que a gestão patrimonial da Universidade tem perseguido os meios para a melhor estruturação e aplicação de suas normas e rotinas, com suporte na legislação vigente.

A metodologia utilizada advém da Macrofunção SIAFI 02.03.30, em que se estima a vida útil em anos para cada bem, de acordo com sua classificação orçamentária. Por meio de sistema de gestão patrimonial próprio (GURI – Gestão Unificada de Recursos Institucionais – Módulo Patrimônio), desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da própria Universidade e com base nas disposições da Macrofunção SIAFI 02.03.30, definiu-se a metodologia a ser utilizada para o cálculo da depreciação produto e da distribuição do valor depreciável ao longo da vida útil do bem, descontando-se o valor residual, ou seja, método das quotas constantes, que contabiliza como despesa ou custo, uma parcela constante do valor do bem a cada período. Variáveis: valor de aquisição, valor depreciável, valor residual, vida útil.

As taxas utilizadas para os cálculos são as que constam na Macrofunção SIAFI 02.03.30, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido não contraria a NBCT 16.10. As disponibilidades são registradas em moeda nacional e sua avaliação e mensuração obedecem ao critério do valor original. As entradas de bens de almoxarifado (bens de consumo) pelo valor de aquisição, sendo as saídas mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado, conforme preceitua a Lei 4.320/64.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

A utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 impactam na promoção da melhoria da informação contábil obedecendo-se, nessa perspectiva, ao princípio da oportunidade. Por outro lado, fica evidente a necessidade de se avançar no sentido de se adequar os valores dos bens imóveis, que também compõem o Ativo Imobilizado, para que se possa implementar sua depreciação, possibilitando assim que os registros contábeis reflitam da forma mais fidedigna possível a real situação patrimonial do órgão.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Universidade ainda não recebeu orientações para implantação e estruturação do sistema de custos da setorial de contabilidade do MEC. É importante que sejam avaliados os custos no âmbito da UPC, o que ajudará na tomada de decisões para a melhor distribuição de recursos.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela legislação referentes ao exercício de 2016 estão expressas nos seguintes anexos:

- Anexo 02 – Balanço Financeiro;
- Anexo 03 – Balanço Orçamentário;
- Anexo 04 – Balanço Patrimonial;
- Anexo 05 – Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Anexo 06 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Buscando dar maior transparência, as referidas demonstrações e notas explicativas encontram-se publicadas na internet por meio do link: <http://porteiros.r.unipam.pa.edu.br/portais/ccf/relatorios-2/>

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quanto às recomendações do órgão de controle interno (Controladoria Geral da União – CGU), a partir de 2016, estão sendo acompanhadas por meio do Sistema Monitor. O Sistema Monitor foi desenvolvido pela CGU para permitir o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal. Por meio dele, assim que a recomendação é cadastrada, o gestor responsável pode registrar as suas ações e providências, bem como enviar documentos comprobatórios.

Em 2016, não foram recebidas novas recomendações do órgão de controle interno (Controladoria Geral da União – CGU), apenas foram prorrogados os prazos de atendimento de algumas recomendações de exercícios anteriores. No início de 2016, havia 16 recomendações pendentes de atendimento. Dessas, 04 recomendações foram consideradas, pela CGU, como atendidas em 2016, em virtude das ações efetivadas pela Universidade e 12 permanecem pendentes de atendimento da seguinte forma: 04 ainda em prazo de atendimento e 08 com prazo expirado, que se referem a recomendações da CGU que ainda não foram plenamente atendidas, algumas das quais dependem de órgãos externos à Instituição.

O Gabinete da Reitoria faz o acompanhamento das recomendações pendentes, preenchendo as informações via Sistema Monitor da CGU.

8.2 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 98 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
TCA Processo nº 23100.000066/2016-42	1							
TCA Processo nº 23100.000083/2016-80	1							
TCA Processo nº 23100.002126/2016-61	1							

Fonte: PROAD

A Universidade possui o Manual de Patrimônio que em seu Capítulo 5, seção 6, trata da Apuração, Extravio ou Dano ao Patrimônio Público, em que se identifica dentre outros a atuação ao dano ao erário.

O manual é disponibilizado no site da Universidade no link: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cmp/1051-2/>

A apuração é feita mediante abertura de Processo Administrativo e preenchimento de Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, que será julgado pela autoridade máxima da Unidade e terá parecer final do dirigente máximo da UNIPAMPA.

8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8666/1993

Os pagamentos das despesas efetuadas junto aos fornecedores nem sempre ocorreram dentro do prazo estabelecido no Art. 5º da Lei nº 8.666/93, principalmente em função do atraso periódico de repasse financeiro por parte da SPO/MEC.

Os repasses financeiros, durante o exercício de 2016, ocorreram com significativo atraso e com liberação sempre inferior aos valores liquidados no SIAFI. Por vezes, os repasses ocorreram carimbados para o pagamento de determinadas despesas, o que também dificultou muito o cumprimento dos prazos legais.

Os pagamentos de bolsas e diárias disputaram por recursos financeiros com os fornecedores, embora muitas vezes sendo de fontes diferentes, acabam sendo insuficientes para o pagamento despesas na sua totalidade, sendo necessário realizar o remanejamento de recurso para quitação.

Informamos que esta unidade observou o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, ao qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

8.4 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 99 - Informações sobre publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos	Restos a pagar pagos (proc. e não proc.)
Legal	2032-20RK	-	-	71.519,22
	2080/20RK	R\$ 990.362,95	R\$ 404.275,58	-
	2109-4572	R\$ 64.581,60	-	-

Fonte: ACS

A Universidade teve uma despesa em 2016 de R\$ 475.794,80 em Publicidade Legal, referente ao elemento de despesa 33913990.

8.5 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Conforme apresentado no quadro a seguir, todos os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de licenciatura, constam LIBRAS como componente curricular obrigatório, atendendo ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Quadro 100 - Atendimento ao Decreto nº 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 5.626/2005	Publicação *
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	123411	SÃO GABRIEL	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasbiologicas/
CIÊNCIAS DA NATUREZA	1103698	URUGUAIANA	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasdanatureza/
CIÊNCIAS DA NATUREZA	5000917	DOM PEDRITO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasdanatureza-dp/
CIÊNCIAS EXATAS	121597	CAÇAPAVA DO SUL	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasexatas/
CIÊNCIAS HUMANAS	5000907	SÃO BORJA	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/
EDUCAÇÃO DO CAMPO	1265385	DOM PEDRITO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/
EDUCAÇÃO FÍSICA	1107084	URUGUAIANA	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/educacaofisica/
FÍSICA	104278	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemfisica/
HISTÓRIA	1103739	JAGUARÃO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/
LETRAS - LÍNGUAS ADICIONAIS INGLÊS, ESPANHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS	1313283	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasbage/
LETRAS - PORTUGUÊS	123405	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasportugueseliteraturas/
LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL	104298	JAGUARÃO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasjaguarao/
MATEMÁTICA	104282	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemmatematica/
MATEMÁTICA	5000912	ITAQUI	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemmatematicaitaqui/
MÚSICA	1168164	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemmusica/
PEDAGOGIA	104292	JAGUARÃO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/

QUÍMICA	104280	BAGÉ	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemquimica/
LETRAS – PORTUGUÊS EAD	1379001	JAGUARÃO	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasjaguarao/
RELAÇÕES PÚBLICAS	1103696	SÃO BORJA	sim	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/

Fonte: PROGRAD

Todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Bacharelado e Tecnólogo da Unipampa ofertam LIBRAS como Componente Curricular Complementar de Graduação ou validam a carga horária efetivada pelo discente no componente curricular LIBRAS, como Atividade Complementar de Graduação, na modalidade “Ensino”, conforme Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

9.1 Educação a distância

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) visa contribuir para a efetivação e o aperfeiçoamento das ações de Educação a Distância (EaD) na Universidade. As principais ações realizadas em 2016 estiveram voltadas para a (re)organização da equipe. Atualmente, a Diretoria tem no seu organograma (autorizado em dezembro/2016) a Diretoria, Núcleo de articulações e convênios – UAB; Secretaria executiva e as seguintes coordenadorias: (1) Administrativa e financeira; (2) Tecnologia da informação; (3) Apoio aos polos educacionais; (4) Capacitação de pessoal em ead; (5) Materiais didáticos em EaD. Três foram os avanços institucionais que levaram a isso e a oferta de uma nova modalidade de ensino. Destaca-se em primeiro lugar, a publicação, em setembro de 2016, da Portaria n° 1050 que credenciou a oferta de cursos superiores na modalidade a distância na Universidade. Já em novembro de 2016, foi publicada a Portaria n° 723 que autorizou a oferta do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa – Licenciatura e, em terceiro lugar a adesão da Unipampa à Universidade Aberta do Brasil (UAB), efetivada pelo parecer 2/2016- CGPC/DED/CAPES, que autoriza a oferta de 600 vagas em polos vinculados à UAB. O Curso de Letras, primeiro na modalidade a distância, tem a previsão de iniciar suas atividades no primeiro semestre de 2017 com a oferta de 150 vagas e atenderá três polos/*campi* institucionais, localizados nas seguintes cidades: Alegrete, Jaguarão e Santana do Livramento.

Dessas 600 vagas, pela UAB a oferta do Curso de Letras será de 250 vagas e atenderá cinco polos vinculados à UAB, localizados nas seguintes cidades: Cacequi, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí e São Sepé.

Também em 2016 o Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Pública Municipal reorganizou a comissão de curso para iniciar as atividades no primeiro semestre de 2017 com a oferta de 350 vagas em sete polos presentes nas cidades de Cacequi, Cachoeira do Sul, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí, Santana do Livramento e São Sepé. O ingresso aos cursos a distância se dá por processos seletivos específicos divulgados na página da Universidade e da Diretoria de Educação a Distância.

Sendo a Unipampa uma instituição *multicampi*, o uso da EaD é de extrema importância para a capacitação de servidores, em 2016, foram ofertadas 10 capacitações na modalidade semipresencial, atingindo 154 pessoas, e 5 capacitações na modalidade a distância, atingindo 158 pessoas. Além disso, foram oferecidos 2 cursos de extensão na modalidade a distância e semipresencial, capacitando 180 pessoas.

9.2 Obras e infraestrutura

No ano de 2016, houve sete obras concluídas, que são: Laboratório de Carboquímica de Bagé, Laboratório de Práticas Pedagógicas de Dom Pedrito, Subestação 4 e Rede Elétrica de Itaqui, Prédio Administrativo de São Borja, Entrada de Energia e Subestação – *Campus II* de São Borja, Restaurante Universitário de Itaqui e Restaurante Universitário de Caçapava do Sul.

Nesse mesmo período, ocorreram duas rescisões unilaterais do contrato em virtude de problemas com a contratada, as obras referidas são o Prédio Acadêmico III – Fase II do campus Itaqui e a Conclusão do Bloco III, V e Reservatório de Bagé. Além do que ainda estão paralisadas judicialmente desde o ano de 2015 as obras do Prédio Acadêmico IV de Itaqui, Prédio

Administrativo – Fase 02 de Itaqui, Casa do Estudante de Itaqui e a Casa do Estudante de Uruguaiana.

Em virtude da restrição orçamentária para as obras, houve a paralisação por 120 dias das seguintes obras: Casa do Estudante de Dom Pedrito, Casa do Estudante de Jaguarão, Casa do Estudante de São Gabriel, Acadêmico III – Fase 02 de Itaqui, Casa do Estudante de Alegrete, Laboratório de Engenharia de Alegrete, Pavilhões de Aquicultura de Uruguaiana, Reforma do Ginásio de Uruguaiana. Atualmente, todas estas estão em andamento.

Ao longo do ano, buscamos visualizar as reais condições de cada obra iniciada na instituição, que pela limitação orçamentária tiveram que ser suspensas ou paralisadas, porém, a obra do Centro de Interpretação do Pampa – CIP mereceu uma atenção maior em função de identificarmos uma nota fiscal pendente no ano de 2015 sem a devida provisão orçamentária, e que a execução dos serviços realizados pela empresa originalmente contratada se efetivou fora do prazo contratual.

No presente momento, os restantes das obras estão em andamento, porém todas estão atrasadas com relação ao cronograma físico-financeiro. O quadro a seguir apresenta a descrição das obras.

Quadro 101 - Quadro das Obras

N.º do processo	Contrato	Campus	Descrição	Data de início Efetivo	Valor global	Porcentagem da execução proposta até dez/2016
23100.002465/2014-86	12/2015	Bagé	Conclusão do Bloco III, V e Reservatório	08/06/2015	-	0%
23100.002094/2014-32	52/2014	Bagé	Casa do Estudante	04/12/2014	R\$ 3.601.938,56	77,85%
23100.002558/2014-19	59/2014	Bagé	Planetário	23/03/2015	R\$ 742.961,23	80,00%
23100.002380/2014-06	07/2015	Caçapava do Sul	Laboratório de Química - Fase 02	30/03/2015	R\$ 2.078.440,65	64,85%
23100.0002097/2014-76	54/2014	Dom Pedrito	Casa do Estudante	20/01/2015	R\$ 3.581.651,80	36,72%
23100.002276/2014-11	06/2015	Dom Pedrito	Prédio Acadêmico I	02/03/2015	R\$ 5.254.394,21	32,40%
23100.002128/2013-16	62/2013	Jaguarão	Construção Prédio Casa do Estudante Jaguarão	03/02/2014	R\$ 3.223.442,83	40,83%
23100.001255/2011-28	44/2011	Jaguarão	Centro de Interpretação do Pampa - CIP	25/11/2011	R\$ 5.895.505,78	-
23100.002123/2013-85	63/2013	Jaguarão	Construção Prédio Acadêmico I Jaguarão	03/02/2014	R\$ 4.818.316,31	50,16%
23100.001566/2012-78	48/2012	Santana do Livramento	Prédio Anexo Livramento	04/02/2013	R\$11.881.548,63	50,38%
23100.002116/2013-83	59/2013	São Gabriel	Construção Prédio Casa do Estudante São Gabriel	03/02/2014	R\$ 2.935.384,63	68,65%
23100.001454/2012-17	47/2012	São Gabriel	Prédio Administrativo São Gabriel	18/03/2013	R\$ 1.819.866,54	-
23100.002451/2014-62	04/2015	São Gabriel	NEVA	17/03/2015	R\$ 1.349.306,86	77,25%
23100.002026/2013-92	58/2013	Alegrete	Laboratório Civil e Elétrica	20/01/2014	R\$ 6.109.537,95	61,22%
23100.002122/2013-	60/2013	Alegrete	Casa do Estudante	03/02/2014	R\$ 2.840.662,73	73,68%

31						
23100.002277/2014-58	02/2015	Itaqui	Prédio Acadêmico IV	-	R\$ 4.927.982,95	-
23100.002462/2014-42	03/2015	Itaqui	Prédio Administrativo- Fase 2	-	R\$ 2.476.690,44	-
23100.002253/2014-07	08/2015	Itaqui	Casa do Estudante	-	R\$ 3.240.643,97	-
23100.002452/2014-15	13/2015	Itaqui	Acadêmico III- Fase 2	06/04/2015	R\$ 4.098.988,19	12,35%
23100..002117/2013-28	72/2013	São Borja	Casa do Estudante	03/02/2014	R\$ 3.022.689,70	88,74%
23100.002273/2014-70	10/2015	São Borja	Prédio Acadêmico III - Fase 02	13/04/2015	R\$ 2.994.305,71	11,68%
23100.002284/2014-50	05/2015	Uruguaiiana	Pavilhão da Aquicultura	08/04/2015	R\$ 3.732.948,04	35,96%
23100.002252/2014-54	09/2015	Uruguaiiana	Casa do Estudante	-	R\$ 2.999.958,48	-
23100.002514/2014-81	14/2015	Uruguaiiana	Reforma do Ginásio	06/04/2015	R\$ 2.395.206,24	16,55%



Universidade Federal do Pampa

GABINETE DA REITORIA
Caixa Postal 07
CEP 96.400-970 BAGÉ/RS
Telefone: 53 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 1695, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme aprovação na 75ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário, ocorrida em 19 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 900, emitida em 05 de maio de 2016,

Art. 2º INSTITUIR a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa:

1 Conselho Universitário (CONSUNI)

1.1 Secretaria do Conselho Universitário

2 Comissões Superiores

2.1 Secretaria das Comissões Superiores

2.2 Comissão Superior de Ensino

2.3 Comissão Superior de Pesquisa

2.4 Comissão Superior de Extensão

3 Conselho Curador (CONCUR)

3.1 Secretaria do Conselho Curador

4 Reitoria

4.1 Gabinete da Reitoria

4.1.1 Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitoria

4.1.2 Secretaria Executiva do Gabinete da Reitoria

4.2 Auditoria Interna (AUDIN)

4.3 Assessoria de Comunicação Social (ACS)

4.3.1 Secretaria da ACS

4.3.2 Agência de Comunicação

4.3.3 Coordenadoria de Jornalismo

4.3.4 Coordenadoria de Relações Públicas

4.3.5 Coordenadoria de Publicidade e Propaganda

4.3.6 Coordenadoria de Veículos de Comunicação

4.4 Comissões

4.4.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

4.4.2 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS)

4.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

4.4.4 Comissão de Ética (COE)

- 4.4.5 Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (COPSPAD)
- 4.4.6 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS)
- 4.5 Procuradoria Federal junto à UNIPAMPA (PF UNIPAMPA)
- 4.6 Diretoria de Educação a Distância (DEaD)
 - 4.6.1 Secretaria da DEaD
 - 4.6.2 Núcleo de Articulações e Convênios – UAB
 - 4.6.3 Coordenadoria Administrativa e Financeira
 - 4.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação
 - 4.6.5 Coordenadoria de Apoio aos Polos Educacionais
 - 4.6.6 Coordenadoria de Capacitação de Pessoal em EaD
 - 4.6.7 Coordenadoria Materiais Didáticos Pedagógicos em EaD
- 4.7 Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais (DAEINTER)
 - 4.7.1 Secretaria da DAEINTER
 - 4.7.2 Agência de Relações Internacionais
 - 4.7.3 Centro de Línguas
 - 4.7.4 Assessoria de Assuntos Estratégicos
 - 4.7.5 Coordenadoria de Relações Internacionais
 - 4.7.5.1 Divisão de Intercâmbios Internacionais
 - 4.7.5.2 Divisão de Convênios Internacionais
 - 4.7.6 Coordenadoria de Relações Institucionais
 - 4.7.6.1 Divisão de Captação de Estágios
 - 4.7.6.2 Divisão de Captação de Convênios
 - 4.7.7 Coordenadoria de Idiomas
- 4.8 Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)
 - 4.8.1 Conselho Gestor de TIC
 - 4.8.2 Diretoria de Operações
 - 4.8.3 Coordenadoria de Administração e Planejamento
 - 4.8.3.1 Divisão de Compras e Contratos de TI
 - 4.8.3.2 Divisão de Patrimônio e Logística
 - 4.8.3.3 Divisão de Planejamento e Gestão
 - 4.8.4 Coordenadoria de Apoio ao Usuário
 - 4.8.4.1 Divisão de Implantação e Administração de Sistemas
 - 4.8.4.2 Divisão de Portais Institucionais
 - 4.8.4.3 Divisão de Processos, Requisitos e Suporte de Sistemas
 - 4.8.4.4 Divisão de Telecomunicações
 - 4.8.5 Coordenadoria de Governança de TI
 - 4.8.6 Coordenadoria de Infraestrutura
 - 4.8.6.1 Divisão de Administração de Datacenter
 - 4.8.6.2 Divisão de Implantação e Manutenção de Redes
 - 4.8.6.3 Divisão de Projetos e Inovação
 - 4.8.6.4 Divisão de Segurança da Informação
 - 4.8.7 Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
 - 4.8.7.1 Divisão de Arquitetura de *Software*
 - 4.8.7.2 Divisão de Administração de Dados
 - 4.8.7.3 Divisão de Testes de *Software*
- 4.9 Hospital Universitário Veterinário (HUVET)
- 4.10 Parque Científico e Tecnológico do Pampa (PAMPATEC)
- 4.11 Parque Tecnológico da Campanha
- 4.12 Centro de Interpretação do Pampa (CIP)
- 4.13 Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal (NUDEPE)
- 4.14 Sistema de Bibliotecas (SISBI)
- 4.15 Estrutura de Segurança da Informação e Comunicações (ESIC)
- 4.16 Coordenadoria de Laboratórios (COLAB)
- 4.17 Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA)
- 4.18 Ouvidoria
- 4.19 Procuradoria Educacional Institucional (PEI)
- 4.20 Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF)
- 4.21 Arquivo e Protocolo Geral
- 4.22 Comitê de Gestão de Riscos (CGR)

5 Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

- 5.1 Pró-Reitoria Adjunta de Graduação
- 5.2 Secretaria da PROGRAD
- 5.3 Assessoria de Cursos de Licenciaturas
- 5.4 Assessoria de Projetos e Comunicação
- 5.5 Assessoria de Cursos de Bacharelados
- 5.6 Assessoria Especial
- 5.7 Assessoria de Cursos Tecnológicos
- 5.8 Assessoria de Administração e Avaliação
- 5.9 Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação
 - 5.9.1 Divisão de Planejamento e Desenvolvimento
 - 5.9.2 Divisão de Regulação e Avaliação
 - 5.9.3 Divisão de Formação e Qualificação
 - 5.9.4 Divisão de Infraestrutura e Orçamento
- 5.10 Coordenadoria de Processos Acadêmicos
 - 5.10.1 Divisão de Registros Acadêmicos
 - 5.10.2 Divisão de Documentação Acadêmica
 - 5.10.3 Divisão de Estágios
 - 5.10.4 Divisão de Processos Seletivos

6 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXT

- 6.1 Pró-Reitoria Adjunta de Extensão e Cultura
- 6.2 Secretaria da PROEXT
- 6.3 Planetário
- 6.4 Editora
- 6.5 Coordenadoria de Fomento às Ações de Extensão
 - 6.5.1 Divisão de Fomento à Extensão
 - 6.5.2 Divisão de Formação, Acompanhamento e Avaliação
- 6.6 Coordenadoria de Cultura
 - 6.6.1 Divisão de Projetos e Eventos Culturais e Artísticos
- 6.7 Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Social
 - 6.7.1 Divisão de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica
 - 6.7.2 Divisão de Movimentos Sociais
 - 6.7.3 Divisão de Programas Institucionais

7 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPPi

- 7.1 Pró-Reitoria Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- 7.2 Secretaria da PROPPi
- 7.3 Assessoria de Projetos Especiais e Parques Tecnológicos
- 7.4 Agência de Inovação Tecnológica
 - 7.4.1 Núcleo de Inovação Tecnológica
- 7.5 Comissão de Ética em Pesquisa
- 7.6 Comissão de Ética no Uso Animal
- 7.7 Comissão Interna de Biossegurança
- 7.8 Coordenadoria de Pesquisa
 - 7.8.1 Divisão de Iniciação Científica
 - 7.8.2 Divisão de Fomento à Pesquisa
- 7.9 Coordenadoria de Gestão de Projetos de Pesquisa
 - 7.9.1 Divisão de Aquisição de Equipamentos
 - 7.9.2 Divisão de Apoio ao Pesquisador
 - 7.9.3 Divisão de Apoio e Acompanhamento a Projetos
- 7.10 Coordenadoria de Pós-Graduação
 - 7.10.1 Divisão de Programas *Stricto Sensu*
 - 7.10.2 Divisão de Cursos *Lato Sensu*

8 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC

- 8.1 Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários
- 8.2 Secretaria da PRAEC
- 8.3 Assessoria Administrativa
- 8.4 Assessoria de Planejamento e Avaliação
- 8.5 Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

- 8.5.1 Divisão de Assistência Estudantil
- 8.5.2 Divisão de Assuntos Comunitários

9 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE

- 9.1 Pró-Reitoria Adjunta de Gestão de Pessoas
- 9.2 Secretaria da PROGEPE
- 9.3 Assessoria Técnica
- 9.4 Coordenadoria de Administração de Pessoal
 - 9.4.1 Divisão de Concessão de Pagamentos
 - 9.4.2 Divisão de Aposentadoria e Pensão
 - 9.4.3 Divisão de Registros e Movimentações Funcionais
- 9.5 Coordenadoria de Gestão de Carreiras
 - 9.5.1 Divisão de Concursos e Seleção de Pessoal
 - 9.5.2 Divisão de Acompanhamento Funcional e Afastamentos
 - 9.5.3 Divisão de Avaliação de Desempenho
 - 9.5.4 Divisão de Capacitação e Aperfeiçoamento
- 9.6 Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor
 - 9.6.1 Divisão de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho
 - 9.6.2 Divisão de Perícia

10 Pró-Reitoria de Administração - PROAD

- 10.1 Pró-Reitoria Adjunta de Administração
- 10.2 Secretaria da PROAD
- 10.3 Comissão Permanente de Licitações
- 10.4 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
 - 10.4.1 Divisão de Contabilidade
 - 10.4.2 Divisão de Finanças
- 10.5 Coordenadoria de Contratos e Licitações
 - 10.5.1 Divisão de Contratos e Compras
 - 10.5.2 Divisão de Pregões
 - 10.5.3 Divisão de Serviços Terceirizados
- 10.6 Coordenadoria de Material, Patrimônio e Logística
 - 10.6.1 Divisão de Almoxarifado
 - 10.6.2 Divisão de Patrimônio
 - 10.6.3 Divisão de Frota

11 Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura - PROPLAN

- 11.1 Pró-Reitoria Adjunta de Planejamento e Infraestrutura
- 11.2 Secretaria da PROPLAN
- 11.3 Assessoria
- 11.4 Coordenadoria de Planejamento
 - 11.4.1 Divisão de Planejamento Estratégico
 - 11.4.2 Divisão de Planejamento Econômico
 - 11.4.3 Divisão de Orçamento
- 11.5 Coordenadoria de Infraestrutura
 - 11.5.1 Divisão de Projetos Arquitetônicos
 - 11.5.2 Divisão de Fiscalização de Obras
 - 11.5.3 Divisão de Planejamento Ambiental e Urbanístico
 - 11.5.4 Divisão de Fiscalização de Contratos de Obras
 - 11.5.5 Divisão de Projetos Complementares
- 11.6 Coordenadoria de Manutenção
 - 11.6.1 Divisão de Manutenção Predial
 - 11.6.2 Divisão de Manutenção Elétrica
 - 11.6.3 Divisão de Manutenção de Equipamentos
- 11.7 Coordenadoria de Gestão de Convênios e Projetos
 - 11.7.1 Divisão de Gestão de Convênios
 - 11.7.2 Divisão de Gestão de Projetos
 - 11.7.3 Divisão de Captação de Recursos

12 Campus Alegrete

- 12.1 Conselho do Campus
 - 12.1.1 Comissão Local de Ensino
 - 12.1.2 Comissão Local de Pesquisa
 - 12.1.3 Comissão Local de Extensão

12.2 Direção do Campus

12.2.1 Secretaria do Gabinete

12.2.2 Coordenação Acadêmica

12.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)

12.2.2.2 Coordenação do Curso de Ciência da Computação

12.2.2.3 Coordenação do Curso de Engenharia Civil

12.2.2.4 Coordenação do Curso de Engenharia de *Software*

12.2.2.5 Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica

12.2.2.6 Coordenação do Curso de Engenharia Agrícola

12.2.2.7 Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

12.2.2.8 Coordenação do Curso de Engenharia de Telecomunicações

12.2.2.9 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica

12.2.2.10 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia

12.2.2.11 Secretaria Acadêmica

12.2.2.12 Setor de Laboratórios

12.2.2.13 Setor de Biblioteca

12.2.3 Coordenação Administrativa

12.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio

12.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças

12.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura

12.2.3.4 Secretaria Administrativa

12.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

12.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

13 Campus Bagé

13.1 Conselho do Campus

13.1.1 Comissão Local de Ensino

13.1.2 Comissão Local de Pesquisa

13.1.3 Comissão Local de Extensão

13.2 Direção do Campus

13.2.1 Secretaria do Gabinete

13.2.2 Coordenação Acadêmica

13.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)

13.2.2.2 Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos

13.2.2.3 Coordenação do Curso de Engenharia de Computação

13.2.2.4 Coordenação do Curso de Engenharia de Produção

13.2.2.5 Coordenação do Curso de Engenharia de Energia

13.2.2.6 Coordenação do Curso de Engenharia Química

13.2.2.7 Coordenação do Curso de Física

13.2.2.8 Coordenação do Curso de Letras - Português

13.2.2.9 Coordenação do Curso de Letras – Línguas Adicionais

13.2.2.10 Coordenação do Curso de Matemática

13.2.2.11 Coordenação do Curso de Química

13.2.2.12 Coordenação do Curso de Música

13.2.2.13 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada

13.2.2.14 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências

13.2.2.15 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Línguas

13.2.2.16 Secretaria Acadêmica

13.2.2.17 Setor de Laboratórios

13.2.2.18 Setor de Biblioteca

13.2.3 Coordenação Administrativa

13.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio

13.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças

13.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura

13.2.3.4 Secretaria Administrativa

13.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

13.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

14 Campus Caçapava do Sul

14.1 Conselho do Campus

14.1.1 Comissão Local de Ensino

14.1.2 Comissão Local de Pesquisa

- 14.1.3 Comissão Local de Extensão
- 14.2 Direção do Campus
 - 14.2.1 Secretaria do Gabinete
 - 14.2.2 Coordenação Acadêmica
 - 14.2.2.1 Núcleo Desenvolvimento Educacional (NUDE)
 - 14.2.2.2 Coordenação do Curso de Geofísica
 - 14.2.2.3 Coordenação do Curso de Geologia
 - 14.2.2.4 Coordenação do Curso de Ciências Exatas
 - 14.2.2.5 Coordenação do Curso de Mineração
 - 14.2.2.6 Coordenação do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária
 - 14.2.2.7 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Mineral
 - 14.2.2.8 Secretaria Acadêmica
 - 14.2.2.9 Setor de Laboratórios
 - 14.2.2.10 Setor de Biblioteca
 - 14.2.3 Coordenação Administrativa
 - 14.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
 - 14.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 - 14.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
 - 14.2.3.4 Secretaria Administrativa
 - 14.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 14.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

15 Campus Dom Pedrito

- 15.1 Conselho do Campus
 - 15.1.1 Comissão Local de Ensino
 - 15.1.2 Comissão Local de Pesquisa
 - 15.1.3 Comissão Local de Extensão
- 15.2 Direção do Campus
 - 15.2.1 Secretaria do Gabinete
 - 15.2.2 Coordenação Acadêmica
 - 15.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
 - 15.2.2.2 Coordenação do Curso de Enologia
 - 15.2.2.3 Coordenação do Curso de Ciências da Natureza
 - 15.2.2.4 Coordenação do Curso de Educação do Campo
 - 15.2.2.5 Coordenação do Curso de Zootecnia
 - 15.2.2.6 Coordenação do Curso de Agronegócio
 - 15.2.2.7 Secretaria Acadêmica
 - 15.2.2.8 Setor de Laboratórios
 - 15.2.2.9 Setor de Biblioteca
 - 15.2.3 Coordenação Administrativa
 - 15.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
 - 15.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 - 15.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
 - 15.2.3.4 Secretaria Administrativa
 - 15.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 15.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

16 Campus Itaquí

- 16.1 Conselho do Campus
 - 16.1.1 Comissão Local de Ensino
 - 16.1.2 Comissão Local de Pesquisa
 - 16.1.3 Comissão Local de Extensão
- 16.2 Direção do Campus
 - 16.2.1 Secretaria do Gabinete
 - 16.2.2 Coordenação Acadêmica
 - 16.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
 - 16.2.2.2 Coordenação do Curso de Agronomia
 - 16.2.2.3 Coordenação do Curso de Engenharia de Agrimensura
 - 16.2.2.4 Coordenação do Curso de Nutrição
 - 16.2.2.5 Coordenação do Curso de Matemática
 - 16.2.2.6 Coordenação do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos
 - 16.2.2.7 Coordenação do Curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia

- 16.2.2.8 Secretaria Acadêmica
- 16.2.2.9 Setor de Laboratórios
- 16.2.2.10 Setor de Biblioteca
- 16.2.3 Coordenação Administrativa
 - 16.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
 - 16.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 - 16.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
 - 16.2.3.4 Secretaria Administrativa
 - 16.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 16.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

17 Campus Jaguarão

- 17.1 Conselho do Campus
 - 17.1.1 Comissão Local de Ensino
 - 17.1.2 Comissão Local de Pesquisa
 - 17.1.3 Comissão Local de Extensão
- 17.2 Direção do Campus
 - 17.2.1 Secretaria do Gabinete
 - 17.2.2 Coordenação Acadêmica
 - 17.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
 - 17.2.2.2 Coordenação do Curso de Produção e Política Cultural
 - 17.2.2.3 Coordenação do Curso de História
 - 17.2.2.4 Coordenação do Curso de Gestão de Turismo
 - 17.2.2.5 Coordenação do Curso de Letras – Português e Espanhol
 - 17.2.2.6 Coordenação do Curso de Pedagogia
 - 17.2.2.7 Coordenação do Curso de Letras – Português EAD
 - 17.2.2.8 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 - 17.2.2.9 Secretaria Acadêmica
 - 17.2.2.10 Setor de Laboratórios
 - 17.2.2.11 Setor de Biblioteca
 - 17.2.3 Coordenação Administrativa
 - 17.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
 - 17.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 - 17.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
 - 17.2.3.4 Secretaria Administrativa
 - 17.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 17.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

18 Campus Santana do Livramento

- 18.1 Conselho do Campus
 - 18.1.1 Comissão Local de Ensino
 - 18.1.2 Comissão Local de Pesquisa
 - 18.1.3 Comissão Local de Extensão
- 18.2 Direção do Campus
 - 18.2.1 Secretaria do Gabinete
 - 18.2.2 Coordenação Acadêmica
 - 18.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
 - 18.2.2.2 Coordenação do Curso de Administração
 - 18.2.2.3 Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
 - 18.2.2.4 Coordenação do Curso de Gestão Pública
 - 18.2.2.5 Coordenação do Curso de Relações Internacionais
 - 18.2.2.6 Coordenação do Curso de Direito
 - 18.2.2.7 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração
 - 18.2.2.8 Secretaria Acadêmica
 - 18.2.2.9 Setor de Laboratórios
 - 18.2.2.10 Setor de Biblioteca
 - 18.2.3 Coordenação Administrativa
 - 18.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
 - 18.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 - 18.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
 - 18.2.3.4 Secretaria Administrativa
 - 18.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

18.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

19 Campus São Borja

19.1 Conselho do Campus

- 19.1.1 Comissão Local de Ensino
- 19.1.2 Comissão Local de Pesquisa
- 19.1.3 Comissão Local de Extensão

19.2 Direção do Campus

19.2.1 Secretaria do Gabinete

19.2.2 Coordenação Acadêmica

- 19.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
- 19.2.2.2 Coordenação do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política
- 19.2.2.3 Coordenação do Curso de Jornalismo
- 19.2.2.4 Coordenação do Curso de Ciências Humanas
- 19.2.2.5 Coordenação do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
- 19.2.2.6 Coordenação do Curso de Relações Públicas
- 19.2.2.7 Coordenação do Curso de Serviço Social
- 19.2.2.8 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
- 19.2.2.9 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa
- 19.2.2.10 Secretaria Acadêmica
- 19.2.2.11 Setor de Laboratórios
- 19.2.2.12 Setor de Biblioteca

19.2.3 Coordenação Administrativa

- 19.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
- 19.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
- 19.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
- 19.2.3.4 Secretaria Administrativa
- 19.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 19.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

20 Campus São Gabriel

20.1 Conselho do Campus

- 20.1.1 Comissão Local de Ensino
- 20.1.2 Comissão Local de Pesquisa
- 20.1.3 Comissão Local de Extensão

20.2 Direção do Campus

20.2.1 Secretaria do Gabinete

20.2.2 Coordenação Acadêmica

- 20.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)
- 20.2.2.2 Coordenação do Curso de Biotecnologia
- 20.2.2.3 Coordenação do Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado
- 20.2.2.4 Coordenação do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura
- 20.2.2.5 Coordenação do Curso de Engenharia Florestal
- 20.2.2.6 Coordenação do Curso de Gestão Ambiental
- 20.2.2.7 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas
- 20.2.2.8 Secretaria Acadêmica
- 20.2.2.9 Setor de Laboratórios
- 20.2.2.10 Setor de Biblioteca

20.2.3 Coordenação Administrativa

- 20.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio
- 20.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças
- 20.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura
- 20.2.3.4 Secretaria Administrativa
- 20.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 20.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

21 Campus Uruguaiana

21.1 Conselho do Campus

- 21.1.1 Comissão Local de Ensino
- 21.1.2 Comissão Local de Pesquisa
- 21.1.3 Comissão Local de Extensão

21.2 Direção do Campus

21.2.1 Secretaria do Gabinete

21.2.2 Coordenação Acadêmica

21.2.2.1 Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE)

21.2.2.2 Coordenação do Curso de Enfermagem

21.2.2.3 Coordenação do Curso de Educação Física

21.2.2.4 Coordenação do Curso de Farmácia

21.2.2.5 Coordenação do Curso de Ciências da Natureza

21.2.2.6 Coordenação do Curso de Fisioterapia

21.2.2.7 Coordenação do Curso de Medicina

21.2.2.8 Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

21.2.2.9 Coordenação do Curso de Aquicultura

21.2.2.10 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica

21.2.2.11 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal

21.2.2.12 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas

21.2.2.13 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas

21.2.2.14 Secretaria Acadêmica

21.2.2.15 Setor de Laboratórios

21.2.2.16 Setor de Biblioteca

21.2.3 Coordenação Administrativa

21.2.3.1 Setor de Compras, Material e Patrimônio

21.2.3.2 Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças

21.2.3.3 Setor de Planejamento e Infraestrutura

21.2.3.4 Secretaria Administrativa

21.2.3.5 Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação

21.2.3.6 Setor de Interface de Pessoal

Art. 3º DETERMINAR que esta portaria entrará em vigor a partir da publicação.

Marco Antonio Fontoura Hansen

Reitor



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	925.683,68	2.359.578,26	Despesas Orçamentárias	281.727.232,51	249.340.679,71
Ordinárias	22.798,05	13.701,91	Ordinárias	71.668.618,55	33.793.135,78
Vinculadas	1.521.028,73	2.422.432,69	Vinculadas	210.058.613,96	215.547.543,93
Doações		126.275,46	Educação	207.580.538,44	179.771.461,61
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.521.028,73	2.296.157,23	Operação de Crédito	144.301,69	32.555.610,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-618.143,10	-76.556,34	Doações		118.883,74
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.047.290,05	2.077.131,49
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.286.483,78	1.024.456,96
Transferências Financeiras Recebidas	270.924.427,11	263.145.844,41	Transferências Financeiras Concedidas	1.270.888,51	244.295,96
Resultantes da Execução Orçamentária	255.258.195,80	233.842.869,85	Resultantes da Execução Orçamentária	58.393,49	157.974,16
Repasse Recebido	255.258.195,80	233.842.869,85	Repasse Concedido	58.393,49	157.974,16
Independentes da Execução Orçamentária	15.666.231,31	29.302.974,56	Independentes da Execução Orçamentária	1.212.495,02	86.321,80
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.751.390,90	27.287.342,52	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	578.131,87	
Demais Transferências Recebidas		1.321,77	Movimento de Saldos Patrimoniais	634.363,15	86.321,80
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.914.840,41	2.014.310,27	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	27.343.594,64	14.870.747,82	Despesas Extraorçamentárias	16.558.951,13	30.844.139,08
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	419.197,12	3.090.154,66	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.660.497,88	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.729.269,73	11.705.840,55	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.713.224,42	30.769.386,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	189.164,19	74.752,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	185.228,83	74.752,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.963,60	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos	5.963,60				
Saldo do Exercício Anterior	4.992.500,97	5.045.445,23	Saldo para o Exercício Seguinte	4.629.134,25	4.992.500,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.992.500,97	5.045.445,23	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.629.134,25	4.992.500,97
TOTAL	304.186.206,40	285.421.615,72	TOTAL	304.186.206,40	285.421.615,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.045.797,00	1.045.797,00	925.683,68	-120.113,32
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	259.705,00	259.705,00	323.895,74	64.190,74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	146.722,00	146.722,00	150.585,01	3.863,01
Valores Mobiliários	112.983,00	112.983,00	173.310,73	60.327,73
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	786.092,00	786.092,00	1.014.462,74	228.370,74
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	786.092,00	786.092,00	1.014.462,74	228.370,74
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-449.155,99	-449.155,99
Outras Receitas Correntes	-	-	36.481,19	36.481,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	13.571,71	13.571,71
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	22.909,48	22.909,48
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.045.797,00	1.045.797,00	925.683,68	-120.113,32
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.045.797,00	1.045.797,00	925.683,68	-120.113,32
DÉFICIT			280.801.548,83	280.801.548,83
TOTAL	1.045.797,00	1.045.797,00	281.727.232,51	280.681.435,51
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	229.842.868,00	262.194.275,00	261.847.051,89	250.356.036,70	250.143.843,80	347.223,11
Pessoal e Encargos Sociais	172.256.199,00	201.110.548,00	198.856.954,38	198.856.954,38	198.856.954,38	2.253.593,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	57.586.669,00	61.083.727,00	62.990.097,51	51.499.082,32	51.286.889,42	-1.906.370,51
DESPESAS DE CAPITAL	23.052.898,00	24.214.536,00	19.880.180,62	4.641.926,08	4.434.921,86	4.334.355,38
Investimentos	23.052.898,00	24.214.536,00	19.880.180,62	4.641.926,08	4.434.921,86	4.334.355,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	252.895.766,00	286.408.811,00	281.727.232,51	254.997.962,78	254.578.765,66	4.681.578,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	252.895.766,00	286.408.811,00	281.727.232,51	254.997.962,78	254.578.765,66	4.681.578,49
TOTAL	252.895.766,00	286.408.811,00	281.727.232,51	254.997.962,78	254.578.765,66	4.681.578,49

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.959.950,28	10.080.515,02	9.012.112,92	8.981.363,95	1.842.321,66	1.216.779,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.959.950,28	10.080.515,02	9.012.112,92	8.981.363,95	1.842.321,66	1.216.779,69
DESPESAS DE CAPITAL	10.727.993,00	1.625.325,53	3.755.837,24	3.731.860,47	2.929.868,51	5.691.589,55
Investimentos	10.727.993,00	1.625.325,53	3.755.837,24	3.731.860,47	2.929.868,51	5.691.589,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.687.943,28	11.705.840,55	12.767.950,16	12.713.224,42	4.772.190,17	6.908.369,24

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	924.373,08	923.935,03	411,65	26,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	924.373,08	923.935,03	411,65	26,40
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.736.562,85	2.736.562,85	-	-
Investimentos	-	2.736.562,85	2.736.562,85	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.660.935,93	3.660.497,88	411,65	26,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	273.230.846,06	296.889.456,75	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.230.846,06	296.889.456,75

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.629.134,25	4.992.500,97	PASSIVO FINANCEIRO	34.060.797,85	28.267.682,42
ATIVO PERMANENTE	268.601.711,81	291.896.955,78	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	239.170.048,21	268.621.774,33

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	17.066.566,45	18.324.619,55	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	90.869.798,30	106.431.817,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	17.066.566,45	18.324.619,55	Execução dos Atos Potenciais Passivos	90.869.798,30	106.431.817,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.428.747,24	8.929.611,60	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	8.637.819,21	9.395.007,95	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	8.104,81	16.444,33
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	90.861.693,49	106.415.372,84
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	17.066.566,45	18.324.619,55	TOTAL	90.869.798,30	106.431.817,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.729.622,75
Recursos Vinculados	-22.702.040,85
Educação	-24.935.815,97
Operação de Crédito	3.373,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.765.873,64
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-535.471,59
TOTAL	-29.431.663,60



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	275.756.909,66	385.864.444,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.171.347,92	413.553,59
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.171.347,92	413.553,59
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	173.502,56	125.151,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	191,83	68,66
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	173.310,73	125.083,33
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	271.019.992,82	265.178.926,69
Transferências Intragovernamentais	270.924.427,11	263.145.844,41
Transferências Intergovernamentais	-	1.657.791,53
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	118.883,74
Outras Transferências e Delegações Recebidas	95.565,71	256.407,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.355.499,17	120.098.694,74
Reavaliação de Ativos	147.228,12	22.569.478,67
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.995.308,39	91.814.928,28
Ganhos com Desincorporação de Passivos	212.962,66	5.714.287,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	36.567,19	48.117,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	36.567,19	48.117,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	272.826.135,11	367.057.844,61
Pessoal e Encargos	214.017.585,86	190.436.566,32
Remuneração a Pessoal	166.547.659,56	150.935.031,63
Encargos Patronais	33.960.811,01	30.086.203,25
Benefícios a Pessoal	13.509.115,29	9.415.331,44
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	352.513,49	202.869,29
Aposentadorias e Reformas	141.966,33	73.808,28
Pensões	210.547,16	129.061,01
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	47.038.211,78	33.260.758,75
Uso de Material de Consumo	2.605.738,71	2.710.669,96
Serviços	33.574.791,48	30.408.938,94
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.857.681,59	141.149,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.578,00	4.384,79
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	464,54
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.578,00	3.920,25
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.322.418,38	292.885,26
Transferências Intragovernamentais	1.270.888,51	244.295,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	51.529,87	48.589,30
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	627.513,66	134.545.630,46
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	84.960,00	29.740.443,95
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	114.303,82
Incorporação de Passivos	-	212.962,66
Desincorporação de Ativos	542.553,66	104.477.920,03



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	17.287,63	58.195,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.287,63	52.334,91
Contribuições	-	5.860,82
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.444.026,31	8.256.554,01
Premiações	-	62.240,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.331.860,57	7.967.200,32
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.112.165,74	227.113,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.930.774,55	18.806.600,06

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 23/01/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.539.978,46	33.736.651,80
INGRESSOS	272.045.238,58	265.580.175,28
Receitas Derivadas e Originárias	1.374.839,67	582.902,99
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	150.585,01	131.138,01
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.014.462,74	278.495,33
Remuneração das Disponibilidades	173.310,73	125.083,33
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.481,19	48.186,32
Transferências Correntes Recebidas	-449.155,99	1.776.675,27
Intergovernamentais	89.045,66	1.657.791,53
Dos Estados e/ou Distrito Federal	89.045,66	1.657.791,53
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-538.201,65	118.883,74
Outros Ingressos das Operações	271.119.554,90	263.220.597,02
Ingressos Extraorçamentários	189.164,19	74.752,61
Transferências Financeiras Recebidas	270.924.427,11	263.145.844,41
Demais Recebimentos	5.963,60	-
DESEMBOLSOS	-261.505.260,12	-231.843.523,48
Pessoal e Demais Despesas	-226.092.706,05	-201.193.558,89
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-352.301,69	-202.869,29
Saúde	-	-2.371,60
Trabalho	-	-
Educação	-225.740.404,36	-200.901.526,56
Cultura	-	-9.189,95
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-77.601,49
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 23/01/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-33.956.436,73	-30.330.916,02
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-33.904.906,86	-30.282.326,72
Outras Transferências Concedidas	-51.529,87	-48.589,30
Outros Desembolsos das Operações	-1.456.117,34	-319.048,57
Dispêndios Extraorçamentários	-185.228,83	-74.752,61
Transferências Financeiras Concedidas	-1.270.888,51	-244.295,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.903.345,18	-33.789.596,06
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.903.345,18	-33.789.596,06
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.870.238,62	-33.745.917,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-33.106,56	-43.678,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-363.366,72	-52.944,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.992.500,97	5.045.445,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.629.134,25	4.992.500,97

ANEXO 7 – Relatório dos grupos de pesquisa

Quadro 102 - Relatório de recursos humanos, linhas de pesquisa e instituições parceiras

RELATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS, LINHAS DE PESQUISA E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	
Instituição/Sigla/CNPJ:	Universidade Federal do Pampa
Consultar por:	Grupos
Grande área :	Todas
Situação:	Certificado
Nome do grupo	Área predominante do grupo
Grupo de Óptica, Micro e Nanofabricação de Dispositivos - GOMNDI	Física
Grupo de estudo e pesquisa em anatomia funcional	Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CARACTERIZAÇÃO E APROVEITAMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE DEPÓSITOS MINERAIS	Geociências
A Influência da Religião nas Relações Internacionais	Ciência Política
DIVERSIDADE GENÉTICA ANIMAL	Genética
Estresse Oxidativo e Sinalização Celular	Bioquímica
Neurobiologia e Toxinologia de Compostos Naturais	Bioquímica
INCLUSIVE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade na Educação Básica e no Ensino Superior	Educação
Manejo Integrado de Pragas	Agronomia
Grupo de Pesquisa em Neuromecânica Aplicada - GNAP	Educação Física
LPA - Laboratório de Proteômica Aplicada	Biologia Geral
Sanidade Animal e Saúde Pública	Medicina Veterinária
Grupo de Pesquisa Toxicologia Celular - ToxCel	Farmácia
Grupo de Pesquisa em Fisiologia - GPFis UNIPAMPA	Fisiologia
Mecânica Aplicada	Engenharia Mecânica
Grupo de Pesquisas em Geologia Sedimentar - GPGS	Geociências

Manejo e Conservação do Solo	Agronomia
Grupo de Energia e Sistemas Elétricos de Potência - GESEP	Engenharia Elétrica
Grupo de Estudos em Água e Solo (GEAS)	Agronomia
Grupo de Estudos em Produção e Nutrição de Ruminantes - GENUR	Zootecnia
Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes - NUPPER	Zootecnia
Computação de Alta Eficiência - HECO - High Efficiency Computing	Ciência da Computação
DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE	Economia
UNIGAIA - GRUPO DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR APLICADA	Geociências
LAPIA - Laboratory of Applied Image Processing	Ciência da Computação
Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Estudos Pecheutianos	Linguística
Grupo de Estudo em Sistemas Complexos e Aplicações - GESCA	Geociências
Sistemática e biogeografia de heterópteros aquáticos (Insecta, Hemiptera, Gerromorpha e Nepomorpha)	Zoologia
Óleos e Gorduras	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Núcleo de Estudos em Família e Cronicidade	Enfermagem
GRUPO DE PESQUISAS HERMES	Filosofia
Dinâmica Ecológica e Diversidade em Ecossistemas Florestais	Ecologia
Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - UNIPAMPA - LaftamBio	Farmacologia
Nanoestruturados	Física
BIOTECNOLOGIA DA REPRODUÇÃO - Biotech Unipampa	Medicina Veterinária
Fenômenos de Transporte Avançado - FENTA Group	Engenharia Mecânica
Exploração Integrada de Recursos Energéticos - EIRE	Engenharia Elétrica
Grupo de Pesquisa em Energia e Carboquímica - GPEC	Engenharia Química

PRO-REP- Grupo de Estudo e pesquisas em Produção e Reprodução Animal	Zootecnia
GREAT - GRupo de Engenharia da informação Aplicada e Tecnologias educacionais	Ciência da Computação
Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	Medicina Veterinária
Núcleo de Estudos da Vegetação Antártica	Ecologia
Grupo de Herbologia Pampa	Agronomia
Grupo de Pesquisa em Fisiologia Cardiovascular - GPFisCar	Fisiologia
NP3 - Núcleo de Pesquisa em Pecuária de Precisão	Ciência da Computação
Espectroscopia de Materiais Fotônicos	Engenharia Elétrica
Materiais Aplicados à Engenharia Civil - MAEC	Engenharia Civil
Labpoliter - Laboratório de Políticas Públicas e territórios fronteiriços	Ciência Política
CRIANEGRA: Cultura, Comunicação e Educação	Comunicação
Núcleo de Pesquisa sobre Ensino de Ciências na Educação do Campo - NPEC	Educação
Grupo de Pesquisas e Estudos em Saúde da Mulher (GRUPESM)	Enfermagem
Nucleo de Estudos de Sistemas Produtivos de Leite - NESPleite	Zootecnia
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo	Educação
ALIAS - Análise Integrada e Aplicada a Sinais Geofísicos	Geociências
Grupo de Estudos em Aquicultura dos Pampas - Aquapampa	Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca
Grupo de Pesquisa e Extensão Sobre Agricultura Familiar e Sustentabilidade Socioambiental	Economia
Jornalismo em Redes e Convergência	Comunicação
Núcleo de Estudos em Redes	Administração
Observatório do Legislativo e Executivo	Ciência Política
Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais - GPAC	Comunicação
Laboratório de Eletromagnetismo, Micro-Ondas e Antenas - LEMA	Engenharia Elétrica

GRUPO DE PESQUISA EM TOXICOLOGIA AMBIENTAL	Bioquímica
Diversidade, manejo e melhoramento de frutíferas.	Recursos Florestais e Engenharia Florestal
Grupo de Pesquisa em Estatística e Experimentação Agronômica - GPEEA	Agronomia
Recursos hídricos e sistemas agrícolas	Engenharia Agrícola
Grupo de Pesquisa e Extensão Cultura, Linguagem, Sociedade e Educação	Linguística
Avaliação e intervenção nutricional em diferentes ciclos da vida	Nutrição
Fisiologia Molecular e Integrativa da Reprodução	Medicina Veterinária
GRUPO DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO EM FRUTICULTURA (GEPEF)	Agronomia
Tratamento de Superfície, Eletroquímica e Corrosão	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
Grupo de Pesquisa em Eletrônica Aplicada	Engenharia Elétrica
Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de Profissionais da Educação -	Educação
Grupo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde na Infância e Adolescência (GPAFSIA)	Educação Física
Tecnologia Social e Assistiva - TESA	Engenharia Elétrica
Gespampa - Grupo de pesquisa, ensino e extensão em sistemas produtivos do Pampa	Zootecnia
Gestão em Agronegócio e Desenvolvimento Rural - GEADER	Administração
Grupo de Pesquisa em Bioquímica e Toxicologia em Caenorhabditis elegans- GBToxCe	Bioquímica
Grupo de pesquisa em fisioterapia respiratória (GPFIR)	Fisioterapia e Terapia Ocupacional
APIPAMPA	Zootecnia
Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento	Direito
Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento	Medicina
t3xto	Comunicação
Grupo de Pesquisa em Sistemas Eletrônicos (GPSEL)	Engenharia Elétrica
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ENFERMAGEM DA FRONTEIRA-OESTE DO RIO GRANDE DO SUL (GPEenf)	Enfermagem

GSI - Grupo de Estudos em Segurança de Sistemas e da Informação	Ciência da Computação
Processos socioculturais	Planejamento Urbano e Regional
Integração e Conflitos em Regiões de Fronteira	Ciência Política
Diálogos do Pampa	Comunicação
Grupo de Pesquisa em Ciência e Tecnologia de Micro - organismos	Microbiologia
Linguagem e Currículo	Letras
Ensino de Ciências	Educação
Núcleo de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos	Farmácia
NUPILABRU	Ecologia
GRUPO DE PESQUISA EM FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL - GPFIN	Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	Nutrição
Grupo de Estudos em Estresse Oxidativo (GESTOX)	Farmácia
SAÚDE COLETIVA EM NUTRIÇÃO	Nutrição
Cultura escolar, práticas pedagógicas e formação de professores	Educação
GEOCOMAR / GEOPAMPA - Grupo de Geociências da UNIPAMPA	Geociências
Núcleo de Pesquisa em Tecnologia de Grãos e Produtos Amiláceos	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Biologia e Genômica Embrionária BGE	Medicina Veterinária
Grupo de Estudos de Marketing	Administração
Núcleo em Aquicultura -NAQUA	Zootecnia
Caracterização e quantificação de recursos florestais	Recursos Florestais e Engenharia Florestal
INTEGRAÇÕES ECONÔMICAS BINACIONAIS e DESENVOLVIMENTO SOCIAL em REGIÕES de FRONTEIRAS	Economia
Núcleo de estudos em cartografia e agrimensura - NECA	Geociências
Educação Matemática no Pampa - EMPAMPA	Educação

Modelagem aplicada no desenvolvimento e otimização de processos tecnológicos e sistemas dinâmicos	Matemática
NÚCLEO DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ENOLOGIA (NEPE ²)	Agronomia
Educação inclusiva e defectologia de Vygotski	Educação
História da Mídia	Comunicação
Grupo de Arquitetura de Computadores e Microeletrônica	Engenharia Elétrica
Línguas e Literaturas na Fronteira	Letras
Grupo de Pesquisa em Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	Farmácia
Grupo de Modelagem de Fluidos	Física
matE ² - Educação e Educação Matemática	Educação
GEEHN - Grupos de Estudos em Educação, História e Narrativas	Educação
Grupo de Pesquisa em Sistemas Inteligentes e Modelagem	Ciência da Computação
MATEMÁTICA APLICADA DO PAMPA	Matemática
Direito, Estado e Movimentos Sociais	Direito
Laboratório de Estudos Físico-Químicos e Produtos Naturais (LEFQPN)	Química
COEDUCAR: Metodologias de Ensino e Formação de Professores	Educação
Engenharia de Processos em Sistemas Particulados	Engenharia Química
Laboratório de mecanização agrícola do pampa - LAMAP	Engenharia Agrícola
OPTIS - Sistemas Ópticos, Instrumentação e Sensoriamento Optoeletrônico	Engenharia Elétrica
Vitivinicultura no Bioma Pampa	Agronomia
Laboratório de Engenharia de Software Aplicada (LESA)	Ciência da Computação
Qualidade Ambiental	Ecologia
Total de registros: 129	
Gerado em: 12/01/2017	

ANEXO 8 – Projetos de TI desenvolvidos no período

Quadro 103 - Projetos de TI desenvolvidos no período

NR.	PROJETO	DATA INÍCIO	DATA FIM PREVISTA	RESPONSÁVEL	RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO COM PLANO DIRETOR
Armazenamento e Servidores						
1	Análise e adequação de discos rígidos em servidores de banco de dados	01/06/2016	17/06/2016	Yucatan Costa	Melhoria na performance	Otimizar a infraestrutura, recursos e capacidades de TI
2	Migração do sistema SIE - UFSM para UNIPAMPA	26/01/2016	01/08/2016	Luciano Lopes, Yucatan Costa, Ronaldo Canofre, João Gervásio	Menos dependência e maior disponibilidade do serviço à comunidade acadêmica	Otimizar a infraestrutura, recursos e capacidades de TI
3	Elaborar e ministrar treinamento de switches	01/08/2016	30/09/2016	Ronaldo Canofre, Francis Almeida, Maurício Fiorenza	Disseminação do conhecimento através de capacitação interna	Capacitação de servidores
4	Elaborar e ministrar treinamentos de Desenvolvimento PHP, Desenvolvimento Mobile, Photoshop e LibreOffice	20/07/2016	23/11/2016	Talisson Marafija, Thiaries Medeiros, Luis Moura, Sérgio Júnior	Disseminação do conhecimento através de capacitação interna	Adquirir e manter habilidades de TI
5	Revisão e atualização dos portais institucionais	01/01/2016	31/12/2016	Jean Ferreira, Allan Pires, Igor Fonseca	Melhoria na performance e usabilidade	Assegurar a satisfação dos usuários finais
6	Alteração de nomenclatura e endereços de portais	14/06/2016	02/09/2016	Allan Pires	Atualização de informações	Otimizar o uso da informação
7	Desenvolvimento de novo portal para os Campi	01/01/2016	30/09/2016	Jean Ferreira, Allan Pires, Igor Fonseca	Disponibilizar um portal institucional de acordo com normas de acessibilidade e boas práticas de usabilidade	Assegurar a satisfação dos usuários finais

8	Atualização LimeSurvey	08/03/2016	31/03/2016	Bruno Moura	Atualização de segurança	Assegurar a satisfação dos usuários finais
9	Análise, alterações e realização de novos backups	01/01/2016	31/12/2016	Luiz Moraes, Leonardo Garcia, Fernando DellaFlora, Maurício Fiorenza	Adequação dos backups ao cenário	Assegurar serviços e infraestrutura resistentes
10	Instalação e configuração do Grafana	11/05/2016	20/05/2016	Leonardo Garcia	Monitoramento dos serviços hospedados na data center	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
11	Instalação e Configuração do L2M (Layer 2 Manager)	03/02/2016	22/04/2016	Maurício Fiorenza	Melhora no gerenciamento de ativos de rede	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
12	Migração do NFSen para novo servidor	01/06/2016	10/06/2016	Maurício Fiorenza	Melhora no gerenciamento de ativos de rede	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
13	Configuração do Monitoramento via Whatsapp e Telegram	01/02/2016	02/03/2016	Guilherme Giuliani	Melhora no gerenciamento de ativos de rede	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
14	Elaborar Norma de Controle e Inventário de Ativos de Rede	26/04/2016	17/06/2016	Robson Gonçalves	Melhor gestão patrimonial	Assegurar qualidade com custo eficiente
15	Implantação do sistema TRAIRA	26/04/2016	20/05/2016	Maurício Fiorenza	Melhorar a análise sobre vulnerabilidade na rede interna	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
16	Integração entre DB2 GURI e DB2 SIE	30/03/2016	10-12/2016	Marcio Furtado	Melhoria de performance no uso do GURI	Assegurar a integração dos aplicativos
17	Análise para readequação de Listas de Email	19/05/2016	30/10/2016	Piero Salaberri	Atualização das listas institucionais	Assegurar a satisfação dos usuários finais
18	Aplicar plugin qTranslate para o site do SIEPE	15/08/2016	16/08/2016	Igor Fonseca	Disponibilização de conteúdo em outras línguas	Assegurar a satisfação dos usuários finais

19	Instalação e configuração do Archivematica 1.5	15/08/2016	31/08/2016	Leonardo Fischer	Disponibilizar um repositório institucional	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
20	Instalação e Configuração do AtoM 2.3	15/08/2016	16/09/2016	Leonardo Fischer	Disponibilizar um repositório institucional	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
21	GURI - Módulo de Assistência Estudantil - Melhorias referentes novo edital	26/02/2016	16/03/2016	Sergio Junior	Adequação de sistema	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
22	Liberação do SGCE no Portal do SPB	01/12/2015	18/10/2016	Sérgio Junior	Disponibilizar solução interna para outras IFEs	-
23	Instalação e testes do SAELE - Sistema de votação eletrônica	18/07/2016	02/09/2016	Leonardo Fischer	Encontrar solução para votações internas	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
24	Integração SIE/LDAP com GLPI	12/04/2016	05/05/2016	Josimar Bacin Sfredo	Lotação de servidores atualizadas e autenticação em tempo real	Assegurar a integração dos aplicativos
25	Implantação do projeto CAFe	01/06/2016	08/07/2016	Yucatan Costa	Autenticação de servidores em outras instituições credenciadas	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
26	Sincronizador SIE x LDAP x AD - Criação de listas (Alunos e Coordenação Cursos)	04/01/2016	11/03/2016	Josimar Sfredo	Listas institucionais sempre atualizadas	Assegurar a integração dos aplicativos
27	Criação do App SIEPE 2016	19/10/2016	17/11/2016	Thiarles Medeiros, Josimar Sfredo	Aplicativo móvel para evento institucional	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
28	GURI - Bibweb (Web e App)	21/03/2016	30/06/2016	Sergio Junior	Interface para renovação e reserva de livros	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
29	GURI - Calendário	26/02/2016	31/05/2016	Sergio Junior	Disponibilizar informação em	Adquirir e manter sistemas e aplicativos

	acadêmico disponível na APP				aplicativo móvel	
30	GURI - Cardápio RU (Web e App)	26/02/2016	31/05/2016	Sérgio Junior	Disponibilizar informação em aplicativo móvel	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
31	GURI - Controle de entrada e saída	26/02/2016	28/06/2016	Rogério Bene	Assegurar registro de entrada de visitantes	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
32	GURI Mobile - Nova Versão (1.1.0)	06/06/2016	11/07/2016	Sérgio Junior	Disponibilizar informação em aplicativo móvel	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
33	GURI - Módulo Catálogo de Serviços	29/02/2016	02/06/2016	Thiarles Medeiros	Disponibilizar informação sobre serviços prestados	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
34	GURI - Módulo Catálogo de Serviços - Nova versão	26/07/2016	17/10/2016	Thiarles Medeiros	Disponibilizar informação sobre serviços prestados	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
35	GURI - Módulo de Almoxarifado	23/02/2016	30/11/2016	Pedro Junior	Gerenciamento do material de consumo	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
36	GURI - Módulo de Auditoria Interna - Conclusão da codificação/tes tes e liberação do módulo em produção.	04/01/2016	31/03/2016	Pedro Junior	Gerenciamento das demandas da Ouvidoria Interna	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
37	GURI - Módulo de Auditoria Interna - Requisitos após homologação	20/04/2016	03/05/2016	Pedro Junior	Gerenciamento das demandas da Ouvidoria Interna	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
38	GURI - Módulo de Avaliação de Estágio Probatório - Implementação de requisitos após homologação	26/01/2016	25/02/2016	Sérgio Junior	Sistema para facilitar o processo de avaliação do estágio obrigatório	Adquirir e manter sistemas e aplicativos

39	GURI - Módulo de Convênios - Desenvolvime nto de novo módulo	19/01/2016	31/03/2016	Rogério Bene	Gerenciamento dos convênios firmados entre a Unipampa e outros órgãos	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
40	GURI - Módulo de Convênios - Requisitos após homologação	20/04/2016	27/04/2016	Rogério Bene	Gerenciamento dos convênios firmados entre a Unipampa e outros órgãos	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
41	GURI - Módulo de Eventos - Nova Versão	23/06/2016	27/06/2016	Rogério Bene	Adaptação do módulo do evento às regras da última edição	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
42	GURI - Módulo de Eventos - Nova versão (SIEPE 2016)	08/07/2016	29/07/2016	Rogério Bene	Adaptação do módulo do evento às regras da última edição	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
43	GURI - Módulo de Frotas - Envio para a chefia a partir da tela de cadastro da viagem	05/01/2016	11/01/2016	Thiarles Medeiros	Melhoria na avaliação da solicitação de deslocamento	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
44	GURI - Módulo de Orçamento - Nova Versão	24/06/2016	21/07/2016	Thiarles Medeiros	Módulo para gerenciamento da matriz de custeio	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
45	GURI - Módulo de Ouvidoria - Melhorias no registro de chamado (ref. campos preenchidos automaticamen te pelo sistema)	04/01/2016	11/01/2016	Rogério Bene	Controle das demandas da ouvidoria	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
46	GURI - Módulo de Pagamento de Bolsas - Conclusão da codificação/tes tes e liberação do módulo em produção.	04/01/2016	25/02/2016	Sérgio Junior	Gerenciamento do pagamento de bolsas	Adquirir e manter sistemas e aplicativos

47	GURI - Módulo de Suporte	03/03/2016	13/07/2016	Sérgio Junior	Área para alunos ou servidores manterem informações de senha ou e-mail	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
48	GURI - Módulo Folha Ponto - Desenvolvime nto de novo módulo	15/01/2016	29/02/2016	Thiarles Soares	Automatização de folha ponto	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
49	GURI - Módulo Plano de Trabalho - Novas Funcionalidad es	18/10/2016	25/10/2016	Sérgio Junior	Melhoria na confeção do plano de trabalho	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
50	GURI - Módulo Processo Seletivo - Alteração na forma de envio de e-mail dos processos seletivos ref. processos com carga de dados	04/01/2016	08/01/2016	Pedro Junior	Melhoria para carga do SISU	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
51	GURI - Módulo Repositório de Manuais - Desenvolvime nto de novo módulo	15/01/2016	15/03/2016	Sérgio Junior	Centralização de manuais	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
52	GURI - Patrimônio - Apropriação de Bens	03/06/2016	15/08/2016	Pedro Junior	Rotina para unificação de bens	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
53	GURI - Portal do professor - Pós-Graduação	26/02/2016	18/08/2016	Sérgio Junior	Adaptação do portal do professor para que componentes da pós pudesse ter seu registro no GURI	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
54	GURI - Protocolo - Regra para notificação de empenho	28/07/2016	02/08/2016	Sérgio Junior	Melhoria do protocolo a pedido da divisão de contratos	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
55	GURI - Protocolo - Trâmite de	02/12/2016	14/12/2016	Sérgio Junior	Adaptação de privacidade no módulo de protocolo	Adquirir e manter sistemas e aplicativos

	Documentos COPSPAD					
56	GURI - PSA/SISU - Confirmação de interesse na lista de espera	01/08/2016	10/08/2016	Pedro Junior	Interface de acesso fácil para candidatos SISU	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
57	GURI - PSS/SISU - Envio de Documentos	15/08/2016	15/09/2016	Pedro Junior	Interface de acesso fácil para candidatos SISU	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
58	GURI - PSS - SISU - Nova versão	13/10/2016	21/11/2016	Pedro Junior	Interface de acesso fácil para candidatos SISU	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
59	Terminal RU - Autenticação em duas etapas	25/07/2016	12/09/2016	Sérgio Junior	Melhoria de segurança no registro de refeições	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
60	Instalação, configuração e implantação do GLPI - Liberação para a Comunidade Acadêmica	01/01/2016	19/08/2016	Ricardo Rosa, Jorge Menezes	Novo sistema de chamados por atendimento inicial do helpdesk, evitando chamados alocados nas áreas erradas	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
61	Instalação, configuração e implantação do Alfresco	23/08/2016	30/09/2016	Leonardo Fischer	Análise de novo repositório institucional	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
62	Instalação e configuração do Projeto Federação CAFe (RNP)	18/05/2016	30/06/2016	Yucatan Costa	Autenticação de servidores em outros órgãos credenciados	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
63	Implantar Pentaho - Fase I	01/04/2016	15/08/2016	Marcio Furtado	Análise de ferramenta para análise de dados	Adquirir e manter sistemas e aplicativos
64	Enlace de rádio - Campos São Gabriel	09/03/2016	30/10/2016	Jean Laner	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
65	Instalação enlace rádio - Pavimento Paleontologia - São Gabriel	09/03/2016	30/06/2016	Cristiano Dilli	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
66	Adaptações lógicas	09/03/2016	29/04/2016	Cristiano Dilli	Melhoria na comunicação da	Assegurar serviços e infraestrutura de TI

	laboratórios Bagé				unidade	resistentes
67	Enlace de rádio Reitoria, prédio 1 e 3	09/03/2016	29/04/2016	Jean Laner	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
68	Instalação do enlace de rádio para o laboratório de carboquímica - Bagé	09/03/2016	29/04/2016	Jean Laner	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
69	Interconexão óptica prédio (dutos de lógica)- Itaqui	09/03/2016	30/06/2016	Cristiano Dilli	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
70	Interconexão óptica prédios - São Borja	09/03/2016	30/10/2016	Cristiano Dilli	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes
71	Interconexão óptica prédios - São Gabriel	09/03/2016	30/10/2016	Cristiano Dilli	Melhoria na comunicação da unidade	Assegurar serviços e infraestrutura de TI resistentes